



José Alberto Tostes
organizador

A ORIGEM E FORMAÇÃO DOS BAIRROS DA CIDADE DE MACAPÁ VOLUME I

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

362

SENADO FEDERAL



A delimitação oficial dos bairros nem sempre acompanhou o ritmo da ocupação. Por muitos anos, diversas áreas eram reconhecidas informalmente como bairros pelos moradores antes de terem seus limites definidos e legalizados pelo poder público municipal. O processo de oficialização, que ganhou força nas últimas décadas, visou organizar a cidade administrativa e espacialmente, facilitando a implementação de políticas públicas e a oferta de serviços. A recente oficialização de dezenas de novos bairros reflete a contínua expansão da mancha urbana de Macapá e a necessidade de adequar a estrutura administrativa à realidade territorial. A formação dos bairros de Macapá é, portanto, um reflexo da sua própria história.

A origem e formação dos bairros da cidade de Macapá

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2025/2026

Senador Davi Alcolumbre

PRESIDENTE

Senador Eduardo Gomes

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Humberto Costa

2º VICE-PRESIDENTE

Senadora Daniella Ribeiro

1ª SECRETÁRIA

Senador Confúcio Moura

2º SECRETÁRIO

Senadora Ana Paula Lobato

3ª SECRETÁRIA

Senador Laércio Oliveira

4º SECRETÁRIO

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

Senador Styvenson Valentim

Senador Mecias de Jesus

Senadora Soraya Thronicke

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Esmeraldina dos Santos

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Vaz Chervenski

Victorino Coutinho Chermont
de Miranda

José Alberto Tostes
Organizador

A origem e formação dos bairros da cidade de Macapá

Edições do Senado Federal
vol. 362

Brasília, 2025

SENADO FEDERAL



O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO: Cristiano Ferreira

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Capa: Thomas Gonçalves e Rodrigo Ribeiro

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Cintia Barbosa

Revisão: Anderson Gonçalves, Laércio Franzon e Marília Coelho

Revisão técnica: Bárbara Tavares

© Senado Federal, 2025

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

A origem e formação dos bairros da cidade de Macapá / José Alberto Tostes, organizador. — Brasília : Senado Federal, 2025.
321 p. : il., fots. — (Edições do Senado Federal ; v. 362)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5676-694-2

1. Urbanização, Macapá (AP). 2. Bairro, Macapá (AP). 3. Planejamento urbano, Macapá (AP). I. Tostes, José Alberto, org. II. Série.

CDD 307.76

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
----------------	----

Senador Randolfe Rodrigues, presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

O DESENHO INSTITUCIONAL DO ESPAÇO CENTRAL DA CIDADE DE MACAPÁ: GANHOS, PERDAS E ABANDONOS	15
--	----

José Alberto Tostes

Introdução	15
O Bairro Central entre os avanços e contradições	19
Planejamento urbano e a questão conceitual das áreas centrais	28
As perdas e abandonos da memória edificada no Bairro Central na cidade de Macapá	34
O valor simbólico da Avenida FAB para o Bairro Central e a cidade	42
Considerações finais	48
Referências	49

BAIRRO DO TREM: ORIGEM, FORMAÇÃO E OS IMPACTOS DA VERTICALIZAÇÃO NO BAIRRO	51
---	----

José Alberto Tostes

Introdução	51
Origem e formação do Bairro do Trem	53
Aspectos socioeconômicos do Bairro do Trem	61
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá: diretrizes para o Bairro do Trem	63
Produção do espaço urbano no Bairro do Trem	70
Considerações finais	77
Referências	78

BAIRRO DO LAGUINHO EM MACAPÁ, AMAPÁ: UM RESGATE HISTÓRICO E URBANO	81
---	----

Eloane Ramos Cantuária e José de Vasconcelos Silva

Introdução	81
Macapá: do Marquês de Pombal a Janary	82
Bairro do Laguinho: origem e formação	86
Características físicas, urbanas e infraestrutura	89
O perfil demográfico do bairro	90
Laguinho e suas referências culturais	93
O Marabaixo	93
Igreja de São Benedito	96
Universidade de Samba Boêmios do Laguinho	97
Poço do Mato	99
União dos Negros do Amapá (UNA)	99
Banco da Amizade	100
Conclusão	101
Referências	102

DA FAVELA AO SANTA RITA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E URBANA DE UM BAIRRO MACAPAENSE	105
---	-----

Ananda Brito Bastos e Cecília Maria Chaves B. Bastos

Introdução	105
Origem e evolução do bairro	107
Elementos simbólicos para o Bairro Santa Rita	116
Análise do perfil dos moradores e da morfologia urbana	121
Considerações finais	127
Referências	128

A ORIGEM E FORMAÇÃO DO BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO NA CIDADE DE MACAPÁ, AMAPÁ	133
--	-----

Keliane Bastos de Sousa e José Alberto Tostes

Introdução	133
História da origem e formação do Perpétuo Socorro	135
Características socioeconômicas, culturais e ambientais do Perpétuo Socorro	141

Bairro Perpétuo Socorro e o turismo	144
Procedimentos metodológicos	145
Resultados e discussão	147
Considerações finais	151
Referências	155
 PAISAGEM URBANA DO BAIRRO DO BURITIZAL	157
<i>José Alberto Tostes</i>	
Introdução	157
Origem do bairro Buritizal	159
Morfologia, crescimento econômico, vida social e aspectos políticos	164
Sobre a questão urbana em ambientes concentrados	168
Tecido urbano	171
Planejamento urbano	172
Paisagem urbana, mobiliário urbano e espaço ambiental	174
O que significa ser o bairro mais populoso?	179
Considerações finais	180
Referências	181
 FÉ E URBANIZAÇÃO: O CASO DO BAIRRO JESUS DE NAZARÉ	183
<i>Ananda Brito Bastos</i>	
Introdução	183
Origem e evolução do bairro	185
Características da paisagem urbana e perfil do bairro	194
Discussão dos resultados	201
Considerações finais	204
Referências	205
 A PAISAGEM URBANA DO BAIRRO DO PACOVAL EM MACAPÁ (AP)	209
<i>José Alberto Tostes</i>	
Introdução	209
Paisagem urbana: aspectos visuais e percepção	212

Origem e evolução do bairro do Pacoval	217
Análise espacial e urbana do bairro Pacoval	220
A valorização do uso do solo no bairro Pacoval	229
Considerações finais	233
Referências	235

BAIRRO BEIROL EM PERSPECTIVA: HISTÓRIA,
PLANEJAMENTO URBANO E DESAFIOS PARA O FUTURO 237

Tiago Idelfonso e Silva Pedrada e José Alberto Tostes

Introdução	237
Origem e evolução do bairro Beírol: criação e primeiros investimentos	238
Relação entre planejamento urbano e o bairro Beírol	243
Identidade cultural e histórica do bairro	245
Elementos naturais e urbanos	246
A importância do Canal do Beírol no planejamento urbano e na qualidade de vida	246
Arborização e paisagismo	250
Análise de infraestrutura e ocupação do solo	252
Padrões de ocupação do solo e expansão urbana	255
Considerações finais	256
Referências	257

BAIRRO SANTA INÊS, MACAPÁ – AP: UM BAIRRO DE
CONTRASTES E FRONTEIRAS INVISÍVEIS 259

Ana Karolina Lima Pedrada, José Alberto Tostes e Daianna Batista Barbosa

Introdução	259
Origem e evolução do bairro	261
Características culturais da paisagem urbana	264
Análise da infraestrutura e ocupação do solo	268
Considerações finais	272
Agradecimentos	272
Referências	273

PLANEJAMENTO URBANO (DES)ORDENADO NO MEIO DO MUNDO: O CASO DO BAIRRO DO ARAXÁ EM MACAPÁ, AMAPÁ	275
--	-----

Vanessa Michele do N. A. de Souza

Introdução	275
Origem, formação e evolução urbana: bairro do Araxá	279
Planejamento urbano concebido para capital com a expansão dos bairros	282
Análise sobre a ordenação do uso do solo no bairro do Araxá: Projeto Orla	288
Resultados e Discussões	291
Considerações Finais	295
Referências	296

ORIGEM E FORMAÇÃO DO BAIRRO DAS PEDRINHAS: A HISTÓRIA QUE NÃO CONTARAM	299
--	-----

Ana Karolina Lima Pedrada e José Alberto Tostes

Introdução	299
Origem e evolução do bairro	301
Características culturais da paisagem urbana	307
Análise da infraestrutura e ocupação do solo	311
Considerações Finais	314
Agradecimentos	315
Referências	315

SOBRE OS AUTORES	319
------------------------	-----

PREFÁCIO

Senador Randolfe Rodrigues
Presidente do Conselho Editorial do Senado Federal

“É fácil o meu endereço
vá lá quando o sol se pôr
na esquina do rio mais belo
com a linha do equador”
(Zé Miguel e Fernando Canto)

A história de uma cidade não se conta apenas por seus marcos arquitetônicos ou pelas datas inscritas em documentos oficiais, mas, sobretudo, pelos bairros que a compõem — suas ruas, praças, casas, endereços — e, principalmente, pelas pessoas que os habitam e moldam cotidianamente.

A letra da música “Meu Endereço”, de Zé Miguel e Fernando Canto, nos ajuda a entender por que poucas cidades brasileiras possuem uma trajetória urbana tão singular quanto o coração do nosso estado. Erguida às margens do maior rio do mundo, exatamente onde a linha do Equador cruza o continente, Macapá é uma síntese de encontros entre diversos tempos históricos, projetos políticos, culturas e resistências diárias.

A obra *A Origem e Formação dos Bairros da Cidade de Macapá*, organizada pelo professor José Alberto Tostes, é exemplar nesse esforço de compreender as muitas “Macapás” que coexistem na Capital amapaense. Além do resgate da evolução dos bairros ao longo do tempo, o livro fornece uma análise crítica e sensível da construção do espaço urbano em suas diversas dimensões, oferecendo ao leitor um cenário

abrangente e cuidadoso das transformações que definiram a forma e a identidade da cidade.

Tostes, meu confrade na Academia Amapaense de Letras, é uma referência incontornável da cultura amapaense. Arquiteto, urbanista, escritor, pesquisador, artista plástico e ativista cultural, reúne vasto conhecimento técnico e histórico, aliado a uma paixão genuína por tudo que se propõe a fazer. Esta publicação é, ao mesmo tempo, uma demonstração de gratidão pela cidade que ele tanto preza e um tributo àqueles que a construíram e a reconstroem com suor, arte e luta. Como nos lembra um poema de autoria desconhecida, carregado de verdade e simplicidade:

“Os bairros são como pessoas
Têm cara, voz e memória
Cada um guarda suas dores
Cada qual sua história.”

Dividida em capítulos que percorrem diferentes regiões, a obra resgata a jornada urbana da cidade: o Trem e os impactos da verticalização; o Lagunho como território de identidade negra e resistência cultural; o Santa Rita e sua travessia da área de vulnerabilidade habitacional à urbanização; o Perpétuo Socorro e sua relação com a economia ribeirinha; o Buritizal e seu crescimento guiado por contingências; o Beírol e os desafios da infraestrutura e mobilidade; o Pacoval como espaço de transição e especulação urbana; o Jesus de Nazaré e a presença das expressões de fé; o Araxá e os limites do planejamento desordenado; o Santa Inês e seus contrastes socioespaciais; o bairro das Pedrinhas como memória silenciada da cidade; e o Bairro Central como núcleo original de formação do território, espaço de contradições, perdas e resiliência histórica. Cada capítulo revela uma faceta distinta e, juntos, compõem uma imagem plural de Macapá, evidenciando os múltiplos processos que deram forma à cidade atual.

Este livro não se limita a um levantamento histórico e urbanístico — é também uma demonstração sincera de pertencimento à cidade. Em cada página, percebe-se tanto o rigor do pesquisador quanto o afeto de quem conhece nossa metrópole por suas ruas, suas histórias e pelas

marcas do tempo que atravessam seus bairros. Ao rememorar vivências, apontar o abandono de espaços simbólicos, refletir sobre as transformações do presente e propor caminhos mais justos e sustentáveis, o texto vai além da simples organização dos fatos. Chama a atenção para o abandono do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade, especialmente aquele herdado do período em que ela integrava o Território Federal do Amapá, um legado que exige celebração e cuidado.

Entre as análises, também surgem propostas concretas: a revitalização do centro histórico, o resgate simbólico da Avenida FAB, a transformação da Casa Oficial do Governador em centro cultural, a valorização das praças e a revisão do planejamento urbano, com ênfase na função social do espaço público. Esta obra propõe uma leitura de Macapá que ultrapassa sua condição de centro político-administrativo, apresentando-a como um organismo socialmente dinâmico, estruturado por tradições, conflitos e aspirações coletivas. Ao enfatizar a valorização do território local, o autor revela dimensões universais da experiência urbana e convida à reflexão sobre o papel do cidadão na construção de cidades mais justas e inclusivas. Ao revisitar as origens dos bairros, projeta-se uma visão de futuro orientada pelo legado histórico, pelo pertencimento e pela responsabilidade social. Com base sólida e abordagem sensível, este estudo estabelece-se como referência metodológica, marco conceitual e paradigma inspirador para iniciativas similares em diferentes regiões e municípios do país.

A obra também nos faz pensar sobre o papel estratégico das instituições de ensino na construção da civilização moderna. Sustentado por uma sólida base acadêmica, contou com a colaboração de inúmeras mentes comprometidas — profissionais de diversos campos do conhecimento, como engenheiros, urbanistas, arquitetos, historiadores, assistentes e cientistas sociais — que, reunidos neste esforço comum, contribuíram para resgatar a memória urbana do município. É justamente no ambiente universitário que germinam o pensamento crítico e os projetos capazes de responder aos desafios contemporâneos. Estudos como este, que resgatam o passado para propor um futuro mais justo e sustentável para as cidades, são frutos do compromisso acadêmico com a sociedade.

Aliás, desde sua origem, as universidades têm sido pilares do desenvolvimento científico, social e econômico, responsáveis por avanços decisivos que moldaram o mundo contemporâneo e permitiram a muitas nações alcançar elevados níveis de inovação e bem-estar. No caso do Amapá, a presença da Universidade Federal (Unifap) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifap), segundo o Ipea, tem contribuído de forma expressiva para o desenvolvimento local, ampliando o acesso à educação, promovendo inclusão social e elevando indicadores como a renda domiciliar. Essas instituições dinamizam a economia regional e formam recursos humanos aptos a responder às especificidades da nossa região.

Infelizmente, vivemos tempos desafiadores, marcados por ataques à Educação e à Ciência em várias partes do mundo. Nos Estados Unidos, por exemplo, sob o atual governo do presidente Donald Trump, universidades, muitas delas diretamente responsáveis pelo desenvolvimento daquele país, têm sido alvo de campanhas ideológicas, cortes de recursos, intimidação e deslegitimação. No Brasil, a situação não é distinta: professores e universidades enfrentam tentativas sistemáticas de desvalorização por parte de grupos que visam enfraquecer o pensamento crítico e promover o obscurantismo.

Nesse cenário, obras como esta, organizada pelo professor José Alberto Tostes, afirmam-se como atos de resistência em defesa da democracia. Proteger o conhecimento crítico é preservar um dos pilares fundamentais de qualquer sociedade que almeje justiça, liberdade e progresso.

O Conselho Editorial do Senado Federal sente-se honrado em publicar este livro, que fortalece os vínculos entre história, urbanismo e cidadania. O leitor tem à mão um convite à reflexão: valorizar a memória dos bairros é valorizar a dignidade de quem, dia após dia, constrói o tecido vivo das cidades. Boa leitura!

Macapá, 26 de agosto de 2025.

O DESENHO INSTITUCIONAL DO ESPAÇO CENTRAL DA CIDADE DE MACAPÁ: GANHOS, PERDAS E ABANDONOS

José Alberto Tostes¹

INTRODUÇÃO

Explicar o desenho institucional da cidade de Macapá se confunde com a própria concepção idealizada para o Amapá, seja enquanto área pertencente ao Pará, ou na condição de Território Federal ou de estado da federação. A primeira e grande interferência na paisagem urbana da cidade é a construção da Fortaleza de São José de Macapá (Figura 1).

O desenho institucional no estado do Amapá ocorreu com o processo que constituiu o espaço amapaense. A definição de ações estratégicas e o processo de construção local.

O desenho institucional no estado do Amapá, dentro de um cenário regional, auxilia a entender o dinamismo do ponto de vista interno e os fatores atrelados ao desempenho da região ao longo de décadas. Isso possibilitou novas leituras da trajetória histórica sobre o Amapá e de

1 Doutor em História e Teoria da Arquitetura ISA/Cuba. Professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e do mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. E-mail: tostes.j@unifap.br



Figura 1 – Fortaleza de São José de Macapá.
Fonte: Autor, 2024.

sua capital Macapá, pensar a relação a partir do desempenho econômico, social, político, ambiental e institucional.

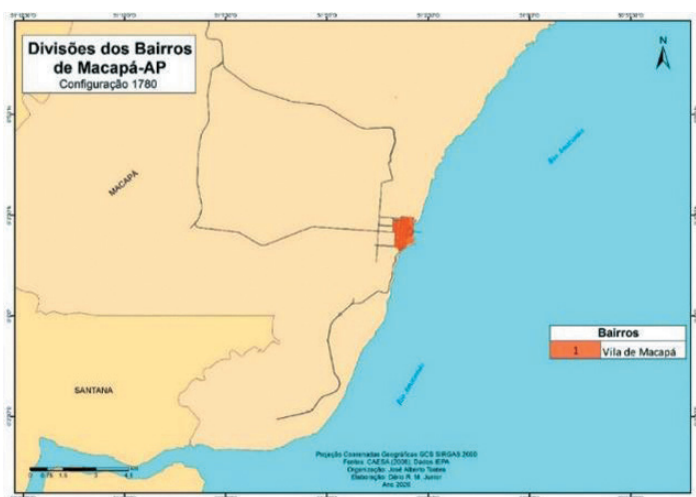
O desenho institucional do Amapá foi formado por inúmeros acontecimentos e fatos, que se originaram tanto no novo paradigma ambiental, como na capacidade das relações sociais. Esse quadro foi possível em virtude da vertente socioambiental, apresentada na Constituição Federal de 1988. A reflexão histórica nos permite entender a formação das instituições que influenciaram no comportamento de diversos agentes sociais. No centro deste estado latente, os conflitos sobre a perspectiva de uso dos recursos naturais.

O desenho histórico institucional teve três momentos distintos: a criação do Território Federal do Amapá; a implantação dos grandes projetos e a criação do estado do Amapá, momentos decisivos e influentes em inúmeros fatores que provocaram profundas mudanças institucionais; a constituição das organizações e, principalmente, as implicações decorrentes do processo de efetivação de políticas públicas, dentre um conjunto de ações idealizadas através de planos, programas e projetos geradores de impactos significativos na conjuntura estadual e com reflexos diretos na capital, Macapá. Nessa análise, as ações ins-

titucionais alteraram e modificaram as questões espaciais no Amapá e, consequentemente, na cidade de Macapá (Tostes, 2014).

O desenho institucional do Amapá é marcado por várias etapas, como o processo de formação da Vila de Macapá (Mapa 1), com a posterior construção da Fortaleza de São José de Macapá para fins de defesa estratégica do território.

A espacialidade amapaense se deu com as questões da conquista sobre a região do Contestado, resolvida em 1900, na Suíça; a criação do Território do Amapá; a instalação dos projetos minerais e agroflores-



Mapa 1 – Localização do núcleo histórico de ocupação da cidade de Macapá.

Fonte: BASE Sirgas. Organização: Tostes, 2024. Elaboração:
Dário Júnior.

tais; a criação do estado do Amapá e as consequências do processo de implantação; a demarcação das terras indígenas; a formação do mosaico de áreas protegidas, a criação de novos municípios e as implicações para as áreas rurais e urbanas.

Evidências do desenho institucional do Amapá são elucidadas por Porto (2003) quando elabora um conjunto de quadros que mostram a trajetória de desenvolvimento de ocupação do território amapaense,

deixando clara a presença expressiva do Estado brasileiro na formatação e na caracterização desta região. O Amapá esteve sob a tutela do estado do Pará até a criação do Território em 1943, o que resultou em uma fase secundária de pouco desenvolvimento; a fase de maior evidência ocorre justamente com a criação do Território Federal do Amapá e, em um terceiro momento, com a efetivação do Estado após o advento da Constituição de 1988 (Porto, 2003; Chelala, 2008; Tostes, 2014).

As três fases que demarcam esse desenho institucional do Amapá são fortemente influenciadas pelo governo brasileiro e sua formatação das políticas regionais concebidas para região amazônica, portanto, os diversos projetos, planos, programas e criações de diversas instituições públicas, entre os anos 70 e 80, dão conta do propósito induzido pelo governo central. É marcante que na segunda fase, com a criação do Território Federal do Amapá, houve o impulso necessário para tirar o Amapá de um quadro desfavorável em relação à perspectiva de desenvolvimento, onde as poucas edificações existentes na capital retratavam o hiato institucional de mais de um século e meio, tendo este vazio institucional o início de seu preenchimento, segundo novas dinâmicas, a partir da década de 1940.

A visão estratégica lusitana acerca da importância da defesa e ocupação das colônias pode ser uma das razões que explicam o fato de a América portuguesa haver se mantido unificada, enquanto a América espanhola ter sido repartida. A região do Amapá era pouco povoada, muito distante dos principais centros da Colônia e de difícil acesso. Do ponto de vista econômico, havia sido identificada como localidade de ocorrência de “drogas do sertão” e do ouro, mas sua principal importância era mesmo geopolítica, por ser região fronteira e uma das portas de entrada do Rio Amazonas (Vidal, 2010).

À Fortaleza de São José de Macapá, um dos maiores símbolos da presença militar portuguesa na Amazônia, não é assegurado, nos inúmeros registros históricos, que tenha sido disparado um único tiro de canhão de suas muralhas, pelo menos pelo Rio Amazonas. Historicamente a edificação foi usada como prisão de escravos fugitivos no passado distante e, mais recentemente, durante a Ditadura Militar, como cárcere de dissidentes do regime. A obra, imponente inclusive para os padrões atuais, é uma das evidências mais marcantes da presença do Estado no

Amapá, no caso o governo da metrópole portuguesa, que a construiu com objetivos militares e geopolíticos. A ação do Estado direcionava-se para garantir a posse e assegurar a exploração econômica da região.

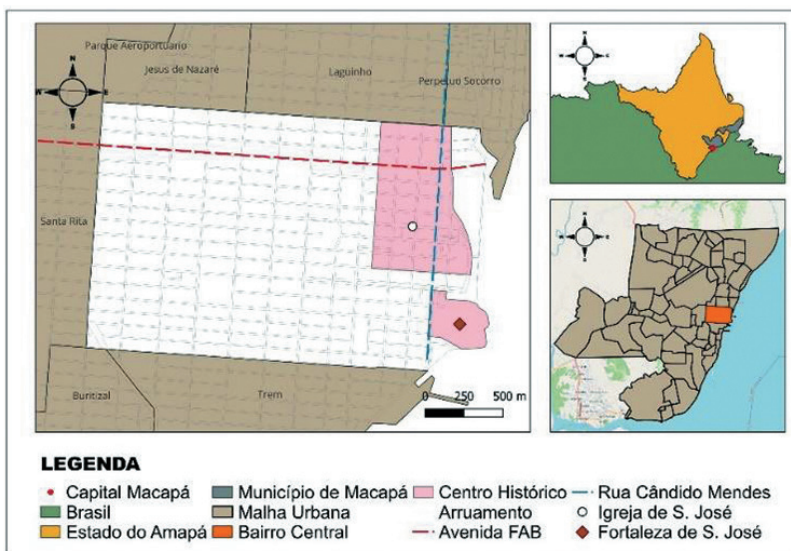
Segundo Vidal (2010), o espaço amapaense foi desenhado à insólita história da travessia de uma cidade da África para a Amazônia. A localidade de Mazagão africana, na antiga Mauritânia, onde hoje é território marroquino, foi uma das mais importantes feitorias de Portugal no litoral africano, instalada ainda no século XV e usada para o comércio de especiarias com as Índias. Como os demais entrepostos portugueses na África, Mazagão também teve que enfrentar duras batalhas contra os mouros para manter domínio luso, mas que só se tornou insustentável a partir de 1769, quando os portugueses admitiram a perda para os muçulmanos (Vidal, 2010).

O desenho institucional do Amapá retrata fielmente o que é Macapá, uma cidade com vínculos históricos, sociais, culturais e econômicos que formaram o lugar. As simbologias que se apresentam configuram a paisagem da cidade. O desenho institucional do Amapá é fiel ao que é Macapá. Para entender tal contexto, é preciso perceber que o desenho institucional começou com os propósitos de criação da Vila de Macapá (Mapa 1), hoje com 266 anos; então, são demarcados por constantes idas e vindas de um processo que construiu a paisagem local a partir da forte influência e dos interesses dos Estados português e brasileiro. Assim se constituiu a área central da cidade de Macapá, o núcleo urbano onde tudo começou institucionalmente (Tostes; Feijão, 2017).

O BAIRRO CENTRAL ENTRE OS AVANÇOS E CONTRADIÇÕES

O Bairro Central está localizado na zona leste da cidade de Macapá, possui área total de 3,46 km² e faz limite a leste com o Rio Amazonas, com o bairro Santa Rita a oeste, Jesus de Nazaré, Laguinho e Perpétuo Socorro ao norte, com o bairro do Trem ao sul e do Buritizal a sudoeste. É o maior em área diante dos outros bairros mais próximos, divide a zona sul da zona norte por meio da Avenida FAB, muito importante para o fluxo leste-oeste; outra via importante para o fluxo norte-sul é a Rua

Cândido Mendes (Mapa 2). A população do bairro é de 17.798 habitantes de acordo com o IBGE (2010). A estimativa de população, de acordo com IBGE, para 2024, é de 24.978,68 habitantes.



Mapa 2 – Localização do bairro Central.

Fonte: IBGE, 2020; PMM, 2020. Elaboração: Ananda Bastos., 2024.

O bairro Central foi o que mais intensamente teve o processo de ocupação e urbanização, detém os principais pontos turísticos, históricos, comerciais e administrativos da cidade de Macapá; há um grande fluxo de circulação de pessoas todos os dias nessa área, pois é o lugar de referência de serviços, comércio e equipamentos urbanos. O bairro Central é o quarto em população, de acordo com as estimativas do IBGE.

De acordo com Tostes, (2012), o núcleo de formação inicial da cidade consistia na Igreja de São José até a Fortaleza. A partir da criação do Território Federal, esta área tem sido uma das mais ocupadas para atividades comerciais; até 1960, a orla era bastante utilizada por ribeirinhos próximos à Fortaleza. O autor também retrata que as transformações de maior impacto na paisagem urbana deste perímetro ocorreram entre 1970 e 2010 (Gráfico 1).

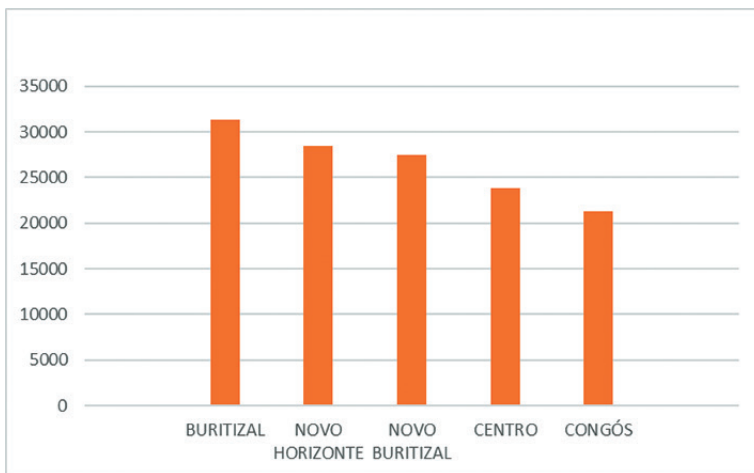


Gráfico 1 – Os bairros mais populosos da cidade de Macapá, baseado na projeção de estimativa para 2024.

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Autor, 2024.

Durante o primeiro governo do Território Federal do Amapá, de Janary Nunes, foi constituído o chamado núcleo de formação da cidade (Figura 2). Nesse perímetro estão as principais edificações históricas, como a Fortaleza de São José de Macapá, a Igreja de São José e o Museu Joaquim Caetano, antiga Intendência Municipal.

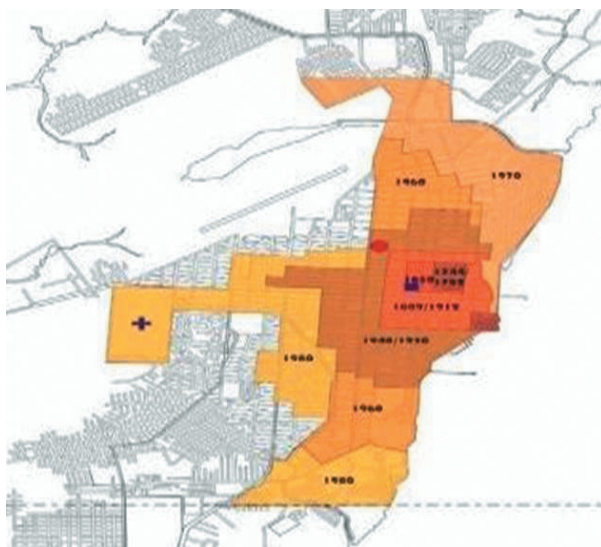
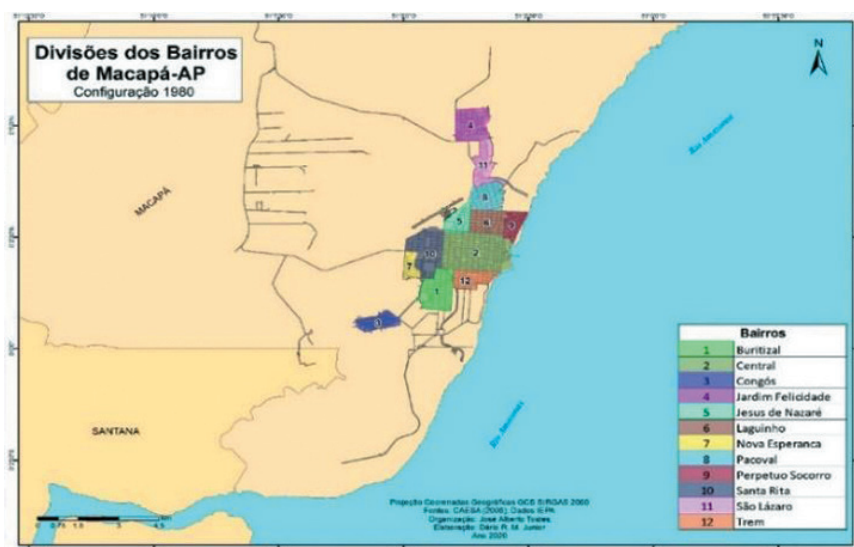


Figura 2 – A expansão a partir do núcleo central da cidade.

Fonte: Taller Sudamérica/Adaptação: Autor, 2024.

O Mapa 3 demonstra como a cidade se expandiu a partir da década de 1980 com o crescimento vertiginoso nas zonas sul, norte e oeste. Todavia, apesar dessa ampla expansão, até o começo da década de 2000 o centro da cidade ainda era a grande força propulsora de atividades de comércio, serviços e atividades institucionais, fato que passou a ter modificações mais expressivas a partir dos primeiros anos da década do novo milênio, com os novos investimentos comerciais fora do eixo central, como diversos supermercados, os shoppings Amapá Garden e Macapá.



Mapa 3 – Configuração dos bairros da cidade de Macapá ao final de 1980.

Fonte: BASE Sirgas. Organização: Tostes. Elaboração: Dário Júnior.

A partir da década de 1980 em diante, a área central teve grandes transformações em sua paisagem: foram contruídos o Teatro da Bacabeiras, a nova Catedral de São José, o Parque do Forte, a abertura da Beira Rio, a construção de novas lojas na Cândido Mendes, edificações bancárias, a revitalização do Museu Joaquim Caetano e a Casa do Artesão, que deram novas dinâmicas para o centro do comércio. Parte desses investimentos deram outro *status* ao centro da cidade (Tostes, 2012).

A história da cidade de Macapá surgiu a partir de um núcleo urbano, que atualmente é o bairro Central, especificamente na área onde está localizada a Praça Veiga Cabral, na qual ocorriam diversas atividades desenvolvidas pela igreja matriz da cidade. Entretanto, foi-se perdendo uma parte dessa memória com as inúmeras transformações.

Novos equipamentos urbanos foram incorporados ao traçado da cidade, a implantação do Teatro das Bacabeiras modificou, pela primeira vez, a dimensão inicial de uma das praças (Praça Veiga Cabral) que originou o perfil embrionário de Macapá.

Em relação aos planos urbanísticos para Macapá, foi elaborado o primeiro plano diretor da cidade em 1959, conhecido como Plano Grumbilf, contratado pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), período em que a população era de aproximadamente 26 mil habitantes, concentrados entre os bairros do Centro, Laguinho e Trem. Outros Planos Diretores foram elaborados como: João Pinheiro em 1973, H. J. Cole e associados em 1977, Plano Diretor de 1990, Plano Diretor de Macapá de 2004 (atual). Observa-se que em todos os planos propostos o bairro Central é contemplado com diversas ações urbanísticas (Tostes, 2006; Tostes, 2022).

O Plano Grumbilf é o plano que melhor define o valor e a importância da área central. Esse fato se caracteriza exatamente por conta da abrangência do perímetro estabelecido pelo plano. Hoje em dia a quase totalidade da proposta é dentro do bairro Central (Figura 3). Desde a formação original concebida com a chegada do primeiro governador, a área do bairro Central foi aumentando e incorporando outras áreas que até então não estavam no perímetro estabelecido. Apesar de diversas denominações de bairros conhecidas historicamente, todas essas nomenclaturas eram de origem popular, não havia nenhuma oficialidade para tais nomes. A paisagem do bairro Central tem como características edificações de estabelecimentos comerciais como lojas de equipamentos eletrônicos, importadoras, grandes lojas de departamentos, clínicas médicas, agências bancárias, lojas de roupas e acessórios.

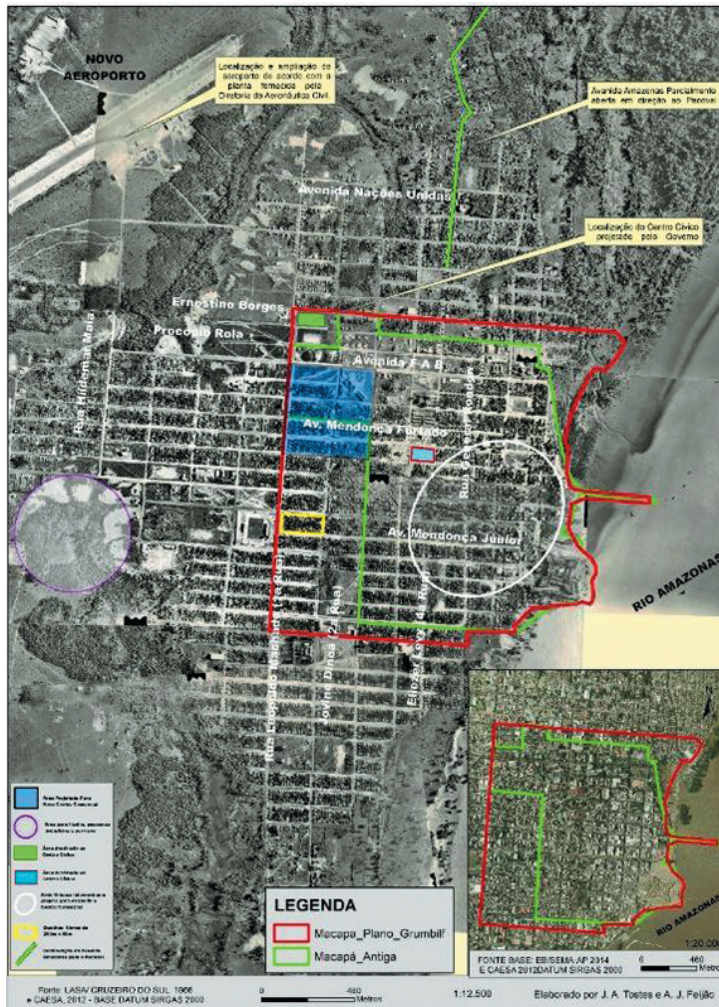


Figura 3 – Perímetro de abrangência do Plano Diretor Grumbilf do Brasil.

Fonte: LASA Cruzeiro do Sul, 1966. Elaborado: Tostes e Feijão.

Predominam edificações horizontais. Entretanto, o bairro possui o maior índice de verticalização da cidade de Macapá (Figura 4) devido a ter as melhores condições de infraestrutura. Esse “boom” do crescimento vertical tem contribuído radicalmente para as transformações da paisagem do bairro, mudando assim o padrão concebido durante a fase de Território Federal.



Figura 4 – Verticalização na Rua São José com a Praça.

Fonte: Acervo José Alberto Tostes, 2024.

A zona entre a Rua Tiradentes e Rua Binga Uchôa apresenta a maior concentração do comércio, tanto do bairro quanto da cidade; há uma mistura entre zona residencial e comercial. Há uma outra zona do bairro distinta das demais pelo caráter institucional: está localizada às proximidades da Praça da Bandeira, onde há a Prefeitura, o Tribunal de Justiça de Macapá, o Palácio do Setentrião e a Câmara de Vereadores.

O limite do bairro Central fica entre o bairro do Perpétuo Socorro, na Rua Rio Tefé. A paisagem da Orla (Figura 5) se transforma em área residencial e portuária por ser um local de comércio e descarregamento de mercadorias de embarcações de pequeno porte. A Orla é caracterizada pela comercialização de alimentos e outros estabelecimentos comerciais e praças. Essa área é fortemente influenciada pelo comércio com as ilhas do Pará.

A paisagem peculiar do bairro Central tem grande potencial para o turismo e lazer. O traçado urbano original é do período do governo de Janary Nunes. As praças, edifícios históricos e a Orla fluvial são considerados o cartão postal da cidade; a orla tem extensão aproximada de 1,51 km. Os elementos de destaque são a Orla e a Fortaleza de São José de Macapá, além do entorno onde está localizado o Parque do Forte, inaugurado em 2006.



Figura 5 – Paisagem da orla nos limites com o bairro do Perpétuo Socorro.

Fonte: Autor, 2024.

No bairro Central, encontram-se sete praças (contabilizando o Parque do Forte). Com relação a esses espaços, todos se encontraram em estado precário: pouca iluminação, mobiliário urbano desgastado e a poluição ambiental. Devido à expansão da cidade, a concentração de habitações no bairro Central diminuiu, resultando no crescimento dos bairros periféricos. O esvaziamento do centro em termos de moradias fez com que crescesse o número de usuários de drogas nos ambientes públicos na parte noturna, inclusive provocando ações danosas contra o patrimônio público e privado.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUAM) de 2004, cinco dos sete espaços públicos presentes no bairro Central estão classificados como áreas de preservação e lazer da cidade. No geral, é composto por nove áreas classificadas pela própria prefeitura. Esse fato é resultado do processo de crescimento urbano, do resquício da centralização das atividades urbanas no século passado, em que as atividades residenciais e comerciais ainda se restringiam ao bairro Central e adjacentes (Prefeitura Municipal De Macapá-PMM. Lei Complementar nº 026/2004).

A Praça Veiga Cabral, de todos os espaços citados, não é classificada como área de preservação e lazer pelo PDDUAM, algo contraditório devido à sua grande importância para o bairro e para a cidade. A respeito dos pontos estratégicos de planejamento urbano no Bairro Central, encontram-se classificados no PDDUAM de 2014 a Orla do Rio Amazonas, os recursos hídricos, os bens imóveis históricos e culturais e o traçado original da antiga praça e vila de São José de Macapá, considerados como patrimônio ambiental do município, permanecendo desse modo como o foco para estratégias de proteção do meio ambiente e da geração de trabalho e renda.

De acordo com o macrozoneamento urbano do Plano Diretor de 2004, o bairro Central está em uma Subzona de Ocupação Prioritária (SOP) e a sua orla está em uma Subzona de Fragilidade Ambiental (SFA). O Art. 81 classifica as Subzonas de Ocupação Prioritária (SOP) como aquelas propícias ao adensamento para aproveitamento da infraestrutura e equipamentos urbanos instalados e previstos. E as Subzonas de Fragilidade Ambiental (SFA) são aquelas cujas condições ambientais exigem o controle no adensamento, destinando-se basicamente ao uso residencial e turístico (Prefeitura Municipal De Macapá-PM. Lei Complementar nº 026/2004).

Sobre a Praça Veiga Cabral (Figura 6), foi a primeira praça de Macapá, inicialmente denominada Praça São Sebastião na época colonial, cenário da elevação do Povoado de Macapá à categoria de Vila de São José por Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão, no dia 04 de fevereiro de 1758.



Figura 6 – Praça Veiga Cabral em 1950 e 2020.

Fonte: Acervo do IBGE; Autor, 2020.

O local passou por diversos processos de revitalização. O espaço tem grande movimento de pessoas por conta da localização no centro da cidade, em frente à Igreja de São José de Macapá e ao Teatro das Bacabeiras. Atualmente muitos eventos são realizados na Praça como bazares, feiras de adoção de animais e exposições de arte.

O Bairro Central possui um número considerável de espaços públicos, diferente de outros bairros, que possuem estruturas urbanas reduzidas. Tal concentração resulta de forma positiva, porém adversa devido à característica comercial do bairro. A monofuncionalidade das edificações gera ambientes com características sazonais, apesar de concentrar as principais referências da cidade de Macapá.

A área comercial teve uma perda institucional nas duas últimas décadas. Várias edificações foram demolidas sem ter nenhum tipo de manutenção, assim como as áreas públicas, a Escola Barão do Rio Branco, a casa oficial do Governador, o Trapiche Eliezer Levy, o Canal da Mendonça Junior. Só recentemente nos dois últimos anos, o Mercado (Figura 7) foi reformado e o canal, após anos sem nenhum tipo de intervenção, foi reconstruído. O bairro é a referência e a identidade não somente da cidade de Macapá, mas também do estado do Amapá.



Figura 7 – Mercado Central de Macapá (1962 e 2022).

Fonte: Blog Porta Retrato; Arquivo PMM

PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO CONCEITUAL DAS ÁREAS CENTRAIS

De acordo com Nadalin (2022), as cidades brasileiras sempre tiveram o desafio de regenerar suas áreas centrais. Pouquíssimas cidades pos-

suem centros urbanos que mantiveram bem seus patrimônios históricos e que não perderam a primazia para novas centralidades. (Nadalin et al., 2018). Mas por que regenerar as áreas centrais, e não promover novas centralidades? Além de concentrarem patrimônio histórico, frequentemente os centros concentram maior acessibilidade, em termos de mobilidade urbana, pois concentram infraestrutura urbana. Repovoar os centros contribui com cidades mais compactas e sustentáveis (Angel et al., 2021; Brueckner et al., 1999).

Os autores revisam as principais explicações teóricas para os mecanismos de valorização e desvalorização de bairros centrais, secundados pela teoria da economia urbana. Ao mesmo tempo, resgatam a lógica dos instrumentos urbanísticos brasileiros, da apropriação de mais valia urbana e a proposta da função social da propriedade inscrita na nossa Constituição Federal. Em seguida trazem informações empíricas sobre a concentração intraurbana dos empregos formais em 2019, para o total de empregos e empregos de alta escolaridade, de maneira a investigarmos para quais centros urbanos haveria mais vitalidade nos bairros centrais e, portanto, maior naturalidade na mobilização de investimentos privados (Nadalin, 2022).

Os centros urbanos são um caso particular no planejamento urbano. Usualmente consistem nas porções mais antigas das cidades, e possuem tanto patrimônio histórico, como amenidades naturais, como a proximidade a algum corpo d'água, já que, devido às necessidades de transporte, as cidades não tão jovens se fundaram próximas a rios ou ao mar. Mais que isso, são um local onde acontecem as interações face a face tão apregoadas e descritas por Jane Jacobs (Jacobs 1961). Na mesma toada, a economia urbana defende a promoção das economias de aglomeração nas cidades, e as altas densidades dos centros urbanos são um excelente *locus* para isso (E. Glaeser, 2011). Mas, como todas as demais vizinhanças, estão sujeitos ao decaimento da qualidade das suas amenidades urbanas. Seja por congestionamento excessivo, seja por processos de envelhecimento das estruturas físicas, falta de manutenção ou reforma e obsolescência. Para (Brueckner, Thisse, and Zenou 1999) os centros serão tão mais atratores quanto mais as administrações locais tenham decidido manter as amenidades históricas

aí presentes, que por sua vez desencadeiam um processo de feedback que engatilha outros tipos de investimentos em amenidades endógenas como bons restaurantes e boa vida cultural, ligadas a atividades de turismo e lazer (Nadalin, 2022, p. 2).

Um dos aspectos mais importantes demonstrados por Nadalin (et al., 2018) é a falta de manutenção de amenidades urbanas e históricas, que ajudaram no deslocamento de moradores mais abastados para outros bairros nas grandes cidades brasileiras. Eles também podem ter sido influenciados por estratégias de marketing das novas zonas de expansão. Em algumas cidades há a constituição de novas centralidades; em outras, a concentração de atividades e moradores em bairros contíguos à região histórica. De qualquer maneira, apesar de não perder população, os centros históricos concentram menos empregos e menos população do que concentravam antes. Nadalin (et al., 2018) mostram esses processos para as 12 maiores cidades brasileiras. Entre 1991 e 2000 os centros históricos perdem população, que é recuperada entre 2000 e 2010.

Essa afirmação é importante, se avaliarmos que, em relação à cidade de Macapá, apesar de a cidade ter completado 267 anos em 2025, o pleno desenvolvimento do centro histórico, que inclui as edificações mais antigas como a Fortaleza e a Igreja de São José, só começa acontecer a partir da transformação de Macapá em capital no ano de 1944. Então, estamos falando de um tempo relativamente curto, 80 anos, completados no ano de 2024. Mesmo assim, os fenômenos ocorridos em outras capitais estão relacionados de 2 a 5 séculos. As áreas centrais têm sofrido com diversos fatores: o principal é a perda de densidade de ocupação por conta da saída de moradores. Todavia, no caso de Macapá, esse fenômeno só tem ocorrido em um determinado perímetro da área central, que está vinculado exatamente ao núcleo inicial da Vila de Macapá.

Tais fenômenos são explicados por Gonçalves e Pina. Os autores mostram como a produção capitalista foi determinante nos efeitos sobre o território urbano:

A produção capitalista do espaço expressa a relação de interdependência entre a urbanização e a economia, ressaltando como os modos de produ-

ção contemporâneos imprimem suas marcas sobre o território urbano (Harvey, 2006) e também como os processos de urbanização influenciam, na contramão, nos rumos do desenvolvimento social e econômico. Dessa forma, tanto o enfraquecimento do poder do Estado como regulador da produção do espaço urbano, quanto a sua associação indiscriminada com os interesses especulativos da iniciativa privada, dão condições para que a formação do tecido urbano e as modificações que ocorrem nas cidades sejam regidas pelas lógicas de mercado, transformando o solo urbano em uma das mercadorias mais rentáveis da atual fase do capitalismo. As facilidades promovidas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação propiciaram a multiplicação de espaços genéricos nos territórios metropolitanos, fortalecendo as qualidades do local enquanto mantenedor da identidade coletiva da população. Tal fortalecimento do valor da localização desdobra-se também em valor econômico. É bastante comum encontrar no material de divulgação de empreendimentos habitacionais, as vantagens relativas à sua localização, informação quase sempre valorizada com relevância superior às próprias características do imóvel em si. Quando se trata do centro de uma grande cidade esse discurso ganha força máxima, pois os argumentos direcionam a favor da história do local, da diversidade socioterritorial, das atividades culturais, facilidade de transporte ou mesmo o apelo às oportunidades oferecidas pela centralização, como facilidade para os negócios e melhor qualidade de vida (Gonçalves; Pina, 2017, p. 4).

Gonçalves e Pina ilustram que Jane Jacobs (1961, p. 209) sustentava a importância da manutenção e da utilização de edificações antigas, sugerindo que áreas urbanas não fracassam por serem antigas, mas podem ficar velhas por terem fracassado como espaço urbano apropriado.

Essa reflexão demonstra que, há uma falta de entendimento sobre o que significa o espaço apropriado. As edificações antigas precisam ser legitimadas em novas contextualizações e não simplesmente demolidas ou descaracterizadas. Não há sentido para arquiteturas isoladas no espaço, mas há em incluir novos dimensionamentos com propostas urbanísticas que agregam esses edifícios.

A mesma autora destaca que a baixa densidade, característica de bairros periféricos, coexiste com a pouca diversidade de usos e com a infraestrutura urbana insuficiente. Na Europa, tradicionalmente, as principais vertentes têm impulsionado o conhecimento sobre estoque de edificações existentes, como as pesquisas relacionadas ao interesse em preservar o patrimônio cultural edificado de valor cultural (Glasser; Ward, 2011).

A reabilitação desses edifícios, prática adotada no Reino Unido e em diversos países europeus, contribui diretamente com a reabilitação dos espaços urbanos, principalmente em áreas centrais, visando à permanência da população local (Projeto Reabilita, 2007). Da mesma forma, a reabilitação das áreas centrais colabora com a preservação do patrimônio cultural existente, potencializando os usos dessas edificações e resgatando as vivências nas áreas centrais (Glasser; Ward, 2011).

A valorização de certos espaços urbanos, seja para o turismo ou outra finalidade, não ocorre somente por sua potencialidade, uma vez que a cidade deve ser entendida, segundo Corrêa (1999, p. 08), como: “o espaço urbano é um condicionante da sociedade, fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campos de luta”. Onde o poder público deve atuar como mediador de modo a proporcionar investimentos em infraestrutura e organização que visam à reprodução do capital, bem como a melhoria das condições de vida da população, gerenciando conflitos e contradições que venham impedir tal ciclo. As políticas públicas devem ser formuladas com o intuito de minimizar conflitos e proporcionar oportunidades de crescimento ordenado em harmonia com o meio ambiente, atendendo as necessidades dos cidadãos das cidades, assim como as expectativas dos turistas, baseadas em um processo racional de planejamento orientado pela elaboração e execução do Plano Diretor da cidade. Muitas vezes estas políticas não são exclusivamente turísticas, sendo necessário para o bom funcionamento do turismo investimentos em infraestrutura urbana, que primeiramente irão melhorar a cidade para os habitantes, deste modo podendo atender de modo satisfatório aos seus visitantes. O planejamento turístico deve ser trabalhado de forma integrada

para proporcionar a criação de valor para o destino turístico, onde o turista deve adquirir juntamente com os serviços, a experiência e a sensação.

É interessante notar que, em determinados países, existe essa apropriação para o reuso de áreas centrais, caso de Barcelona. Após as Olimpíadas de 1992, a cidade passou por um processo de revitalização, incluindo as áreas centrais, fato que contribuiu para o redimensionamento do turismo. Um dos fatores que contribuiu para esse objetivo foi a introdução de novas funcionalidades para prédios históricos, aliada à boa concepção urbanística adotada para o entorno, facilitando assim condições de acesso e áreas de estacionamento, dois aspectos que têm sido problemáticos em áreas centrais.

No Brasil, o crescimento das cidades brasileiras, no século XX, e a popularização do automóvel, a partir da década de 50, foram fatores que congestionaram o centro das principais cidades. Ruas e calçadas não estavam preparadas para suportar a grande demanda de pessoas. Esse fato motivou, em parte, a introdução de novas áreas para pedestres a exemplo do que ocorreu em outros países.

No caso da cidade de Macapá, esse fato foi determinante, pois as vias idealizadas no traçado modernista visavam exatamente atender a esses objetivos. O que se constata na paisagem dos dias de hoje é que o elevado número de veículos contrasta com o número de pedestres que caminham pelas vias urbanas.

Conforme Villaça, (1998) algumas dessas reflexões, no caso do Brasil, passam pela concepção de planejamento urbano, que, ao final do século XIX, fica definido como planejamento urbano modernista, com uma forte carga positivista, em que o planejamento era consequência de uma percepção cartesiana da realidade. Causa e efeitos eram analisados à luz de um pensamento simplificado, impregnado de paradigmas definidos pelos movimentos modernistas, tendo como critérios a racionalidade científica, que acentua a visão mecânica e inorgânica da cidade. Sem qualquer forma de participação da sociedade civil nas discussões e propostas, carregava certezas, reforçando a limitação do espaço à simples distribuição ordenada dos indivíduos e dos serviços (Pereira, 2020).

A hegemonia que caracterizava o pensamento dos detentores do poder permitiu que propostas de planejamento pensadas para as cidades pudessem se efetivar, assegurando o cumprimento do que foi planejado nos primeiros planos urbanísticos (Villaça, 1998). No entanto, ao longo do século XX, as diversas fases do planejamento no Brasil propuseram a utilização do espaço de uma forma planificada, reproduzindo concepções de espaços externos à realidade brasileira, o que Maricato (2000) definiu como “ideia fora do lugar”, e, como consequência, não possibilitou a efetivação das propostas concebidas nos planos urbanos.

AS PERDAS E ABANDONOS DA MEMÓRIA EDIFICADA NO BAIRRO CENTRAL NA CIDADE DE MACAPÁ

Em várias cidades pelo mundo afora houve a preocupação na preservação do centro histórico, muitos deles a própria referência do lugar. Por que, então, a dificuldade para fazer valer a legitimidade de nosso centro histórico? Do ponto de vista literário, esta referência vem sendo consolidada com os avanços das pesquisas. Os inúmeros livros, artigos e produção de documentos oficiais atestam isso. Materialmente falando, a mesma proporção não tem ocorrido. A paisagem vem se alterando sem que, de fato, ocorram alterações substanciais (Tostes, 2022).

É preciso que o poder público, governo, prefeitura e empresários do setor do comércio e organizações não governamentais possam discutir a necessidade de aperfeiçoarmos o nosso centro histórico. Para isso, existem algumas constatações importantes a serem observadas, as quais descrevo como fundamentais para a materialidade deste projeto. O projeto do centro histórico deve ampliar o perímetro entre a Av. FAB até o entorno da Fortaleza. Com isso acrescentaríamos todo o período da Arquitetura Modernista criada até a década de 1950.

E qual a importância de organizarmos o nosso centro histórico? Apesar de a cidade de Macapá ter completado 266 anos, tal idade não aparece na sua paisagem. A única edificação que realiza este link é a própria Fortaleza de São José, o que é muito pouco para uma cidade com 266 anos. Tentativas oficiais dos governos em décadas têm fracassado.

Um dos motivos é a visão fragmentada. As edificações são estudadas e até mesmo os projetos são idealizados como para a Casa Oficial do Governador, a Fortaleza de São José, o Museu Joaquim Caetano, o Mercado Central, a Praça Veiga Cabral, a Igreja de São José, entre outros que poderiam ser citados.

Entre os espaços edificados e os espaços públicos, temos a área da Praça Veiga Cabral, que é uma referência importante para nossa história. Para este local é preciso perceber o valor do espaço, o aumento do perímetro da Praça. Algumas medidas são necessárias: a primeira é eliminar o tráfego de veículos em frente à Igreja. Não basta colocar sensores de redução de velocidade, é fundamental preservar a Igreja, que é mais antiga que o Forte. A segunda ação também seria eliminar o trecho de via frontal à Igreja. Neste caso a praça aumentaria de tamanho, incorporando novos elementos e compondo o mobiliário urbano.

Outras medidas podem ser idealizadas na reestruturação do tráfego de veículos em todo o trecho entre a Av. FAB e o Mercado Central. Verifica-se pouca sinalização em relação às edificações históricas no perímetro, o que contribui para que o usuário não visualize o chamado centro histórico de referência. Tão importante quanto as edificações históricas mais antigas é buscar preservar o traçado urbano das vias, recuperar as principais e adequar a pavimentação, eliminando a pavimentação asfáltica. Propor alternativas que melhorem as condições de drenagem e a qualidade do pavimento evitaria o que ocorre atualmente na São José, onde sempre o asfalto cede totalmente, criando grandes manchas na pista.

Nos documentos oficiais produzidos entre os anos de 1960 até o último Plano aprovado no ano de 2004, há elementos suficientes para reconfigurarmos a originalidade no nosso centro histórico. Todavia não basta estarem somente nos impressos, é preciso colocar em prática os planos, projetos e financiamentos para esta ação. Ganharia a cidade, que fortaleceria o desenvolvimento da atividade turística. Teríamos oficialmente um centro histórico materializado e com referências edificadas e do espaço urbano.

A cidade de Macapá tem uma rica história, no papel, porém, falta a materialidade. A própria Fortaleza tem um tempo recente de vinculação

com o público. Somente com a idealização do Parque do Forte e o desalojamento do Círculo Militar dos interiores da Fortaleza de São José foi possível que os usuários se inserissem no entorno do Forte.

Um centro histórico para Macapá não é apenas um slogan, mas sim tratar a nossa história dignamente, pois o que se tem percebido nos últimos 15 anos é a demolição das edificações do período modernista. Após a criação do Território Federal do Amapá, projetos deste tipo custam muitos recursos, exigem participação efetiva de todos os segmentos e a formação de parcerias também é imprescindível e fundamental para o êxito.

Conhece-se a importância do lugar pela formação de seu núcleo histórico. Diversas cidades pelo mundo têm na origem de sua formação o valor histórico geralmente definido pela paisagem, pela arquitetura e pelas peculiaridades que envolvem o lugar. Para Macapá, é um privilégio ter dois expoentes em sua orla, a Fortaleza de São José de Macapá e o Rio Amazonas, fato que, todavia, não é suficiente para garantir que todo esse perímetro tenha o valor devido pelo poder público e pela população.

O abandono institucional tem causas bem características. Um dos motivos está relacionado à maneira como se administra a cidade. Ao largo de quatro anos, cada gestor age somente de maneira pontual, não vê a cidade de uma forma sistêmica e de maneira integrada.

Diferentemente do passado, quando havia uma preocupação com as obras integradas, hoje esse contexto trata exclusivamente de uma obra. Nas primeiras décadas da cidade de Macapá, no período do Território Federal do Amapá, foram bem definidos os inúmeros investimentos em infraestrutura urbana e em edificações oficiais para atender as novas demandas. Não é à toa que um bom número de edificações foi construído entre as décadas de 1940 a até 1970.

Sucessivos governadores e prefeitos, sequer priorizaram dar o devido valor histórico e arquitetônico para o perímetro comercial e institucional da cidade de Macapá, que tinha como limite a Av. Henrique Gallucio até a Av. FAB. Durante décadas, as edificações como a Fortaleza, Mercado Central, Canal da Mendonça Júnior, Hotel Macapá, Casa do Governador, Colégio Barão do Rio Branco, Trapiche Eliezer Levy, o prédio da OAB (antigo Fórum) foram as referências da cidade (Figura 8).



Figura 8 – Núcleo central da cidade até 1960.

Fonte: LASA Cruzeiro do Sul. Elaboração: Tostes e Feijão.

A única edificação protegida, de fato, foi a Fortaleza de São José na década de 1950. Mesmo assim, a edificação ficou por décadas sob a tutela militar, teve um declínio até meados da década de 1990, quando houve a preocupação com o processo de restauração do Forte. Então, esse perímetro tem um valor, arquitetônico, histórico, social, econômico e cultural muito intenso para cidade de Macapá. Portanto, o que explica que tanto o governo do estado do Amapá e, principalmente, a Prefeitura Municipal de Macapá abandonassem institucionalmente essa área de grande valor histórico.

A concepção de abandono está registrada de diversas formas. A primeira é de caráter paisagístico: no lugar não existe nenhum tratamento especial; o pouco que existia desapareceu e estava vinculado ao Parque do Forte. Um segundo aspecto são as obras paralisadas por algum tipo de problema: Shopping Popular, Rampa do Santa Inês, Escola Barão do Rio Branco, Trapiçe Eliezer Levi. O terceiro aspecto é a falta de definição para edificações históricas, como a Casa oficial do governador e o Hotel Macapá. E um quarto e último ponto é a fragmentação completa da orla da cidade entre o Perpétuo Socorro e o Araxá.

Sobre o primeiro item, da questão paisagística, o perímetro é completamente carente de trato paisagístico, é um descampado de árvores, os espaços públicos são recheados de concreto e há um reduzido espaço para pedestres e ciclistas. Um dos aspectos positivos na década do novo milênio é a implantação do projeto do Parque do Forte (Figura 9).



Figura 9 – Mosaico da Parque do Forte no entorno da Fortaleza de São José.

Fonte: Autor, 2024.

Macapá é a única cidade banhada pelo Rio Amazonas. Apesar de quente, do calor equatorial, é uma cidade privilegiada. O núcleo de formação inicial definido pela Igreja de São José até a Fortaleza de Macapá foi pensado pelo paralelismo em relação ao Rio Amazonas. Desde a criação do Território Federal do Amapá, essa área tem sido uma das mais ocupadas para a atividade do comércio. Inicialmente atendia as atividades de ribeirinhos próximos à Fortaleza até o final dos anos sessenta, conforme mostra fotos desta época na Revista Latitude Zero de 1970.

O fluxo nesta área até o final dos anos 1980 era considerado dentro da normalidade, pouco se via algum tipo de atividade clandestina ou irregular nas imediações da Beira-Rio ou da Cândido Mendes, vários fatos chamaram a atenção em um período de trinta anos na extensão da área entre a Igreja e a Fortaleza. Podemos enumerar alguns deles que alteraram a paisagem urbana entre a década de 1970 e a primeira década do novo milênio.

A construção do Teatro da Bacabeiras, a nova Catedral de São José, do entorno da Fortaleza, a abertura da Beira Rio, a construção de novas

lojas na Cândido Mendes, a construção dos prédios bancários, a revitalização do Museu Joaquim Caetano e a Casa do Artesão. Parte destes investimentos ou a revitalização deu a essa área outro *status*, de centro de referência das atividades comerciais.

Com a construção de novos prédios e a revitalização de outros começaram vários entraves urbanos decorrentes de um processo de ocupação que não priorizou o planejamento do espaço. Anteriormente os projetos e planos da Fundação João Pinheiro chamavam a atenção para a necessidade de novos investimentos a serem feitos com racionalidade nesta área.

Uma das ações importantes em todo esse processo de mudança na configuração urbana da área foi à abertura da Beira-Rio, entre o trecho da Fortaleza de São José e o Araxá, isso permitiu maior integração em direção ao eixo Marco Zero do Equador, além de integrar em definitivo a zona sul ao centro da cidade. Outros entraves surgiram como a falta de estacionamento, ocupação indevida de calçadas por lojistas, ocupação de calçadas por ambulantes ou camelôs, falta de sinalização adequada de orientação aos pedestres, condições de acessibilidade, arborização, paisagismo extremamente reduzido, e aumento de tráfego nas vias paralelas à Cândido Mendes.

Vários investimentos foram feitos na área, no entanto, poucos geraram vagas de estacionamento compatíveis com a área em metros quadrados de acordo com a lei. As reformas no entorno da Fortaleza reduziram drasticamente as vagas de estacionamento, sem que o projeto executado tivesse previsto outras áreas para atender a essa demanda. A construção ou reforma de novas lojas também não geraram novas vagas. A ocupação da orla foi outro aspecto que contribuiu para aumentar os problemas. Os investimentos na orla da Beira Rio ficaram paralisados por um período de três anos, elevando o grau de ocupação de atividades clandestinas no setor.

A área comercial entre a Igreja de São José e a Fortaleza é uma área de referência da origem da cidade de Macapá, e que, portanto, não pode ficar relegada a um plano secundário com intervenções paliativas. Algumas das situações poderiam ser pensadas não somente para melhorar

as condições urbanas no entorno, mas também para ampliar o ramo do comércio e as áreas institucionais.

É necessário pensar na revitalização do centro comercial. Isso daria um novo trato paisagístico e urbanístico, sem que este perca o valor e o fluxo existente. Há uma tendência natural de a cidade crescer em tamanho e demanda. Macapá em breve terá 500 mil habitantes. O centro comercial paralelo à orla do Rio Amazonas necessita de uma atenção especial.

Os investimentos vêm se diversificando pela cidade em outras áreas, mas é preciso cuidar de forma mais adequada do primeiro núcleo histórico da cidade. Entre a Igreja e a Fortaleza de São José são necessários uma intervenção adequada e um resgate histórico do patrimônio arquitetônico e urbano (Figura 10), ampliando o perímetro a partir da Escola Barão do Rio Branco, passando pela Casa Oficial do Governador. A área onde funciona poderia ser transformada em um grande centro de exposições sobre o estado do Amapá ou na casa da cidade.

O tráfego na Cândido Mendes deveria ser de carros leves. Os carros pesados teriam horário para trafegar e abastecer as lojas, o que evitaria um enorme prejuízo à qualidade de vida urbana nesta área. O dito popular de que o povo não tem memória é uma alusão à realidade em que se renuncia à sua identidade. A cidade é como a carteira de identidade de cada um, espelha os traços e os dados contidos no documento: assim é a cidade.



Figura 10 – Igreja de São José e o entorno de edifícios no perímetro.

Fonte: Autor, 2024.

No Brasil a tradição sobre o caráter da cidade está muito vinculada às edificações, à proteção do patrimônio arquitetônico. Mesmo em cidades como Salvador e Ouro Preto, existem enormes dificuldades para se manter a gestão do patrimônio, muito embora a relação brasileira com a questão da preservação seja algo muito relacionada à negação do espaço edificado. Na Amazônia a situação é ainda mais grave, pois se percebe que as edificações mais antigas vão gradualmente desaparecendo da paisagem urbana. Utiliza-se apenas o “disfarce” das fachadas para omitir todas as modificações anteriores. Belém e Manaus, cidades mais antigas, vêm perdendo gradativamente a relação com a memória edificada de estilos anteriores.

Há fatores que diferem ainda mais a relação das cidades latinas do contexto europeu. Entre os itens a serem avaliados, estão os aspectos relacionados à civilidade em relação aos bens culturais. Por outro lado, deve-se considerar que, no caso de cidades em países em desenvolvimento ou até mesmo subdesenvolvidos, os fatores culturais e sociais são determinantes para as alterações e mudanças da paisagem de maneira mais rápida. A concepção de preservar não é algo somente imposto por leis e decretos, é uma construção de base que começa na educação.

Um dos principais aspectos em relação à cultura da cidade ou de um lugar está fortemente vinculado aos aspectos da formação cultural e principalmente do viés da educação. Nos países latino-americanos não há cultura arquitetônica sólida. Talvez, o Brasil seja, entre todos eles, o exemplo mais categórico da relação que quita a memória existente na paisagem de nossas cidades.

As cidades latinas e brasileiras padecem de um amplo problema. No caso brasileiro é gravíssima a má distribuição de renda, a qual tem gerado múltiplos problemas que afetam diretamente a qualidade de vida, a paisagem das cidades e, principalmente, causa a perda de laços históricos.

Macapá está permeada de significados e simbologias. Há na formação da cidade moderna aspectos peculiares que a demarcaram. Já havia em sua paisagem a imponência de um Forte à beira do rio. Muito embora, a cidade tenha vivenciado todas as influências das cidades modernas, verificou-se, em particular na paisagem urbana, o caráter de outras ca-

racterísticas presentes nas décadas de 1940 e 1950, como a Art Décor, o Neocolonial e o Protomoderno. Porém, as ações institucionais vêm descaracterizando essa paisagem edificada, perdendo assim os vínculos de memória com o passado e possivelmente os vestígios com o futuro (Figura 11).



Figura 11 – Escola Barão do Rio Branco na Avenida FAB.
Fonte: Acervo do IBGE e Portal do Governo do Amapá.

Macapá foi a cidade construída através da simbologia da Avenida FAB. Melhor, “multiconstruída”, comportando, por isso, campos de força, atratividade e representação social. Assim, ao analisar a cidade a partir do prisma do patrimônio edificado, chega-se a um foco: ao invés de observarmos o produto/resultado dessa construção de sentidos e significados de cidade, está o nosso olhar, sim, o processo de construção, dos embates e conflitos provenientes dos campos de força e seus significados. A cidade é uma representação social e um campo de significações.

O VALOR SIMBÓLICO DA AVENIDA FAB PARA O BAIRRO CENTRAL E A CIDADE

A história da Avenida FAB começa com a própria criação do aeroporto na década de 1930, durante a Segunda Guerra Mundial, quando o governo dos Estados Unidos, com vistas ao controle estratégico do Atlântico Sul, buscou composição com o governo brasileiro, que auto-

rizou a construção de bases aéreas militares em diferentes pontos do território amazônico (Lobato, 2013).

No entanto, a sistematização da frequência dos voos só foi consolidada a partir de 1953, com a instalação do Serviço de Aeronáutica (SAER) (Figura 12), composto por um hangar e um avião. A pista oficial ficava localizada nas avenidas FAB e Procópio Rola. O avião foi adquirido com o objetivo de atender com mais rapidez a cobertura dos serviços administrativos do governo e, ao mesmo tempo, auxiliar a população no transporte de medicamentos para o interior ou de pessoas enfermas para Belém do Pará. O hangar foi erguido no mesmo terreno onde está instalada a Secretaria de Estado da Infraestrutura (Costa, 2015).

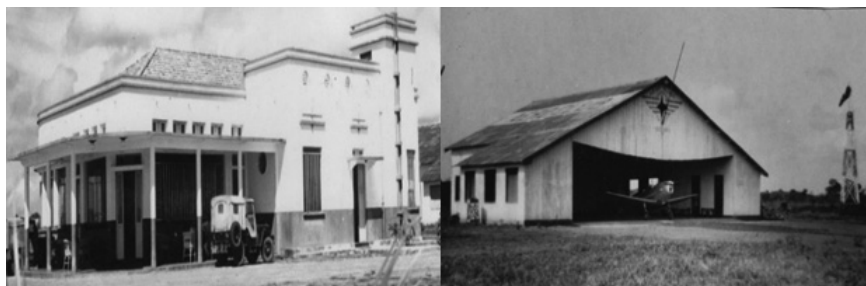


Figura 12 – “Bonanza Beechcraft A 36” e um campo de pouso.

Fonte: Acervo do IBGE.

Nos primeiros anos do antigo Território Federal do Amapá, o governador Pauxy Nunes, convidou o coronel Belarmino Bravo, da Força Aérea Boliviana, para fundar o Aeroclube de Macapá, que desenvolveu, basicamente. No ano de 1956 foi realizado um curso de piloto de aeronaves. Em 1958 ocorreu a transferência das atividades aeroportuárias do campo de pouso existente na Avenida FAB para a atual área do Aeroporto Internacional de Macapá.

Entre os anos 1940 e 1988, a Avenida FAB recebeu toda a estrutura para atender as necessidades do Território Federal do Amapá. Foram construídas escolas que durante muito tempo foram as mais tradicionais da cidade, praças públicas, instituições como a Câmara de Vereadores,

Prefeitura Municipal de Macapá, Palácio do Governo e Assembléia Legislativa do estado do Amapá. A Avenida FAB também tem o privilégio de ter duas obras de um grande arquiteto brasileiro, João Batista Villanova Artigas: a escola Tiradentes e o prédio da Secretaria de Infraestrutura do estado do Amapá.

Na década de 1980, no governo de Aníbal Barcellos, toda a área onde funcionava a Assembleia Amapaense e, anteriormente, o Aeroclube foi demolida. No lugar foram construídas as secretarias de governo. Um dos principais clubes fundados na cidade de Macapá, uma das expressões máximas da sociedade em décadas passadas, funcionou até parte da década de 1990, o Esporte Clube Macapá. A sede foi demolida para ser construído um prédio. Outras edificações importantes também foram edificadas na Avenida FAB. O Hospital Geral de Macapá, até os dias atuais, após inúmeras reformas, continua sendo a principal referência na área de saúde pública na capital.

Até meados de 1990, a Avenida FAB era o palco das principais atrações da cidade de Macapá: os desfiles de Sete de Setembro, do Carnaval no mês de fevereiro e das manifestações folclóricas da cultura local da cidade. A Avenida FAB foi, ao longo de décadas, ganhando importância para a história da cidade de Macapá. Na atualidade, é um divisor entre os eixos norte e sul da cidade, é a principal referência de via urbana ao longo de toda a sua extensão (Figuras 13 e 14).

Sobre a Avenida FAB, é importante idealizarmos, no trajeto desta via, a possibilidade da criação do Museu da Cidade ou a Casa da Cidade. Macapá deve ser concebido a gênese do lugar, como também a evolução da própria história da cidade.



Figura 13 e 14 – Avenida FAB, o cenário das grandes transformações.
Fonte: Acervo do IBGE. Adaptação: Tostes, 2019.

O processo de formação da memória de Macapá em relação à Avenida FAB não se restringe a própria via, mas também, a tudo o que se localiza no seu entorno. Assim como em Paris temos Champs-Élysées, em São Paulo a Avenida Paulista, no Rio de Janeiro a Avenida Brasil, em Belém a Av. Presidente Vargas, em Macapá temos a Avenida FAB, uma via que praticamente formatou a história da cidade de Macapá a partir da criação do Território Federal do Amapá (Tostes, 2015).

Sobre a ideia do Museu da Cidade, creio que seja importante configurarmos a vinculação da Avenida FAB com a Cândido Mendes; o local onde está localizada a Casa Oficial do Governador é a área mais adequada para esse projeto. As autoridades podem discutir essa medida, proporcionando aos cidadãos amapaenses o acesso ao processo histórico de formação da cidade. Haveria registros de fotos, vídeos, painéis, a maquete da cidade e o resgate de diversos documentos públicos que contribuíram para a história da nossa cidade (Figuras 15). A Avenida FAB, como cenário da gênese de Macapá, revela sua importância na sequência de edificações erguidas no decorrer da via, apresenta características consideradas heterogêneas, ora de valor histórico ou de valor simbólico, até chegar ao final da via com estruturas mais desfavorecidas.



Figura 15 – Obras do Arquiteto Villanova Artigas na Av. FAB.

Fonte: Autor, 2019.

Desta maneira, vê-se nessa situação a importância de estudar e analisar cada segmento do trecho da via para propor a melhor alternativa de projeto que atenda às expectativas de integrar os elementos construtivos entre o viés institucional, cultural, recreativo e simbólico.

De acordo com o Plano Diretor, a Avenida FAB corresponde a uma via arterial localizada na zona urbana do município. A zona urbana divide-se em sete subzonas. Trata-se de uma subzona de ocupação prioritária. São áreas propícias ao adensamento para aproveitamento da infraestrutura e equipamentos urbanos instalados e previstos. Na setorização urbana, a via está contida no setor comercial – Cândido Mendes até Hamilton Silva – setor misto 3 – Hamilton Silva até Marcelo Cândia – e, por fim, eixo de atividades 1 – final da via. Quanto ao uso e ocupação do solo, a via caracteriza-se como: lazer, comércio, residencial, uso misto, serviço, escolar, hospitalar, institucional, área em construção e lote ocioso. Na Figura 16, fez-se a discriminação dos lotes por meio de cores desde o início da via – Rua Cândido Mendes – até os limites do muro da Infraero.

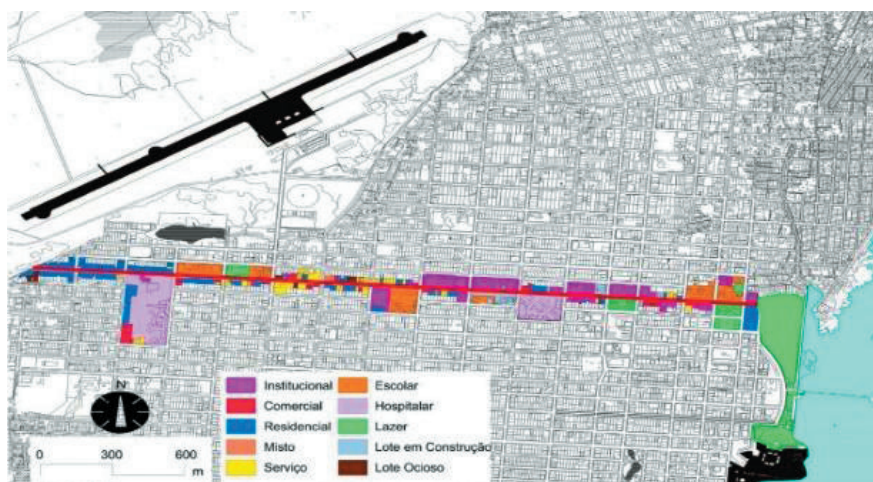


Figura 16 – O uso do solo na Avenida FAB.

Fonte: SEMDUH. Autor, 2019.

Ao longo da via é possível identificar a presença de mobiliário urbano – iluminação pública, bancos, lixeiras, placas de sinalização, ponto de ônibus. Entretanto, tais elementos encontram-se depredados e frequentemente anulam suas funções. Dessa forma, tornam-se ineficientes

e poluem visualmente a paisagem. Em alguns trechos da via não se identificarão tais elementos (Figura 17).



Figura 17 – Mobilidade na Avenida FAB.

Fonte: Autor, 2019.

A avenida FAB ainda mantém atualmente um conjunto de inúmeras atividades, porém não possui mais a dinâmica de épocas passadas, sendo o palco das grandes realizações. As edificações históricas passaram por diversas descaracterizações de sua arquitetura, muito embora seja uma forte referência para história da cidade.

Quanto à inserção da vegetação na paisagem da Avenida FAB, desde a formação urbana da cidade, aderiu-se à utilização de espécies frutíferas e regionais – mangueira. Desta forma, a relação da via com a morfologia do entorno é descrita pela utilização da vegetação na qual enfatiza .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro Central é o primeiro núcleo de formação da cidade de Macapá, todavia a sua paisagem tem padecido com ações institucionais que geram danos ao patrimônio edificado. Mesmo a Fortaleza de São José de Macapá, até o princípio da década de 1950, ficava no ostracismo e sem o devido valor para a época.

Esse perímetro teve um amplo desenvolvimento por décadas, pois foi o lugar de todas as manifestações culturais, sociais, políticas e econômicas. Porém há um divisor importante a partir dos últimos 20 anos, que é o crescimento da verticalização, o que de alguma forma tem impactado em novas dinâmicas no bairro. A construção de edifícios com verticalização alta foi alvo que afetou a paisagem do patrimônio histórico, mas os governantes e a sociedade não conseguiram contribuir para a perspectiva de ver essa área como o grande centro irradiador da cidade. A percepção do bairro central no perímetro histórico da Fortaleza, a Igreja de São José como a memória edificada de nossos antepassados, a maneira como todo esse patrimônio tem sido percebido é ainda mais grave.

Com exceção da Fortaleza de São José de Macapá, todos os prédios originais da época, do Território Federal do Amapá foram demolidos ou completamente descaracterizados, o que demonstra a completa insensibilidade para entender o significado da cidade. Ainda mais grave é dar outras funcionalidades para os prédios remanescentes sem ter nenhum tipo de vínculo com o passado, como o antigo Hotel Macapá, o Trapiche Eliezer Levy, A Casa Oficial do Governador, a Praça Barão do Rio Branco e a Praça Veiga Cabral. São elos perdidos com a nossa memória arquitetônica.

Porém, o bairro Central, apesar de todas essas observações, ainda é o lugar dotado de maior infraestrutura de comércio, serviços, atendimentos institucionais de saúde, educação e segurança. Entretanto, já

não é mais o único polo de concentração da economia da cidade, que nos últimos 20 anos formou, em diversos outros bairros considerados subcentros, alternativas, como a implantação dos shoppings Amapá Garden e Fortaleza nos bairros do Trem e Universidade.

REFERÊNCIAS

- COSTA, T. *Evolução urbana: análise da evolução da cidade de Macapá através da Av. FAB*. Trabalho de Conclusão de curso. Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2015.
- CORREA. R. L. *O espaço urbano*. Princípios. São Paulo, 1999.
- LOBATO, S. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1994-1964)*. São Paulo, SP, 2013, 239 f. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, USP.
- GLAESER, E. L.; WARD, B. A. The causes and consequences of land use regulation: evidence from Greater Boston. *Journal of Urban Economics*, v. 65, n. 3, p. 265-278, 2009.
- GONÇALVES, V.; PINA, M. *Habitação e dinâmicas urbanas em áreas centrais: o caso de Campinas/SP* Housing and Urban dynamics in downtown areas: the case of Campinas/SP. São Paulo, 2017. ANPUR.
- HARVEY. D. *Espaços de esperança*. Edinburgh University Spress, 2006.
- JACOBS, J. *The death and life of American cities, the failure of town planning*. London: Pelican Book, 1961.
- MACAPÁ. *Lei Complementar N° 010/98-PMM* de 31 de Dezembro de 1998.
- _____. *Lei Complementar N° 033/2005* de 25 de Janeiro de 2005.
- MARICATO. H. *Cidades em crise*. Editora Vozes. São Paulo, 200.
- NADALIN, V. *Revitalização de áreas centrais nas cidades brasileiras por meio da mobilização de investimentos privados*. Texto para discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. 1. ed.
- NADALIN, V. G.; FURTADO, B. A.; RABETTI, M. *Concentração intraurbana de população e empregos: os centros antigos das cidades brasi-*

- leiras perderam primazia? **Rebep – Revista Brasileira de Estudos de População**, n. 35, n. 3, p. 1-24, 2018.
- PEREIRA, R. H. M. et al. Desigualdades socioespaciais de acesso a oportunidades nas cidades brasileiras – 2019. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, jan. 2020. (Texto para Discussão, n. 2535).
- PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ. **Instituto Brasileiro de Administração Municipal/Prefeitura Municipal de Macapá**. Macapá, 2004.
- PLANO DIRETOR GRUMBILF. **Governo do Território Federal do Amapá**, 1959.
- PLANO DIRETOR DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Governo do Território Federal do Amapá**, Macapá, 1973.
- PLANO DIRETOR DA HJ COLE. **Governo do Território Federal do Amapá**, 1977.
- PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Prefeitura Municipal de Macapá**. Macapá, 1990.
- REVISTA LATITUDE ZERO. Macapá, 1962.
- RELATÓRIO DO GOVERNADOR JANARY NUNES. **Governo do Território Federal do Amapá**. Macapá, 1944.
- RELATÓRIO GTFA. Macapá, 1959.
- PEREIRA, R. A. **Expansão e planejamento urbano em Macapá: o caso da gleba Infraero**. Monografia (TCC em Arquitetura e Urbanismo) – Santana-AP: UNIFAP, 2013.
- SANTOS, F. R. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do jananismo – 1943 a 1970**. Macapá: Editora Gráfica O Dia S.A., 1998.
- TOSTES, J. A. Planos diretores do estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional. **Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia**. Editor: TOSTES, J. A. Macapá-AP, 2006a.
- _____. **Além da linha do horizonte**. Sal da Terra, João Pessoa, 2012.
- _____. **Pensar a cidade**. Editora Sal da Terra. João Pessoa, 2014.
- _____. **Macapá nem antes ou depois**. Uniedusul, Maringá, 2021.
- VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998. p. 373.

BAIRRO DO TREM: ORIGEM, FORMAÇÃO E OS IMPACTOS DA VERTICALIZAÇÃO NO BAIRRO

José Alberto Tostes¹

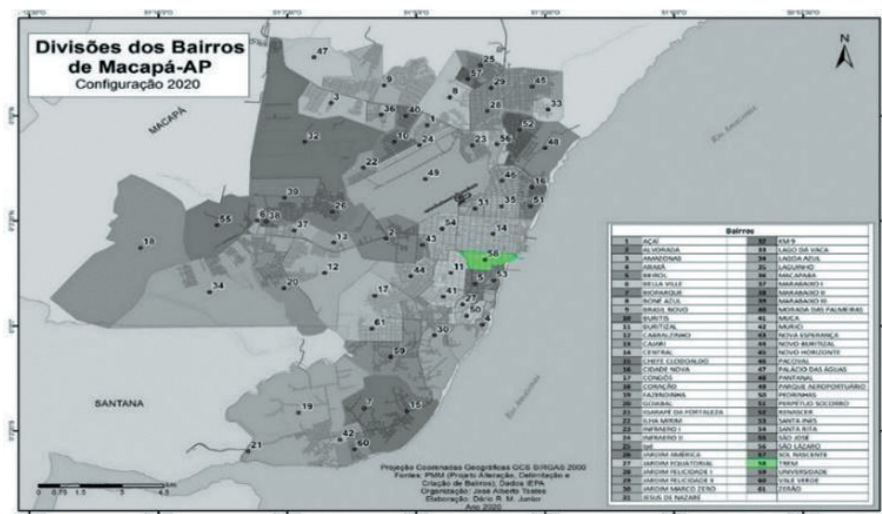
INTRODUÇÃO

Compreender a dinâmica do espaço urbano no bairro do Trem requer pensar sobre os processos históricos que contribuíram para a expansão dos seus limites. Nas últimas décadas, Macapá passou por um intenso processo de crescimento de sua área urbana, acompanhado de um aumento expressivo da população (Tostes, 2021).

O bairro localiza-se no centro-sul de Macapá e é um dos bairros que liga o Centro à Zona Sul da capital. As principais ruas desse bairro (Rua Hamilton Silva, Rua Leopoldo Machado, Rua Jovino Dinoá, Rua Odilardo Silva, Av. Feliciano Coelho, Av. Diógenes Silva, etc) atravessam quase toda a cidade, conforme representação gráfica (Mapa 1).

Na cronologia do tempo é importante visualizarmos a história da cidade. Em 20 de janeiro de 1944, Janary Gentil Nunes tomou posse como primeiro governador do novo Território, após desmembramento do município do Pará.

1 Doutor em História e Teoria da Arquitetura ISA/Cuba. Professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e do mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. E-mail: tostes.j@unifap.br



Mapa 1 – Localização da área do bairro do Trem.

Fonte: BASE SIRGAS; Organização: Tostes, 2024.

Elaboração: Dário Júnior.

A expansão da cidade demandava o mínimo de condição para abrigar os habitantes no novo espaço. O governo do Território mandou escavar um poço no início da Avenida Feliciano Correa, para servir à população. Posteriormente no mesmo espaço funcionaria um banheiro público, uma rinha de galos e, finalmente, a ocupação de uma residência (*Jornal Latitude Zero*, 1969).

Em seu governo, Janary construiu escolas e postos de saúde nos municípios, mandou edificar casas para diretores e funcionários, construiu grupos escolares, entre eles o Barão do Rio Branco (situado na praça do mesmo nome), o Ginásio de Macapá (hoje Escola Integrada de Macapá), o Instituto de Educação do Amapá (IETA), o Hospital Geral de Macapá (a primeira unidade de saúde da capital), a Escola Doméstica (hoje Escola Estadual Santina Rioli), a Escola Alexandre Vaz Tavares, estas duas últimas importantes para a consolidação do Bairro do Trem. Deu-se início ao ordenamento urbanístico de Macapá, construindo-se conjuntos residenciais. O bairro do Trem surge como espaço destinado para abrigar os operários que chegavam ao Amapá, para construir os prédios públicos do Território (Santos, 1998).

A metodologia do artigo foi constituída a partir de documentos oficiais analisados que são os seguintes: Acervo do IBGE; Relatório do Governador Janary Nunes (1944); Plano Diretor Grumbilf (1959); Plano Diretor da Fundação João Pinheiro (1973); Plano Diretor da HJ COLE (1977); Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Macapá (1990); Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (2004); Diagnóstico Econômico Preliminar das Áreas Urbanas do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia (1969); Inventário do Patrimônio histórico da cidade de Macapá (2012); a produção dos trabalhos realizados na disciplina Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo nos anos de (2016, 2017 e 2018). A pesquisa levou em consideração evidências empíricas e principalmente a percepção e análise do local, através de levantamento de campo, estabelecendo e identificando os principais problemas do bairro e suas características.

O artigo está constituído das seguintes partes: a origem e a formação do bairro, como as questões históricas e culturais, a questão econômica do bairro, as definições do plano diretor, os impactos da verticalização, a discussão teórica sobre a produção do espaço urbano. O artigo buscou analisar os fatores decorrentes do processo de verticalização no bairro do Trem, as implicações decorrentes para o processo de ocupação do solo e as transformações da paisagem urbana e suas implicações.

ORIGEM E FORMAÇÃO DO BAIRRO DO TREM

Em 20 de janeiro de 1944, Janary Gentil Nunes, tomou posse como primeiro governador do novo Território, após desmembramento do município do Pará. Sua gestão foi responsável pela definição de Macapá como capital, uma vez que, até então, a capital do Território era o município de Amapá; foi o principal responsável pela estruturação político administrativa do território e pela construção das obras mais importantes como as escolas Santana Rioli (antigo Ginásio Feminino), Alexandre Vaz Tavares, Barão do Rio Branco, Colégio Amapaense, entre outras (Santos, 1998).

A expansão da cidade demandava um mínimo de condição para abrigar as pessoas no novo espaço. Para tanto, o governo do território escavou um poço no início da Avenida Feliciano Correa (Figura 1), para servir à população. Posteriormente no espaço funcionaria um banheiro público, uma rinha de galos e finalmente houve a ocupação como residência. O início da Avenida Feliciano Correa abriga uma das edificações da história do desporto amapaense (Figura 2).



Figura 1 – Poço Público do bairro do Trem/1950.
Fonte: Reprodução da Revista Perfil do Amapá.



Figura 2 – Construção da Sede do Trem – 1949/ Sede do Trem – 2024.
Fonte: Reprodução da Revista Perfil; Arquivo: Sabá Ataíde.

De acordo com Santos (1998), em 1º de maio de 1950 foi fundada a primeira escola do bairro, com o nome de Grupo Escolar Alexandre Vaz Tavares, por meio do Decreto nº104/50-GAB/GTFA, em homenagem

ao poeta e político macapaense, hoje Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares, localizada na Av. Feliciano Coelho nº 117.

O nome da escola, que é uma das maiores do bairro do Trem, é em homenagem ao político, médico e poeta Dr. Alexandre Vaz Tavares, que muito contribuiu para a formação do Território. Ele era um intelectual positivista, médico, político e educador macapaense e foi o 4º Intendente de Macapá. Governou o município por um ano e meio: de abril de 1920 a setembro de 1921 (Santos, 1998; Lobato, 2013).

O governador Janary Nunes (Figura 3) hasteia a bandeira nacional durante a inauguração da escola. O local é no estabelecimento que fazia frente para a Av. Pedro Baião, no bairro do Trem. Após a reforma e adaptação do prédio antigo, a entrada principal foi mudada para a Av. Feliciano Coelho, como está atualmente.

De acordo com Santos (1998), na mesma data, em uma cerimônia que contou com a presença do monsenhor Aristides Piróvano, do padre Antonio Cocco, do governador Janary Nunes e seu secretariado, foi lançada a pedra fundamental da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, que fica em frente à Praça da Conceição.



Figura 3 – Inauguração da Escola Alexandre Vaz Tavares.

Fonte: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>

A iniciativa do governador foi determinante para a estruturação física da máquina pública, assim como para a expansão da cidade, pois havia

a necessidade de abrigar os operários que chegavam ao Amapá para a construção de novos prédios. A criação do bairro do Trem teve início com a abertura da Avenida Feliciano Correa, onde os vestígios de alguns trilhos de trem possivelmente serviram às carretas que transportavam material para a construção da Fortaleza de São José de Macapá, no século XVIII. Este achado é a fonte do nome do bairro do Trem (Revista *Latitude Zero*, 1962).

Existe ainda outra suposição referente à origem do nome do bairro, disponível no blog Porta-Retrato, de propriedade do professor e pesquisador, radialista e jornalista João Lázaro, enviada pelo historiador, professor e radialista Nilson Montoril, publicada em 10 de maio de 2011, que diz o seguinte: “O nome Trem, designa o terceiro bairro surgido em Macapá e um tradicional clube desportivo nada tem a ver com locomotiva. A palavra trem corresponde ao conjunto de ferramentas utilizadas para a realização de determinada atividade”.

Com o passar do tempo, ganhou o sentido, mas de modo empírico e desconhecido da maioria da população. Por ocasião da construção da Fortaleza São José, na então Vila de Macapá, os edificadores do importante do monumento bélico lapidavam as pedras brutas trazidas das campinas do Rio Araperu utilizando marretas, talhadeiras, compassos e outras ferramentas para moldá-las de acordo com as medidas recomendadas pelos engenheiros militares. As pedras eram trabalhadas em um grande barracão situado na área que hoje abriga as residências entre as Ruas Tiradentes e a Praça Floriano Peixoto. A barulhenta oficina tinha o nome de trem de lapidação (Revista *Latitude Zero*, 1962).

O Capitão Janary Nunes instalou o governo do Território Federal do Amapá, aqui só existia o Bairro Central. A partir de abril de 1944, começaram as transferências de algumas famílias afrodescendentes que habitavam as laterais do antigo Largo de São João e áreas adjacentes, todas devidamente indenizadas, para os campos do Laguinho. Pouco depois, com o crescimento da população, espaços próximos à Fortaleza foram progressivamente ocupados até ultrapassarem a área onde existiu o trem de lapidação. O novo bairro passou a ser identificado como bairro da Fortaleza em função do historiador Arthur César Ferreira

Reis. Despontou a ideia de identificar o bairro como Trem, que foi bem aceita (Santos 1998; Lobato, 2013).

Ali foram construídas as primeiras casas para abrigar os operários que chegavam ao Amapá, para construir os prédios públicos do Território. A foto apresentada (Figura 4), mostra a localização da Vila Operária em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Por este motivo o local ficou conhecido como bairro Proletário (Relatório Do GTFA, 1959).



Figura 4 – Vila Operária, década de 1960.
Fonte: Acervo do IBGE.

O ponto com maior força de atração do bairro do Trem é, sem dúvida, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Figura 5). É a segunda paróquia criada em Macapá, constituída atualmente por quatro comunidades: a matriz, no bairro do Trem; Santa Inês, com a igreja na orla do Rio Amazonas; Nossa Senhora de Nazaré, no Araxá; e Cristo Rei, no bairro Pedrinhas. Uma das festas mais antigas dedicadas à Imaculada Conceição no Amapá ocorre no bairro do Trem, há mais de 65 anos, desde 1949, na época da primeira capela de madeira erguida no terreno bem em frente à atual sede do Trem Desportivo Clube (*Jornal Marco Zero*, 1965).

Em maio de 1950, o missionário italiano do PIME (Pontifício Instituto das Missões Exteriores), padre Antônio Cocco, lançou a pedra fundamental da nova capela, consagrada e inaugurada em maio de 1954, pelo bispo da então Prelazia de Macapá, Dom Aristides Piróvano, hoje com a monumental torre ao lado esquerdo. A atual Igreja Nossa Senhora da Conceição recebe muitos fiéis o ano inteiro (*Jornal Latitude Zero*, 1962).



Figura 5 – Igreja Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: Figueiredo, 2024.

Conforme reportagem do *Jornal do Dia* (2010) a presença da Igreja Católica no bairro foi marcante, pois havia todo um trabalho voltado para os jovens do bairro. Foi a influência dos padres que fundou um dos clubes com origem no bairro, o Ypiranga Clube. Surgiu em 15 de maio de 1963, fruto do idealismo dos jovens integrantes da extinta e saudosa Juventude Oratoriana do Trem (JOT), movimento que pertencia à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Por influência e proposição do padre Vitório Galliani, a proposta de adotar as cores azul e preta tem origem nas cores de seu clube do coração na Itália, Internacional de Milão. O bairro do Trem abriga mais duas agremiações de futebol tradicionais, o MV 13 e o Latitude Zero.

A Praça da Conceição (Figura 6) abriga ainda um evento esportivo tradicional do estado, a Copa do Mundo Marcílio Dias, cuja primeira

edição ocorreu em 1952, com o objetivo de integrar ainda mais os jovens que participavam do grupo de escoteiros de mesmo nome, e, com o futebol, fazer com que ser um escoteiro se tornasse mais atraente. Seguindo o modelo da competição realizada pela FIFA.



Figura 6 – Praça Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Figueiredo, 2024.

Copa Marcílio Dias passou a ser realizada de quatro em quatro anos, e assim seguiu nas copas de 1966, 1970, 1974 e 1978. No ano seguinte, a partir da chegada do comandante Barcellos, governador bastante desportista, a competição passou a ser anual. Essa mudança também atendia pedidos dos jovens, que queriam ter mais oportunidades para jogar a Copa (*Jornal Do Dia*, 2010).

A religiosidade tem espaço garantido na Praça da Conceição, uma vez que em seu entorno está instalada a Igreja Presbiteriana Central de Macapá (IPM), localizada na Rua Odilardo Silva, esquina com a Avenida Cônego Domingos Maltês, onde congrega e realiza trabalhos evangélicos nesta capital. Inaugurada em 29 de novembro de 1949 como congregação, passou a ser organizada como igreja em 29 de outubro de 1961. A IPM é uma igreja filiada à Igreja Presbiteriana do Brasil, estabelecida em nosso país desde o século XIX. Tendo sido o Rev. Ashbel

Green Simonton o seu primeiro missionário, vindo dos Estados Unidos no ano de 1859 (Santos, 1998).

Outra igreja evangélica instalada nos arredores da Praça de Nossa Senhora da Conceição é a Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Macapá, localizada na esquina da Avenida Desidério Antônio Coelho com a Rua Odilardo Silva, fundada em 05 de agosto de 1953.

Conforme relatos publicados na *Revista Latitude Zero* (1962) a religiosidade marcante do bairro do Trem se deve a um intenso trabalho da Igreja Católica, pois nas décadas de 60 e 70, provida pela então Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, fazia um trabalho intenso com a juventude local. Aos domingos havia o futebol promovido pelos padres com bolas (PEREELI) trazidas da Itália. Aos jovens que participavam do futebol, eram distribuídos “santinhos” com orações, os quais deveriam ser apresentados na catequese dominical e que, após isso, serviam de ingressos para as matinês dominicais do Cine Paroquial. Tal iniciativa atraía jovens de baixa renda de toda a cidade, pois era a única oportunidade de frequentar o cinema de forma gratuita.

De acordo com Tostes (2022), durante os últimos anos da década de 1980 e começo da década de 1990, ocorreu um movimento dos empresários dos segmentos de bares e restaurantes para colocar nas imediações da Praça Nossa Senhora da Conceição alguns estabelecimentos com funcionamento noturno. Esse fato gerou diversas inquietações por parte da comunidade católica no bairro. No espaço de um ano todos foram fechados ou mudaram de endereço: era uma prova de poder por parte da Igreja Católica.

Historicamente, o bairro sempre teve no futebol e no carnaval dois pontos fortes através dos clubes Ypiranga e Trem Desportivo Clube, nas festividades do carnaval, a Escola de Samba, Piratas da Batucada. Isso contribuiu para que o bairro do Trem sempre tivesse um forte elo associativo, condição que vem sendo diluída com as mudanças que vêm ocorrendo no bairro, mudando o perfil de moradores. Um dos lugares históricos do bairro do Trem é a Sorveteria Santa Helena (Figura 7), inaugurada no começo dos anos de 1970 (Tostes, 2022).



Figura 7 – Sorveteria Santa Helena, no cruzamento das vias Leopoldo Machado e Feliciano Coelho.

Fonte: Figueiredo, 2014.

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO BAIRRO DO TREM

O bairro do Trem é um dos mais antigos e tradicionais do município de Macapá. Está localizado na região central e limita-se com os bairros: Central, Beírol, Santa Inês e Santa Rita. Devido à sua situação geográfica, faz ligação entre a zona norte e a zona sul, tendo um tráfego intenso pela sua maior avenida: Feliciano Coelho, que o corta em toda a sua extensão.

Apresenta como característica principal sua elevação em relação ao nível do mar, proporcionando desta forma uma visão panorâmica do Rio Amazonas. Composto por uma população de classe média de forma heterogênea, constituído por comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, autônomos e operários.

O bairro passou a ter novos cenários nos últimos 10 a 15 anos por conta dos investimentos realizados de grandes, médios e pequenos estabelecimentos comerciais. É visível na paisagem urbana do bairro do Trem essa transição. Os empreendimentos do Shopping Fortaleza e

Supermercado Santa Lúcia estimularam os outros investimentos pequenos e médios no entorno.

Nos últimos dez anos dois grandes empreendimentos deram ao bairro do Trem uma dimensão que até então não existia anteriormente: a construção do Shopping Fortaleza, na Rua Leopoldo Machado, e o Supermercado Santa Lúcia (Figura 8) na Acelino Leão.



Figura 8 – Supermercado Santa Lúcia.

Fonte: Figueiredo, 2024.

Esses dois investimentos são canalizadores de um grande fluxo de público durante a semana, movimentando não somente a economia do bairro, mas também da cidade de Macapá. São mais de 100 lojas de comércio e atividades de serviços, que empregam mão de obra especializada. Outro fator importante e decorrente da implantação desses empreendimentos: no entorno deles, vão surgindo diversos outros tipos de pequenos e médios investimentos, caracterizados pela força atrativa que gera para a economia (Figura 9).

Pode-se dizer que esse fato foi um dos mais marcantes para a paisagem do bairro, somando assim, os investimentos na verticalização que avança gradualmente em diversas vias, como as ruas Eliezer Levy e Odilardo Silva. Porém, deve-se ressaltar que com os benefícios vem também as adversidades. O custo para aquisição de um imóvel no bairro ficou um dos mais elevados da cidade de Macapá.



Figura 9 – Shopping Fortaleza na Rua Leopoldo Machado.

Fonte: Figueiredo, 2024.

Apesar dos investimentos realizados e dos custos referentes à aquisição de um imóvel elevado, esse fator tem ocorrido em vários bairros considerados próximos ao centro da cidade. O bairro do Trem, também de acordo com empreendedores imobiliários, é um dos mais caros com relação ao processo de locação de um imóvel.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO E AMBIENTAL DE MACAPÁ: DIRETRIZES PARA O BAIRRO DO TREM

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, 2004 – alterado pela Lei Complementar nº 077/2011 – PMM, anexo III, Lei de Uso e Ocupação do solo, o bairro do Trem, está inserido na zona centro-sul da área urbana da cidade de Macapá, no setor residencial 1 (SR1), (Figura 10).

O Quadro 1 mostra a intensidade de ocupação para o setor SR1, segundo as diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, 2004 – alterado pela Lei Complementar nº 077/2011 – PMM, que permitem a altura máxima de 8 (oito) m, com 2 (dois) pavimentos. O setor está com 80% de taxa de ocupação (Quadro 2).

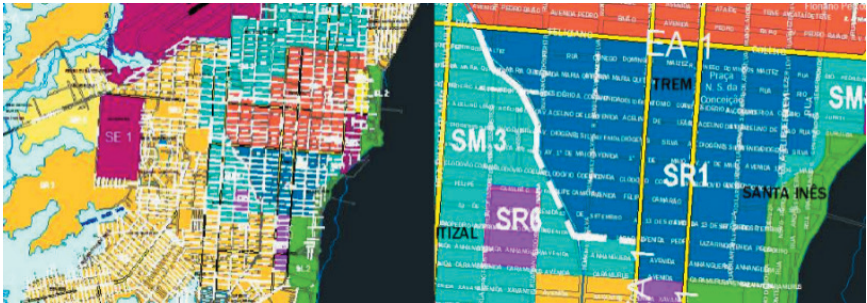


Figura 10 – Mapa de setorização urbana da cidade de Macapá – área de intervenção.
Fonte: Plano Diretor de Macapá, 2011.

Quadro 1 – Quadro de intensidade de ocupação.

SETOR	Diretrizes Intensi- dade e Ocupação	Parâmetros para ocupação do solo							
		CAT		T. O.	T. P.	Nº Máx. Pav.	H máx.	Afastamentos Mínimos	
		Básico	Máx					Frontal	Lateral e Fundos
Setor Resi- dencial 1 – SR1	Baixa densidade Ocupa- cional horizontal	1,0	-	60 %	20 %	2	8,00m	3,00 m	2,50m
		Densidade Bruta DB				60 hab/ hectare			
		Densidade Líquida DL				180 hab/ hectare			

Fonte: Plano Diretor de Macapá, 2024. Notas: CAT.: Coeficiente de aproveitamento do terreno; T.O.: Taxa de ocupação máxima; T.P.: Taxa de permeabilidade mínima; H máx.: Altura máxima da edificação; H: altura da edificação; PD: pé direito.

Quadro 2 – Alterações dos padrões da verticalização no Plano Diretor Participativo de Macapá.

Padrão de verticalização	L. C. nº 029/2004	L. C. nº 077/2011	L. C. nº 109/2014
Alta	22 até 33m (8 a 12 pav.)	Alta 1: 57,20 até 62,90m (20 pav.)	Altura máxima de 76m (22 pav.)
		Alta 2: 34,64 até 37,94m (12 pav.)	
Média	14 até 22m (5 a 7 pav.)	21 a 31,7m (10 pav.)	Altura máxima de 45m (12 pav.)
Baixa	8 até 14m (3 a 4 pav.)	14,35 até 16,10m (5 pav.)	Altura máxima de 23m (5 pav.)

Fonte: Vales (2019): Adaptação: Autor, 2024.

De acordo com Vales (2020, p. 79), essas mudanças ocorridas no PDPM, sobretudo no padrão de altura dos edifícios, foram fatores primordiais na contribuição para as intervenções imobiliárias. Esse cenário alterou as dinâmicas do desenvolvimento sob a ótica da Verticalização Média e Alta na área central e bairros adjacentes. Essas modificações visam principalmente o interesse dos agentes privados, ou seja, interesses imobiliários, que acabam por colaborar no surgimento de espaços segregados na malha urbana, onde uma parte da população é excluída devido aos altos valores desses imóveis. Portanto, acentua o cenário de desigualdade socioespacial, que começa a se tornar mais visível na cidade (Figura 11).

Cabe salientar que o próprio capital imobiliário tem recuado nos últimos quatro anos com relação à verticalização alta. Um dos fatores está relacionado aos custos elevados e o real potencial dos possíveis compradores. Tem ocorrido a clara tendência, nos bairros chamados subcentro, de que os novos investimentos estejam acontecendo através da verticalização média e compacta, por exemplo do tipo Studio, algo que está em evidência no Brasil por apresentar espaços menores e com



Figura 11 – Edifícios de verticalização média concluídos ou em processo de construção no bairro do Trem, nas ruas Eliezer Levy e Odilardo Silva.

Fonte: Autor, 2024.

preços relativamente mais em conta, sem significar que sejam mais baratos para a população (Figura 12) (Tostes, 2024).

Para Tostes (2022), o processo de verticalização na cidade de Macapá obedeceu a um apelo econômico, as mudanças no padrão de altura dos



Figura 12 – Edifícios concluídos no bairro do Trem na Av. Feliciano Coelho.

Fonte: Autor, 2024.

prédios foram fatores emblemáticos e ocorreram através de sucessivas administrações municipais. A modificação no gabarito favoreceu, cada vez mais, a construção de edifícios que reconfiguram a paisagem urbana da cidade. A mudança no padrão da verticalização atraiu construtoras e, inevitavelmente, aumentou o número de contratados no setor da construção civil. No entanto, observa-se que o espaço urbano se tornou mercadoria, predominando o valor do uso do solo com o objetivo de garantir a acumulação de capital (Vales, 2020). De acordo com Tostes (2022), em certos aspectos o capital imobiliário condicionou o poder público para agir na melhoria de determinadas áreas, porém de forma peculiar para alcançar determinado empreendimento privado.

Segundo Batista, Brito e Pantoja (2016), a verticalização é uma consequência da solução de problemáticas do adensamento populacional de uma cidade, onde a ação dos agentes modeladores do espaço ocorre, na maioria das vezes, sem um planejamento adequado. A partir desse processo de crescimento vertical, as classes sociais médias e altas apresentam-se como principais consumidoras, adquirindo imóveis, para fins habitacionais e comerciais.

Dessa maneira, o adensamento da verticalização não pode ser avaliado como uma significativa melhoria na qualidade de vida da sociedade, pois apenas uma minoria dotada de boa condição financeira desfruta dessa melhor infraestrutura. Há, portanto, uma oposição aos objetivos do plano diretor de planejar um desenvolvimento que considere os fatores que envolvem questões territoriais, culturais, socioculturais, administrativas e ambientais (Batista; Brito; Pantoja, 2016). Sobre a citação das autoras, é importante salientar que a verticalização na cidade de Macapá começou de forma tardia. Todavia, esses empreendimentos foram condicionados pelos agentes privados que, de alguma forma, conseguiram se impor através da força do capital (Tostes, 2024).

Para Vales (2020), nos últimos anos a verticalização tem seguido uma trajetória de crescimento exponencial, principalmente na área central da cidade de Macapá. Essa modernidade é impulsionada sob a ótica dos elevados prédios, que persegue uma cidade compacta. Portanto, entende-se que a produção do espaço urbano acontece por meio da ação de

agentes sociais, especialmente os que detêm o capital, visando mudanças de ordem estrutural e social na ordenação espacial da cidade (Figura 13).

A discussão da verticalização define os aspectos positivos e adversos.



Figura 13 – Verticalização média – obra em construção.

Fonte: Autor, 2024.

Embora o produto atenda as classes majoritárias, quando se refere à natureza dos investimentos em infraestrutura urbana, podem-se destacar os possíveis benefícios para o conjunto da cidade. É preciso discutir os valores importantes para a população, mas, para isso, é necessária a democratização das discussões pertinentes ao espaço urbano e ao avanço da verticalização (Tostes, 2018).

A partir da abordagem realizada, é possível constatar que as mudanças ocorridas no Plano Diretor de Macapá beneficiaram, principalmente, o capital privado. Porém, reduzidas mudanças foram realizadas visando a melhoria da qualidade de vida da população com relação ao ambiente urbano, pois o edifício não é um objeto isolado no espaço urbano.

Entende-se que o processo da verticalização é importante para a política de urbanização e, com o passar do tempo, veio tomando força no que se refere ao ordenamento e diretrizes do plano diretor. Por isso, compreende-se que a partir do plano diretor houve grandes mudanças

e essas mudanças, muitas vezes, ocasionam malefícios à população. Um exemplo disso são edifícios altos demais, que acabam causando má circulação de ar e pouco espaço físico, ou seja, edifícios que trazem consequências socioambientais (Vales, 2020) (Figura 14).

Alguns fatores positivos devem ser apontados, tais como: o aqueci-

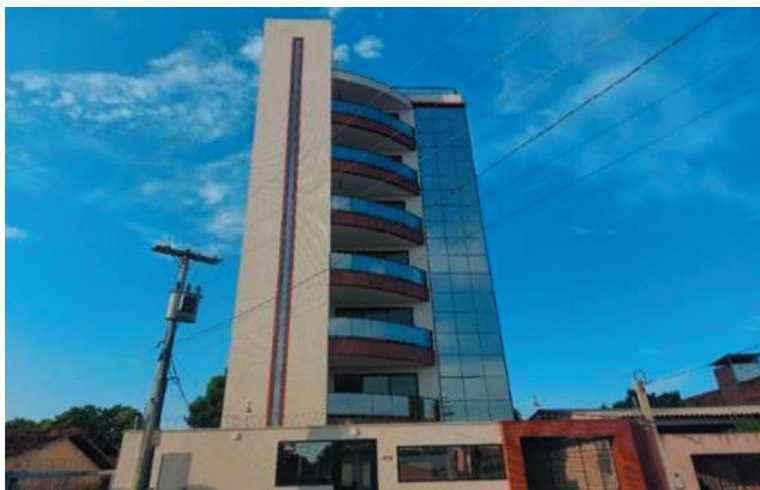


Figura 14 – Novo empreendimento na parte central do bairro do Trem.

Fonte: Figueiredo, 2024.

mento do mercado imobiliário, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento no setor da construção civil, e por consequência, no setor profissional de engenharia e arquitetura. Todavia, os pontos negativos também são importantes destacar. São eles: imóveis com valores elevados, tornando um privilégio de uma única classe social, aumento dos impactos urbanos, concentração do capital, formação de ilhas de calor, menos visibilidade da paisagem urbana. Enfim, todos são fatores desse processo que se torna cada dia mais inevitável nas cidades, faz parte de uma busca comum por um futuro melhor. É preciso pôr em prática projetos que priorizem a qualidade de vida urbana.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BAIRRO DO TREM

A discussão sobre a produção do espaço urbano possui diversas interpretações e variáveis. Na ênfase desse artigo optou-se pelas ideias de Arroyo, Corrêa, Lebreve, Macedo, Silva e Ramires.

De acordo com Arroyo (2016), apesar de a produção espacial ser agenciada pelo Estado junto às instituições privadas, o primeiro se exime de representar a sociedade como um todo para representar os interesses privados muitas vezes, gerando o que se denomina de hierarquização dos lugares, já que existem espaços mais rentáveis que outros. Esse fato se aplica ao caso do bairro do Trem, pois sendo uma área subcentro, o lugar foi sendo valorizado conforme os quesitos de infraestrutura eram acrescidos. Diferente de outros bairros mais próximos da área central, o bairro do Trem possui na sua maior porção diversas vias que não fazem conexões intraurbanas com intensidade de tráfego de veículos, o que facilita de alguma forma novos investimentos na verticalização baixa e média.

Para Corrêa, o espaço é o resultado de relações espaciais entre as áreas da cidade que se configuram com usos diferenciados da terra (Corrêa, 2018). Corrêa (2018) considera tal conceituação como a que se aplica ao modelo de cidade capitalista, na qual esses usos são evidenciados pela desigualdade entre os espaços, nas diferentes finalidades para que são construídos e na questão social que envolve os grupos ocupantes dos diferentes espaços urbanos. Desse modo, temos o que Corrêa (2004) denomina “espaço articulado e fragmentado”, pois esses diferentes usos da terra urbana se constituem em uma rede complexa de ações que, nesse sentido, produz o espaço urbano.

Complementando as ideias de Arroyo (2016) e de Corrêa (2018), verifica-se que tanto a iniciativa privada quanto o poder público influenciam na hierarquização dos lugares, bem como naqueles espaços articulados e fragmentados, à medida que os investimentos vão se consolidando em áreas consideradas mais centralizadas e com maior índices de bens e serviços. Essa condição sobre as ideias dos autores está na condição da paisagem do bairro do Trem, pois o lugar foi consolidando novos valores na sua paisagem.

A hierarquia a que se refere Arroyo (2016) ocorre, em tese, por dois fatores. O primeiro pela definição dos instrumentos institucionais e o segundo pelo maior benefício de serviços e infraestrutura. Por outro lado, a maior parte da relação entre os espaços internos da cidade se dá de forma não pensada pelos habitantes. As diferentes áreas da cidade, geralmente divididas entre área comercial, área de lazer, bairros ocupados pela classe média e alta, bairros periféricos e bairros populares, são transitadas pelos moradores por diferentes motivos: trabalho, estudos, lazer, compras. Desse modo, a relação entre os diferentes espaços urbanos é operada pelo deslocamento diário dos que ocupam esses lugares (Corrêa, 2018).

Há que se considerar nas ideias de Corrêa (2018) que novas dinâmicas vão se instalando a partir de ocupações que não estavam previstas, mas que vão se valorizando naturalmente a partir da oferta de novos serviços e do posterior benefício por parte do poder público. Portanto, a escolha por um lugar para se morar vai depender de diversos fatores. Todavia, a questão econômica é determinante para essa escolha: quanto maior o capital de alguém, maiores são as possibilidades de que o mesmo se localize em áreas com benefícios melhores de infraestrutura. A condição dita por Corrêa é percebida pelos investimentos realizados no bairro do Trem com a chegada de empreendimentos de edifícios residenciais e comerciais.

Macedo (2009) esclarece que os habitantes de uma cidade não usufruem dos mesmos privilégios nessa relação espacial, pois esses não possuem acesso completo aos diferentes lugares dentro da cidade. Afinal, a fragmentação do espaço urbano apontada por Corrêa (2018) se manifesta justamente nessa desigualdade entre os usos da terra, de modo que a cidade não é conceituada como uma unidade de lugar, mas como o conjunto de lugares, diferentes entre si na sua forma espacial e no aspecto social, ideia que é corroborada por Silva (2009), segundo o qual as condições sociais e econômicas de alguma forma irão sobrepor outros critérios técnicos na escolha de alguém por um lugar para morar.

A terra urbana e a habitação são necessidades de todos, o que faz com que o interesse por essas seja generalizado, tanto por aqueles que não possuem o capital quanto pelos que o possuem. Sendo assim, Cor-

rêa (2018) afirma que a produção do espaço urbano não é operada por uma única entidade que reúna todos os interesses, mas por diferentes agentes sociais, com os mais diversos interesses envolvidos. De acordo com o supracitado autor, tais agentes são os que “materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído” (Corrêa, 2018, p. 44) e, portanto, são os que produzem o espaço social com a sua rede de ações, sendo eles, de maneira geral. Os empreendimentos recentes no bairro Trem mostram essa voracidade do capital que tem usufruído do melhor acesso à terra mais próxima da área central.

[...] os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, *status*, etnicidade e sacralidade (Corrêa, 2018, p. 44).

A partir disto, perceberemos que o Estado assume papel fundamental na produção do espaço urbano. Corrêa (2018) cita alguns dos múltiplos papéis do Estado capitalista nessa produção, e um desses trata-se de estabelecer “o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço” (p. 45); e outro, de “taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas” (p. 46). Ainda acrescenta que as diferenças de taxas, estabelecidas pelo Estado, de acordo com os diferentes espaços, são o reflexo e condição para a diferenciação socioespacial no espaço interno da cidade. Nesse argumento pode-se citar os altos valores praticados na cidade de Macapá com relação ao processo de compra de imóveis novos, tipo apartamento. No caso do bairro do Trem, os custos adotados são bem elevados.

Retomando as ideias de Arroyo (2016) sobre as questões da hierarquia, deve-se levar em conta que, nas últimas décadas, tentou-se colocar em prática instrumentos mais participativos e com apelo social. Todavia, quando o próprio poder público é o primeiro a modificar a legislação vigente para atender os interesses do capital, acaba-se por anular os

resultados obtidos a partir da construção social e coletiva. O argumento de Arroyo explica, por exemplo, sucessivas modificações realizadas no plano diretor do município de Macapá realizadas entre os anos de 2008 e 2014. Foram alterações específicas com relação ao gabarito, que proporcionaram o aumento da altura dos edifícios (Tostes, 2022).

Sendo assim, a heterogeneidade evidenciada no espaço urbano capitalista reflete a desigualdade social entre as classes (Macêdo; Silva, 2009), uma vez que a produção do espaço urbano é resultante da ação exercida por agentes sociais com vista a interesses que não compreendem o coletivo. Sobre a ideia de Macedo e Silva (2009) de que supostamente exista uma incompreensão sobre a natureza do coletivo, creio que seja simplista pensar que tais agentes são alheios a essa realidade. O que de fato é determinante é quem pode ou não pagar pelos investimentos realizados. Sobre as ideias de Macêdo e Silva, deve-se ressaltar que na cidade de Macapá os custos imobiliários são os mais elevados da região norte, o que provoca maiores índices de elitização dos espaços. É o caso do bairro analisado.

Por esse aspecto, a população empiricamente tem a clareza, quem reside mais distante dos centros é o segmento mais pobre e quem mora mais próximo são as famílias com melhor poder aquisitivo. Nesse debate que envolve a maior valorização do solo está a verticalização, pois consiste na criação de novos solos sobrepostos, organizados em vários andares, que possibilitam o abrigo de maiores contingentes populacionais do que seria possível admitir em habitações horizontais e, por conseguinte, valorizar e revalorizar estas áreas urbanas pelo aumento potencial de aproveitamento do uso do solo. Nessa afirmação correlaciona-se que as transformações ocorridas no bairro do Trem têm modificado o perfil socioeconômico do lugar, pois as edificações remanescentes de madeira que ainda resistiam nas últimas décadas foram todas demolidas e compradas por novos investidores, que passaram a realizar novos empreendimentos imobiliários.

O processo de verticalização, então, é indicado por diretrizes de planejamento urbano como uma forma de ordenação do espaço urbano visando o suprimento da necessidade de habitação e de terra. De fato, o adensamento vertical se mostra como uma alternativa para a organi-

zação espacial interna da cidade, pois abriga um maior contingente de pessoas em uma parcela da terra, gerando assim melhor aproveitamento do espaço (Vales, 2020; Tostes, 2022).

A produção do espaço urbano geralmente é gerenciada por agentes sociais voltados para o interesse privado em detrimento do coletivo. Isso faz com que, inevitavelmente, pensemos na verticalização nas cidades grandes e médias como um processo que não é isento de tais investidas.

Segundo Lefebvre (2016), o conceito de produção do espaço é de que o espaço não existe “em si mesmo”, ele é produzido perpassando a realidade social. Pois bem, o espaço não é somente a produção social, mas os meios e a condição que devem ser levados em conta para que ocorram as relações sociais.

Tal afirmação de Lefebvre evidencia novamente as ideias de Arroyo (2016) e Corrêa (2018), pois para ambos os autores o espaço é precedido primeiro de regras, sejam elas, determinadas pelo Estado ou pela iniciativa privada, pois a hierarquia não é somente uma barreira para impedir o processo de relações sociais, mas também para impor padrões. O espaço fragmentado, como afirma Corrêa (2018), é um elo impulsionado principalmente pelas demandas sociais reprimidas.

Ramires (1998) afirma que, apesar de a verticalização constituir um aspecto da construção civil que se tornou símbolo da identidade do processo de urbanização no Brasil, aquela não pode ser entendida como resultado natural deste. Pois, de acordo com o autor, o processo de verticalização se trata de “uma das possíveis opções traçadas e definidas pelos diferentes atores sociais e interesses econômicos que envolvem a estruturação interna das cidades” (p. 98). Sendo assim, a valorização do solo e o ordenamento das cidades, em favor da população, não podem ser vistos como características inerentes ao processo de verticalização.

Destarte, entende-se que os pontos positivos e adversos do processo de verticalização implicam questões conflituosas, já que há uma complexa relação entre os múltiplos interesses envolvidos nesse processo. Sendo assim,

as relações estabelecidas entre o público e privado modelam e estruturam o espaço urbano; o Estado, como suporte, dá as condições necessárias

para que a iniciativa privada possa desenvolver as suas atividades, e onde estas atuam, não somente no modelo físico e territorial sobre determinada área, mas nas relações estabelecidas sobre um determinado grupo (Santos, 2008, p. 19).

Adiante, enumeram-se os pontos concernentes à verticalização mais significativos para a produção do espaço urbano em geral e os que, nesse processo, mais afetam o ordenamento interno da cidade tanto no aspecto formal quanto social.

No que tange aos aspectos formais e ambientais da verticalização no espaço urbano, temos os apontados por Ramires (1998), sendo os principais: a sobrecarga da infraestrutura, a formação de ilhas de calor e a impermeabilização do solo. Além desses aspectos há que se considerar o maior volume e consumo das infraestruturas já existentes nas áreas mais bem valorizadas.

Quanto aos aspectos sociais, a verticalização reflete e condiciona a diferenciação dos espaços e a desigualdade social. Segundo Ramires (1998), a propagação do apartamento no Brasil, por exemplo, se deu por conta da aceitação desse tipo de imóvel por parte das classes médias e altas. Sendo assim, o apartamento na verticalização passa a ser associado aos grupos de maior renda; ainda que, para estimular o adensamento vertical pela classe baixa, o governo produza as habitações verticalizadas (Ramires, 1998) — é o caso dos programas governamentais de habitação popular verticalizada.

Além disso, o processo de verticalização é responsável por profundas mudanças em relação ao valor e uso do solo urbano, o que também afeta a estruturação social (Ramires, 1998). Pois, o valor dos espaços é negociado pelo Estado junto a empresas de construção civil visando a geração de lucro para o interesse privado, de modo que, ao serem finalizadas, essas edificações serão (ou já foram, até o momento da finalização) vendidas àqueles que possuem o capital, ou seja, os das classes média e alta, excluindo assim os indivíduos e os agentes sociais de baixa renda. A argumentação de Ramires vem se aplicando às diversas cidades brasileiras onde o mercado imobiliário tem conduzido as estratégias de

ocupação do espaço urbano, fato que no caso de Macapá tem ocorrido com certa voracidade nos últimos anos.

Portanto, entende-se que a produção do espaço urbano ocorre por meio da ação de agentes sociais, especialmente os que detêm o capital, visando mudanças de ordem estrutural e social na ordenação espacial da cidade (Tostes, 2022). Nessa produção, a verticalização abrange diversos aspectos que afetam o ordenamento interno da cidade como um todo, promovendo alterações na estruturação dessa, uma vez que gera impactos, além de ambientais e físicos – que modificam a paisagem urbana –, sociais, econômicos e políticos. Assim, o processo de verticalização assume lugar de destaque dentro da produção do espaço urbano, gerando benefícios para determinados grupos em detrimento de outros, o que afeta diretamente o direito à cidade (Corrêa, 2018; Lefebvre, 2016).

Lefebvre afirma que o direito à cidade passa por um conjunto de ações estratégicas com maior repartição dos benefícios já existentes. O problema não é somente se o sujeito reside distante dos centros mais bem valorizados, mas sim se, onde ele mora, existem os serviços necessários que atendam as condições primordiais de qualidade de vida?

É visível que a verticalização na cidade de Macapá vem aumentando, principalmente a verticalização alta. Mas é preciso deixar evidente que este aumento não significa melhoria na qualidade de vida da população ou em desenvolvimento para o estado, pelo contrário, construir prédios de forma aleatória, sem levar em consideração os pontos negativos deste processo é retroceder do ponto de vista do desenvolvimento urbano, visto que um dos principais critérios do Ministério das Cidades não está sendo levado em consideração, a participação popular. Com isso a cidade continua a ter uma gestão urbana tecnicista, como aquelas vistas no passado. Outro ponto é atentar para o crescimento não somente do número dos edifícios, mas também, da infraestrutura urbana (Batista; Brito; Pantoja, 2016, p. 59).

O debate sobre a produção do espaço no artigo vai além do fato de quem é o beneficiado com o produto da verticalização, mas também sobre conjunto dos investimentos realizados, pois, mesmo na condição contraditória de quem vai se servir do objeto da verticalização, durante

todo esse processo, movimentam-se a economia e toda a cadeia produtiva do segmento da construção civil e do desenvolvimento do lugar (Ramires, 1998; Batista; Brito; Pantoja, 2018, Vales, 2020, Tostes, 2022). No caso do bairro do Trem, todos os argumentos aqui elucidados são pertinentes, pois cada lugar da cidade tem suas especificidades e não está alheio aos processos capitalistas, em que todas as tendências vão ser influenciadas pelas regras do mercado local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro do Trem é um dos bairros mais importantes da cidade de Macapá. Ao longo de sete décadas ocorreram profundas transformações na sua paisagem urbana, o bairro saiu de um lugar pacato até o final da década de 1970 para se tornar um dos principais locais de referência da cidade. Nos dez últimos anos ocorreram inúmeros investimentos de grande impacto no perímetro do bairro, como supermercados e o Shopping Fortaleza, além de pequenos e médios investimentos.

O crescimento da verticalização na cidade de Macapá é outro fator que torna o bairro do Trem um dos lugares preferidos pelas empresas que investem no mercado imobiliário. Hoje, há pelo menos cinco a seis novos investimentos em verticalização média, o que confirma a tendência de que, nos próximos anos, esse bairro seja um dos preferidos pela classe média e alta.

O bairro ainda mantém a força atrativa religiosa da Igreja Nossa Senhora da Conceição como uma das referências, todavia, cabe a menção de que, com o passar dos anos, vem-se alterando o perfil da população, pois agora começam a existir maiores diversidades, ou seja, são transições que vêm gradualmente modificando a paisagem da cidade de Macapá, estimuladas pelos processos econômicos e os ciclos migratórios.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. F. **Políticas de desenvolvimento regional, migração, urbanização e saúde na Amazônia brasileira com ênfase ao município de Macapá**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.
- ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço**. São Paulo: Expresso Popular, 2016, p. 71-85.
- BRASIL, **Ministério do Interior; Banco da Amazônia S.A.** Diagnóstico econômico preliminar das áreas urbanas do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. Dep. de Estudos Econômicos Belém: Ministério do Interior, 1969.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1998.
- BRASIL, ESA. **Relatório Síntese do Plano de Desenvolvimento Aeroportuário PDA – SBMQ**. Macapá – ap. Infraero, 2002.
- BATISTA, A. J; BRITO D. M. C; PANTOJA, G. M. T. O processo de verticalização urbana em Macapá/AP. **Revista Geoamazônia**. Belém, v. 04, n. 08, p. 46-63, jul./dez. 2016.
- CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. DE; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 41-51.
- DRUMMOND, J. A; PEREIRA, M. A. P. **O Amapá nos tempos do manganês**. Um Estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro – RJ. Garamond, 2007. 69 .
- GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista. **Impactos Ambientais Urbanos**. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Acervo fotográfico de 1940 a 1970 do Estado do Amapá. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 junho de 2024.
- JORNAL DO DIA. Reportagem sobre as questões culturais do bairro do Trem. Macapá, edição 22 de junho de 2010.
- JORNAL LATITUDE ZERO. Macapá, edição 21, ano de 1962.

- JORNAL MARCO ZERO. Macapá, edição 12, ano de 1965.
- LAZARO, João. <https://porta-retrato-ap.blogspot.com.br>. Disponível em: <http://portaretrato.com.br/2013/06/bairro-do-trem>. Macapá.html, acessado em 24 de outubro de 2024.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 6ª ed. Paris: Editions Anthopos, 2000). Primeira versão início fev.2016.
- LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1994-1964)**. São Paulo, SP, 2013, 239 f. Tese (doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, USP.
- MACAPÁ, Município de. **Lei Complementar nº 028/2004**, Dispõe Sobre o Perímetro Urbano do Município De Macapá e descreve os Limites da Cidade de Macapá, de 24 de junho de 2004.
- _____. **Lei Complementar nº 026**, Institui Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá e dá Outras Providências, de 20 de Janeiro de 2004.
- _____. **Lei ambiental nº 948/98**, Dispõe sobre a Lei de Proteção, Controle, Conservação e Melhoria do Meio Ambiente do Município de Macapá.
- _____. **Lei Complementar nº 010/98**-PMM de 31 de Dezembro de 1998.
- _____. **Lei Complementar nº 033/2005** de 25 de janeiro de 2005.
- MACÊDO, C. S.; SILVA, R. C. N. **A produção do espaço urbano**. 2009. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_AO2_WEB_IMZM_SF_SI_SE_181209.pdf>. Acesso em 16 jul. 2024.
- PLANO DIRETOR GRUMBILF. Governo do Território Federal do Amapá, 1959.
- PLANO DIRETOR DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Governo do Território Federal do Amapá**, Macapá, 1973.
- PLANO DIRETOR DA HJ COLE. **Governo do Território Federal do Amapá**, 1977.
- PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Prefeitura Municipal de Macapá**. Macapá, 1990.

- PEREIRA, R. A. **Expansão e planejamento urbano em Macapá: O caso da gleba Infraero**. Monografia (TCC em Arquitetura e Urbanismo) – Santana-AP: UNIFAP, 2013.
- PORTELHO, I. S. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados: uma análise do PDSA na cidade de Macapá – AP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, Belém-PR, 2006.
- RAMIRES, J. C. de L. O processo de verticalização das cidades brasileiras. **Boletim de Geografia**. Maringá, DGE / UEM 16 (1): 97-105. 1998.
- REVISTA LATITUDE ZERO. Macapá, 1962.
- RELATÓRIO DO GOVERNADOR JANARY NUNES. Governo do Território Federal do Amapá. Macapá, 1944.
- RELATÓRIO GTFA. Macapá, 1959.
- SANTOS, C. P. dos. **Reestruturação urbana de Londrina: a verticalização no período 2000-2008**. 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, p. 107.
- SANTOS, F. R. **História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo – 1943 a 1970**. Macapá: Editora Gráfica O Dia S.A., 1998.
- TOSTES, J. A. **Planos diretores do estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Editor: TOSTES, J. A. Macapá-AP, 2006a.
- _____. **Além da linha do horizonte. Série Arquitetura e Urbanismo – Sal da terra**.
- _____. **Macapá nem antes ou depois**. Editora Uniedusul. Maringá, 2022.
- _____. **O ambiente construído na cidade de Macapá. Jornal A Gazeta do Amapá**. Edição 12. Macapá, 2024.
- VALES, E. M. **Análise do desenvolvimento da verticalização na cidade de Macapá a partir do período de 2004 a 2018**. Dissertação de mestrado. Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2020.

BAIRRO DO LAGUINHO EM MACAPÁ, AMAPÁ: UM RESGATE HISTÓRICO E URBANO

*Eloane Ramos Cantuária*¹

*José de Vasconcelos Silva*²

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar o bairro do Laguinho e sua relevância para a cidade de Macapá. A escolha do Laguinho para o estudo surgiu por se tratar de um dos bairros mais tradicionais da capital, considerado símbolo da identidade negra do Amapá. Hoje o Laguinho apresenta características únicas, onde suas histórias e de seus moradores são festejadas, cantadas e transformadas em versos, prosas e sambas, tornando-se verdadeiros patrimônios culturais da população amapaense.

A investigação parte de uma abordagem histórica, traçando as várias versões sobre a sua origem, apresenta as influências místicas, populares, religiosas e filosóficas que norteiam este surgimento. Exibe as

1 Arquiteta e urbanista, doutora em Urbanismo pelo PROURB/UFRJ, mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA, professora adjunta do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e líder do Projeto de Pesquisa Memórias Urbanas. E-mail: eloane@unifap.br

2 Professor de Artes, artista visual e fotógrafo, mestre em Artes Visuais UFPB/UFPE, professor adjunto do curso de Artes Visuais da UNIFAP e líder do Projeto de Pesquisa Memórias Urbanas. E-mail: jose.vs@unifap.br

características físicas, distribuição do cenário e organização urbana e descreve as informações sobre a infraestrutura do bairro, e dos aspectos da mobilidade urbana.

Noutro momento traça o aspecto demográfico que são os dados úteis para compreender o comportamento da população, identificando alguns padrões do Laguinho, como população, sexo, faixa etária, taxa de domicílio e raça.

Por fim, traz um perfil cultural do bairro, destacando o simbolismo do Laguinho como o “berço da cultura negra amapaense”. Apresenta alguns moradores ilustres, considerados parte da memória do bairro. E oportuniza a se conhecer os espaços do Laguinho, importantes pontos de cultura da sociedade amapaense como o Poço do Mato, o Banco da Amizade, a Igreja São Benedito, o Ciclo de Marabaixo (Casa do Pavão e a Casa da Tia Biló), o Centro de Cultura Negra – UNA, a Praça Chico Noé e a Agremiação Carnavalesca Boêmios do Laguinho.

MACAPÁ: DO MARQUÊS DE POMBAL A JANARY

A cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, teve sua origem ligada à sua localização estratégica, sendo originada de um pequeno destacamento militar existente na foz do Rio Amazonas, em sua margem esquerda, ponto mais estreito do Grande Rio que adentrava a costa norte do país, no século XVIII. A importância desse território foi reconhecida pelo primeiro-ministro de Portugal Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, que governou no reinado de D. José I, entre os anos 1750 e 1770, e que viu ali um local ideal para edificar uma vila planejada e construir uma imensa fortificação para guardar a porta de entrada da costa amazônica, no extremo norte do Brasil (Araújo, 1998).

A Vila de São José de Macapá recebeu um tratamento especial do marquês. Araújo (1998) destaca que o plano para a cidade tinha uma configuração diferenciada das demais vilas portuguesas construídas no Brasil, pois foram planejadas duas grandes praças ao invés de apenas uma, como era usual naquele momento, como observado na figura 1 abaixo.

A malha ortogonal do plano urbanístico feito em Portugal teve que se adequar às características físicas da cidade, que ao sul apresentava uma grande área úmida e à leste estava à beira do rio. Portanto, no desenho a vila estendia-se à oeste e à norte, espaços que permitiriam o crescimento da vila em terra firme, como pode ser observado na figura abaixo.



Figura 1 – Plano urbanístico da Vila de Macapá.

Fonte: Araújo, 1998.

Os planos de Pombal de ocupar, investir e desenvolver as vilas amazônicas não se concretizou, e a Vila de Macapá foi gradativamente recebendo menos investimentos, até estagnar. Foram quase 200 anos de isolamento e de falta de investimentos significativos do governo do Pará, do qual a cidade era um dos municípios.

A cidade de Macapá, até as primeiras décadas do século XX, não havia sofrido mudanças expressivas em sua configuração espacial, resultando em um espaço similar ao que havia sido planejado pelos engenheiros portugueses no século XVIII. A cidade também não havia crescido significativamente, possuindo praticamente as mesmas dimensões do

passado. No entanto, a ocupação no entorno das duas praças refletia o poder econômico e político da cidade.

Ao redor da Praça São Sebastião, a praça da Igreja de São José, ficaram as famílias com poder político e econômico, os militares, comerciantes, e demais moradores com algum tipo de prestígio social ou econômico. Já na Praça São João, fixou-se a camada mais simples da população – incluindo os negros que haviam sido “libertados” no final do século XIX – a qual se constituía como parte da camada empobrecida da cidade. Enquanto entre as edificações da praça da igreja predominavam casas de alvenaria e taipa rebocada, na outra, as casas eram em sua maioria de madeira.

Nesse cenário, a região composta pelos municípios do extremo norte do Brasil, que fazia fronteira com a Guiana Francesa até a Foz do Amazonas, foi transformada em Território Federal do Amapá em 1943, quando foi desmembrada do estado do Pará. A criação do Território Federal representou um novo tempo para o local, sendo que a cidade de Macapá que estava há bastante tempo sem investimentos de infraestrutura, experienciou o surgimento de várias obras em um curto período, sendo este o segundo momento de modificações urbanas da cidade³ (Cantuária et al, 2010, p. 463). Silva (2022) corrobora com esse pensamento discorrendo que:

A paisagem e a dinâmica da pacata e pequena vila é transformada do dia para a noite. Macapá, uma cidade predominantemente rural, que vivia de poucos recursos, passou a receber um grande volume de investimentos, e muitas pessoas viram esse momento como propício para melhorarem suas condições de vida e oportunidades de trabalho. Na época, os poderes públicos conseguiram, às custas da política intervencionista na região, realizar, em um período de dois anos, várias obras concentradas no centro da cidade, com o objetivo de aparelhar a cidade para sediar o novo governo (Silva, 2022, p. 298).

3 O primeiro momento de grandes obras urbanas em Macapá foi no período de sua fundação no século XVIII.

Em sua gestão, que vai de 1943 a 1956, o governador do novo Território Federal construiu escolas, hospital, hotel, cineteatro, residências funcionais, ou seja, dotou a pequena vila que possuía ares rurais, de serviços e estabelecimentos que a transformaram em uma próspera e renovada cidade, compatível com os dirigentes e servidores que Janary traria para compor o seu governo. Mas o plano de expansão e embelezamento da cidade não chegou até a população afrodescendente da capital.

A chegada do novo governo não trouxe só benefícios para a região; a comunidade negra de Macapá, composta de ex-escravizados e seus descendentes, viveu o preconceito e o autoritarismo velado do regime vigente, quando foram convencidos a deixar suas casas no Largo dos Inocentes⁴, na Vila Engrácia⁵ e na Rua da Praia⁶ (Figuras 2 e 3), para ocupar as áreas periféricas e rurais, no entorno da cidade, que posteriormente formariam os bairros do Laguinho, da Favela e do Igarapé das Mulheres (Luna, 2017; Silva, 2022; Canto, 2017).



Figura 2 – Rua da Praia no início do século XX. Fonte: Montenegro, 1902.

-
- 4 O Largo dos Inocentes, também chamado de Formigueiro, localiza-se atrás da Igreja de São José.
- 5 A Vila Engrácia localizava-se na Praça São João, que na atualidade é reconhecida como Praça Barão do Rio Branco.
- 6 A Rua da Praia localizava-se em frente à cidade, na beira do rio.



Figura 3 – Largo dos Inocentes abaixo nos anos 1980.
Fonte: Montoril, 2012.

BAIRRO DO LAGUINHO: ORIGEM E FORMAÇÃO

O Laguinho é um dos bairros mais tradicionais de Macapá. Ele foi um dos primeiros bairros a ser urbanizado e sempre teve uma forte presença cultural e social. O bairro foi cenário de importantes eventos históricos e é conhecido por manter viva as tradições locais, como o Marabaixo⁷, manifestação cultural afro-brasileira.

De acordo com Canto (2021), o nome Laguinho surgiu em razão da presença de “uma ressaca de águas estagnadas, cercada de buritizeiros, local hoje situado entre as ruas Odilardo Silva e Eliezer Levy”. Esse local também era conhecido como Poço da Boa Hora, e era o lugar onde as mulheres lavavam as roupas, como descreve Dona Josefa⁸ a seguir: “o

7 Marabaixo é uma manifestação cultural constituída principalmente por canto, música e dança. Vincula-se ao fazer religioso do catolicismo popular praticado predominantemente pelas comunidades negras do Amapá. Costuma ser ofertado às santidades de devoção em agradecimento pelo alcance de uma graça, ainda que não se restrinja a este contexto (Ministério Da Cultura, 2018).

8 Entrevista concedida ao Canal TV David Diogo, em 23 de set. de 2012. Macapá, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6S7NbGY1w4M>

bairro do Laguinho era um apelido, porque não tinha casa (...) a gente vinha lavar — minha mãe, as outras senhoras mais idosas — porque não tinha onde tirar água para lavar. A gente lavava para ganhar o pão de cada dia, era lavando para fora”. (Dona Josefa, 2012)

Informação confirmada pelo sr. Raimundo dos Santos Souza⁹, o mestre Sacaca, em entrevista datada de 1990, quando ele afirma que:

Onde está a casa do sr. Adelino devia ser o Poço da Boa Hora, um poço que foi criado, era onde todas as senhoras se reuniam pra lavar a roupa das pessoas da época, principalmente das autoridades, porque foi aprovado por “A” mais “B” que era a região onde tinha a água mais limpa desta cidade, e por isso passou a ser chamado de laguinho, porque na realidade você vê o lago pequeno (Sacaca, 2022).

Como mencionado anteriormente, o Laguinho é um dos bairros mais antigos de Macapá/AP e originou-se da transferência compulsória dos moradores negros do núcleo inicial da cidade, para as áreas adjacentes ao centro, na gestão do capitão Janary Gentil Nunes. O governador do recém-inaugurado Território Federal implementou um projeto de urbanização, saneamento e embelezamento da cidade e, em seus planos de renovação, estava a criação edifícios públicos e um conjunto de residências oficiais para abrigar os dirigentes e servidores do governo, incluindo a sua própria residência, na praça São João (Nunes, 1946). Por essa razão era necessário fazer a transferência dos moradores da Vila Santa Engrácia e da Rua da Praia para a área que no futuro viria a ser o bairro do Laguinho.

Essa mudança dos negros do centro da cidade foi controversa e até na atualidade gera divergências entre os historiadores, memorialistas e afrodescendentes. De acordo Lobato (2015), os moradores foram convencidos pelo mestre Julião Ramos, que gozava de grande prestígio entre a comunidade negra, a deixarem a área para a construção das obras de urbanização e embelezamento do local em troca de terras nas áreas rurais, no entorno da Vila. A outra vertente sustenta que essa mudança

9 Entrevista concedida no ano 1990, acervo do ex-governador João Capiberibe.

gerou resistência da comunidade afrodescendente desde o início, que se viu deslocada para uma área periférica sem o apoio necessário para se estabelecer de maneira adequada, gerando conflitos entre a comunidade negra e o governador (Canto, 2021).

De qualquer forma, a retirada da população de forma compulsória ou consentida, aliada ao embelezamento e valorização da área, demonstra claramente a gentrificação do local pelo poder público, similar a outros processos de reformas urbanas que têm ocorrido no Brasil desde o final do século XIX. De acordo com Tarcyla Fidalgo Ribeiro:

A gentrificação, neste contexto, deve ser vista como uma das consequências mais drásticas da capitalização das cidades em detrimento dos mais pobres, com a negação de seus direitos mais básicos, como o de moradia, dada sua expulsão de territórios redesenvolvidos sem possibilidade de se beneficiar das intervenções físicas realizadas – via de regra agregadoras de infraestrutura e amenidades locacionais (Ribeiro, 2018, p. 1.352).

A transferência da população negra fez com que o bairro do Lagui-nho se tornasse um reduto de resistência e de propagação da cultura negra em Macapá, sendo o bairro reconhecido como uma referência do povo afrodescendente na capital amapaense, contendo em seu interior diversos bens culturais ligados à cultura negra na área como: a União dos Negros do Amapá (UNA), a Universidade de Samba Boêmios do Lagui-nho, a Igreja de São Benedito, a Praça Chico Noé, o Banco da Amizade, Poço do mato, além de ser palco do ciclo do Marabaixo e ainda conter casas tradicionais de festeiros do Marabaixo em seu espaço.

A transferência dos negros para a parte norte da cidade não foi um fato enfrentado com passividade por eles; daí naturalmente surgiram alguns núcleos de reação contra a arbitrariedade cometida pelo governo, que retirou os negros da frente da cidade com o objetivo real de preparar o referido local estrategicamente situado às margens do Rio Amazonas. (Canto, 2021)

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, URBANAS E INFRAESTRUTURA

O bairro do Laguinho compreende a área entre as ruas Leopoldo Machado e Cândido Mendes e as avenidas Ernestino Borges e Pedro Américo. Ao sul se limita com o bairro Central, à leste com o bairro Perpétuo Socorro, ao norte com o bairro Pacoval e à oeste com o bairro Jesus de Nazaré (Figura 4). É um bairro arborizado, que possui relevo moderadamente acidentado em parte de seu território; o uso do solo é majoritariamente residencial, contudo, a região é bem servida de comércio e serviços, seja de supermercados, farmácias, escolas, praça, templos religiosos, entre outros.

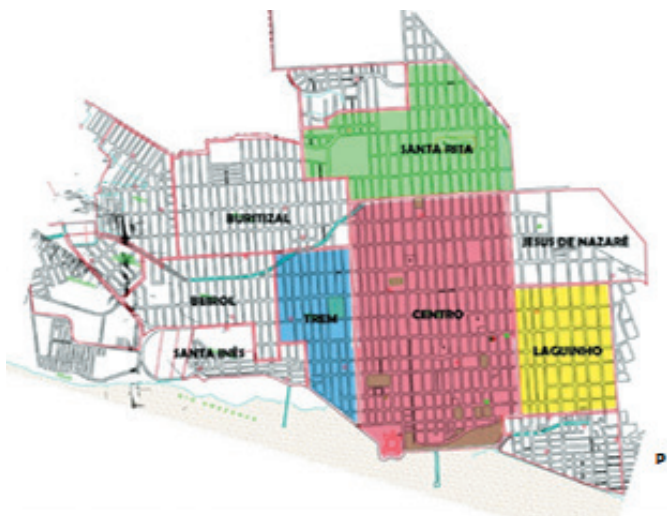


Figura 4 – Planta da área central de Macapá – Localização do bairro do Laguinho.

Fonte: Cantuária, 2021.

Quanto à infraestrutura, o bairro possui rede de energia elétrica e de abastecimento de água, mas não possui ainda rede de esgoto sanitário, apenas drenagem de águas pluviais. O Laguinho possui ruas asfaltadas, mas nem todas apresentam meio fio e linha d'água e boa parte das calçadas não estão em boas condições de trafegabilidade, pelas más condições do pavimento, arborização inadequada ou construções de

rampas ou calçadas de alturas diferentes da vizinhança, dificultando a mobilidade no passeio público.

O trânsito na região é moderado, mas na hora de pico torna-se intenso, especialmente nos binários compostos pelas ruas General Rondon e Eliézer Levy, onde os usuários enfrentam problemas de lentidão e congestionamento. Essas vias fazem a ligação entre a zona norte e a zona sul da cidade e configuram-se como um importante binário para a mobilidade na cidade. Já as avenidas Raimundo Álvares da Costa e Procópio Rola, que fazem a ligação entre a zona leste (centro da cidade) e zona oeste, também são dois binários importantes para acessar o bairro. No bairro existem também outras vias importantes como a Avenida José Tupinambás, Rua Odilardo Silva, e Rua Jovino Dinoá.

A localidade possui diversas linhas de transporte público que fazem a ligação bairro-centro-bairro ou entre o bairro do Laguinho e outras zonas da cidade, contudo, com um número insuficiente de veículos para atender à população. Quanto às áreas verdes, de lazer e entretenimento e espaços culturais, destacam-se a Praça Chico Noé, a União dos Negros do Amapá, os barracões de Marabaixo e a Universidade de samba Boêmios do Laguinho.

O PERFIL DEMOGRÁFICO DO BAIRRO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou um teste nacional para aprimorar a pesquisa de campo para o Censo de 2022. Em Macapá, o Bairro do Laguinho foi escolhido para receber esse teste preparatório dos sistemas de coleta do Censo 2022, e entre os meses de novembro e dezembro de 2021, cerca de duas mil moradias foram visitadas pelos recenseadores. Abaixo está o mapa dos imóveis visitados no bairro.

Em março de 2022, o IBGE divulgou os dados do teste preparatório do Censo 2022 no bairro do Laguinho, contendo questões como faixa etária, número de moradores por residência, condições de moradia, educação, renda e condições de vida (Figura 5).

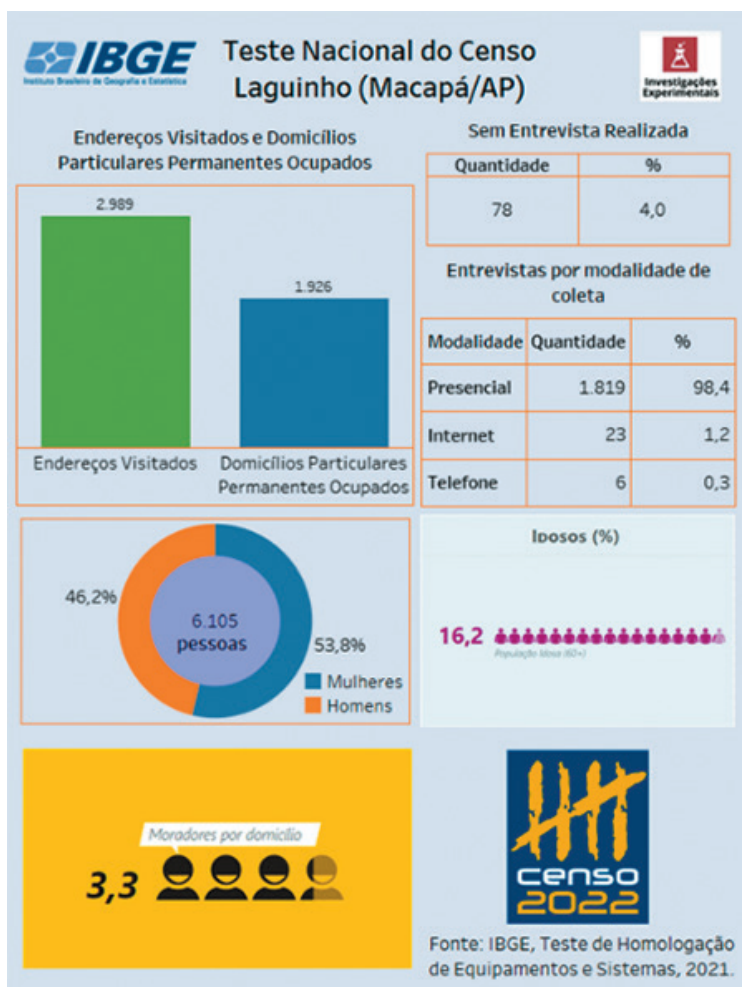


Figura 5 – Teste Preparatório do Censo 2022 no bairro do Laguinho.

Fonte: IBGE, 2021.

O perfil demográfico do teste para o censo de 2022 visitou 2.989 endereços, dos quais 1.926 eram domicílios particulares e permanentemente ocupados. No Laguinho, verificou-se que a maior taxa de entrevista presencial foi 98,4%. Do total de 6.105 habitantes residentes no bairro, o maior percentual é de mulheres, 53,8%, e apresenta 16,2% com idade acima de 60 anos ou mais. Na pesquisa as famílias possuem cerca de 3,3% de moradores por domicílios.

Na Figura 6 abaixo, no mapa de Macapá, apesar de serem visíveis os naturais processos de expansão urbana e crescimento periférico da cidade, podemos observar a predominância da população parda (cor verde) por toda a capital. No destaque da figura à direita está a área central de Macapá e seus bairros vizinhos, que inclui o bairro do Laguinho; nele é possível observar que não há concentração de pretos e pardos em um único território, ou seja, nesses bairros teoricamente a distribuição não apresenta grandes diferenças raciais.

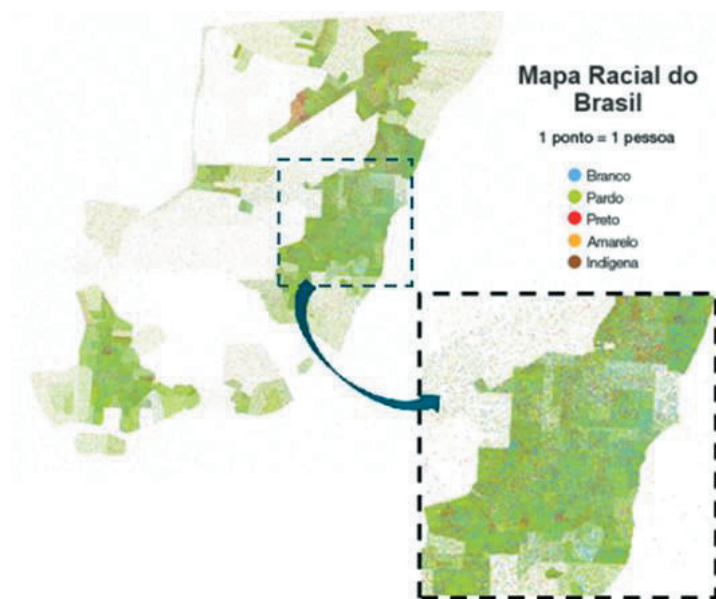


Figura 6 – Mapa racial de Macapá e de seus bairros.

Fonte: Viégas (2015). Adaptação: Autores, 2024.

No entanto, atribuir o título do menor índice de segregação racial à capital amapaense pode ser um importante referencial histórico para acompanhar a visualidade do cenário urbano que distribui diferentes raças no espaço. Todavia, necessariamente esta estatística não está ligada a aspectos de concentração de renda, escolaridade, moradia e outras temáticas da desigualdade social.

LAGUINHO E SUAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

O bairro do Laguinho é conhecido por ser um reduto culturalmente rico na cidade e se orgulha de ser chamado de “bairro negro”. A história de sua ocupação está ligada a gentrificação e exclusão urbana da comunidade de afrodescendentes do núcleo inicial da cidade, pelo governador Janary nos anos de 1940, durante a implantação do Território Federal do Amapá, como mencionado anteriormente.

Essa exclusão favoreceu a união e a preservação das heranças culturais do povo negro amapaense, assim como a luta pelo reconhecimento e contra o preconceito. Entre as personalidades negras do bairro do Laguinho destacam-se alguns importantes pioneiros da luta pela valorização e permanência da cultura negra no Amapá, como a Mãe Luzia, tia Biló, tia Zefa do Quinca, tia Chiquinha, tia Luci, Maria Libório, Raimundinha Ramos, entre outras mulheres negras. Entre as personalidades masculinas destacam-se o Mestre Sacaca, Mestre Pavão, Mestre Julião Ramos, Raimundo Ladislau, Carlos Piru, entre outros notáveis homens negros amapaenses. Todas essas pessoas citadas, de algum modo foram fundamentais para a preservação e difusão da cultura negra no Amapá.

O MARABAIXO

O Marabaixo é uma manifestação cultural com raízes afro praticada pelas comunidades negras do Amapá, sendo composta por canto, música, dança e religiosidade. De acordo com Lima (2011), os primeiros registros sobre o marabaixo datam do início do século XX, quando a

festividade era organizada pela família de Julião Ramos. Mestre Julião era um líder comunitário muito respeitado pela população negra e foi ele que intermediou a transferência dos afrodescendentes da praça de São João para o Laguinho.

No início existia apenas uma festa do Divino Espírito Santo. Naquela época, a manifestação era diferente desta que conhecemos na atualidade, pois, aos poucos, o Marabaixo foi se vinculando ao fazer religioso do catolicismo popular. Lima (2011) esclarece que “muitos dos ritos da festa foram se perdendo ou se transformando ao longo dos anos, principalmente aqueles considerados pela Igreja como práticas impróprias para a religião católica”. Durante as festividades costuma-se fazer ofertas às santidades de devoção em agradecimento pela obtenção de uma graça (Ministério Da Cultura, 2018).

O etnólogo Nunes Pereira, que esteve em Macapá realizando pesquisas sobre o Marabaixo e o Sairé, sugere que a associação da dança do Marabaixo com a Festa do Divino Espírito Santo estaria relacionada a uma estratégia dos missionários portugueses para desarticularem possíveis revoltas entre os negros, que poderiam gerar graves problemas de ordem social e econômica, como as brigas entre os jesuítas e os colonos, rebeliões e, ainda, fugas. Diante de tal situação, “entenderam os Missionários aproveitar o Marabaixo no serviço da Fé Cristã, principalmente nas solenidades que exaltavam o poder do Divino Espírito Santo” (Pereira, 1951, p. 110).

Para Lima (2011), assim como as influências cristãs modificaram o Marabaixo, o Marabaixo também gerou mudanças nas celebrações católicas, trazendo mais descontração e alegria para as missas. “Os negros transplantados lhes emprestaram a eloquência dos seus instrumentos, o ardor do seu sangue, a exuberância da sua alegria, a resistência de seus músculos, a expressão mais pura de sua arte e de sua religião. E foram atores, músicos e poetas, bailarinos e ginastas nos atos religiosos e profanos conduzidos pelos missionários.” (Pereira, 1951, p. 110).

A festa do Divino Espírito Santo é conhecida, atualmente, pelo nome de “Ciclo do Marabaixo”. O calendário festivo inicia-se no domingo de Páscoa e durante aproximadamente dois meses se fazem homenagens ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade, assim

denominados pelos representantes de alguns grupos de Marabaixo em Macapá. As homenagens vão sendo distribuídas nos eventos com momentos considerados sagrados e momentos festivos, que acontecem até o término dos festejos, o domingo de Pentecostes, considerado o domingo do Senhor.

É importante destacar que a presença da população e da cultura afro-descendente no Laguinho valorizou a cultura negra no estado inteiro. Tanto que anualmente o Ciclo do Marabaixo é realizado na União dos Negros do Amapá (UNA), o evento já foi incorporado ao calendário de festividades estadual, onde grupos de Marabaixo do estado inteiro se reúnem. Outra conquista foi a criação da Lei Estadual nº 1521/2010, que definiu o dia 16 de junho como Dia Estadual do Marabaixo Amapaense. E, a partir de novembro de 2018, o Marabaixo foi registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (IPHAN) como Patrimônio Imaterial Nacional, uma grande conquista do povo marabaixeiro.

Ainda que o protagonismo do Marabaixo seja dos negros, para Lima (2011), ele não é uma manifestação exclusiva da comunidade afrodesscendente, pelo contrário, a celebração tem o poder de reunir uma diversidade de grupos, classes, faixas etárias, revelando seu potencial de socialização.

No Laguinho anualmente se festeja o Ciclo do Marabaixo, integrando-se ao calendário da Igreja Católica, que começa no Sábado de Aleluia e termina no Domingo do Senhor, que é o primeiro domingo após o Corpus Christi. Essa tradição cultural marca a homenagem à ancestralidade afro-amapaense com vários festejos, com direito a músicas e danças.

No Laguinho os lugares destinados a esses encontros com o Marabaixo são os barracões de Tia Biló (Raimundo Ladislau) e o Marabaixo do Pavão. Nesses espaços, todos os amapaenses e turistas podem conhecer os elementos da iconografia dos festejos como a bandeira, o mastro, a murta, a gengibirra e outros símbolos do Marabaixo. Ambos os barracões se localizam na Av. José Tupinambá de Almeida (antiga Nações Unidas). Na Figura 7 podemos observar alguns momentos do Ciclo do Marabaixo ocorridos no Pavão.



Figura 7 – Festividade do Ciclo do Marabaixo do Pavão. A) Corte do Mastro na Mata do Curiaú; B) Festejo da Murta do Divino Espírito Santo.

Fotos: José de Vasconcelos.

IGREJA DE SÃO BENEDITO

São Benedito na devoção católica é o santo padroeiro dos afrodescendentes, é um santo preto, por essa razão é bastante cultuado pela comunidade católica negra, especialmente pela identificação e representatividade que gera nas pessoas. No bairro do Laguinho essa identificação também ocorreu, tanto que a primeira capela em devoção ao santo foi erguida com auxílio da comunidade por volta dos anos de 1950.

Relatos afirmam que a igreja atual é o terceiro edifício construído na área e teria sido inaugurado na década de 1960. A planta da igreja tem a forma de um semicírculo, similar à Igreja de Nossa Senhora de Fátima, construída no bairro Santa Rita. O projeto do templo é atribuído ao padre Fúlvio Giuliano (Figura 8). A Igreja São Benedito se localiza na Rua General Rondon, entre os quarteirões das Avenidas General Osório e Ana Nery.

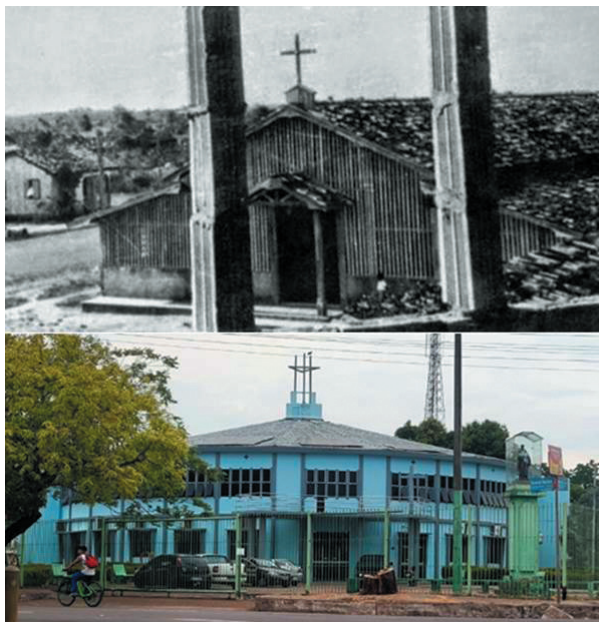


Figura 8 – Segunda capela de São Benedito anos de 1950 (Em cima) e atual Igreja São Benedito, construída no mesmo local (Abaixo).

Fonte: Blog. Porta Retrato; Acervo Eloane Cantuária.

UNIVERSIDADE DE SAMBA BOÊMIOS DO LAGUINHO

A tradicional agremiação de carnaval Boêmios do Laguinho tem suas raízes nos primeiros ranchos e blocos de sujo de brincantes que se uniram para comemorar os carnavais no período Pós-Segunda Guerra. De acordo com os memorialistas, como João Lázaro, os primeiros carnavalescos vieram trabalhar nas obras de implantação do Território Federal do Amapá na década de 1940. Eram funcionários e operários vindos de diversos locais do Brasil, especialmente do Pará e Rio de Janeiro, cidades que já possuíam a tradição dos blocos de rua e das primeiras escolas de samba.

Os blocos surgiram espontaneamente, mas logo os brincantes começaram a se organizar e no final da década de 1940 os grupos já possuíam bateria e passistas. Nessa época dois blocos se destacavam na cidade: os “Bandoleiros da Orgia” e “Os Tricolores da Folia”. De acordo com Lázaro (2011) os blocos posteriormente se transformaram em “Boêmios do Laguinho” e “Maracatu da Favela”, respectivamente. Para João Lázaro, o bloco Bandoleiros da Orgia foi o embrião da Academia Boêmios do Laguinho – depois Universidade de Samba Boêmios do Laguinho (Figura 9).



Figura 9 – Universidade do Samba Boêmios do Laguinho.
Fonte: Acervo Eloane Cantuária.

Foi fundada em 2 de janeiro de 1954, por um grupo de boêmios reunidos em uma residência da avenida Mãe Luzia, no bairro do Laguinho. Na reunião de fundação, estiveram presentes Mestre Bené, Francisco Lino da Silva, Cabecinha, Mestre Falconeri, Joaquim Ramos, Chicão Ramos, Ubiraci Picanço, Nonato Sena, Matapi, Martinho Ramos, entre outros. Teve como primeiro presidente Benedito dos Passos, o Mestre Bené.

Em 1963, sagrou-se campeã do primeiro carnaval de rua oficial do Amapá. É a agremiação carnavalesca com o maior número de títulos da história do carnaval amapaense (Boêmios do Laguinho, sd).

POÇO DO MATO

Considerado um marco turístico do bairro, o Poço do Mato se localiza no meio do quarteirão da avenida Padre Manoel da Nóbrega, entre as ruas General Rondon e São José. Segundo Quadros (2024), seu nome está ligado ao primeiro poço de captação de água de Macapá, inaugurado em 1864, que não existe mais. O chamado Poço do Mato que existe hoje herdou o mesmo nome e está localizado cerca de 20 metros de distância deste primeiro.

Assim, o atual Poço do Mato foi inaugurado na década de 1940, quando Janary Nunes, primeiro governador do Ex-Território do Amapá, inaugurou um sistema de captação de água por meio de poços perfurados em vários pontos da cidade (Figura 10).



Figura 10 – Poço do Mato (1908 e 2024).

Fonte: Montenegro (1908); Foto: Quadros (2024).

UNIÃO DOS NEGROS DO AMAPÁ (UNA)

A União dos Negros do Amapá (UNA) foi criada em 1986 e surgiu a partir da união de um grupo de negros que desejavam lutar contra o racismo e defender seus direitos. Segundo Sena Júnior (2001) a sede da UNA “foi inaugurada, em 1998, pelo governador do Estado do Amapá, João Alberto Capiberibe, o qual a financiou com os recursos do Estado, o que oportunizou a construção da estrutura física (Figura 11), obedeceu ao desenho das casas típicas dos quilombolas que viveram e vivem no Amapá e, também, aos moldes da Escola Bosque do Bailique”. De acor-

do com Sena Junior (2001) A UNA foi concebida para ser um espaço cultural e religioso.

A sede da UNA passou a se chamar Centro de Cultura Negra do Amapá (CCNA) e, de acordo com Maciel (1987), a iniciativa de sua construção partiu dos integrantes da UNA, que à época era dirigida por Raimunda de Nazaré da Silva Ramos. A diretora apresentou o projeto para o governador que encampou a ideia e, em 1º de junho de 1997, durante o período de “Cortação da Murta” do Marabaixo, foi lançada a pedra fundamental do CCNA.

Videira (2009) também aponta que a construção do CCNA se deu a partir do desejo dos integrantes da UNA de ter sua sede própria, e essa foi a meta principal da diretora. Seu empenho foi tamanho, que conseguiu com o governo do estado a construção do Centro de Cultura Negra localizado em frente à Escola Azevedo Costa, no antigo campinho do bairro do Laginho (Figura 11). O CCNA localiza-se na Avenida José Antônio Siqueira, entre as ruas General Rondon e Eliezer Levy.



Figura 11 – União dos Negros do Amapá (UNA).

Fonte: Acervo José de Vasconcelos.

BANCO DA AMIZADE

O Banco da Amizade está localizado na calçada do Colégio Escolar Azevedo Costa, na Rua General Rondon, entre as avenidas José Antônio Siqueira e Padre Manoel da Nóbrega. Machado (2021) e Lázaro (2016) afirmam que o banco foi fundado por dois antigos moradores do bairro,

Sacaca e Renato Matos, na década de 1970, com a intenção de ser um ponto de encontro dos amigos.

Ao longo dos anos, os encontros dos amigos viraram tradição, e o banco ganhou nova estrutura. A Lei Estadual nº 2053/16 o transformou em Patrimônio Cultural e Imaterial do Amapá, e instituiu o dia 26 de dezembro como “Dia do Banco da Amizade”. Ao celebrar os seus 50 anos, em 2021 foi realizada uma grande festa recheada de atrações (Machado, 2021).

CONCLUSÃO

O bairro do Laguinho é um testemunho vivo da história e da cultura de Macapá. Ter acesso ao conhecimento e à compreensão de todas as fases que constituem sua origem, características físicas, históricas e urbanas reflete a rica herança cultural do Amapá. Traçar o perfil do universo do bairro do Laguinho é possibilitar a visualidade dos diferentes planos e níveis de uma realidade cultural de uma comunidade que preserva e reconhece sua história e sua tradição.

Trazer à tona essas histórias ricas do Laguinho de memórias afetivas, em que a subjetividade está sempre presente, possibilita esse conhecimento transbordar para toda sociedade, bem como ampliar os vínculos da comunidade com as demais dimensões da realidade urbana contemporânea.

O reconhecimento e registro dessa diversidade cultural, experienciando e vivenciando suas histórias, conhecendo seu espaço de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade. Assim, manter o bairro do Laguinho vivo e próspero é um compromisso da comunidade e das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R. M. **As cidades da Amazónia no século XVIII**. Porto, FAUP Publicações, 1998.
- CANTO, F. **O bairro do Laguinho** – Crônica porreta de Fernando Canto republicada por conta dos 77 anos do bairro. Blog do Rocha. [21 de mai. de 2021]. Macapá, 2021. Disponível em: https://www.blogderocha.com.br/o-bairro-do-laguinho-chronica-porreta-de-fernando-canto-republicada-por-counta-dos-77-anos-do-bairro-fernando__canto/ Acesso em 18 de novembro de 2024.
- _____. **O Marabaixo através da história**. Macapá: Editora Printgraf, 2017.
- CANTUÁRIA, E.; SILVA, J. V.; PELAES, F. O Inventário de Conhecimento dos Bens Imóveis da Cidade de Macapá e o Legado do Movimento Moderno. In **Anais do I Seminário Internacional da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2010.
- JOSEFA, D. Entrevista: Canal TV David Diogo. [23 de set. de 2012]. Macapá, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6S7N-bGY1w4M>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.
- LAGUINHO. **Boêmios. Boêmios, um caso de amor!**. Disponível em <https://boemiosdolaguinho.com.br/>
- LÁZARO, J. **História do carnaval de Macapá**. PORTA-RETRATO – Macapá/Amapá. [06 de mar. de 2011]. Macapá, 2011. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/search?q=bo%C3%AAmios+do+laguinho>
- _____. Igreja de São Benedito – Bairro do Laguinho. PORTA-RETRATO – Macapá/Amapá. [18 de abr. de 2014]. Macapá, 2014. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/2014/04/igreja-de-sao-benedito-bairro-do.html>
- _____. Foto Memória de Macapá: Os 45 anos do Banco da Amizade, no Laguinho. PORTA-RETRATO – Macapá/Amapá. [26 de dez. de 2016]. Macapá, 2016. Disponível em: <https://porta-retrato-ap.blogspot.com/search?q=banco+da+amizade>
- LIMA, W. M. F. **Ciclo do Marabaixo: permanências e inovações de uma festa cultural**. Dissertação. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. 131 p.

- LUNA, V. X. **Um cais que abriga histórias de vida: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá (1943-1970).** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.
- MACHADO, L. ‘Banco da Amizade’ celebra 50 anos com tradicional almoço e 10 horas de atrações musicais em Macapá. **G1 Amapá**, 26 de dezembro de 2021. <https://g1.globo.com/ap/amapa/o-que-fazer-no-amapa/noticia/2021/12/26/banco-da-amizade-celebra-50-anos-com-tradicional-almoco->
- MACIEL, A. S. **Conversa amarra preto: a trajetória história da União dos Negros do Amapá: 1986-2000.** Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 69.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Dossiê de registro: Marabaixo. Brasília/DF, agosto, 2018
- PEREIRA, N. **O Saire e o Marabaixo: tradições da Amazônia.** Macapá, Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1951.
- QUADROS, J. A. **As territorialidades do Marabaixo no bairro Laguinho e na Favela em Macapá-AP.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. – 2024. 104 p.
- RIBEIRO, T. F. Gentrificação: aspectos conceituais e práticos de sua verificação no Brasil. In: **Revista de Direito da Cidade.** vol. 10, nº 3. Rio de Janeiro, 2018. pp. 1334-1356
- SACACA, Mestre. Programa de TV: **Bairros de Macapá e suas histórias – O bairro do Laguinho – Programa mania de te vê.** [9 de jun. de 2022]. Macapá, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B3hVgc5Ao88&t=1816s> (acervo da família Capiberibe). Acesso em: 18 de novembro de 2024.
- SENA JUNIOR, F. M. **Instituições que articularam as políticas dos negros em Macapá: espaço religioso e educação afirmativa.** Dissertação. Faculdade Unida de Vitória, Vitória. 2016. 85 p.
- SILVA, M. L. A cidade imaginada: histórias e vivências em Macapá nos primeiros anos do território federal do Amapá. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 35, nº 76, p. 289-308, maio-agosto 2022.
- VIDEIRA, P. L. **Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense.** Fortaleza: UFC, 2009, p. 77-293.

VIÉGAS, H. **Macapá a capital menos segregada do Brasil, mas não há o que comemorar**. Realidades Urbanas. [27 de dez. 2015]. Macapá, 2015. Disponível em: <https://realidadeurbanas.blogspot.com/2015/12/macapa-capital-menos-segregada-do.html> Acesso em: 18 de novembro de 2024.

DA FAVELA AO SANTA RITA: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E URBANA DE UM BAIRRO MACAPAENSE

Ananda Brito Bastos¹

Cecília Maria Chaves B. Bastos²

INTRODUÇÃO

A criação do Território Federal do Amapá, em 1943, é considerada um marco importante para a história urbana da cidade de Macapá, pois foi a partir desse momento que houve a transformação definitiva em sua estrutura socioespacial. Este processo culminou no surgimento de novos bairros, incluindo o Santa Rita, o primeiro bairro a surgir em direção ao oeste.

O Santa Rita, hoje considerado subcentro (núcleo secundário dentro da cidade de Macapá), teve seu processo de ocupação iniciado ainda em meados da década de 1940, sendo consolidado a partir dos anos de 1960. Ao investigar a formação do bairro, percebe-se que o Santa Rita

1 Arquiteta e urbanista, mestre em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela UNIFAP. E-mail: abbastos.arq@gmail.com

2 Doutora em Educação UFU. Professora titular dos cursos de História Licenciatura, do mestrado e doutorado em Ensino de História e do mestrado em História da UNIFAP. E-mail: ceciliamaria@unifap.br

revela a complexidade das dinâmicas dos agentes produtores do espaço urbano e as transformações socioespaciais de Macapá, ocorridas desde os primeiros anos do Território Federal do Amapá.

Diante disto, o objetivo deste artigo é investigar a origem e a construção da morfologia urbana do bairro Santa Rita, em Macapá, analisando as transformações socioespaciais ocorridas ao longo do tempo. Ressalta-se que este trabalho, no entanto, não tem a pretensão de esgotar o tema, mas sim de abrir caminhos para novas reflexões e aprofundamento dos estudos sobre o bairro Santa Rita.

A abordagem quali-quantitativa permitiu uma análise abrangente, combinando informações sobre o contexto histórico e social do bairro com dados quantitativos que auxiliam na compreensão das transformações urbanas ocorridas em períodos mais recentes. O estudo utilizou o acervo do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, somado a visitas técnicas realizadas no bairro Santa Rita, além fontes eclesiais locais, trabalhos acadêmicos e científicos, relatórios oficiais e os planos diretores elaborados para o município de Macapá.

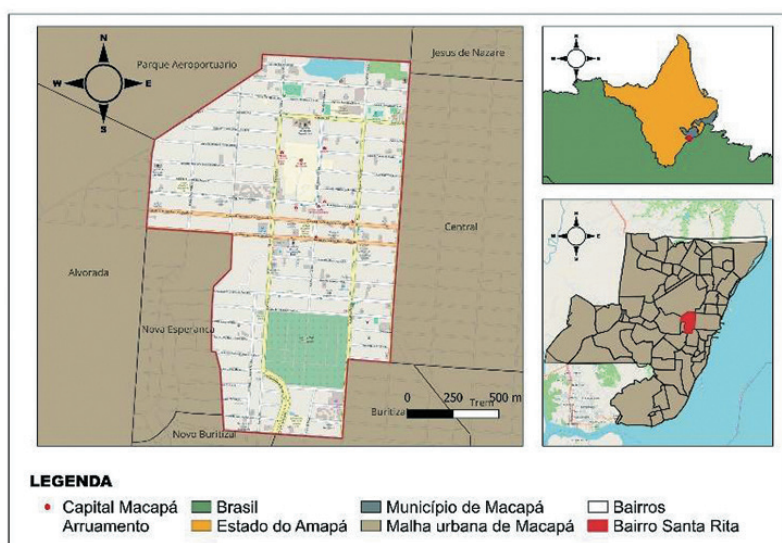
O estudo sobre o bairro Santa Rita é essencial para entender o panorama geral dos processos de expansão e ocupação que transformaram Macapá desde a criação do Território Federal do Amapá. Analisar as influências internas e externas, bem como os principais atores que moldaram o bairro ao longo do tempo, permite uma reflexão mais profunda sobre as mudanças urbanas e orienta o planejamento de intervenções eficazes.

Além de fortalecer a identidade e a memória coletiva do bairro, essa pesquisa oferece uma visão detalhada sobre o processo de expansão que originou os bairros de Macapá a partir do centro. Com isso, contribui para que a sociedade compreenda as transformações da cidade e possa refletir criticamente sobre seu futuro urbano.

O presente artigo é composto por quatro partes. A primeira explora as origens do Santa Rita e sua evolução urbana; a segunda apresenta uma discussão teórica sobre as características culturais da paisagem urbana; a terceira seção foca na análise e discussão do perfil sócio-demográfico e da morfologia urbana do bairro; e, por fim, a última parte faz as considerações finais sobre a pesquisa.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BAIRRO

O estudo aborda o bairro Santa Rita, localizado no subcentro em direção oeste da cidade de Macapá, capital do Amapá, no extremo norte do Brasil (Mapa 1). Segundo a nova divisão dos bairros de Macapá (Prefeitura Municipal de Macapá, 2020), o Santa Rita tem aproximadamente 209 hectares de extensão e limita-se ao leste pelo bairro Central e Jesus de Nazaré; ao norte, pelo Parque Aeroportuário; ao oeste, pelos bairros Alvorada e Nova Esperança; e, ao sul, pelo Buritizal e Novo Buritizal.



Mapa 1 – Localização do bairro Santa Rita.

Fonte: Open Street Map; PMM, 2020; IBGE, 2020;

Elaboração: Bastos, A., 2024.

Para compreender a formação do bairro Santa Rita, é necessária uma breve contextualização sobre os aspectos socioespaciais de Macapá até a criação do Território Federal do Amapá, em 1943. A Vila de São José de Macapá, fundada em 1752, no início das Reformas Pombalinas (1750-1777), teve um crescimento territorial limitado em relação ao seu núcleo urbano ao longo do restante do Período Colonial (1500-1822) até

o início da Era Vargas (1930-1945), mesmo tendo alcançado o *status* de cidade em 1856.

No início do século XX, Macapá era apenas uma das cidades interiores do Estado do Pará, podendo ser descrita como um pequeno núcleo urbano próximo ao rio Amazonas, em meio a uma vasta área florestada. A cidade ainda apresentava em sua visualidade aspectos da vila colonial de outrora, com prédios públicos e casas de taipa caída ou de madeira (Montenegro, 1908; Luna, 2020).

Frente ao descaso do governo do Pará, os apelos da população para separação do Estado do Pará eram constantes, mas por muito tempo ignorados, e só foram avaliados durante o governo de Getúlio Vargas. Isto porque, em meio ao cenário da Segunda Guerra (1939-1945), o governo brasileiro buscava proteger as fronteiras e consolidar a presença do Estado em regiões mais isoladas e vulneráveis da Amazônia.

Assim, através do Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943 (Brasil, 1943), foram criados vários territórios federais em áreas consideradas estratégicas, incluindo o Amapá. Sob o comando do militar paraense Janary Gentil Nunes, o Território Federal do Amapá (TFA) objetivava reforçar a presença do governo central na Amazônia e integrar a região amapaense ao projeto de desenvolvimento nacional, baseando-se no lema ‘sanear, educar e povoar’ (Nunes, 1946).

Após sua nomeação, o governador Nunes e sua comitiva realizaram, em 1944, o levantamento de dados sobre a situação inicial e as perspectivas para a região, e escolheram Macapá como sede do governo territorial. No ponto de vista de Nunes (1946, p. 8), a região era descrita como “Tudo ainda por fazer”. Logo, entre as primeiras medidas do período janarista (1943-1956) estava a reconfiguração urbana de Macapá para dar suporte às atividades do governo territorial.

Sob o discurso de modernizar Macapá em plena floresta amazônica, o governo de Janary Nunes, ainda em 1944, promoveu de forma incontestável o remanejamento da população negra para áreas periféricas. Embora tenham ocorrido negociações entre a administração do TFA e representantes afrodescendentes para evitar conflitos, a decisão de retirar as comunidades negras de suas habitações foi imposta sem possibilidade de contestação (Silva, 2022). Os espaços antes ocupados por

afro-macapaenses foram gradualmente substituídos por prédios públicos e moradias voltadas para funcionários do governo e suas famílias, vindos de outros estados brasileiros.

O remanejamento compulsório da população afro-macapaense gerou divergências entre aqueles que se resignaram e os que se opunham à decisão do governador Janary Nunes (Luna, 2020; Silva, 2022). Os que preferiram consentir com a medida, liderados por Julião Tomaz Ramos, deslocaram-se para o norte, estabelecendo-se na área indicada pelo governo próxima ao Poço do Mato, fundando o bairro do Laguinho. Em contrapartida, as famílias que contestaram a ordem governamental, sob a liderança de Gertrudes Saturnino Loureiro, dirigiram-se para o oeste, onde se formou o bairro da Favela.

Inicialmente, o bairro da Favela foi ocupado predominantemente por famílias negras, muitas delas chefiadas por mulheres, que, por gerações, residiram no Largo de São João (atual Praça Barão do Rio Branco) e nas áreas circunvizinhas. Com o tempo, o bairro começou a receber também famílias oriundas de regiões do interior do Amapá, principalmente migrantes ribeirinhos (Gonçalves, 2023). Em meio à paisagem de morros, alagados e áreas anteriormente utilizadas para roçados e criação de animais, pequenas habitações de madeira foram surgindo, erguidas pelos próprios moradores para se acomodarem da melhor forma possível (Luna, 2020).

A origem do nome “Favela” remonta à planta de mesmo nome, um cacto nativo do sertão nordestino brasileiro. O termo tornou-se uma metáfora para as condições precárias das comunidades urbanas marginalizadas que surgiram no Rio de Janeiro e, posteriormente, se espalhou para outras regiões brasileiras (Weimer, 2012). Em Macapá, o termo “Favela” possivelmente surgiu de forma pejorativa, empregado por membros da elite local para associar a ocupação afro-macapaense aos assentamentos precários dos morros cariocas. No entanto, os moradores ressignificaram o termo como forma de afirmação da resistência negra contra as imposições da administração territorial (Santos; Dias, 2023).

Em meados dos anos de 1940, o bairro da Favela ainda era tido como uma localidade distante, devido à vasta área de mata que o separava do

centro urbano, com apenas um caminho que levava à frente da cidade (Figura 1). Para Luna (2020), a decisão das primeiras famílias de se estabelecerem em áreas consideradas remotas foi motivada pelo desejo de se afastarem das imposições da elite local e de preservarem suas tradições e modos de vida.

Para os antigos moradores existem diversas espacialidades sobre os limites do bairro da Favela (Santos; Oliveira, 2023), no entanto, na memória coletiva, seu território compreendia o atual bairro Santa Rita e parte do bairro Central (Bastos, 2006; Santos; Oliveira, 2023). O bairro pode ser entendido como uma unidade espacial com dimensões específicas, caracterizada por aspectos comuns que a diferenciam de outras localidades, além de contar com elementos de identificação (materiais ou não) e uma organização que segue uma lógica espaço-social interna (Bezerra, 2011).

De acordo com Santos e Oliveira (2023, p. 47), Dona Irene Santos, uma das figuras marcantes do antigo bairro, relata que “[...] a Favela compreendia uma espacialidade que começava na Avenida Leopoldo Machado e terminava nas proximidades do Hospital São Camilo”. A delimitação de um bairro é subjetiva para os moradores e pode ou não ser reconhecida pela administração pública. No caso da Favela, embora, na época socialmente reconhecida como um bairro, nunca recebeu formalização institucional (Bastos, 2006).

A chegada dos primeiros padres do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME) ao Território Federal do Amapá, em 1948, marca o fim dos anos de 1940 e o início de uma colaboração mais direta entre Igreja e Estado para enfrentar o “atraso social” percebido na região amapaense. Ao assumir o trabalho missionário na Foz do Amazonas, anteriormente conduzido pela Congregação dos Missionários da Sagrada Família (MFS), o PIME foi encarregado de reforçar a presença da Igreja Católica em comunidades vistas como “atrasadas” e suscetíveis ao avanço do protestantismo e do sincretismo religioso (Ferreira, 2022).

No início dos anos 1950, as intervenções do Estado começam a se intensificar no bairro da Favela, em linha com os esforços missionários para promover uma estrutura social mais integrada. A inauguração do Estádio Municipal de Macapá (mais tarde Estádio Glicério de Souza



Figura 1 – Vista aérea de Macapá (início da década de 1950), em detalhe o caminho usado pelos moradores.

Fonte: Acervo Alcinéia Cavalcante; Coleção Digital IBGE.

Adaptação: Autoras: 2024.

Marques), em 15 de janeiro de 1950, é o primeiro exemplo marcante dessas intervenções. Popularmente conhecido como o “Gigante da Favela”, o estádio não apenas abrigava competições de futebol, mas também serviu de espaço para as primeiras edições da Feira de Animais e Produtos Agropecuários, que mais tarde se tornaria a Expofeira.

A década de 1960 marcou um crescimento expressivo da população urbana de Macapá, que aumentou de 1.500 habitantes em 1944 para 46.905 em 1960 (Nunes, 1944; IBGE, 1960), impulsionado pela ampliação do acesso a serviços urbanos e pela exploração das jazidas de manganes em Serra do Navio durante a década de 1950. Com o crescimento populacional, houve um aumento na construção de novas moradias, na abertura de ruas e avenidas e na consolidação de bairros em direção aos eixos norte, sul e oeste.

No bairro Favela, as novas vias, embora ainda não pavimentadas, eram largas e seguiam o traçado ortogonal já existente (Figura 2), reforçando a ideia de uma cidade moderna e racionalizada (Nascimento; Santos, 2023; Tostes; Weiser, 2018). Nesse cenário, o bairro também passou a abrigar um novo perfil de moradores, incluindo famílias de servidores públicos, como por exemplo os funcionários da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA, fundada em 1956).

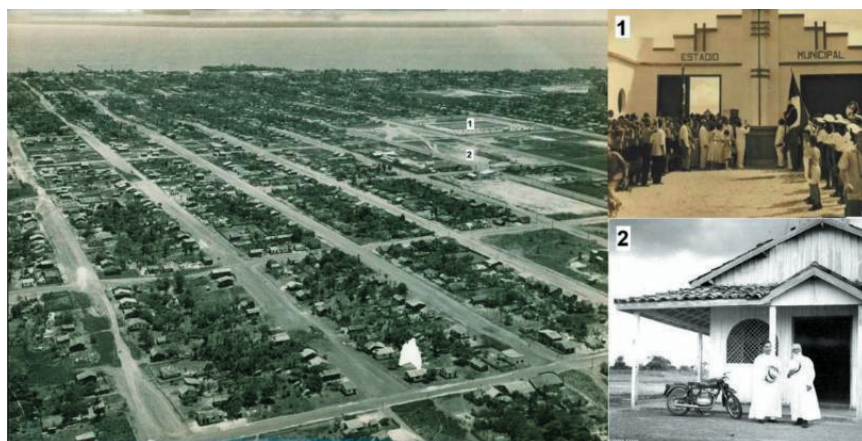


Figura 2 – Vista aérea do bairro Santa Rita (década de 1960), detalhe 1) Estádio Glicério Marques e 2) Paróquia N. Sra. de Fátima.

Fonte: Coleção Digital IBGE; Acervo Alcinéia Cavalcante.

Adaptação: Autoras, 2024.

Embora haja poucos dados sobre o assunto, presume-se que foi nesse período, entre 1950 e 1960, que surgiu o Cemitério de São José na área do bairro da Favela. Originalmente chamado de Cemitério Santa Maria (Fundação João Pinheiro, 1973), o espaço foi estabelecido para atender à demanda que o Cemitério de Nossa Senhora da Conceição já não comportava, dado o crescimento populacional. Sua localização afastada do centro da cidade seguia o princípio higienista da época, que recomendava a instalação de cemitérios fora do perímetro urbano para prevenir a propagação de doenças.

A partir da década de 1960, a atuação da Igreja no bairro da Favela tornou-se mais expressiva. Em 1957, os padres do PIME construíram em madeira a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima e um galpão para a Escola Paroquial, nas proximidades do Estádio Municipal. Contudo, a prelazia observou rapidamente que a comunidade da Favela precisava de uma infraestrutura mais ampla para suas atividades religiosas e educacionais.

Assim, entre 1963 e 1971, foi erguida a nova matriz da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, localizada em uma área mais afastada. O projeto do edifício religioso era de autoria do padre e técnico em edificações italiano Fúlvio Giuliano, que também foi responsável por várias construções realizadas pela prelazia de Macapá (Prelazia de Macapá, 1962). Após a transferência para nova paróquia, a antiga capela e escola paroquial foram demolidas e o terreno cedido para os militares (Jornal *A Voz Católica*, 1973).

Outra obra significativa para o bairro, com a participação do Padre Fúlvio, foi o Hospital Escola São Camilo e São Luís, construído entre 1961 e 1969. O lançamento de sua pedra fundamental ocorreu em 1961 e sua inauguração oficial em 1971. A iniciativa para erguer o hospital surgiu após a visita do médico e industrial italiano Marcelo Cândia ao TFA, em 1957, a convite do bispo Dom Aristides Pivórano. Ao se deparar com as precárias condições de saúde na cidade, Cândia comprometeu-se a construir um grande Centro de Saúde na Amazônia, voltado especialmente para a população carente (Jornal *A Voz Católica*, 1969).

Antes da inauguração do hospital, outras construções já contribuíam para a formação de uma nova identidade do bairro. Em 1965, a primeira-dama do Território Federal do Amapá, Inah Mendes da Silva, esposa do

então governador Luiz Mendes da Silva, iniciou um projeto filantrópico para construção de uma casa de acolhimento para idosos em situação de vulnerabilidade social. Logo, em março do mesmo ano, foi inaugurado o Abrigo São José, uma casa de repouso em homenagem ao padroeiro do município de Macapá (Carvalho; Costa Sá, 2024).

Acredita-se que a mudança do nome do bairro de Favela para Santa Rita tenha ocorrido em meados da década de 1960, em referência à cúpula da Igreja Santa Rita de Cássia, criada em 1968 pelo bispo de Macapá, Dom José Maritano, com o propósito de oferecer assistência ao Abrigo São José (Carvalho; Costa Sá, 2024). Santa Rita de Cássia, padroeira das causas impossíveis, é associada a valores como compaixão e dedicação, refletindo o cuidado com os necessitados. Foi a partir dessas construções vinculadas à Igreja Católica que locais próximos e voltados à boemia macapaense desapareceram, sob a justificativa de serem barulhentos e imorais, transformando bastante as formas de sociabilidade do bairro (Santos; Albino, 2023).

De acordo com os planos urbanísticos elaborados pela Fundação João Pinheiro (1973) e H.J. Cole+ Associados S.A. (1979), o bairro já era oficialmente reconhecido como Santa Rita pela administração territorial em 1970. Nesse período, o Santa Rita ainda era visto como um bairro periférico, predominantemente residencial e “semi-urbanizado”, caracterizado por habitações em sua maioria de baixa qualidade e com acesso limitado a serviços urbanos. As principais obras de uso institucional realizadas eram voltadas para o ensino e desporto, como o caso da Escola José de Anchieta (1971), Escola Tiradentes (1973), Escola Predicanda Amorim Lopes (1976) e a Piscina Olímpica de Macapá (1975).

Na época, o bairro Santa Rita era territorialmente delimitado ao norte pelo terreno do aeroporto e o “Lago do Zezinho”, ao oeste pela Ressaca do Sá Comprido e pela área do 34º Batalhão de Infantaria da Selva, e ao sudoeste pela Ressaca Chico Dias (Prefeitura Municipal de Macapá, 1990). Em meados da década de 1970, foi construída a Rodovia Duque de Caxias (atualmente Rodovia Duca Serra), que expandiu a cidade em direção ao oeste. Essa rodovia, que conecta a capital ao interior do Amapá, resultou do prolongamento da Avenida Padre Júlio, formando ao longo dela a principal área comercial do bairro.

Nesse contexto de crescimento e desenvolvimento urbano, foi promulgada a Lei n. 207/84, de 13 de julho de 1984, que cria e delimita o bairro Santa Rita, juntamente com outros bairros de Macapá (Goés, 2017). O período entre 1980 e 1990, marcado pela Estadualização do Amapá (1988) e pela criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS – instituída em 1991), incentivou a ampliação da área comercial do Santa Rita, principalmente no eixo da Avenida Padre Júlio e da Rua Santos Dumont.

No início da década de 1990, o bairro Santa Rita era predominantemente residencial, composto por casas de madeira e construções de gabarito baixo, embora contasse com uma quantidade moderada de edifícios institucionais e comerciais (PMM, 1990). Esse perfil começou a se transformar ao longo da década, impulsionado pelo crescimento populacional decorrente da estadualização, o que marcou o início do processo de verticalização do bairro. Um marco desse processo foi a construção do Edifício Turmalina Residence, em 1999, o primeiro prédio acima de 10 pavimentos em Macapá (Silva; Pena, 2020).

No começo da década de 2000, o Plano Diretor de Macapá (2004) definiu o uso do solo do bairro em Setor Residencial (SR 3) e Setor Misto (SM 3), possuindo dois Eixos de Atividades (EA 1), um ao longo da Avenida Padre Júlio e outro na Rua Santos Dumont. E permitindo a instalação de atividades e serviços compatíveis com o uso residencial, consolidando no bairro empreendimento com foco principalmente no varejo de produtos da construção civil, de peças e acessórios para veículos automotores e serviços ligados a área da saúde e alimentação.

Em setembro de 2007 é criada Associação Comunitária do Bairro Santa Rita (ASCOMB/SR), a qual atuava em conjunto com o Conselho das Associações dos Moradores do Estado do Amapá (COAM-AP) para a realização de ações beneficentes no bairro. A entidade comunitária, no entanto, alterou sua razão social para Guarda Florestal Ambiental (GFA), em 2023, focando sua atuação no apoio e desenvolvimento de ações para defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida e meio ambiente, através de atividades educativas (GFA, 2023).

Entre 2000 e 2010, o bairro Santa Rita experimentou uma significativa melhoria na qualidade de vida, ocasionada pela ampliação dos

serviços urbanos e pelo aumento da escolaridade de seus moradores (Bastos et al., 2024). A partir de meados de 2010, novas dinâmicas urbanas emergiram em Macapá, marcadas pela intensificação do mercado imobiliário, o que resultou no aumento da verticalização e na criação de condomínios em várias áreas da cidade (Silva, 2017). Essas transformações não apenas modificaram a paisagem da cidade, como também ocasionaram alterações na legislação urbana macapaense, sobretudo relacionadas aos tipos de atividade e ao gabarito das edificações (Silva; Pena, 2020).

Em 2020, as delimitações dos bairros foram oficialmente redefinidas pela lei n. 2.427, de 31 de dezembro de 2020. Dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Censo de 2022 indicam que, entre 2010 e 2022, a população do bairro diminuiu, enquanto o número de domicílios aumentou, sugerindo o impacto da verticalização e do mercado imobiliário no perfil populacional do Santa Rita. Atualmente, o bairro Santa Rita abriga 9.568 moradores, resultando em uma densidade populacional de 45,66 hab./ha (IBGE, 2022).

A tendência para o futuro do bairro Santa Rita aponta para uma intensificação de sua função como subcentro comercial de Macapá, com uma provável expansão das atividades de comércio e serviços e uma crescente verticalização. Com a valorização imobiliária e a demanda por espaços comerciais, é provável que o bairro continue a atrair investimentos que reforcem essa transformação, enquanto as habitações de perfil exclusivamente residencial se tornem menos comuns.

ELEMENTOS SIMBÓLICOS PARA O BAIRRO SANTA RITA

Ao reconhecer que, assim como a cidade, o bairro é fruto de uma história que se consolida e se materializa no espaço, é possível identificar, no bairro Santa Rita, elementos que não só compõem sua trajetória histórica, mas que também continuam a refletir sua identidade cultural. Os principais elementos simbólicos do Santa Rita se manifestam tanto de maneira imaterial, como no Marabaixo da Favela e na Escola de Samba Maracatu da Favela, quanto de forma material, representados

por edificações que funcionam como pontos de referência dentro da espacialidade do bairro, tais como o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, o Hospital Escola São Camilo e São Luís, a Escola Estadual Tiradentes e o Eixo Comercial da Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd.

O Marabaixo, enquanto manifestação da cultura afro-amapaense, originou-se do sincretismo entre valores cristãos e tradições africanas, durante o período em que o Amapá fazia parte do território paraense (Luna, 2020). Como resultado da expulsão do centro da cidade e do deslocamento para a periferia em 1944, a comunidade negra se dividiu entre os que se estabeleceram no Laguinho e os que se mudaram para a área da Favela, gerando duas variações da festividade em Macapá.

O Marabaixo da Favela surgiu da devoção e da promessa à Santíssima Trindade dos Inocentes feita por Gertrudes Saturnino (Figura 3), líder da comunidade, em favor de uma de suas filhas que enfrentava uma gravidez de risco. Após garantir a segurança de sua filha e neta, “Tia Gertrudes”, como também era conhecida, começou a trabalhar para cumprir sua promessa e realizar a festividade, que rapidamente conquistou novos adeptos. Com o falecimento da matriarca, sua famí-



Figura 3 – Escultura em homenagem a Tia Gertrudes, localizada na esquina da Av. Profa. Cora de Carvalho e R. Prof. Tostes.

Fonte: Acervo Autoras, out./2024.

lia deu continuidade à tradição em homenagem à Santíssima Trindade dos Inocentes. Atualmente, o Marabaixo da Favela é celebrado por pelo menos três grandes famílias tradicionais, organizadas nos barracões de Dona Gertrudes Saturnino, Dona Dica Congó e Zeca e Bibi Costa (Santos; Dias, 2023).

A figura de Tia Gertrudes foi fundamental para o surgimento de outra instituição da cultura amapaense: a Escola de Samba Maracatu da Favela. As origens da instituição carnavalesca remontam a 1946, quando o carioca José Vagalume dos Santos convidou Gertrudes para participar de um bloco de rua, chamado “Bandoleiros da Orgia”. Posteriormente, o bloco foi renomeado para “Tricolores da Folia”. Com o crescimento do grupo, em 1952, foi registrado em cartório o Grêmio Recreativo Escola de Samba Maracatu da Favela (Amador, 2023).

O Maracatu da Favela, conhecido por suas cores verde e rosa, participou de todos os desfiles organizados pela Liga das Escolas de Samba do Amapá (LIESAP) desde 1976. A Escola de Samba conquistou o título de campeã em nove ocasiões e foi vice-campeã três vezes. A Quadra do Maracatu da Favela, localizada na Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, destaca-se como um dos espaços de sociabilidade do bairro Santa Rita, especialmente durante o período carnavalesco.

Embora oficialmente fora dos limites do Santa Rita, o Santuário de Nossa Senhora de Fátima (Figura 4) e sua praça são importantes espaços de sociabilidade para o bairro. Construído entre 1963 e 1971 pelo padre Fúlvio Giuliano, o projeto da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima,



Figura 4 – Igreja N. Sra. de Fátima (década de 1960 e 2024).
Fonte: Jornal *A Voz Católica*, 15/07/1973; Acervo Autoras, out./2024.

em formato de “meia lua”, tornou-se uma referência para a comunidade católica local e contribuiu significativamente para a construção da religiosidade do bairro Santa Rita. Nos últimos anos, a edificação passou por reformas para ampliar seu espaço interno e acomodar o crescente número de fiéis, sendo elevada à condição de Santuário em 2014.

Assim como o Santuário, o Hospital Escola São Camilo e São Luís desempenha um papel essencial na identidade do bairro Santa Rita. Na década de 1950, ao constatar a precariedade da saúde pública em Macapá, Marcelo Cândia comprometeu-se a melhorar a assistência médica local, garantindo acesso a atendimento de qualidade, especialmente para a população periférica e vulnerável.

Em 1960, Marcelo Cândia retornou a Macapá e, em colaboração com os padres do PIME, incluindo padre Fúlvio, iniciou o projeto que, na época, foi considerado “um dos maiores e mais modernos hospitais da Amazônia” (Prelazia de Macapá, 1983, p. 1356). Construído entre 1961 e 1969 (Figura 5), e inaugurado em 1971, o hospital ocupava uma área de 10.000 m² e contava com 118 leitos e diversos setores de atendimento, além de um centro de pesquisa para doenças tropicais, especialmente



Figura 5 – Evolução do Hospital Escola São Camilo e São Luís e arredores.

Fontes: Acervo Alcinéia Cavalcante, 2006; Jornal *A Voz Católica*, 14/06/1969; Acervo Harpya Leilões; Acervo Sanderley Lobato. Adaptação: Autoras, 2024.

para tratar casos de hanseníase (Prelazia de Macapá, 1983). A via em frente ao hospital foi posteriormente nomeada em homenagem a Marcelo Cândia.

Com a chegada dos Padres Camilianos à Macapá, Cândia transfere a administração do hospital para os missionários em 1972. Entre 2009 e 2012, o hospital passou por reformas e ampliações. Hoje, é classificado como um hospital de grande porte, com mais de 200 leitos ativos e atendimento de baixa, média e alta complexidade em mais de 20 especialidades ambulatoriais. Além disso, a função educadora do hospital foi expandida para incluir maior variedade de cursos e níveis de formação.

A Escola Estadual Tiradentes, outra instituição marcante na identidade do bairro, é uma das escolas mais tradicionais de Macapá. Fundada em 1973 como Ginásio Polivalente Tiradentes, seu projeto é atribuído ao renomado arquiteto João Batista Vilanova Artigas, ícone da arquitetura moderna paulista. A escola se destacou entre as demais construções escolares da cidade por características que refletiam aspectos da arquitetura moderna: estrutura aparente, planta em “U”, amplos pátios com jardins que favoreciam a iluminação e ventilação natural, e um auditório parcialmente subterrâneo. As salas de aula eram forradas com laje, destacando as vigas estruturais visíveis que conectam a cobertura aos corredores e pilares internos (Tostes; Tavares, 2017).

No entanto, conforme apontam Tostes e Tavares (2017), o projeto original de Artigas sofreu várias modificações ao longo dos anos. Reformas recentes, voltadas para solucionar problemas de infiltração e atender novas demandas, acabaram por descaracterizar a estética modernista do edifício. Atualmente, a escola opera em regime de tempo integral, com capacidade para aproximadamente 560 alunos distribuídos em 16 turmas ao longo dos três anos do ensino médio. Além de ser um espaço de ensino, a Escola Tiradentes mostra ser um importante centro de socialização para a comunidade escolar do bairro.

Essa dinâmica de interação e socialização do Santa Rita se estende ao eixo comercial da Avenida Padre Júlio, que se destaca como um dos principais centros de fluxo de pessoas e comércio. Antigamente conhecido como “Chapéu de Palha”, em homenagem a um dos comerciantes locais (Torrinha, 2018), o espaço oferecia uma ampla variedade de pro-

dutos. Entre as décadas de 1970 e 1990, o eixo comercial se consolidou, com foco em empreendimentos relacionados ao varejo de produtos de materiais de construção e de acessórios e peças de veículos automotores. A avenida, hoje, vai além de atender às necessidades dos moradores, ao fortalecer a identidade da comunidade e configurar-se como um relevante espaço de convivência e de dinamização econômica local.

É importante perceber como a identidade cultural do Santa Rita se expressa através de suas manifestações imateriais e dos locais que moldam as interações sociais dentro da comunidade. O Marabaixo da Favela e a Escola de Samba Maracatu da Favela são manifestações que não apenas promovem a preservação das tradições, mas também fortalecem o senso de pertencimento da comunidade. Além disso, locais como o Santuário de Nossa Sra. de Fátima, o Hospital São Camilo, a Escola Tiradentes e o Eixo Comercial da Avenida Padre Júlio têm um papel fundamental na formação da vida diária dos habitantes, atuando como pontos de convívio e de interação social. Essas dinâmicas interconectadas criam um rico mosaico cultural que reflete as características únicas do bairro Santa Rita.

ANÁLISE DO PERFIL DOS MORADORES E DA MORFOLOGIA URBANA

A análise do perfil sociodemográfico do Santa Rita é fundamental para compreender as transformações que ocorreram ao longo das últimas décadas e os impactos dessas mudanças na dinâmica urbana e social do bairro. Utilizando dados do universo por setor censitário dos Censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, e dados preliminares do Censo de 2022, é possível observar um retrato em constante evolução, marcado por mudanças significativas na composição populacional e nas características dos moradores.

Entre 1991 e 2022, o bairro experimentou redução significativa de 31,17% em sua população total, o que indica o processo de esvaziamento demográfico ou migração para outras áreas. Esse declínio populacional é acompanhado pela diminuição expressiva na média de moradores por

Domicílio Particular Permanente (DPP), que caiu de 5 para 3 habitantes por residência, destacando a transformação no perfil habitacional e na dinâmica social do bairro.

No início dos anos 1990, o bairro Santa Rita apresentava população predominantemente infanto-juvenil, com jovens entre 0 e 19 anos representando 53,37% do total. A alfabetização era alta, com 83,30% da população acima de 5 anos já alfabetizada. A população feminina predominava ligeiramente (50,92%), e a responsabilidade pelos domicílios era majoritariamente masculina (70,05%). A renda familiar estava concentrada principalmente na faixa de 1 a 3 salários-mínimos, representando 35,97% das famílias. Os censos subsequentes, contudo, revelaram mudanças significativas: a tendência de envelhecimento da população, o aumento na participação feminina como responsável por domicílio, além do crescimento do percentual de famílias com renda inferior a 3 salários-mínimos. Também foi notável o aumento da população alfabetizada, refletindo avanços no acesso à educação e melhoria nas condições de vida no bairro.

Essas alterações podem ser explicadas por uma série de fatores socioeconômicos e culturais que influenciaram a dinâmica urbana de Macapá ao longo das últimas décadas, e, por consequência, também se refletiram no bairro Santa Rita. O envelhecimento da população (Gráfico 1), por exemplo, pode ser atribuído a uma combinação de aspectos, como a queda nas taxas de natalidade e a melhoria nas condições de saúde, que resultaram em uma maior longevidade. Esse fenômeno é observado em várias partes do país e reflete o processo mais amplo de transição demográfica, no qual a população mais jovem diminui e a faixa etária mais idosa se amplia.

Entre 1991 e 2010, a população feminina no bairro aumentou em 3,24%, refletindo sua maior presença na comunidade e o crescimento da liderança feminina nos domicílios (que representava 49,12% em 2010). Esse fenômeno pode ser atribuído ao aumento de sua inserção no mercado de trabalho e a mudanças culturais, como a redefinição dos papéis de gênero. O maior acesso a programas de assistência e educação também desempenharam um papel crucial. Essas transformações têm

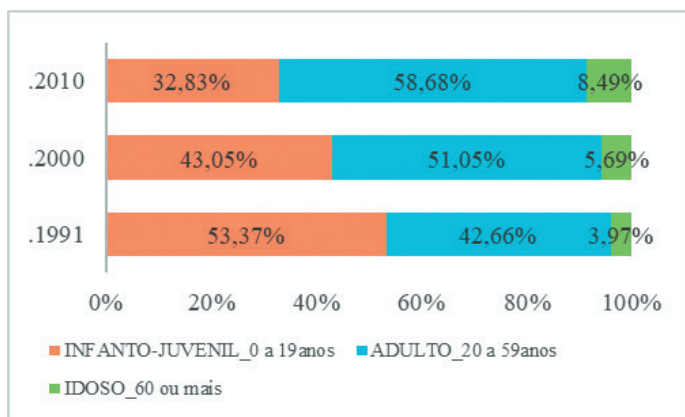


Gráfico 1 – Distribuição da população por faixa etária.
Fonte: IBGE 1991; 2000; 2010. Elaboração: Autoras, 2024.

reconfigurado a estrutura familiar e a organização do espaço doméstico, impactando as dinâmicas do bairro.

Observa-se também o crescimento significativo no percentual de moradores alfabetizados no bairro, que passou para 94,67% em 2010. Esse aumento refletiu a melhoria no acesso à educação e a maior conscientização sobre sua importância para o desenvolvimento pessoal e familiar. O avanço educacional tem contribuído para a capacitação da população, influenciando outras dimensões da vida social e econômica do bairro, como a inserção no mercado de trabalho e a participação em decisões comunitárias.

A redução na renda média das famílias entre 2000 e 2010 gerou impactos significativos na dinâmica do bairro, refletindo mudanças econômicas mais amplas, como crises financeiras regionais ou nacionais, alterações no mercado de trabalho local e o aumento da informalidade no emprego. O aumento no percentual de famílias com renda até 3 salários-mínimos (Gráfico 2) sugere o cenário de vulnerabilidade econômica, com implicações diretas nas condições de vida e nas demandas por serviços públicos e políticas sociais mais eficientes.

O declínio na renda pode justificar o aumento de 10,12% no número de domicílios no Censo 2022, apesar da redução da população do bairro e da queda na média de moradores por domicílio. Diante das dificuldades financeiras, muitas famílias passaram a dividir espaços como forma

de adaptação, o que levou a maior ocupação de terrenos (Figura 6). No entanto, essa hipótese só poderá ser mais bem explorada por meio de estudos mais aprofundados e com a divulgação completa dos dados do Censo 2022.

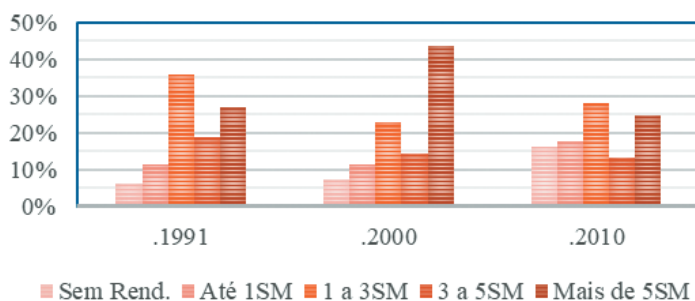


Gráfico 2 – Distribuição da população responsável por faixa de renda.

Fonte: IBGE 1991; 2000; 2010. Elaboração: Autoras, 2024.



Figura 6 – Exemplo de adensamento domiciliar no Santa Rita, Av. Marcelo Cândia.

Fonte: Google Maps, nov./2012; Acervo Autoras, out./2024.

Essa mudança no padrão de ocupação do território também se reflete na morfologia do bairro Santa Rita, que, ao longo do tempo, foi transformado para se adequar às novas demandas e dinâmicas da população. Um exemplo disso é a mudança no tipo de construção dos domicílios: até a década de 1990, a maioria das habitações era térrea (98,91%) e de madeira (70,11%) (PMM, 1990). No entanto, ao longo dos anos, houve uma transição significativa, com o predomínio de residências mais verticalizadas, entre dois ou três andares, e construídas em alvenaria.

Entre 1991 e 2010, os domicílios do Santa Rita continuaram, predominantemente, sendo compostos por casas. Esse tipo de moradia ainda representava a maior parte do tipo habitacional, refletindo uma característica tradicional do bairro. No entanto, no mesmo período, houve o aumento substancial no percentual de domicílios do tipo apartamento (97,74%) e coletivo (37,36%), que inclui condomínios e vilas.

Houve a ampliação significativa nos serviços urbanos no bairro Santa Rita, como o acesso ao abastecimento de água e à coleta de lixo, o que representou um avanço nas condições de vida e na infraestrutura básica no período de 1991 e 2010. No entanto, em 2010, a maioria dos moradores (64,17%) ainda dependia de fossas rudimentares para o descarte de esgoto, refletindo as limitações da rede de coleta de esgoto e a necessidade de melhorias nesse setor. Além disso, assim como no restante da cidade, o sistema de drenagem pluvial do bairro é deficiente e prejudicado pela perda de áreas de drenagem natural (Vieira et al., 2017). O Santa Rita também se destaca como um dos bairros com menor cobertura arbórea no subcentro de Macapá (Sarquis, 2015), o que impacta negativamente na qualidade ambiental e no bem-estar da população.

Do mesmo modo, o bairro Santa Rita enfrenta desafios significativos em termos de infraestrutura viária, com a ausência ou má qualidade do calçamento e da cobertura asfáltica, mesmo em vias importantes. Isso impacta diretamente a mobilidade e o conforto dos moradores. A via principal do bairro é a Avenida Padre Júlio, mas outras ruas, como Santos Dumont, Hildemar Maia e Paraná, assim como a Avenida FAB, também são fundamentais para a dinâmica interna do Santa Rita. Essas vias funcionam como eixos de conexão com o restante da cidade e como áreas comerciais, devido ao fluxo constante de pessoas.

As dinâmicas socioespaciais do bairro Santa Rita são marcadamente diversas ao longo de sua extensão. Conforme apontado por Vieira et al. (2017), o bairro pode ser subdividido em ao menos quatro zonas com características socioculturais distintas (Figura 7), o que reflete sua organização espacial complexa e multifacetada. A primeira, mais central e movimentada, mistura residências, comércios e instituições. A segunda é majoritariamente residencial, com população de maior poder econômico. A terceira, de transição, tem mais residências e menor impacto



Figura 7 – Zoneamento do bairro Santa Rita.

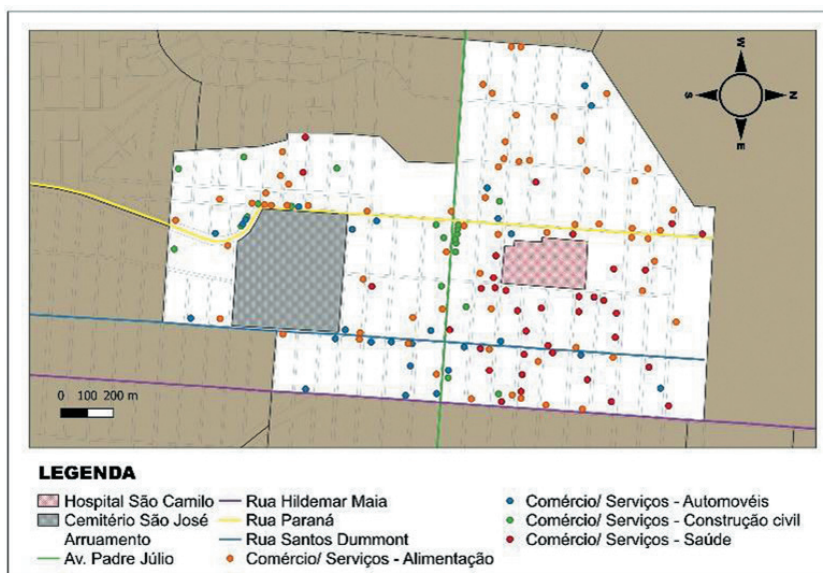
Fonte: Vieira et al., 2017; Acervo Autoras, out./ nov. 2024.

Adaptação: Autoras, 2024.

ambiental, com destaque para a arborização. A quarta zona reflete a ocupação não planejada, com terrenos irregulares devido ao aterramento da Ressaca Sá Comprido (Vieira et al., 2017).

Nessa configuração, o Hospital Escola São Camilo e São Luís atua como um polo de referência que atraiu para o Santa Rita uma diversidade de empreendimentos na área de saúde, como clínicas, centros especializados, instituições de ensino em saúde, farmácias, laboratórios e funerárias (Mapa 2). Assim, o hospital consolidou-se como um marco, transformando o bairro em um espaço voltado ao cuidado com a saúde e à qualidade de vida.

Em síntese, o perfil sociodemográfico e a morfologia urbana do bairro Santa Rita revela a complexidade e a diversidade do seu desenvolvimento ao longo do tempo. As diferentes zonas do bairro, com suas particularidades sociais e urbanísticas, evidenciam a heterogeneidade do Santa Rita e suas dinâmicas internas, que refletem não apenas as questões locais, como também os desafios e oportunidades de um bairro em crescimento.



Mapa 2 – Empreendimentos relacionados à saúde próximos ao Hospital São Camilo.

Fonte: GoogleMaps, 2024. Elaboração e Organização: Bastos, A., 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do bairro Santa Rita, em Macapá, reflete o processo de resistência e profundas transformações sociais e urbanísticas que moldaram sua identidade e a dinâmica cultural da comunidade. Inicialmente ocupado por famílias afrodescendentes na década de 1940, o bairro teve suas origens marcadas pela marginalização e pelas dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores. Esse contexto gerou uma forte identidade comunitária, refletida em manifestações culturais como o Marabaixo da Favela e a Escola de Samba Maracatu da Favela, que celebram a herança afro-amapaense e se tornaram símbolos de resistência.

A alteração do nome de “Favela” para “Santa Rita” insinua a tentativa de apagar as origens de resistência negra, inserida em um movimento de “embelezamento” e “normalização” urbana incentivado pelo poder público e pela Igreja Católica. Embora essa renomeação buscasse integrar o bairro ao tecido urbano formal, também simbolizou a tentativa para

invisibilizar a história de luta das comunidades negras, que enfrentaram a repressão para manter viva sua cultura.

O Hospital São Camilo foi decisivo na formação da nova identidade do Santa Rita, sendo mais que um centro de saúde: tornou-se elemento central na identidade do bairro. Sua presença consolidou o Santa Rita como um ponto de apoio para a comunidade, transformando as formas de sociabilidade e impactando o planejamento urbano local, ao influenciar a ocupação e moldar a paisagem urbana do bairro.

O perfil populacional também passou por mudanças significativas, com o aumento da presença feminina e a queda na renda média, refletindo transformações nas dinâmicas sociais. A transição de um espaço com moradias precárias para um bairro mais verticalizado reflete as pressões do mercado imobiliário e o impacto da modernização, trazendo tanto melhorias quanto desafios para a infraestrutura local.

Atualmente, o bairro Santa Rita apresenta desigualdades internas, com algumas áreas bem atendidas por infraestrutura e serviços, enquanto outras ainda enfrentam problemas como a falta de calçamento e redes de esgoto inadequadas. Essas disparidades destacam a urgência do planejamento urbano mais inclusivo, que consiga equilibrar o crescimento urbano com a promoção do bem-estar social e a justiça urbana.

Em síntese, a trajetória do Santa Rita revela tanto a evolução de uma comunidade quanto os desafios de Macapá em conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação da identidade e da coesão social de seus bairros. Compreender essas dinâmicas culturais e urbanas é essencial para guiar futuras ações que promovam o desenvolvimento sustentável, valorizem a história local e favoreçam a equidade social. Esta pesquisa, ao abrir caminho para novas investigações, busca aprofundar o conhecimento sobre o bairro e suas complexas transformações.

REFERÊNCIAS

AMADOR, K. T. M. O Carnaval de rua em Macapá: como tudo começou. In: Gonçalves, M. A. **Os Caminhos que levam à favela**. João Pessoa, PB: Mídia Gráfica e Editora, 2023. p. 36-42.

- BASTOS, A. B.; FERREIRA, J. F. C.; FREITAS, J. S. Mosaico da desigualdade social intraurbana de Macapá, Amapá (2000-2010). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.016.e20230168>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BASTOS, C. M. C. B. **Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca**: um estudo da comunidade negra da Lagoa dos Índios em Macapá/ AP. Dissertação (Mestrado) Centro de Desenvolvimento Sustentável. 188 f. Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, DF: 2006.
- BEZERRA, J. A. Como Definir o Bairro? Uma breve revisão. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v. 1, n. 1, p. 21-31, jan./jun., 2011.
- BRASIL. **Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943**. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. 1943.
- CARVALHO, J. W. S.; COSTA SÁ, J. A. A Desconstrução do Eu na Instituição de Longa Permanência (ILPI) – Abrigo São José. **Revista ft**, Rio de Janeiro, v. 28, 138 ed., set. 2014. Disponível em: <https://revistافت.com.br/a-desconstrucao-do-eu-na-instituicao-de-longa-permanencia-ilpi-abrigo-sao-jose/#:~:text=HIST%C3%93RICO%20DA%20ILPI%20ABRIGO%20S%C3%83O%20JOS%C3%89&text=No%20dia%2024%20de%20mar%C3%A7o,suas%20instala%C3%A7%C3%B5es%20com%2028%20ido>. Acesso: 12 out. 2024.
- COLE, H. J. ASSOCIADOS S.A. **Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo. Documento síntese**, Rio de Janeiro, 1979.
- FERREIRA, I. M. **Do altar à escola**: a atuação da Igreja Católica no campo educacional amapaense (1903-1956). Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. 139 f. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Amapá. Macapá, AP, 2022.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá**: vol. 1 – Análises, 1973.
- GÓES, P. B. S. **Revitalização paisagística da bacia de acumulação do Canal do Beiroi**: um fator condicionante no uso de seus espaços públicos da cidade de Macapá. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Amapá. Macapá, AP, 2017.

- GONÇALVES, M. A. **Os Caminhos que levam à favela**. João Pessoa, PB: Mídia Gráfica e Editora, 2023.
- GUARDA FLORESTAL AMBIENTAL – GFA. **Estatuto social**. Macapá, 2023.
- JORNAL A VOZ CATÓLICA. **Um grande centro de saúde na nossa região**. Macapá, 14 jun. 1969, p. 5.
- JORNAL A VOZ CATÓLICA. **Uma piada a respeito de Padre Fúlvio**. Macapá, 16 jan.1971, p. 2.
- JORNAL A VOZ CATÓLICA. **Favela: Nossa Senhora de Fátima**. Macapá, 15 jun.1973, p. 18.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **VIII Recenseamento Geral do Brasil – Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- _____. **Dados do Censo Demográfico 1991**: agregado por setores censitários dos resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Dados do Censo Demográfico 2000**: agregado por setores censitários dos resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- _____. **Dados do Censo Demográfico 2010**: agregado por setores censitários dos resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- _____. **Dados Preliminares do Censo Demográfico 2020**: agregado por setores censitários dos resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- LUNA , V. X. **Um cais que abriga histórias de vidas: sociabilidades conflituosas na gentrificação da cidade de Macapá: (1943-1970)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2020.
- MONTENEGRO, A. **Álbum do estado do Pará**: Oito anos do Governo (1901 a 1909). Paris: Chaponet, 1908.
- NASCIMENTO, K. J. N.; SANTOS, E. R. C. Estruturação do espaço urbano de Macapá enquanto capital do Território Federal do Amapá (1944-1988). **Terra Brasilis [Online]**, v. 20, dez. 2023, Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/14102>. Acesso em: 20 out. 2024.
- NUNES, J. **Relatório das atividades do governo do Território Federal do Amapá em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ – PMM. **Plano Diretor de Macapá: Volume 1 – Diagnose**. 1990.

- _____. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá: P.M.M. – SEMPLA, IBAM, 2004.
- _____. **Lei n. 2.427, de 31 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a alteração delimitação, nomeação, delimitação e criação de bairros do município de Macapá, no Estado do Amapá.
- PRELAZIA DE MACAPÁ. **Livro do Tombo**, n. 2, Ano 1962. Macapá, 1962.
- PRELAZIA DE MACAPÁ. **Livro do Tombo**, n. 4, Ano 1983. Macapá, 1983.
- SANTOS, A. M. L.; OLIVEIRA, S. R. Espacialidade Favela sob diversas óticas. In: Gonçalves, M. A. **Os Caminhos que levam à favela**. João Pessoa, PB: Mídia Gráfica e Editora, 2023. p. 36-42.
- SANTOS, C. D. M.; DIAS, N. Gertrudes Saturnino: A pioneira do Marabai-xo da Favela. In: Gonçalves, M. A. **Os Caminhos que levam à favela**. João Pessoa, PB: Mídia Gráfica e Editora, 2023. p. 36-42.
- SANTOS, Q. C.; ALBINO, V. M. T. Memória da favela: A criação do Hospital São Camilo e São Luís durante os anos de 1960, em Macapá-AP. In: Gonçalves, M. A. **Os Caminhos que levam à favela**. João Pessoa, PB: Mídia Gráfica e Editora, 2023. p. 51-54.
- SARQUIS, I. R. **Cobertura arbórea dos bairros centrais de Macapá/AP**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. 46 f. Mestrado em Ciências Ambientais, Universidade Camilo Castelo Branco. Fernandópolis, SP: 2015.
- SILVA, E. C. A urbanização em Macapá após a criação do estado do Amapá: Expansão urbana e desigualdade sócio-espacial. **Ciência Geográfica**. Bauru, v. 21, n. 2, jan. /dez. 2017, p. 428-441.
- SILVA, M. L. A cidade imaginada: histórias e vivências em Macapá nos primeiros anos do Território Federal do Amapá. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 35, n. 76, maio/ago. 2022, p. 289-308. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S2178-14942022020206>. Acesso em: 20 out. 2024.
- SILVA, M. V.; PENA, B. L. Análise do Plano Diretor Urbano de Macapá (2004) com ênfase na verticalização e no conforto ambiental. In: Tostes, J. A. (org.). **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004**. Macapá: UNIFAP, 2020, p. 77-101.
- VIEIRA, A. A.; LIMA NETO, I. B.; BITENCOURT, L. R. C.; NERY, P. F. **Análise urbano-social do bairro Santa Rita em Macapá – AP**. 2017.

- TORRINHA, R. Nomes curiosos lembram espaços de uma Macapá antiga viva na memória. **G1 AP**, Macapá, 04 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/nomes-curiosos-lembram-espacos-de-uma-macapa-antiga-viva-na-memoria.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2024.
- TOSTES, J. A.; WEISER, A. A. Macapá: a cidade modernista do período janarista de 1943 a 1955. **Revista Amazônia Moderna**, Palmas, v.1, n.2, out./mar, 2018, p. 34-53.
- TOSTES, J. A.; TAVARES, A. P. C. As Edificações Institucionais de Vilanova Artigas na Cidade de Macapá. In: II Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia. **Anais...** Palmas: UFT, 2017.
- WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira**. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

A ORIGEM E FORMAÇÃO DO BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO NA CIDADE DE MACAPÁ, AMAPÁ

Keliane Bastos de Sousa¹

José Alberto Tostes²

INTRODUÇÃO

O bairro Perpétuo Socorro, localizado na capital do estado do Amapá, possui o nome em homenagem à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a Virgem Maria, e surgiu como uma área de ocupação ribeirinha, desempenhando papel central na história e economia locais devido à proximidade com o Rio Amazonas e o Igarapé das Mulheres. Esse igarapé foi, e ainda é, essencial para o comércio e abastecimento, conectando a cidade de Macapá com as comunidades ribeirinhas e facilitando o trânsito de produtos essenciais para o comércio informal (Araújo, 2018).

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS); Tecnóloga em Secretariado, ambos pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: kelianebastos18@gmail.com

2 Doutor em História e Teoria da Arquitetura ISA/Cuba. Professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e do mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. E-mail: tostes.j@unifap.br

Durante o processo de ocupação, a presença do rio fomentou o surgimento de construções em palafitas, utilizadas por populações de baixa renda. Esse tipo de estrutura atendeu a necessidade de moradia em áreas de várzea e destacou a relevância da identidade ribeirinha, integrando-a à paisagem urbana de Macapá (Pompeu, 2008).

Assim, a ocupação do Perpétuo Socorro reflete uma dinâmica socioeconômica e cultural na qual o rio é o centro da atividade humana, desempenhando papel essencial na formação da identidade local. A relação histórica com o Rio Amazonas e o Igarapé das Mulheres reforça o significado cultural e econômico do bairro para a cidade, estabelecendo uma ligação intrínseca entre a população e o ambiente natural, o que ainda hoje se observa nas práticas comerciais e de subsistência ligadas ao rio (Costa, 2006).

O bairro Perpétuo Socorro é um exemplo emblemático de um território urbano que enfrenta desafios socioeconômicos e ambientais significativos. Sua origem e formação tem como características a ocupação de áreas alagadiças e tem uma história profundamente conectada à relação entre seus moradores e o Rio Amazonas, sendo tradicionalmente marcado por atividades informais, como a pesca e o comércio. No entanto, ao longo das décadas, a falta de planejamento urbano eficaz e investimentos adequados resultou em uma série de problemas que comprometem tanto a qualidade de vida da população quanto o desenvolvimento do local.

Esse cenário de abandono reflete uma falha mais ampla no planejamento urbano e na execução de políticas públicas. A informalidade que permeia o bairro, tanto nas atividades comerciais quanto na ocupação de terrenos, é um sintoma da ausência de intervenções eficazes do poder público. As tentativas de ordenamento da Orla e do bairro como um todo não foram suficientes para enfrentar os desafios estruturais que impedem o desenvolvimento sustentável da região. A degradação do ambiente urbano também está diretamente ligada à deterioração social, onde a violência e atividades ilegais são uma constante.

Dessa forma, a presente pesquisa tem como foco principal analisar os fatores sociais, econômicos e ambientais que impulsionam a origem e formação do bairro Perpétuo Socorro. Para subsidiar no desenvolvimento do estudo foi utilizada uma abordagem qualitativa (Proetti, 2018) devido à necessidade de compreender o objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica

(Gil, 2008), consultada a partir do acervo do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, auxiliou na compreensão dos fatores sociais, históricos e ambientais que originaram o bairro estudado.

Compreender a história e as dinâmicas sociais do bairro é essencial para a elaboração de soluções que visem não apenas à melhoria das condições de infraestrutura, mas também à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável. Portanto, este trabalho tem relevância por ser uma fonte de conhecimento para a população e para os órgãos públicos sobre a origem e formação de um dos bairros tradicionais da cidade de Macapá.

A pesquisa está organizada da seguinte forma: a primeira parte aborda a origem do bairro Perpétuo Socorro; a segunda trata das características do bairro; a terceira seção aborda o potencial turístico do bairro e a quarta refere-se aos resultados e discussão obtidos através da pesquisa bibliográfica.

HISTÓRIA DA ORIGEM E FORMAÇÃO DO PERPÉTUO SOCORRO

O bairro Perpétuo Socorro, localizado na cidade de Macapá, teve sua origem e formação na década de 1940 quando o Amapá ainda era Território Federal. Inicialmente, o atual bairro Perpétuo Socorro ficou conhecido como Igarapé das Mulheres (Figura 1) devido ao fato de que as mulheres utilizavam o igarapé para lavar as roupas da família, o que acabou nomeando a região (Scheibe, 2016).



Figura 1 – Igarapé das Mulheres na cidade de Macapá.

Fonte: Montenegro, 1908.

As residências se concentravam em torno do primeiro edifício da Igreja do Perpétuo Socorro, uma construção simples de madeira localizada entre as ruas Rio Japurá e Rio Purus (Amapá, 2014). O aterramento do bairro ocorreu na década de 1950, após muitos esforços da Paróquia do Perpétuo Socorro em benefício dos moradores do bairro.

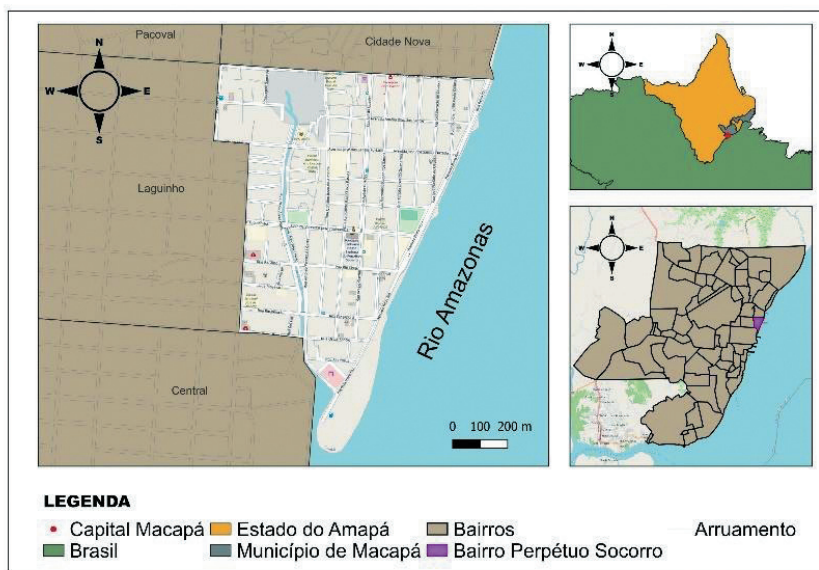
A origem do nome “Perpétuo Socorro” vem da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Figura 2), construída no início da década de 1960. O bairro Perpétuo Socorro é um dos mais antigos e tradicionais da cidade de Macapá, capital do estado de Amapá, Brasil. A história do bairro está intimamente ligada à evolução da cidade, quando Macapá começou a se expandir além de sua área central.



Figura 2 – Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

Fonte: Acervo José Alberto Tostes, 2024.

O bairro Perpétuo Socorro (Mapa 1), situado próximo ao Rio Amazonas, formou-se, inicialmente, como uma área ocupada por trabalhadores das atividades portuárias e pesqueiras, já que o local tinha fácil acesso à água e ao transporte fluvial. A população era composta, em grande parte, por pescadores, migrantes do interior do estado e trabalhadores que se fixaram na capital em busca de melhores condições de vida.



Mapa 1 – Localização do bairro Perpétuo Socorro.

Fonte: Open Street Map; PMM, 2020; IBGE, 2020.

Organização e Elaboração: Ananda Bastos, 2024.

O bairro Perpétuo Socorro reflete dinâmicas complexas de crescimento urbano desordenado e informalidade, características comuns em áreas periféricas de cidades brasileiras. Sua ocupação destaca o contraste entre os objetivos formais de planejamento urbano e as demandas práticas da população local, especialmente aquelas relacionadas à sobrevivência econômica e social (Pinheiro, 2022).

Essa dinâmica é um exemplo da exclusão urbana enfrentada por populações vulneráveis, que frequentemente ocupam espaços marginalizados para satisfazer necessidades básicas de moradia e trabalho. Como observa Maricato (2002), essas ocupações refletem a modernização excludente das cidades brasileiras, onde instrumentos de planejamento urbano frequentemente servem a interesses políticos ou econômicos específicos, deixando de lado a inclusão social.

O bairro do Perpétuo Socorro é descrito no Plano Diretor como uma área de importância regional, com potencial estratégico para a conexão com localidades adjacentes, como Curiaú, Carapanatuba, Pedreira e Bailique. Essa característica é reforçada pela inclusão do atracadouro

do bairro entre as prioridades para implantação e melhorias, buscando fomentar atividades econômicas e de transporte, além de integrar a região ao sistema hidroviário de Macapá (Macapá, 2004).

Sua formação está intimamente ligada ao surgimento de outros bairros nas áreas de ressaca, como o Laguinho e o Pacoval. Essas áreas foram ocupadas principalmente por populações que se estabeleceram em terrenos alagadiços, aproveitando o escoamento natural das águas pluviais para adaptação de suas moradias e atividades comerciais. Com o passar do tempo, o bairro passou a atrair uma população diversa, tornando-se um dos mais populosos de Macapá, com mais de 25 mil habitantes.

A ocupação do Perpétuo Socorro teve início com a chegada de famílias de baixa renda, impulsionadas pela ausência de alternativas habitacionais formais. Essas famílias estabeleceram-se próximas ao Igarapé das Mulheres, curso d'água que se tornou central na configuração socioeconômica e ambiental do bairro. A ocupação espontânea gerou uma morfologia urbana caracterizada por construções irregulares e ausência de infraestrutura básica, como saneamento e iluminação pública, acentuando as vulnerabilidades ambientais e sociais (Pinheiro, 2022).

Do ponto de vista habitacional, o Plano Diretor (2004) classifica o bairro como uma das Áreas de Interesse Social (AIS). Essas áreas têm prioridade na implementação de políticas habitacionais voltadas para a população de baixa renda. No caso específico do Perpétuo Socorro, a relevância desse aspecto é reforçada pela sua localização em áreas de ressaca, que apresentam desafios ambientais e estruturais. Essas áreas são reconhecidas por suas precariedades em infraestrutura e equipamentos públicos, além de estarem associadas a populações vulneráveis.

A expansão populacional gerou uma heterogeneidade socioeconômica, com moradores de diferentes níveis de renda. O bairro se localiza estrategicamente próximo ao centro da cidade e tem acesso direto ao Rio Amazonas (Figura 3), o que facilitou o desenvolvimento de atividades econômicas baseadas no comércio informal e no uso do rio como meio de transporte.



Figura 3 – Pontos estratégicos da localização do Perpétuo Socorro.

Fonte: Acervo José Alberto Tostes, 2024.

Apesar de instrumentos como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá (PDDUAM) de 2004 terem sido implementados para ordenar o crescimento da cidade, a aplicação dessas normas no bairro Perpétuo Socorro permanece limitada. Conforme aponta Pinheiro (2022), o plano diretor é um instrumento essencial para o ordenamento do território, mas enfrenta dificuldades de efetivação, especialmente em contextos de informalidade.

A realidade urbana da ocupação do solo no Perpétuo Socorro ilustra um descompasso entre o planejamento urbano formal e as práticas insurgentes dos moradores. Segundo Holston (2016), a insurgência urbana ocorre quando cidadãos marginalizados reorganizam o espaço urbano para atender suas necessidades, frequentemente em confronto com os instrumentos formais de planejamento. Essa insurgência é evidente no Perpétuo Socorro, onde moradores transformam áreas originalmente

destinadas à preservação ambiental em espaços de moradia e trabalho informal (Miraftab, 2016).

Após os primeiros anos de ocupação, o bairro passou a contar com uma doca onde atracam pequenas embarcações (Figura 4), que transportam produtos rurais e pescados vindos de várias comunidades ribeirinhas. Apesar do aterramento, foi preservado um curso d'água afluente do Rio Amazonas, formando um canal que atravessa o bairro, ligando a doca ao centro do Perpétuo Socorro. Antes de 2013, as margens do Igarapé eram ocupadas por moradias e um comércio desorganizado e precário, especialmente nos pontos de venda de verduras, legumes, frutas e pescados trazidos pelas embarcações (Costa, 2015).



Figura 4 – Pequenas embarcações no Igarapé das Mulheres, atual bairro Perpétuo Socorro.

Fonte: Acervo José Alberto Tostes, 2024.

Com o objetivo de melhorar as condições desta feira improvisada, o governo do estado do Amapá construiu o Mercado do Pescado no local onde a feira era realizada. Inaugurado em 27 de março de 2013, durante o governo de Camilo Capiberibe, o mercado oferece uma estrutura que agrada a muitos frequentadores. No entanto, o entorno do mercado ainda carece de ordenamento, estrutura e infraestrutura adequados para o pleno desenvolvimento das atividades e do potencial local (Costa, 2015).

Apesar dos diversos investimentos para a cidade de Macapá, os bairros da capital carecem de recursos urbanos, como o caso do bairro Perpétuo Socorro que mesmo com a importância histórica e mesmo sendo a porta de entrada para a capital do Amapá, não possui a devida atenção dos atores governamentais e aparenta ser abonado pelo poder público

à medida que persistem os problemas socioambientais e ausência de infraestrutura urbana há anos, sem medidas para intervenção.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DO PERPÉTUO SOCORRO

A presença do mercado informal no Perpétuo Socorro é uma característica marcante. No entorno do Igarapé das Mulheres, existe um mercado de pescado que atrai trabalhadores informais, pescadores e vendedores de produtos agropecuários, criando uma intensa dinâmica comercial (Alves, 2023). Mesmo com a inauguração de um mercado de pescado com estrutura para abrigar os trabalhadores, a informalidade continuou a prosperar ao redor, com comerciantes ocupando áreas não regulamentadas e disputando espaço com as atividades portuárias.

O crescimento urbano do Perpétuo Socorro também foi intensamente influenciado pela posição do bairro na margem do rio e pela facilidade de acesso ao transporte fluvial, fundamental para o comércio local e regional. A carência de infraestrutura apropriada, no entanto, resultou em uma urbanização com áreas irregulares e deficiências graves, incluindo habitações precárias e a falta de serviços de saneamento básico, o que trouxe consequências ambientais negativas para o igarapé (Gorski, 2010).

O bairro Perpétuo Socorro é um espaço de pluralidade cultural e econômica, onde se destacam as práticas ribeirinhas e o comércio informal. Araújo (2018) salienta que o bairro mantém uma forte identidade cultural por meio das atividades tradicionais de pesca e venda de produtos regionais, que são trazidos pelos ribeirinhos através do Igarapé das Mulheres. Este comércio informal representa a principal fonte de renda para muitos moradores, caracterizando o Perpétuo Socorro como um centro de abastecimento local.

A presença de uma economia informal vibrante reflete não apenas a sobrevivência econômica dos habitantes, mas também a perpetuação de práticas culturais tradicionais. As feiras ribeirinhas (Figura 5) que acontecem nas margens do igarapé são um exemplo disso, contribuindo para a preservação da identidade cultural e social da comunidade,

além de fomentar o turismo cultural, que atrai visitantes interessados na autenticidade das práticas ribeirinhas (Holgz, 2012).



Figura 5 – Feiras ribeirinhas na Orla do Perpétuo Socorro.

Fonte: Acervo José Alberto Tostes, 2024.

A urbanização do bairro Perpétuo Socorro foi marcada pelo crescimento desordenado, o que gerou desafios estruturais ao longo do tempo. Nos primeiros anos, a ocupação do bairro era caracterizada pela fragilidade das construções em palafitas, resultando em uma infraestrutura urbana limitada. Segundo Araújo (2018), esse modelo de ocupação ribeirinha se manteve com o uso intensivo do espaço público para feiras informais e práticas de comércio adaptadas ao entorno natural. Esse desenvolvimento foi ainda impulsionado pela escassez de investimentos públicos em infraestrutura, comparado com outras áreas centrais da cidade, contribuindo para a precariedade dos serviços básicos, como saneamento e segurança.

O bairro também é conhecido por suas feiras livres, que são importantes pontos de comercialização de produtos da agricultura familiar e do pescado. Essas feiras proporcionam não apenas a venda de produtos, mas também são locais de encontro social e articulação política. No entanto, enfrentam desafios como a falta de organização e higiene, além da ausência de segurança adequada, o que torna a manutenção dessas atividades um desafio constante.

No bairro Perpétuo Socorro, um dos principais problemas está relacionado à Orla, onde as condições ambientais e sociais têm contribuído

para o desgaste da área (Figura 6). Apesar de investimentos anteriores, a Orla de Macapá não recebeu o tratamento urbanístico e paisagístico adequado, resultando não apenas em sua degradação física, mas também social. Aos finais de semana, frequentadores do local presenciam atividades ilegais e episódios de violência. Além disso, é comum observar sinais de assoreamento no Rio Amazonas devido ao acúmulo de lixo descartado pela população (Tostes, 2023).



Figura 6 – Despejo de lixo no Igarapé das Mulheres.

Fonte: Acervo Keliane Bastos de Sousa, 2024.

O bairro Perpétuo Socorro enfrenta desafios significativos relacionados à infraestrutura e à sustentabilidade ambiental. A ocupação desordenada e a falta de saneamento adequado fazem com que o Igarapé das Mulheres se torne alvo de poluição, o que impacta a saúde dos moradores e compromete o uso sustentável do rio. De acordo com Araújo (2018), a ausência de redes de esgoto em grande parte da área contribui para o descarte irregular de resíduos sólidos e líquidos no igarapé, intensificando os problemas de degradação ambiental.

Outro problema enfrentado pela comunidade é a segurança precária e a ausência de espaços públicos apropriados para as atividades sociais e comerciais. Esses fatores não apenas afetam a qualidade de vida da população, mas também limitam o potencial econômico e

turístico da área. A falta de infraestrutura adequada compromete o crescimento sustentável e a preservação dos recursos naturais, levando a uma necessidade urgente de requalificação urbana e ambiental para o bairro.

Na pesquisa de Araújo (2018), sugere-se uma proposta de intervenção para o bairro Perpétuo Socorro, que deve envolver uma infraestrutura que respeite as práticas tradicionais ribeirinhas, ao mesmo tempo em que promova a sustentabilidade e a inclusão social. Araújo (2018) sugere a criação de espaços de convivência que atendam às necessidades da população e reforcem a identidade cultural do bairro. Essas áreas podem incluir praças públicas, atracadouros modernos e locais para feiras e eventos culturais, criando um ambiente favorável para a interação social e o comércio.

O reordenamento da infraestrutura do bairro também deve considerar a implementação de redes de saneamento básico e de coleta de resíduos, para preservar o Igarapé das Mulheres e promover um ambiente mais seguro e saudável para os moradores e visitantes. A integração de práticas sustentáveis no uso do rio e das margens, como projetos de preservação ambiental e revitalização dos espaços públicos, poderia transformar o Perpétuo Socorro em um modelo de convivência entre a cidade e o ambiente natural (Wohl *et al.*, 2005).

BAIRRO PERPÉTUO SOCORRO E O TURISMO

O bairro Perpétuo Socorro passou a ser incluído em projetos de intervenção urbana, como o Projeto Orla, que busca melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores. No entanto, a ocupação desordenada e a falta de investimentos contínuos em áreas como saneamento e mobilidade urbana ainda são grandes desafios (Silva, 2017).

Apesar dos problemas urbanos, o bairro Perpétuo Socorro apresenta um grande potencial turístico e cultural, devido à sua localização privilegiada e à riqueza das atividades ribeirinhas. Araújo (2018) aponta que o Plano Diretor de Macapá reconhece essa potencialidade, recomendando ações para promover o turismo, o lazer e o fortalecimento da economia

local. A presença do Igarapé das Mulheres, junto aos pontos históricos da cidade, como a Fortaleza de São José de Macapá, confere ao bairro um papel de destaque no cenário cultural e turístico da região.

A revitalização das atividades culturais e econômicas tradicionais, como as feiras ribeirinhas e as atividades pesqueiras, poderia atrair visitantes e valorizar ainda mais o bairro. Essa integração de turismo e cultura pode fortalecer a economia local e proporcionar à população uma oportunidade de partilhar seu modo de vida e tradições, destacando o Perpétuo Socorro como um ícone da cultura amazônica (Trindade Junior et al., 2008).

O Plano Diretor de Macapá de 2004 definiu a Orla da cidade com vocação turística. Contudo, o que se verifica é que os objetivos propostos no documento urbanístico, assim como outros projetos voltados para transformar a Orla em um ponto turístico, não foram concretizados. No caso da Orla do bairro Perpétuo Socorro, observa-se um espaço negligenciado pelo poder público, carente de infraestrutura, saneamento básico e segurança, entre outros serviços essenciais. As ações implementadas pelo poder público não foram suficientes para resolver problemas como o acúmulo de lixo, a corrosão da Orla, o aterramento e a ocupação irregular (Sousa et al., 2024).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, alinhada à necessidade de compreensão detalhada dos aspectos sociais, históricos e ambientais que impulsionaram a origem e formação do bairro Perpétuo Socorro em Macapá, Amapá. Essa escolha metodológica permitiu uma investigação aprofundada e interpretativa, favorecendo a análise dos significados atribuídos pelos moradores ao bairro e às suas práticas culturais, bem como a relação histórica com o Rio Amazonas e o Igarapé das Mulheres, que atravessam gerações (Proetti, 2018). Essa abordagem é especialmente adequada para estudos que buscam explorar as dinâmicas complexas de territórios com características únicas, como o Perpétuo Socorro.

A metodologia é baseada na pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de coletar e analisar informações relevantes para a compreensão do contexto histórico e socioeconômico do bairro. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é essencial em estudos exploratórios, pois permite reunir conhecimentos acumulados por diversos autores sobre o tema, proporcionando uma visão ampla e contextualizada. Para isso, foram consultadas obras e artigos do acervo do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, que contém registros sobre os processos de ocupação ribeirinha, urbanização e a transformação de áreas alagadiças em espaços habitacionais no contexto amazônico.

Através do levantamento bibliográfico sobre temas relacionados à formação histórica e cultural do bairro Perpétuo Socorro, ao urbanismo na região amazônica e às dinâmicas socioeconômicas em áreas ribeirinhas. Foram consultados textos de autores como Araújo (2018), Pompeu (2008) e Costa (2006), que discutem a relevância da relação dos moradores com o Rio Amazonas e o impacto ambiental das construções em palafitas. Também foram levantados documentos históricos, mapas e registros de políticas públicas locais para compreender as intervenções urbanísticas e sociais na área. Esses documentos auxiliaram na compreensão dos fatores que moldaram o bairro ao longo das décadas e revelaram as condições precárias de infraestrutura e a ausência de um planejamento urbano eficiente.

Embora o estudo seja predominantemente bibliográfico, a metodologia também incluiu um enfoque de estudo de caso, onde o bairro Perpétuo Socorro foi analisado como um território singular com características socioeconômicas e culturais próprias. Esse enfoque permitiu observar e documentar as práticas sociais e econômicas locais, como a utilização do igarapé para transporte de mercadorias e a presença de construções em palafitas como resposta à dinâmica das cheias e vazantes do Rio Amazonas. A observação participante foi utilizada para obter uma compreensão mais rica e detalhada do cotidiano dos moradores e das interações sociais no bairro, fornecendo subsídios adicionais para a análise dos desafios e potencialidades do Perpétuo Socorro.

A análise dos dados neste estudo será realizada a partir da compreensão dos aspectos sociais, econômicos e ambientais do bairro Perpétuo Socorro. A metodologia para essa análise está centrada na abordagem qualitativa, com o uso da técnica de análise de conteúdo. Os dados coletados por meio da pesquisa bibliográfica e documental serão organizados e classificados em categorias temáticas principais, como: a história de ocupação do bairro, a relação dos moradores com o Rio Amazonas e o Igarapé das Mulheres, e os desafios socioeconômicos e ambientais atuais. A técnica de análise de conteúdo será usada para identificar padrões e temas recorrentes nesses dados, permitindo uma organização sistemática das informações. Essa técnica possibilitará também a análise de como esses temas estão interligados, revelando a importância cultural e econômica do bairro e suas práticas tradicionais, como o comércio e a pesca.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise qualitativa e documental sobre o bairro Perpétuo Socorro, baseada em literatura e documentação histórica, permitiu entender o desenvolvimento e as dinâmicas sociais, econômicas e culturais deste bairro ribeirinho em Macapá. Os resultados se organizaram em torno das principais temáticas identificadas na revisão: a origem e ocupação do bairro, suas características socioeconômicas e culturais, os desafios de infraestrutura e sustentabilidade, e o potencial turístico.

O surgimento do Perpétuo Socorro se deu em um contexto de ocupação informal, em áreas alagadiças, nas margens do rio Amazonas e do Igarapé das Mulheres. Inicialmente conhecido pelo próprio nome do igarapé, o bairro começou a ser reconhecido formalmente a partir da construção da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro nos anos 1960, que trouxe um novo nome e consolidou a identidade do local (Scheibe, 2016). A relação da população com o rio foi determinante para o tipo de ocupação adotado, incluindo construções em palafitas e adaptações para enfrentar as variações de cheia e vazante do rio. Essas moradias e a presença constante de práticas como a pesca e o transporte de mer-

cadorias configuraram o bairro como uma área ribeirinha consolidada (Pompeu, 2008).

A análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa qualitativa e documental evidencia que o bairro Perpétuo Socorro, em Macapá, representa um exemplo claro da complexa relação entre ocupação urbana, identidade cultural e desafios socioambientais. Desde sua fundação, na década de 1940, o bairro mantém uma estreita conexão com o Rio Amazonas e o Igarapé das Mulheres, os quais desempenham um papel essencial tanto na economia informal quanto na formação da identidade comunitária. A partir dos documentos e estudos de referência, observamos que o desenvolvimento do bairro não se deu de maneira planejada, mas sim como um reflexo das demandas de populações que, ao se fixarem em áreas de várzea, incorporaram o ambiente natural em suas atividades diárias.

A vida cotidiana dos moradores do Perpétuo Socorro está profundamente ligada à economia informal, principalmente ao comércio de pescado e produtos agrícolas, com destaque para o mercado em torno do Igarapé das Mulheres (Alves, 2023). As atividades comerciais informais são marcantes na paisagem do bairro e refletem a forma como a população local utiliza o igarapé e o Rio Amazonas como vias de escoamento de mercadorias, mantendo práticas tradicionais e reforçando a identidade cultural do bairro. O crescimento populacional, aliado ao acesso estratégico ao centro de Macapá, promoveu um desenvolvimento econômico baseado na informalidade, que se traduz nas feiras ribeirinhas e na comercialização direta, sustentando a economia local (Araújo, 2018).

O bairro enfrenta sérios problemas de infraestrutura, principalmente relacionados à falta de saneamento e urbanização adequada. Segundo Araújo (2018), a ausência de redes de esgoto e a ocupação desordenada causaram impactos ambientais significativos no Igarapé das Mulheres, que sofre com a poluição por resíduos sólidos e líquidos. Além disso, a presença de habitações precárias e a carência de serviços básicos como segurança pública comprometem a qualidade de vida dos moradores e limitam o desenvolvimento do bairro.

A Orla do Perpétuo Socorro é outro ponto crítico, pois embora seja um espaço de potencial turístico, a falta de manutenção e a degradação

ambiental afastam visitantes e geram uma percepção de abandono. O acúmulo de lixo e o assoreamento do rio, decorrentes de práticas inadequadas de descarte de resíduos, revelam um quadro de fragilidade ambiental que exige intervenções urgentes. As tentativas de ordenamento urbano, como o Projeto Orla, não se mostraram suficientes para transformar o bairro em um ambiente saudável e atrativo tanto para os moradores quanto para turistas (Silva, 2017).

O Perpétuo Socorro possui um potencial turístico e cultural significativo, ancorado em suas tradições ribeirinhas e na proximidade com pontos históricos de Macapá, como a Fortaleza de São José. O Igarapé das Mulheres, como via de transporte e centro comercial, agrega valor cultural ao bairro e oferece uma experiência autêntica aos visitantes, conectando-os com o cotidiano ribeirinho (Araújo, 2018). As feiras e atividades culturais locais poderiam ser impulsionadas como atrativos turísticos, fortalecendo a economia e promovendo o desenvolvimento sustentável.

No entanto, a concretização desse potencial turístico depende de investimentos públicos e privados em infraestrutura e segurança. A ausência de um planejamento turístico integrado reflete-se na desorganização das áreas comerciais e na falta de saneamento básico, fatores que limitam a atratividade do bairro. Para que o turismo se torne uma alternativa econômica viável, é essencial que se implementem políticas públicas que contemplem a preservação ambiental, a revitalização dos espaços de convivência e a melhoria das condições de vida dos moradores.

O estudo do bairro Perpétuo Socorro revela a complexidade de um território que, ao mesmo tempo em que preserva práticas culturais e econômicas tradicionais, enfrenta desafios socioambientais e estruturais. A relação dos moradores com o Rio Amazonas e o Igarapé das Mulheres é um dos aspectos mais característicos e impactantes do bairro, mas também expõe a vulnerabilidade do local frente à degradação ambiental e à ausência de infraestrutura.

Para que o Perpétuo Socorro alcance um desenvolvimento sustentável e inclusivo, é necessária uma intervenção integrada que contemple tanto a valorização das práticas culturais quanto a oferta de condições urbanas

adequadas. Essa intervenção deve priorizar saneamento básico, coleta de resíduos, segurança pública e requalificação das áreas comerciais e turísticas. O potencial turístico do bairro, uma vez bem explorado, poderia servir como uma fonte adicional de renda e proporcionar um modelo de convivência harmônica entre o urbano e o ribeirão, preservando o patrimônio cultural do Perpétuo Socorro e impulsionando seu desenvolvimento econômico.

Em suma, o bairro Perpétuo Socorro é um exemplo de como as interações entre o ambiente natural e o espaço urbano moldam a identidade de uma comunidade. Sua revitalização e desenvolvimento dependem do comprometimento com a inclusão social e com a sustentabilidade, de modo a oferecer aos seus habitantes melhores condições de vida e promover a preservação das riquezas culturais e ambientais que fazem do bairro um símbolo da Amazônia.

Os resultados indicam que a localização estratégica do bairro, próxima ao centro e ao rio, fortaleceu práticas como a pesca e o comércio de produtos agrícolas e regionais, que se tornaram fontes de sustento para a população. Esse vínculo com o meio fluvial configurou-se como um diferencial econômico e social, que atraiu migrantes e trabalhadores que encontravam ali uma oportunidade de sustento. Contudo, as atividades econômicas informais cresceram de forma desordenada, resultando em um ambiente urbano marcado pela precariedade de serviços básicos, como saneamento e segurança. O Igarapé das Mulheres, ainda que seja um ponto central para a circulação de mercadorias e pessoas, sofre com problemas ambientais graves, como o acúmulo de lixo e a poluição, comprometendo sua sustentabilidade e saúde pública para os moradores.

A pesquisa também identificou que o modelo de ocupação das margens do igarapé e do rio impactou significativamente a infraestrutura do bairro. As construções em palafitas, muito comuns na região, evidenciam a adaptação às condições naturais do terreno alagadiço, porém, com o aumento populacional e a falta de intervenções urbanísticas, essas habitações se tornaram focos de vulnerabilidade social. As condições precárias das moradias e a ausência de saneamento adequado aumentam os riscos de doenças e reduzem a qualidade de vida da população, revelando uma deficiência crônica no planejamento e nas políticas públicas

destinadas ao bairro. As tentativas de ordenamento da área, como o Projeto Orla, são insuficientes para solucionar problemas que exigem uma abordagem de revitalização mais integrada e sustentável, como apontam autores consultados (Tostes, 2023; Araújo, 2018).

No âmbito cultural, o Perpétuo Socorro apresenta uma forte identidade ribeirinha, que se reflete nas práticas e costumes locais. A informalidade no comércio e as feiras ribeirinhas próximas ao igarapé não apenas promovem a economia local, mas também representam um ponto de encontro e valorização das tradições amazônicas. Esta identidade cultural é um potencial atrativo para o turismo, que, com investimentos adequados e planos de revitalização, poderia estimular a economia do bairro sem comprometer o meio ambiente. A pesquisa indica que a integração de práticas sustentáveis com o turismo poderia criar uma dinâmica no bairro, promovendo o desenvolvimento econômico sem romper o vínculo histórico e cultural dos moradores com o ambiente fluvial.

Portanto, os resultados da análise ressaltam a necessidade urgente de políticas públicas que alinhem o desenvolvimento urbano do Perpétuo Socorro com a preservação de suas práticas culturais e o cuidado ambiental. Intervenções que combinem saneamento básico, infraestrutura segura e organização do comércio informal poderiam transformar o bairro em um modelo de convivência sustentável entre o ambiente urbano e natural. O desenvolvimento de espaços públicos e a requalificação da Orla poderiam, ainda, fortalecer o turismo cultural, fazendo do bairro um ponto de referência em Macapá para a valorização das tradições amazônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro Perpétuo Socorro é um exemplo de resiliência e integração entre o urbano e o natural, onde a cultura ribeirinha permanece viva apesar dos desafios. A requalificação urbana e ambiental dessa área é essencial para garantir a qualidade de vida dos moradores e valorizar o potencial turístico e cultural do bairro. Araújo (2018) destaca que a im-

plementação de políticas públicas inclusivas e sustentáveis pode transformar o Perpétuo Socorro em um espaço de convivência harmoniosa entre a cidade e o rio, respeitando e fortalecendo a identidade cultural e social da população.

Esse processo de requalificação deve valorizar as práticas e tradições locais, promovendo o desenvolvimento econômico e social do bairro de forma sustentável. A revitalização do Perpétuo Socorro representa uma oportunidade de fortalecer a identidade cultural e fomentar o turismo, integrando o bairro ao contexto urbano de Macapá e transformando-o em um símbolo de convivência sustentável e respeito ao ambiente amazônico.

A partir dos resultados obtidos, conclui-se que o bairro Perpétuo Socorro, em Macapá, Amapá, representa uma realidade complexa e multifacetada, onde coexistem desafios e potencialidades diretamente relacionados ao contexto socioeconômico, histórico e ambiental da Amazônia. Este bairro, que começou como uma ocupação ribeirinha na década de 1940, manteve uma relação estreita com o Rio Amazonas e o Igarapé das Mulheres, sendo palco de dinâmicas culturais e econômicas que refletem o modo de vida dos moradores, assim como os impactos das políticas públicas e da ausência de planejamento urbano adequado.

Ao longo da história, o Perpétuo Socorro consolidou-se como um espaço essencial para o comércio informal e para o sustento da população, destacando-se como um centro de abastecimento regional, especialmente para produtos de pesca e agricultura familiar. A pesquisa documental e bibliográfica revela que o desenvolvimento do bairro, ainda que orgânico, acabou por gerar uma série de problemas urbanos, incluindo ocupação desordenada, infraestrutura insuficiente e degradação ambiental. Essas questões, intensificadas pelo crescimento populacional e pela falta de investimentos consistentes, continuam a afetar negativamente as condições de vida dos moradores e as potencialidades de desenvolvimento do bairro.

Em termos de infraestrutura, os desafios são evidentes: a pesquisa aponta que o Perpétuo Socorro carece de serviços essenciais, como saneamento básico, coleta de resíduos e segurança pública. A ausência dessas condições agrava a vulnerabilidade dos habitantes e compromete

a saúde pública, particularmente em áreas alagadiças onde se situam as palafitas. Essas habitações, que inicialmente representavam uma adaptação ao ambiente, transformaram-se em focos de risco para a população, especialmente em períodos de cheia. A situação da Orla, onde o Igarapé das Mulheres encontra o Rio Amazonas, reflete um cenário de descaso: o acúmulo de lixo, a ocupação irregular e a degradação ambiental indicam uma falta de coordenação entre as necessidades dos moradores e a preservação do espaço natural.

No entanto, além dos desafios, a análise qualitativa e documental ressalta o potencial cultural e econômico do bairro. A identidade ribeirinha é um componente marcante do Perpétuo Socorro, que pode ser percebida nas feiras e no comércio informal ao longo das margens do igarapé, locais onde se perpetuam tradições e práticas ligadas à economia de subsistência e ao comércio de produtos regionais. Essa vitalidade cultural, que reflete a história e os modos de vida amazônicos, é uma oportunidade para o fortalecimento do turismo, desde que haja um planejamento adequado para preservar o ambiente natural e a identidade local.

O turismo, de fato, surge como uma das principais estratégias para revitalizar o Perpétuo Socorro e integrar o bairro ao desenvolvimento econômico de Macapá. A posição estratégica do bairro, próxima ao centro da cidade e ao Rio Amazonas, favorece sua inclusão em projetos de valorização da cultura amazônica e de turismo sustentável. No entanto, para que esse potencial seja aproveitado, é essencial que as iniciativas de desenvolvimento sejam integradas, considerando tanto as necessidades sociais e econômicas da população quanto a preservação ambiental. Investimentos na infraestrutura urbana, principalmente em saneamento e mobilidade, seriam fundamentais para transformar o Perpétuo Socorro em um destino turístico viável, contribuindo para a geração de renda e melhoria das condições de vida dos moradores.

As políticas públicas destinadas ao Perpétuo Socorro precisam, portanto, de uma abordagem inclusiva e sustentável. A pesquisa sugere que intervenções baseadas em infraestrutura, saneamento e requalificação dos espaços públicos são passos fundamentais para garantir um ambiente saudável e seguro. A proposta de criação de áreas de convivên-

cia, como praças e espaços para eventos culturais, poderia fortalecer a identidade do bairro e criar uma plataforma para as práticas culturais ribeirinhas, que são uma marca importante da comunidade local. Além disso, a regulamentação do comércio informal e a criação de condições adequadas para as feiras livres ajudariam a organizar as atividades econômicas do bairro, promovendo um ambiente mais seguro e acessível tanto para moradores quanto para visitantes.

Para alcançar esses objetivos, é fundamental que o poder público estabeleça um diálogo próximo com a comunidade local, reconhecendo as práticas e necessidades dos moradores do Perpétuo Socorro. A pesquisa revela que o bairro possui uma dinâmica própria, fortemente influenciada pela cultura ribeirinha e pela economia informal, o que exige que as políticas públicas sejam adaptadas a essa realidade. A implementação de redes de saneamento básico e a melhoria das condições de habitação são demandas urgentes que, se atendidas, contribuirão para reduzir a vulnerabilidade social e melhorar a qualidade de vida no bairro. A promoção de projetos de educação ambiental, voltados para a conscientização da população sobre o descarte adequado de resíduos e a preservação do igarapé, também é uma estratégia relevante para assegurar um desenvolvimento sustentável.

Outro ponto a ser considerado é a necessidade de iniciativas que valorizem o conhecimento tradicional e a relação dos moradores com o Rio Amazonas e o Igarapé das Mulheres. A pesquisa sugere que essa relação não é apenas utilitária, mas também cultural, constituindo um elemento importante da identidade local. A valorização desse conhecimento e das práticas tradicionais, como a pesca e o comércio de produtos regionais, pode ser uma forma de integrar os interesses da comunidade e as estratégias de desenvolvimento urbano e ambiental. A criação de atracadouros e pontos de apoio ao longo do igarapé para o transporte e comércio fluvial, por exemplo, seria uma forma de fortalecer as práticas ribeirinhas e promover a sustentabilidade econômica.

Em suma, o bairro Perpétuo Socorro apresenta uma riqueza cultural e uma resiliência social que o tornam um exemplo importante de ocupação ribeirinha e de resistência urbana na Amazônia. O desenvolvimento de políticas públicas que atendam às necessidades específicas

do bairro, respeitando suas características culturais e ambientais, é essencial para garantir que o Perpétuo Socorro possa se desenvolver de forma sustentável e inclusiva. A requalificação da infraestrutura, a preservação do Igarapé das Mulheres e a criação de espaços de convivência são caminhos promissores para o fortalecimento do bairro como um espaço de valorização da cultura amazônica, de integração social e de preservação ambiental. O Perpétuo Socorro pode, assim, transformar-se em um modelo de convivência harmoniosa entre a cidade e a natureza, contribuindo para o desenvolvimento de Macapá e servindo como exemplo para outras comunidades ribeirinhas na Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. G. B. **Análise comparativa do fluxo de passageiros nos trapiches de atracação entre as cidades de Macapá (AP) e Afuá (PA)**. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.
- AMAPÁ, Museu Histórico do. **Acervo iconográfico e documental**. Macapá: Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, 2014.
- ARAÚJO, M. C. **Rio e cidade: uma proposta alternativa para a Foz do Igarapé das Mulheres em Macapá – AP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.
- COSTA, L. M. S. A. **Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, Prourb, 2006.
- COSTA, A. C. S. **Igarapé das Mulheres: uma proposta de reabilitação urbana**. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.
- GORSKY, M. C. B. **Rios e cidades: ruptura e reconciliação**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.
- MACAPÁ, **Plano Diretor de Macapá**. 2004. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-macapa-ap>. Acesso em: 03 nov. 2023.

- POMPEU, V. Matinha: expressão de um modo de vida ribeirinho na cidade de Tucuruí. In TRINDADE JR; TAVARES, Maria. (orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém, EDUFPA, 2008.
- PROETTI, S. As pesquisas qualitativas e quantitativas como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**. São Paulo, v. 2, n.4, 2018.
- SILVA, S. C. O. **Orlas Fluviais das cidades de Macapá e Santana: análise da dinâmica urbana**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.
- SILVA, A Hennig; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas revista eletrônica**, v. 16, n. 1, 2015.
- SILVA, L. C. **A cidade, a beira e o rio: requalificação da paisagem do complexo hídrico do bairro Perpétuo Socorro em Macapá/AP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.
- SOUSA, K. B.; TOSTES, J. A.; LOBATO, M. G. S.; BARRETO, T. G. Comunidades locais e os desafios do planejamento urbano na cidade de Macapá. **Revista Capim Dourado**, v. 7, n.2, 2024.
- SCHEIBE, R. Sem ponte e sem barraco: a situação vivida pelos moradores da “baixada” Perpétuo Socorro, de Macapá, analisada como drama social. In: **I Colóquio de Internacional de Mobilidade Humana e Circularidade de Ideias**, 1, 2016, Vitória. **Anais...** Vitória: LEMM, 2016. p. 207-217.
- TOSTES, J. A. **Origem e formação do bairro Perpétuo Socorro**. Blog Tostes, 2023. Disponível em: https://blogger.googleusercontent.com/img/a/AVvXsEg265r_Ph4-97JlOBGg-c7SOcZa rQsFGG-8OPEXnU3yNxO9fEf2e9PrWp4QrISOTweryLWq3iJyCaFDflyAVJA9g8vfwB oweKDP1ynEu-xPpqfhk53Bgz6FpdgPKtVsxPkrDAQaFOK6d6EEY09Xfm8sGxBw6G SklG4qCpAiXotksNvePJz38kloz_8Cvxpo. Acesso em: 06 out. 2024.
- TRINDADE JUNIOR. S. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: EDUFPA, 2008.
- WOHL, E. et al. River Restoration. **Water Resources Research**, n 41, v 10301, p. 1-12, 2005.

PAISAGEM URBANA DO BAIRRO DO BURITIZAL

José Alberto Tostes¹

INTRODUÇÃO

Com a criação do Território Federal do Amapá, o processo de expansão foi ocorrendo gradualmente em relação à zona sul da cidade. O Buritizal é considerado hoje um subcentro da cidade. O processo de ocupação desse bairro começou timidamente no final da década de 1950 e 1960, mas somente na década de 1970 ocorreu a povoação. Ao analisar o espaço social do bairro Buritizal, diversas indagações surgem, como as transformações socioespaciais advindas do processo de urbanização. Durante toda sua história, o bairro do Buritizal teve um conjunto de influências a partir do crescimento populacional.

Com a expansão da cidade, vários moradores tiveram que organizar táticas de sobrevivência, sendo sujeitos ativos no processo de desenvolvimento da urbe macapaense (Fig.1). Esse foi o caso do bairro do Buritizal, que teve sua trajetória histórica marcada por laços de solidariedade entre seus moradores, que encontraram formas de vivência e um meio de resistir às dificuldades encontradas cotidianamente na

1 Doutor em História e Teoria da Arquitetura ISA/Cuba. Professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e do mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. E-mail: tostes.j@unifap.br

nascente do bairro. Com a implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como modelo de organização pastoral da Igreja Católica (Pimentel, 2018), os trabalhadores do Buritizal encontraram no lugar não apenas um meio para fortalecer práticas religiosas, mas também de questionar a realidade em que viviam, de articularem de outros modos visando enfrentar as dificuldades diárias e lutar por melhorias no bairro.

A dinâmica do espaço urbano atualmente desencadeia uma série de indagações que buscam entender os processos de expansão e ocupação que geram as transformações no território. Entender as influências que a cidade sofre no espaço-tempo auxilia-nos a um melhor questionamento e planejamento de estratégias de intervenção sobre o espaço urbano. Para melhor entendimento de todos os aspectos que são produzidos no território, é necessário ter conhecimento relativo ao conceito de bairro.

O bairro pode ser entendido como uma unidade territorial, uma escala intermediária que se encontra entre a escala da rua e a da cidade. Possui forma e tamanho essencial para a existência da vida urbana e é dotado de um limite que o circunscreve, político-administrativamente, sendo possuidor de uma carga histórico-social ligada a um suporte físico que o encerra.

Buscando um conceito mais amplo, o bairro pode ser caracterizado como um lugar urbano, que seria uma junção da base territorial com a cultural e a essência vivida naquele espaço, as experiências. É um ponto de convergência entre o espaço social e geométrico, correspondendo à escala do pedestre, passível de ser percorrida a pé, dando-se a conhecer pelo seu uso.

Analisar o bairro do Buritizal sobre a perspectiva do mobiliário urbano expôs a problemática da escassez de estrutura básica, como encontrada em quase todos os limites da capital relativa à questão de infraestrutura, mobilidade e acessibilidade, com ênfase na questão do clima local, quente-úmido, em que ao longo de todo perímetro urbano percebe-se a resistência da pouca arborização relativa ao espaço ambiental praticamente alterado.

A metodologia concebida para esse artigo foi constituída através da análise do acervo do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo

na Amazônia, das visitas técnicas no bairro, dos artigos publicados em jornais locais, dos trabalhos de conclusão de curso, das dissertações de mestrado, dos relatórios oficiais e dos planos diretores idealizados para o município de Macapá entre os anos de 1959 e 2004.

O presente artigo está constituído de quatro partes: a primeira aborda as origens do bairro e a sua evolução urbana desde a criação; a segunda, a discussão teórica sobre o planejamento urbano concebido para capital com a expansão dos bairros; a terceira seção, a análise sobre a infraestrutura urbana do lugar; e, por último, a discussão sobre os resultados obtidos sobre o bairro no caráter quantitativo e qualitativo.

A relevância do artigo visa dar conhecimento à sociedade local sobre como se deu o processo de expansão urbana da cidade de Macapá, que formou os bairros a partir da área central da cidade.

ORIGEM DO BAIRRO BURITIZAL

O bairro do Buritizal está localizado na zona sul da cidade de Macapá, possuindo uma área total de $2,8\text{km}^2$, com sua densidade de 8.977, 48 hab/ km^2 , comportando em seus limites por volta de 6.366 domicílios. Apresenta-se como um bairro de uso misto, abrigando diversos comércios e edificações de uso público.

É perceptível que a produção e reprodução do espaço social do bairro reflete todas as dinâmicas econômicas, as políticas interpessoais e sociais. O bairro é localizado no setor Misto e, segundo o Plano Diretor, reúne empreendimentos de pequeno e médio porte: são empreendimentos informais e cada vez mais recorrentes.

O bairro do Buritizal produz um espaço social diversificado, residindo em seu território uma variação dos grupos sociais, desde as classes mais carentes, passando pela classe média, e uma população mais elitizada em expansão. Diferente dos bairros do Trem e do Laguinho, que surgiram a partir de raízes culturais e símbolos marcantes, o maior símbolo do Buritizal foi a organização coletiva a partir de sua ocupação. E o maior símbolo é a caixa D'água construída na época do TFA, que visava atender a demanda de abastecimento de boa parte da cidade.

O Buritizal é cercado por seis bairros, sendo eles Nova Esperança, Santa Rita, Centro, Beírol, Muca e o bem mais recente bairro do Novo Buritizal (Mapa 1)



Mapa 1 – Limites do bairro do Buritizal.

Fonte: Google Maps, adaptado pelo Autor, 2024.

No início de sua formação, a área do bairro pertencia à família Congós, que posteriormente foi desapropriada pelo governo do território. Na época o bairro possuía cerca de 380 hectares espalhados em uma paisagem natural de pântano e uma das mais belas da cidade. Possuindo uma grande quantidade de árvores de buriti, logo se explica a origem do nome do bairro.

O Buritizal vai crescer de maneira muito rápida nas décadas de 60 e 70, chegando à década de 80 como o bairro mais populoso de Macapá. Um dos principais fatores que explicam esse aumento populacional considerável foi o das migrações de famílias que se mudavam para a capital em busca de melhor atendimento médico ou educacional, famílias essas provenientes em sua maioria da zona rural do Território Federal e do estado do Pará, sobretudo da região das ilhas. Embora começasse a ser povoado por várias

famílias a partir do final da década de 50, o trabalho de abertura de ruas no bairro só começou a partir de 1966, sendo que, até então, os moradores se limitavam a se locomover por caminhos existentes em meio à vegetação. É desse ano que se registra também a criação da primeira escola do bairro, a Escola Municipal Roraima. Até o início da década de 70 ainda havia muitos caminhos que aos poucos foram sendo transformados em ruas (Pimentel, 2017, p. 87).

De acordo com Pimentel (2017), até 1973, o bairro do Buritizal era tido como periférico, carente de serviços públicos e praticamente isolado pela Ressaca do Beírol, onde não havia ruas, e sim, “caminhos”. Diante das dificuldades cotidianas surgiram não só estratégias de sobrevivência, mas estruturas sociais que começaram a organizar os moradores e reivindicar por condições de vida mais digna para todos. É a partir daí que surgem as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Associação dos Moradores do Bairro Buritizal (AMBB).

As migrações continuaram nas décadas seguintes, provocadas não apenas pelas promessas de emprego como também pela procura de atendimento nos serviços públicos nas áreas da educação e saúde que se concentravam na capital. Embora houvesse esforços governamentais na descentralização desses serviços com a construção de escolas e postos de saúde em outros municípios, esses não eram suficientes para a crescente demanda; por isso que na década de 60 houve o surgimento de novos bairros: Pacoval, Santa Rita, Jesus de Nazaré, Beírol e Buritizal. Estes bairros surgiram às margens da modernidade que beneficiava poucos e, justamente por isso, são lugares onde as relações de solidariedade tiveram papel importantíssimo para o estabelecimento e a sobrevivência dos moradores. Aliado a novas formas de religiosidade como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tais bairros foram marcados em sua gênese por uma forte identidade de comunidade (Pimentel, 2017, p. 78).

De acordo com registros da Secretaria de Infraestrutura, o crescimento do bairro foi decorrente da área desapropriada da família Congós pelo governo do território. Na época, o bairro possuía cerca de 380 hectares espalhados em uma paisagem natural e uma das mais belas da cidade,

conforme se verifica na (Figura 1). A área do Buritizal era cercada por lagos, ressacas do Beiril, Tacacá e Lagoa dos Índios. O relatório do governo recomendava a absoluta preservação das características ambientais da região, pois apresentava elevado valor paisagístico.

Em meados da década de 1960, o bairro do Buritizal consolidou-se quando a zona sul de Macapá passava por um processo de desenvolvi-



Figura 1 – Paisagem original do Buritizal em 1970.

Fonte: PLANO HJ COLE, 1977.

mento demográfico e territorial. Posteriormente, com a criação da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1991, o bairro passou por mais um processo de migração e expansão territorial.

Analisando o planejamento produzido entre 1976 e 1979 pela consultoria de H.J Cole e Associados, com apoio dos profissionais da Secretaria de Obras Públicas, a área do Buritizal era cercada pelas ressacas do Beiril, Tacacá e Lagoa dos Índios. O planejamento produzido mostrava preocupação em integrar o bairro com outras áreas, como o bairro Jardim Marco Zero, de forma que preservaria o contorno das áreas de ressacas. O relatório recomendava absoluta preservação das características ambientais da região, pois apresenta alto valor paisagístico.

Além disso, previa conjuntos habitacionais e projetava a rede viária de forma a integrar as zonas comerciais e residências do bairro. O plane-

jamento nunca veio a ser executado e hoje o bairro apresenta morfologia totalmente distinta, porém, expressando alta taxa de crescimento, com destaque ao setor comercial.

O bairro hoje usufrui avanços expressivos, e se tornou um dos bairros mais procurados para compra de imóveis. Um dos pontos positivos apontados pelos moradores é a variedade de serviços, o comércio, além da diversidade na oferta de equipamentos e mobiliário público.

O Buritizal depois do bairro central é o que conta com o maior número de agências bancárias, o que demonstra a dinâmica que o lugar passou a ter com os anos. É uma zona comercial em franca expansão. A Avenida 13 de Setembro, o coração do comércio na zona sul, é um ponto de destaque do bairro.

O planejamento previsto pela empresa H.J Cole, contratada pelo governo no ano de 1977, era do Parque do Buritizal, mas não chegou a ser executado. O projeto mostra a preocupação dos planejadores em integrar o bairro com outras áreas, como o Jardim Marco Zero. A ideia era preservar o contorno dos lagos, além de prever áreas para a construção de conjuntos habitacionais para classes econômicas distintas. Tal concepção visava projetar a rede viária de maneira que viesse a integrar as zonas comerciais e residências do bairro. As duas vias que constituem os principais eixos de atividades do bairro são as Ruas Santos Dumont e Hildemar Maia.

A caixa d'água do Buritizal sempre foi elemento de atração no bairro, antes funcionava como limitador do bairro, hoje atua como importante ponto de atração para os investimentos que ali se afirmaram e como um grande ponto referência. O bairro Buritizal, apesar dos diversos atrativos, apresenta também alguns problemas de infraestrutura, saneamento básico, sinalização de trânsito e índices de violência e criminalidade conforme relatos de moradores.

Ao caminhar pelo bairro, nota-se ausência de calçamento adequado. No espaço urbano ambiental do bairro Buritizal, há pouco compromisso com o ambiente natural. Na maior parte, ou em quase toda a extensão do bairro, percebe-se que a vegetação nativa foi removida.

O Buritizal é considerado hoje, pelos registros do IBGE, o bairro mais populoso da cidade. Tem uma das maiores taxas de adensamento populacional e uma forte valorização imobiliária por conta dos inves-

timentos realizados nas duas últimas décadas. O Buritizal, a partir de fins da década de 1970, começou a mudar suas características de lugar “semirural” para tornar-se integrado a uma nova forma de espacialidade, condizente com o projeto de modernização proposto pelo governo territorial. A tendência para o futuro é o bairro se consolidar ainda mais como um dos mais atrativos da cidade de Macapá.

MORFOLOGIA, CRESCIMENTO ECONÔMICO, VIDA SOCIAL E ASPECTOS POLÍTICOS

Morfologicamente, percebe-se que o ordenamento das vias segue o padrão do traçado xadrez, típico da cidade colonial e moderna macapaense. Quando comparados o planejamento produzido pela equipe H.J. Cole e a morfologia atual do bairro, percebe-se que as lagoas e áreas de ressacas atualmente foram ocupadas, seu espaço ambiental sofreu ações antropomorfas. A paisagem urbana é resultado de uma intensa apropriação antrópica e está diretamente ligada à qualidade de vida da população. (Figura 2).



Figura 2 – Planejamento produzido pela equipe H.J Cole.
Fonte: PLANO H.J. COLE, 1977.

O planejamento proposto pela equipe H.J. Cole setoriza o espaço urbano por sua estratificação social, prevendo a construção de conjuntos habitacionais e a organização do comércio. A análise do planejamento mostra que sua implantação previa o crescimento do bairro, além de prever a preservação das áreas de ressaca.

Mello se expressa, esclarecendo a problemática:

Ao associar as transformações na paisagem em decorrência do seu uso urbano e comprometimento ambiental, tornam-se visíveis elementos como a localização das diferentes parcelas sociais, as áreas de vegetação naturais e o atual índice de verde/habitante, aos tipos de solo e usos urbanos; as condições geomorfológicas, a declividade e a erosão presente em determinados ambientes; a identificação das áreas frágeis e de risco; contaminação das águas, as condições de salubridade dos ambientes e das populações, a precariedade das condições de habitabilidade, de esgotamento sanitário, da coleta de lixo, e como constituintes da qualidade de vida urbana. (Mello, 1996, p. 106).

As quatro características importantes para se garantir uma diversidade e vida nos bairros são: a necessidade de usos combinados, a necessidade de quadras curtas, a necessidade de prédios antigos e a necessidade de concentração (Jacobs, 1961). Quando se analisa o bairro sobre esses aspectos, percebe-se a existência minimamente de alguns desses princípios.

Os usos combinados ocorrem em certos lugares, como nos edifícios multifamiliares, em que o pavimento térreo é um estabelecimento comercial, sendo uma característica marcante do bairro (Figura 3). Seria possível caminhar tranquilamente pelo bairro devido às pequenas distâncias entre as quadras. Isso não foi possível devido à falta de continuidade nas calçadas e à falta de arborização.

Sobre edificações antigas, dificilmente encontram-se edificações do início da ocupação do bairro. A alta circulação de capital ocasiona o processo descrito como destruição criativa. O capital é sempre renovado e as edificações são destruídas ou totalmente modificadas para se adaptarem aos interesses do fluxo de capital (Harvey, 2011).



Figura 3 – Rotatória no Buritizal, tipologias variadas de edificações.

Fonte: Autor, 2017.

Quando analisado o aspecto de concentração do bairro, nota-se grande densidade populacional, visto que é um dos bairros mais populosos da cidade de Macapá, comportando 25.651 habitantes (2015), ao mesmo tempo em que ocupa uma área geográfica com limites inferiores comparados aos de outros bairros de Macapá.

É necessário atentar para o fato de que a transformação é dinâmica, para melhor interpretação da paisagem urbana, onde o paradigma urbano industrial tem se constituído no fator que imprime profundas transformações na paisagem (Razaboni, 2008). Todo o crescimento comercial do bairro do Buritizal pode ser percebido como resultado dessas transformações. Embora o estado do Amapá não seja um estado industrial, é um lugar com grandes ocorrências dos bens e serviços, o que fica visível no bairro (Figura 4).

As consequências desse aumento no comércio podem ser avaliadas na questão da especulação imobiliária. Por meio de entrevistas e observações, analisou-se que, nas áreas próximas ao cruzamento da Rua Santos Dumont com Avenida Treze de setembro, os lotes chegam ao valor de um milhão e meio de reais.

Harvey faz duras críticas ao processo de destruição criativa e renovação dos ciclos do capital:



Figura 4 – Avenida Treze de Setembro, eixo de atividade comercial.

Fonte: Autor, 2024.

A classe capitalista tem de convencer-nos, no entanto, que o capitalismo não só é bom para eles, mas bom para todos nós. Ela vai apontar para os 250 anos de crescimento contínuo (com ocasionais momentos de destruição criativa, como agora) e dizer que não há nenhuma razão para que tudo isso chegue ao fim. Suas inovações sem fim, afinal, lançaram as bases para novas tecnologias maravilhosas, como carrinhos da Velcro e Maclaren, que podem beneficiar toda a humanidade, e não há fronteiras de pesquisa ainda a ser conquistadas, capazes de gerar novas linhas de produtos e novos mercados tão necessários para a expansão contínua (Harvey, 2011, p. 179).

Os percebidos no bairro do Buritizal, como a destruição do espaço ambiental e a especulação imobiliária são fenômenos com direta ligação ao nosso sistema econômico, porém a forma como ela se deu diz respeito à ausência de interesse pela classe política em realizar os programas de planejamento que existiam para o bairro do Buritizal desde a década de 70; “...estreita relação entre espaço natural e cósmico, o espaço social, enquanto espaço construído, e o espaço percebido e representado. É a sociedade que produz, o espaço social, através da apropriação da natureza, da divisão do trabalho e da diferenciação.” (Fernandes, 1995, p. 2).

A não execução do planejamento trouxe problemas para o bairro. A falta de espaços públicos de qualidade para a população contribui para o aumento de problemas sociais, prejudica a qualidade de vida e a vivência no bairro; “[...] é no espaço público que se vive em comunidade e é através dele que se vive a cidade” (Magalhães, 1994).

A vida em comunidade é frágil, pois o individualismo é projetado nas edificações compostas de muros altos e ruas segregadas. Este fenômeno foi esclarecido com visitas de campo e com suporte da Associação de Moradores do Bairro do Buritizal.

Ao longo do tempo, os fundadores originais e sócios da Associação de Moradores do Bairro do Buritizal foram se distanciando da vivência na associação, isolando-se e tendo uma participação menos ativa nas reivindicações do bairro.

Interessante observar a luta de interesses e ideologias entre as forças políticas e econômicas atuantes no bairro. O fato de o nascimento de partidos ditos de esquerda e progressistas em Macapá terem se dado no bairro do Buritizal. A luta de interesses entre diferentes classes e agentes políticos é perceptível e pode ser analisada como decorrente dos fenômenos do paradigma urbano-industrial e da busca por hegemonia política.

Historicamente, o movimento político no bairro do Buritizal tem um peso importante na formação do espaço social, ligado aos aspectos idealísticos dos primeiros moradores, que lutavam por condições adequadas de vias, saneamento e iluminação. Através da associação do bairro, foi conquistada, por exemplo, a construção da feira do agricultor do Buritizal. Atualmente, a feira não suporta a demanda da população e sua estrutura não apresenta condições adequadas para a comercialização de alimentos.

SOBRE A QUESTÃO URBANA EM AMBIENTES CONCENTRADOS

Para explicar o fenômeno ocorrido no bairro do Buritizal na cidade de Macapá é importante relacionar alguns fatores de natureza

conceitual como a questão do direito à cidade, do tecido urbano, do planejamento urbano na visão dos planos e do próprio zoneamento do lugar. As questões que envolvem a concentração de maior densidade de população têm as suas causas peculiares de serem percebidas, portanto, não é algo puramente isolado. Há uma tendência natural para que as áreas mais próximas do centro inicial de uma cidade tenham a valorização conforme os investimentos e o processo de ocupação vão se tornando mais visíveis.

Para explicar tais aspectos é válido destacar os argumentos de Lefebvre sobre a questão da industrialização, que foi determinante no processo de espacialização das cidades pelo mundo afora. No caso do bairro Buritizal na cidade de Macapá pode-se dizer que outros fatores contribuíram para esse caráter como a expansão urbana concentrada e os investimentos públicos.

Tostes e Garcia (2014) destacam que Lefebvre (2006) apontava o processo de industrialização como ponto de partida para o estudo da configuração da cidade e da problemática urbana. Para o autor, a indústria foi indutora dos processos e problemas que deram forma às cidades modernas, impondo uma organização logística voltada para o atendimento das condições gerais de produção. Muito embora, a cidade (o urbano) exista antes que a indústria, tais aspectos foram cruciais para o adensamento urbano estimulado pela necessidade da força de trabalho.

Segundo o mesmo autor, o fenômeno urbano não pode ser compreendido sem que seja considerado o longo processo de industrialização, que influenciou os diferentes meios e ideologias, atribuindo à cidade, seus atores e elementos, formas, estruturas, funções, usos e valores. Diante desse quadro surgiram os reformadores sociais, profissionais de diversas áreas de conhecimento, que visavam equacionar os “problemas urbanos”, cada um com a visão distinta sobre os problemas das cidades.

Uma modificação importante a essa contextualização foi o reconhecimento do fenômeno urbano como algo dinâmico, que levou a encarar os estudos sobre a cidade como resultado de sua própria história, como algo que está ligado e evoluindo no tempo. Outra mudança introduzida foi a passagem da ênfase dada à busca pelo modelo de cidade ideal e universal para a solução de problemas práticos, concretos, buscando

estabelecer mecanismos de controle dos processos urbanos ao longo do tempo (Tostes; Luz, 2014).

Lefebvre (2006) definiu o urbano como algo que, se por um lado não pode ser apresentado apenas pelos símbolos da paisagem tangível, também não pode ser dissociado completamente deste. O urbano não tem uma temporalidade definida, não pode ser colocado como algo “atemporal”. O urbano passa a ser o conjunto de todas as coisas da cidade, incorporando desde o industrial (pressupõe-se a visão de mercado), o orgânico, cultural, o valor de uso e o valor de troca apropriados da mesma forma pelos indivíduos da cidade, dando destaque para os valores de uso da cidade, devidamente apropriada por seus habitantes.

Nessa segunda passagem dita por Lefebvre se aplica perfeitamente ao caso do bairro Buritizal na cidade de Macapá: foi uma área com forte impacto cultural no seu processo de ocupação, além de ser uma linha de força mais próxima do centro de maior atratividade. Tais valores contribuíram para que rapidamente ocorresse a apropriação de diferentes segmentos e setores como o mercado imobiliário.

O mesmo autor aponta que a cidade apresenta uma relação bastante peculiar com a sociedade nela inserida, numa relação dialética (a sociedade interfere na cidade, a cidade interfere na sociedade). Tais relações se dão em campos diversos, desde as relações entre indivíduos de pequenos grupos sociais, famílias e corporações, até as relações de grandes grupos e poderes, a exemplo da relação entre a sociedade e a Igreja ou o poder estatal, como a cultura e as leis. Tais afirmações ocorreram mais peculiarmente na realidade do bairro Buritizal, onde diversos grupos sociais tomaram a iniciativa para dar legitimidade no processo de ocupação. Nesse caso, a Igreja e as comunidades tiveram um papel relevante.

Deve-se destacar que nesse segundo grupo de relações, abstratas, são influentes em diferentes escalas, desde o regimento da sociedade como um todo, até na ordenação dos pequenos grupos sociais e familiares.

A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a;

projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal e não ser para a meditação (Lefebvre, 2006, p. 52).

Assim, a paisagem da cidade se faz como uma obra, e não como um produto, por ser o resultado de ações humanas sobre ações humanas, criada por uma história, pelo movimento e relações entre seus habitantes. Dessa forma, a cidade mostra-se comercializada, mercantilizada. No entanto, não se despreza, aqui, a ação do poder de mercado sobre a obra da cidade, mas se destaca que as diversas ações que outrora tentaram transformar a cidade numa mercadoria, fizeram-na em uma obra de arte ainda mais suntuosa, e atraiu ainda mais o sentimento da cidade com valor de uso, não de valor de troca.

Tais argumentos podem ser percebidos na realidade do bairro, pois, em um período de cinquenta anos, o local passou de um lugar bucólico e com uma paisagem quase estática nas dinâmicas urbanas da época para um cenário com grandes movimentações, não somente na realidade da ocupação imobiliária, mas também na presença de novos investimentos públicos e privados. O que é mais interessante é que esse fato não se deu unicamente e exclusivamente pela presença de uma classe econômica com maior poder de compra, mas também pela opção de atender as classes com menos poder de investimento através de conjuntos residenciais com caráter mais social.

TECIDO URBANO

Para Lefebvre (2006), o tecido urbano é uma “rede de malhas desiguais”, articula a concentração das pessoas nas cidades, o transporte, a indústria, o comércio, a habitação, os espaços e equipamentos de lazer. Essa articulação comporta um modo de viver, um sistema de valores (lazer, costumes, modas, segurança e preocupação com o futuro) além de um sistema de objetos e serviços como: água, gás, eletricidade, carro, TV, entre outros.

O núcleo urbano torna-se assim produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar (Lefebvre, 2006, p. 52).

Ainda de acordo com Lefebvre (2006), não há mais espaço urbano ou o rural separados, os dois encontram-se absorvidos pela lógica do tecido urbano, em detrimento da formação de áreas periféricas da lógica do capital. No entanto, não implica o desaparecimento do rural da forma como conhecemos; o rural é absorvido pelo tecido urbano, mas não deixa de existir. A discussão entra em outro caráter: entre a urbanidade e a ruralidade, enquanto a discussão sobre a dialética cidade-campo torna-se cada vez mais obsoleta, devido ao fato de aquela ser agora uma parte funcional deste. A cidade está em crise, e tal crise atingirá o campo, pois o mesmo está inserido na lógica capitalista do tecido urbano.

PLANEJAMENTO URBANO

A expressão planejamento urbano, que tem origem em países desenvolvidos, como a Inglaterra e os Estados Unidos, marca uma mudança na forma de encarar a cidade e seus problemas, surgindo como resposta aos problemas enfrentados pelas cidades, tanto aqueles não resolvidos pelo urbanismo moderno, quanto aqueles causados por ele.

O planejamento urbano é a forma de solução para o grande caos urbano, é o processo de criação e de desenvolvimento de programas, busca melhorar ou revitalizar certos aspectos da vida da população, dentro de certa área urbana ou de uma nova área em uma dada região, tendo como objetivo propiciar aos habitantes a melhor qualidade de vida possível. Amado ressalta que:

o planejamento pode ser entendido como sendo um processo de trabalho permanente, que tem por objetivo final a organização sistemática de meios a serem utilizados para atingir uma meta, que contribuirá para a melhoria

de uma determinada situação, no caso especificamente aqui estudado aplica-se essa melhoria às cidades (Amado, 2004, p. 52).

O mesmo autor aponta que “... as metodologias e proposições usadas pelo planejamento urbano modernista foram baseadas em critérios de racionalidade e de caráter exclusivamente técnico”, faltando a notória participação da sociedade civil nas discussões das propostas dadas à cidade, configurando um espaço urbano dominado de normas e padrões, com reprodução da força do capital, conforme os autores e os anseios dos atores responsáveis pela cidade.

Segundo Amado (2004), o planejamento urbano possui oito fases distintas de evolução, considerando como embrionária as necessidades de controle da expansão das atuais áreas urbanas e dos problemas sociais, como a insegurança e exclusão social, que registram um aumento expressivo.

Para Maricato (2001, p. 76) “... o urbanismo (entendido como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas...”, entendendo que as ações e intervenções do Estado no espaço urbano estão voltadas historicamente para a dominação política e econômica por parte das elites, o que leva à segregação socioespacial.

Ferrari Jr. (2004, p. 18), aponta que “O Planejamento urbano no Brasil, foi pautado em instrumentos urbanísticos, tendo nos Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo seus representantes mais pragmáticos, se tornaram ‘opções’ mais que perfeitas para solucionar as mazelas sociais”. Entretanto, esses planos serviram apenas de guia de orientação do ambiente construído da cidade, não solucionaram os problemas sociais, priorizaram a ordenação territorial, a configuração arquitetônica, equipamentos coletivos, valorizando a obra física, deixando de considerar a construção da cidadania da maioria de seus habitantes.

O processo de planejamento ecológico de Ian McHarg, 1969 (apud Amado, 2004, p. 30) “... introduziu pela primeira vez as preocupações ecológicas nas ações de planejamento”. Teve o seu desenvolvimento pautado em etapas, que determinaram um maior predomínio da análise e caracterização do

meio. Em oposição aos outros, esse processo conseguiu evoluir até a fase da gestão/administração da área estudada.

Segundo Amado (2004), este processo teve uma enorme importância para o desenvolvimento de futuras abordagens à temática do planejamento e recentemente à interligação com o conceito de desenvolvimento sustentável. Cada etapa deste processo está condicionada a uma atuação de técnicas específicas, como a determinação dos biótipos, avaliação, valorização, bem como do zoneamento de atividades e implicação dos usos da região a intervir, inclusive de áreas com grandes concentrações. Explicam-se, então, as causas que, determinadas, são mais adensadas que as demais baseadas na lógica do melhor aproveitamento das oportunidades agregadas em um único lugar.

O planejamento concebido para o bairro do Buritizal teve concepções baseadas nas ideias dos autores citados, porém, de forma determinada pela ação do estado, ações interessantes do ponto de vista morfológico de considerar os elementos relacionados aos aspectos de infraestrutura. No entanto, não levou em conta as características do espaço que tinha em sua origem uma paisagem peculiar por conta das áreas às proximidades denominadas de ressacas (áreas úmidas).

PAISAGEM URBANA, MOBILIÁRIO URBANO E ESPAÇO AMBIENTAL

Segundo a metodologia sugerida por Cullen (2006), o conceito de paisagem urbana exprime a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano.

Ao analisarmos a paisagem urbana do bairro percebe-se que a sua localização se tornou uma característica fortemente estratégica, sendo cortadas por vias de ligação e escoamento – as vias Santos Dumont e Hildemar Maia – somado ao fato de ter como centro motriz o comércio em uma das vias principais do bairro, a Avenida Treze de Setembro (Figura 5).



Figura 5 – Cruzamento da Avenida Treze de Setembro com Santos Dumont.

Fonte: Autor, 2024.

O bairro tem como aspecto topo perceptivo a Praça da Caixa D'água do Buritizal, “[...] pois a ausência de estrutura e a inexistência de elementos de referência na cidade, impossibilitando a sua identificação com as ‘coisas’ naturais e artificiais, são em grande parte responsáveis pela alienação do indivíduo” (Magalhães, 1994). E no seu entorno alguns serviços públicos, como o cartório do Buritizal e instalações de farmácias e bancos, concentram e convergem as forças de atração do bairro (Figura 6).

O bairro apresenta uma grande concentração de edifícios multifamiliares, principalmente residenciais de um ou três andares em todo seu espaço, consequentemente, oficinas mecânicas e serviços de vendas de carros, além de pequenos comércios.

Sobre a crescimento de serviços e comércios, Ludwig Von Mises explica:

O desenvolvimento do capitalismo consiste em que cada homem tem o direito de servir melhor e/ou mais barato o seu cliente. E, em um tempo relativamente curto, esse método, esse princípio, transformou a face do mundo, possibilitando um crescimento sem precedentes da população mundial (Mises, 2009, p. 16).



Figura 6 – Caixa d'água do Buritizal, elemento topo perceptivo.

Fonte: Tostes, 2024.

Consequentemente, a concentração desses diversos serviços promove a valorização de que o bairro é um grande atrativo para investimentos. Além de gerar valorização especulativa dos lotes, em que se constatou que a população considera o eixo de atividade comercial do bairro um “novo” centro da cidade.

Os ambientes urbanos sempre acompanharam o desenvolvimento do atual paradigma economicista, assim como suas mazelas, “deseconomias”, desequilíbrios e externalidades. Praças, escolas e áreas verdes estão desaparecendo e dão lugar a shoppings, ruas e condomínios verticalizados. Cidades feitas para carros, onde espaços públicos e equipamentos públicos ficam em segundo plano e a cada dia cedem espaços aos automóveis e a empreendimentos imobiliários que se consolidaram a partir da década de 1990, como o conjunto residencial Central Park na Professor Tostes (Figura 7).



Figura 7 – Conjunto Residencial Central Park, construído em 1990.

Fonte: Tostes, 2024.

O bairro também comporta a comercialização da produção agrícola da cidade, visto que produtos dos interiores do estado se locomovem para a Feira do Agricultor. Infelizmente, a estrutura da feira não suporta a demanda atual e criou-se um espaço para venda de carnes para fora da feira, ambiente totalmente inadequado e improvisado (Figura 8).



Figura 8 – Feira improvisada em 2017.

Fonte: Autor, 2017.

De acordo com Sachs (1993), devemos repensar o espaço urbano dentro das questões da bioclimática local e global. É necessário racionalizar o uso energético, reestruturar as funções urbanas e arquitetônicas, e utilizar de tecnologias bioclimáticas. Pois os problemas e impactos ambientais causados nas cidades transbordam para o entorno rural e territorial afetando toda a biosfera e economia real.

A análise do espaço ambiental promove o esclarecimento sobre a questão da salubridade local. Em relação ao bairro do Buritizal, seu espaço ambiental está praticamente descaracterizado. Estudos sobre arborização dos bairros centrais de Macapá revelam a situação alarmante relativa ao bairro do Buritizal, em que a densidade de árvores por habitantes é de 0,30 d/hab. Em um bairro com 25.651 habitantes e um número de 7.643 árvores, apresenta uma cobertura arbórea de 34.569m², que compõe 5,61% dos limites do bairro, com 45 árvores por hectare.

Outra questão de problemática pertinente no bairro são os bloqueios dos passeios públicos que se espalham pelo bairro, além da contaminação do solo realizada pelo inexistente sistema de coletores de águas pluviais e esgoto, e que são jogados nas ruas do bairro (Figura 9).

Relativo aos benefícios dos espaços verdes, Narciso (2008) expressa:

A perspectiva de avanço na área de uma nova política de intervenção no nível do espaço aberto público remete para uma arborização urbana – o tratamento do “verde” como parte integrante da cidade, visionando um processo de forma integrada e também na sua totalidade, como componente urbana inserida numa realidade maior – ecológica – e também articulada com todas as suas partes internas e externas (Narciso, 2008, p. 10).

Numa região de clima quente-úmido que em boa parte do ano recebe incidência direta de raios solares, percorrer um lugar que não preserva seu espaço ambiental, em que a própria população não tem consciência da insalubridade que um lugar sem arborização causa, está totalmente ligado à qualidade de vida.



Figura 9 – Espaços na via pública.

Fonte: Tostes, 2024.

O QUE SIGNIFICA SER O BAIRRO MAIS POPULOSO?

Ser o bairro mais populoso parece ostentar um título interessante, todavia, não é bem assim. O bairro Buritizal vai gradualmente elevando a densidade local. São alguns fatores que contribuem para esse fato, o primeiro é a localização aproximada no setor sul da cidade e com conexão com diversos bairros, como Novo Buritizal, Muca, Congós, Jardim Marco Zero, Jardim Equatorial e Zerão, além dos bairros mais tradicionais como Beírol, Trem e Santa Rita.

A concentração espacial da população na cidade pode ser medida através da densidade demográfica, que é basicamente o número de pessoas que reside em cada quilômetro quadrado, e pelo número médio de

moradores que residem em cada domicílio particular permanente, nos setores e bairros.

Esse adensamento populacional tem sido proporcionado basicamente pela construção de novos conjuntos habitacionais, como o São José, e diversos outros já existentes, como o Central Park, construído no começo da década de 1990. O bairro hoje é, depois do centro, uma das principais alternativas de novos investimentos. Já formam hoje corredores importantes na área comercial e de serviços nas vias Treze de Setembro e Pedro Lazarino, além da Rua Santos Dumont.

A tendência é o desaparecimento pelos próximos anos das edificações de madeira ainda existentes, bem como diversas residências térreas, com o rápido crescimento da verticalização baixa e média. De acordo com a literatura sobre o desenvolvimento de novos núcleos expansionistas, áreas com maior densidade de população têm um chamado “boom” por alguns anos, até estabilizar a média populacional, pois a única vertente de expansão é a verticalização, já que historicamente o bairro foi sendo dividido à contingência de terras, como, por exemplo, a criação do bairro do Congós e do próprio Novo Buritizal.

Na última década, os investimentos no bairro foram crescentes em diversos setores da economia. Hoje são perceptíveis atividades na área da educação privada, saúde, construção civil e lojas comerciais, além do segmento de farmácias e postos de gasolina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução urbana acelerada que o bairro apresenta em um espaço de 50 anos expressa o perigo da ausência da gestão e planejamento do ambiente, visto que, na historicidade do bairro, houve uma proposta de implantação de planejamento coordenado pela Equipe H.J. Cole. O que revela que investimentos poderiam ser reduzidos com a atuação pertinente do Estado.

Por meio do crescimento acelerado sem planejamento, considerando o frágil sentimento da comunidade, chegou-se à falta de infraestrutura básica, como calçamento, sistema coletor de águas pluviais e de esgoto,

que não é um fato isolado do bairro, visto que em toda a capital podemos observar a mesma situação.

O bairro do Buritizal condicionou-se em uma posição estratégica, recebendo influências de diversos bairros que o circundam, o que transformou seu centro comercial em uma força de atração do bairro. Em suas linhas de forças, estão suas vias principais, localizando uma variedade de serviços e comércios.

O apelo ao planejamento e à conservação dos espaços verdes é fortalecido ao dissecar a realidade da urbanização do bairro do Buritizal, em suas múltiplas dimensões. As indagações levantadas são relativas a uma abordagem interdisciplinar dos problemas, cuja participação da população precisa ser fortalecida para o enfrentamento de questões práticas.

REFERÊNCIAS

- BARROS, S. A. L. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de apipucos e poço da panela no Recife. Pós. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP*, São Paulo, n. 15, p. 56-74, junho 2004. ISSN 2317-2762.
- BEZERRA, J. A reafirmação do bairro: um estudo geo-histórico do bairro Alecrim na cidade de Natal-RN. Natal, 2005.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1983.
- FERNANDES, A. T. *Espaço social e suas representações*. Brasil, 1995.
- FERREIRA, D.; MORETTI, R. *Meio ambiente, espaço construído e desenvolvimento uma breve discussão*. 2014.
- HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial. 2011.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HOLANDA, F. *Arquitetura sociológica*. Brasília, 2007.
- LIMONAD, E. *Reflexões sobre o espaço urbano e a urbanização*. Rio de Janeiro: GEOgraphia, 1999.
- LYNCH, K. *A Figura da cidade*. Cambridge, 1960.

- MARGALHÃES, M.R.A. **Arquitectura paisagista – morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- _____. **Paisagem urbana e interface urbano-rural**. Lisboa: DGOTDU, 1994.
- MATINS, M. **Economia urbana e ambiente construído**. Cressa-Taibam, 1998, p. 21-29.
- MELLO, N. A. Crescimento urbano e comprometimento ambiental. **Geosul**, Florianópolis, v. 11, n. 21/22, p. 106-113, 1º e 2º semestres 1996.
- MISES, L. V. **As seis lições**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.
- _____. **A mentalidade anticapitalista**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- NARCISO, C. A. F. **A cidade do futuro – estrutura ecológica urbana: da sustentabilidade do ecossistema urbano**. Évora, 2008.
- PERSON, E. **Espaços de permanência e passagem: contribuição para elaboração de diretrizes ambientais e de acessibilidade para desenho urbano**. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2006.
- RAZABONI, J. **Análise e interpretação da paisagem na dinâmica urbana – Maringá – PR**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2008.
- RIBEIRO, M.; OLIVEIRA, R. **O processo migratório na cidade de Macapá: um estudo de caso do bairro Buritizal**. Macapá, 2013.
- SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel. 1993.
- SARQUIS, I. **Cobertura arbórea dos bairros centrais de Macapá/AP**. P. Universidade Camilo Castelo Branco. Fernandópolis-SP. 2015.
- SILVA, D.; SOUZA, W. **A prostituição feminina em Macapá-AP: Um estudo de caso a partir da Rua Claudomiro de Moraes e da Avenida Aimorés**. Macapá, 2014.

FÉ E URBANIZAÇÃO: O CASO DO BAIRRO JESUS DE NAZARÉ

*Ananda Brito Bastos*¹

INTRODUÇÃO

As primeiras mudanças significativas na configuração socioespacial de Macapá, capital do Amapá, começaram na década de 1940. Esse período foi marcado pela criação do Território Federal do Amapá, em 1943, e pela chegada dos primeiros padres do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras, em 1948. O crescimento populacional, aliado às iniciativas estruturantes promovidas pelo Estado e pela Igreja para enfrentar os problemas urbanos, impulsionou a formação de novos bairros em diferentes eixos de expansão, como o Jesus de Nazaré, localizado no sentido noroeste.

O bairro Jesus de Nazaré, atualmente reconhecido como parte do subcentro de Macapá, começou a ser ocupado entre as décadas de 1950 e 1960, sendo inicialmente chamado de Bairro Jacareacanga. O estudo sobre a origem do bairro revela alguns fatores determinantes para sua configuração atual, como a construção da Vila do Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), a proximidade com o Aeroporto Internacional de Macapá, a presença da Bacia do José Tu-

1 Arquiteta e urbanista, mestra em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável UNIFAP. E-mail: abbastos.arq@gmail.com

pinambá de Almeida, afluente do Canal do Jandiá, e a implantação da Paróquia Jesus de Nazaré.

O objetivo deste artigo é examinar o processo de formação da morfologia urbana do bairro Jesus de Nazaré, em Macapá, por meio de uma investigação sobre suas origens e as mudanças ocorridas em sua paisagem e dinâmicas urbanas. Embora a pesquisa não busque esgotar o tema, pretende destacar a relevância de estudos voltados para o bairro Jesus de Nazaré.

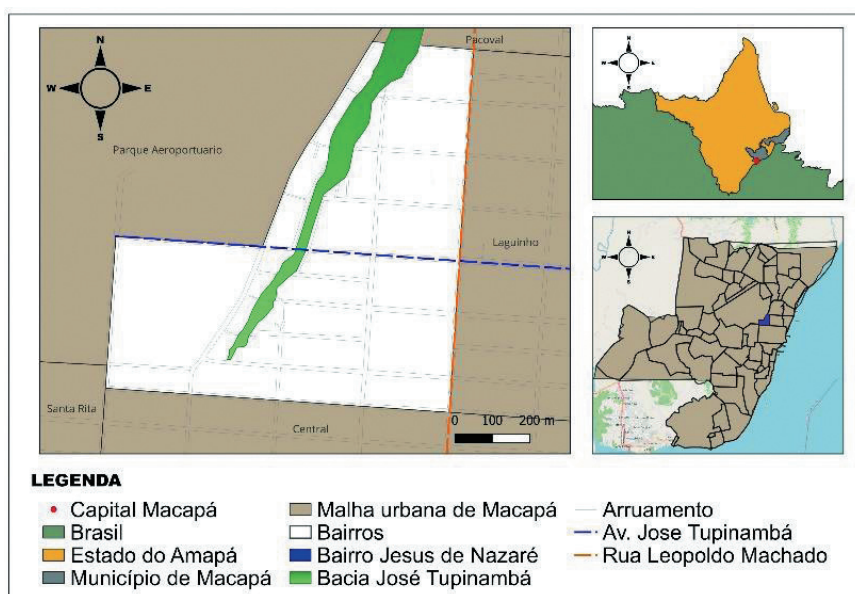
A utilização da abordagem quali quantitativa possibilitou uma análise abrangente, integrando informações sobre o contexto histórico e social do bairro a dados numéricos que ajudam a compreender as transformações urbanas mais recentes. O estudo baseou-se no acervo do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, complementado por visitas técnicas ao bairro Jesus de Nazaré, além de fontes eclesásticas locais, produções acadêmicas e científicas, relatórios oficiais e os planos diretores desenvolvidos para o município de Macapá. Também foram utilizados os dados do universo por setor censitário dos Censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, e dados preliminares do Censo de 2022, para comparar características da população ao longo dos anos.

A pesquisa sobre o bairro Jesus de Nazaré é fundamental para entender os processos históricos e sociais que moldaram sua configuração urbana, contribuindo para o planejamento local e a valorização de sua identidade. Além disso, oferece subsídios para abordar desafios urbanos contemporâneos e destaca o papel da Igreja Católica no desenvolvimento de cidades da Amazônia.

O presente artigo é composto por quatro partes. A primeira explora as origens do Jesus de Nazaré e sua evolução urbana; a segunda apresenta os resultados sobre as características da paisagem urbana e perfil sociodemográfico do bairro; a terceira seção foca na discussão do perfil morfológico urbano e sociodemográfico do Jesus de Nazaré; e, por fim, a última parte faz as considerações finais sobre a pesquisa.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BAIRRO

A pesquisa foca no bairro Jesus de Nazaré, situado no subcentro da cidade de Macapá, capital do Amapá, localizada no extremo norte do Brasil (Mapa 1). De acordo com a nova divisão de bairros de Macapá (Prefeitura Municipal de Macapá, 2020), o Jesus de Nazaré faz limite com os bairros Santa Rita e Parque Aeroportuário, a oeste; Pacoval, ao norte; Laguinho, a leste; e Central, ao sul. É um dos bairros de menor extensão territorial em Macapá, com cerca de 60,30 hectares de extensão territorial.



Mapa 1 – Localização do bairro Jesus de Nazaré.

Fonte: PMM, 2020; IBGE, 2020; Elaboração: Bastos, A., 2024.

A história do bairro Jesus de Nazaré é marcada por uma série de eventos (Figura 1) que ajudam a compreender sua atual configuração urbana. Suas origens estão vinculadas ao início da expansão de Macapá, ocorrida na década de 1940, um período decisivo para a cidade. Esse momento foi caracterizado pela criação do Território Federal do Amapá (TFA), instituído pelo Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, e pela chegada, em 1948, dos primeiros padres do Pontifício Instituto

das Missões Exteriores (PIME), ambos influenciando diretamente o desenvolvimento urbano e social da região.

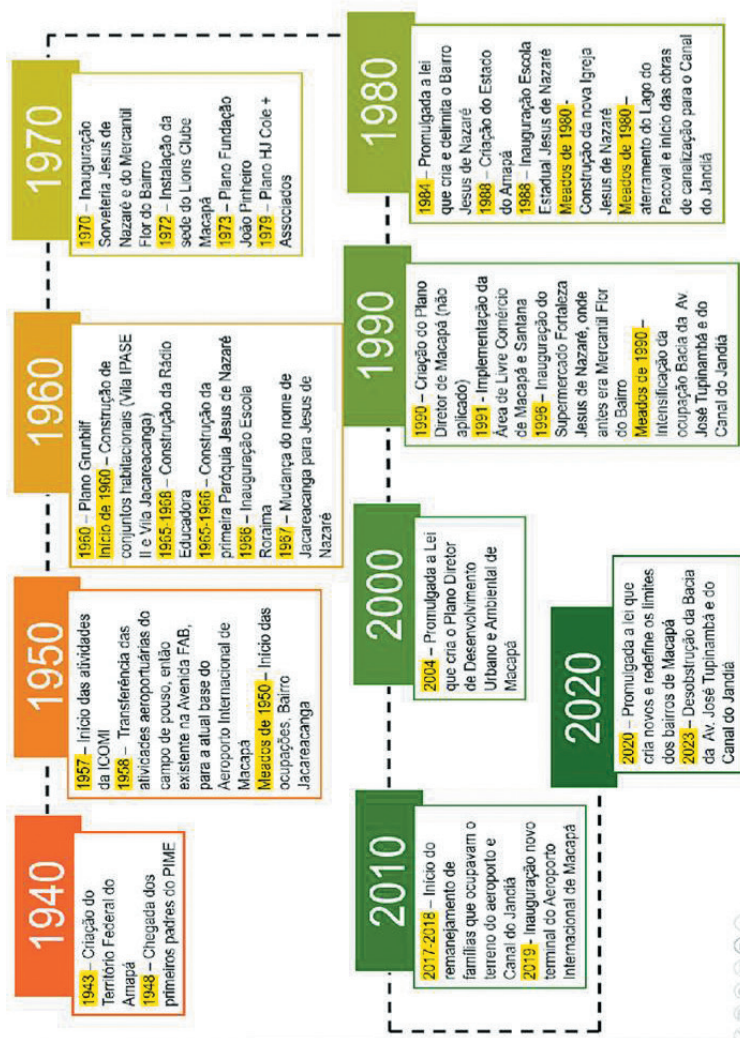


Figura 1 – Linha do tempo do bairro Jesus de Nazaré.

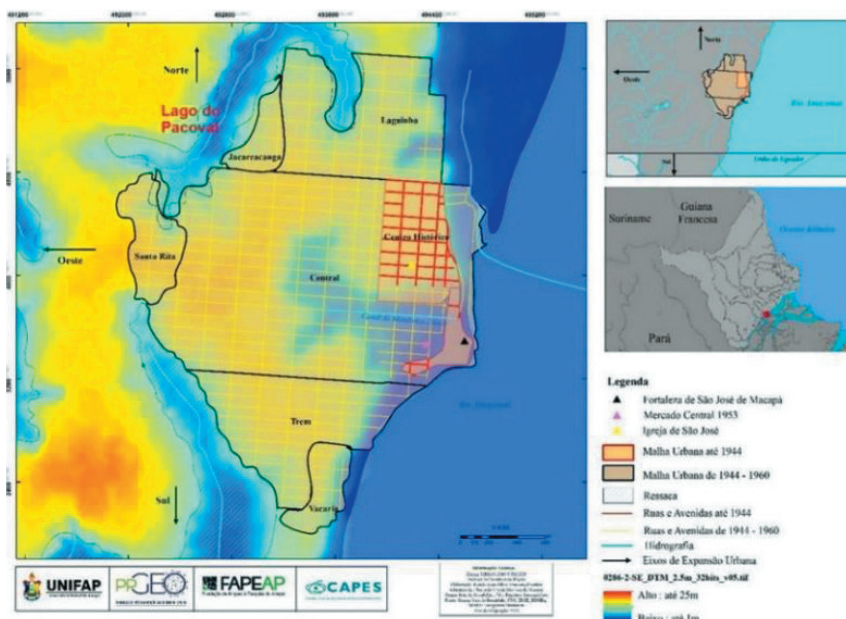
Fonte: Bastos, A., 2024.

Ainda em 1944, o governo de Janary Nunes, com o discurso de tornar Macapá uma cidade moderna em meio à floresta amazônica, promoveu a remoção da população negra para áreas periféricas, enquanto reservava as regiões centrais para a construção de prédios institucionais e moradias destinadas a funcionários do Território Federal do Amapá, vindos de diversas partes do país. Essas ações moldaram o desenvolvimento urbano da cidade, contribuindo para o surgimento dos primeiros bairros: Lagunho (ao norte), Favela (ao oeste) e Trem (ao sul).

Na década de 1950, Macapá vivenciou um significativo crescimento populacional e urbano, impulsionado pelas expectativas em torno da exploração de manganês pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) e pela gradual melhoria nas condições de vida na cidade. Esse contexto levou ao aumento expressivo da população, que saltou de aproximadamente 1.500 habitantes em 1944 para 20.594 em 1950 (Nunes, 1944; Serviço Nacional de Recenseamento, 1951).

O rápido crescimento e a necessidade de ampliar o perímetro urbano resultaram na transferência das operações aeroportuárias da antiga pista de pouso, localizada onde hoje é a Avenida FAB, para uma base mais afastada (Silva, 2017). Essa área posteriormente se tornou o Aeroporto Internacional de Macapá, cuja administração foi de responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) de 1979 até 2023, quando a administração passou para a Norte da Amazônia Airports, concessionária formada pelas empresas Socicam e Dix Empreendimentos (Socicam, 2023).

Ainda nos anos 1950, a área noroeste de Macapá, nas proximidades do Lago do Pacoval (Mapa 2), começou a ser ocupada, dando origem ao bairro inicialmente chamado de Jacareacanga (ou Jacaré-Acanga). O nome tem origem na língua tupi-guarani, a partir da combinação dos termos “jacaré” (ya'caré) e “cabeça” (acanga), que juntos significam “cabeça de jacaré” (Bueno, 1987). Embora as razões exatas para a escolha do nome sejam desconhecidas, relatos sugerem que ele pode estar relacionado ao formato geográfico da área ou a uma lenda local que descrevia jacarés do Lago Pacoval abrigando-se sob as pontes e as moradias dos primeiros habitantes.



Mapa 2 – Localização do bairro Jacareacanga.

Fonte: Nascimento; Santos, 2023 Adaptação: Autores, 2024.

Em 1960, o Plano Urbanístico de Macapá, elaborado pela Grunbilf do Brasil, apontava a Rua Leopoldo Machado como um eixo central para a expansão da cidade em direção ao norte. O plano também recomendava que as áreas ao norte das Ruas Eliezer Levy e General Rondon fossem destinadas à construção de residências voltadas às classes mais abastadas. Nesse contexto, o então bairro Jacareacanga começou a ser planejado para atender, prioritariamente, servidores públicos e suas famílias.

Para concretizar essa proposta, o Estado promoveu a construção de dois conjuntos habitacionais: a segunda Vila do Instituto de Pensões e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), localizada na área da Avenida Procópio Rola, entre as Ruas Jovino Dinoá e Leopoldo Machado; e a Vila Jacareacanga, situada nos limites do bairro com a região que posteriormente daria origem ao Pacoval. Além disso, em 1966, é inaugurada a primeira escola da região, a Escola Municipal Rondônia.

O plano também estipulava que as novas quadras deveriam ter dimensões padrão de 80 por 200 metros, enquanto os lotes situados em

áreas privilegiadas deveriam medir 20 por 40 metros, visando aproveitar as condições favoráveis ao microclima local. Essas orientações foram aplicadas tanto no bairro Jacareacanga como no Pacoval. Outra diretriz significativa que moldou a paisagem do Jacareacanga estabelecia restrições de altura para edificações próximas ao Aeroporto de Macapá, limitando-as a no máximo 45 metros (Grunbifl do Brasil, 1960).

A década de 1960 foi o período de fortalecimento da presença da Igreja Católica no bairro, especialmente com a instalação da Rádio Educadora São José, entre 1965 e 1968, e a construção da primeira Paróquia de Jesus de Nazaré, entre 1965 e 1967 (Jornal *A Voz Católica*, 1966; 1969). Nesse cenário, o padre Jorge Basile, um dos fundadores da Rádio Educadora e um dos primeiros vigários da paróquia (Prelazia de Macapá, 1974), destacou-se como uma figura central, consolidando-se como uma personalidade influente para a comunidade local.

Conforme reportagem publicada no jornal *A Voz Católica* (1967), a construção da Paróquia, aliada ao fortalecimento do movimento comunitário, motivou os moradores a iniciarem uma campanha para renomear o bairro de Jacareacanga para Jesus de Nazaré (Figura 2). Entre os argumentos apresentados para a mudança estavam: 1) a ausência



Figura 2 – Reportagem do Jornal *A Voz Católica* de 22 de julho de 1967.

Fonte: Acervo Cúria de Macapá.

de oficialização do nome Jacareacanga; 2) a relevância da Igreja que compartilhava o nome proposto; e 3) a influência da formação cristã na vida dos moradores.

Na década de 1970, o bairro Jesus de Nazaré consolidou-se como espaço de caráter aristocrático, onde a maioria das residências eram ocupada por servidores de alto escalão do Território Federal do Amapá. Um exemplo disso foi a instalação da sede do Lions Clube de Macapá no bairro, em 1972. Nesse mesmo período, surgiram algumas das principais referências locais, como a Sorveteria Jesus de Nazaré, fundada por Winter Pereira de Oliveira (1935-2021), e o Mercantil Flor do Bairro, posteriormente conhecido como Supermercado Jesus de Nazaré, de propriedade do empresário Linésio de Oliveira Souza (1936-2021). Nas décadas seguintes, outros estabelecimentos se tornaram pontos importantes para a vida cotidiana do bairro, como o Comércio Santa Catarina, a Farmácia do Casemiro e a sede da Polícia Federal (Tostes, 2022).

De acordo com o diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá, elaborado pela Fundação João Pinheiro (1973), o território do bairro foi dividido em duas áreas: Jesus de Nazaré, caracterizado como uma região predominantemente “semi-urbanizada”, e Jacareacanga, que apresentava áreas urbanas e outras com características rurais, influenciadas pela bacia do Lago do Pacoval (Figura 3). O relatório indicava que, na época, a área do Jesus de Nazaré/Jacareacanga abrangia 56 hectares, com população de 3.816 habitantes e uma densidade populacional de 68 habitantes por hectare, com quadras com dimensões de até 120 por 216 metros. O bairro era predominantemente residencial, mas carecia de equipamentos urbanos essenciais, como unidades de ensino, saúde e lazer.

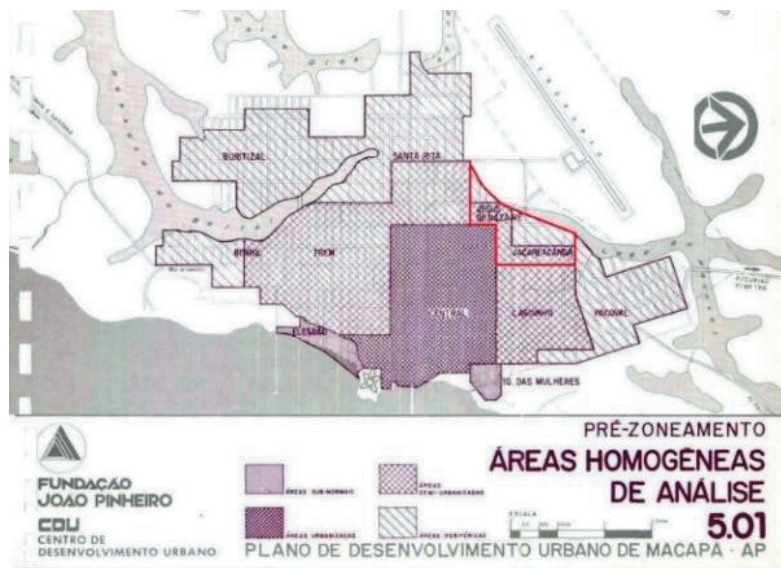


Figura 3 – Características do Jesus de Nazaré e do Jacareacanga.

Fonte: Fundação João Pinheiro, 1973, p. 53. Adaptação: Autores, 2024.

A definição oficial do nome e das fronteiras do bairro Jesus de Nazaré ocorreu na década de 1980, com a promulgação da Lei n. 207, de 13 de julho de 1984, pelo governador Anníbal Barcellos, que incorporou ao bairro o território anteriormente conhecido como Jacareacanga (Goés, 2017; PMM, 1990). Nesse período, o bairro foi marcado por avanços significativos na infraestrutura religiosa, com a inauguração do novo prédio da Igreja de Jesus de Nazaré, além de outras estruturas no mesmo terreno, como convento, escola paroquial e seminário. Em 1988, foi inaugurada a Escola Estadual Jesus de Nazaré, em uma área próxima à igreja, reforçando o papel educacional e comunitário do bairro. Paralelamente, teve início o processo de ocupação irregular e aterramento da Bacia do Lago do Pacoval, acompanhado pela construção do Canal do Jandiá.

A criação do Estado do Amapá em 1988, seguida pela implementação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1991, impulsionou um processo de intensificação da ocupação nas margens do Canal do Jandiá. Esse movimento incluiu áreas próximas ao efluente situado na atual Avenida José Tupinambá de Almeida (antiga Avenida Nações

Unidas), localizadas adjacências do muro do aeroporto. Essas transformações ampliaram a pressão por habitação no bairro e, também, desencadearam mudanças significativas na dinâmica urbana, marcadas pela expansão de ocupações informais e pela reconfiguração do uso e da organização espacial do território.

De acordo com o Plano Diretor de Macapá de 1990, o bairro Jesus de Nazaré era descrito como uma área de relevo acidentado, porém com solo predominantemente seco, e tinha dentro de seu perímetro a área do Aeroporto Internacional de Macapá. Na época, o bairro destacava-se por ser um dos mais bem atendidos em termos de infraestrutura e serviços públicos, contando com vias pavimentadas, abastecimento regular de água e sistema de coleta de lixo. Embora consolidado como uma área residencial, o Jesus de Nazaré ainda apresentava uma expressiva quantidade de lotes desocupados (PMM, 1990).

A reportagem de Marinho publicada no jornal *O Liberal* (1997) oferece uma visão abrangente sobre as dinâmicas sociais do bairro Jesus de Nazaré no final dos anos de 1990. Segundo o autor, o bairro ainda preservava boa parte de seu prestígio, com residências amplas, muitas delas apresentando estilos arquitetônicos descritos como “clássico” ou “moderno”, e adornadas áreas de jardins, ainda que pequenos. A reportagem também aponta que o índice de desemprego era relativamente baixo, mesmo entre as famílias em situação mais vulnerável, o que reforçava a imagem de uma comunidade economicamente estruturada.

Por outro lado, o bairro também enfrentava desafios consideráveis. Conforme apontado por Marinho (1997), a violência associada à atuação de gangues locais era uma preocupação crescente, refletindo tensões sociais presentes na região. Além disso, persistiam desigualdades no acesso à infraestrutura urbana, indicando disparidades entre diferentes áreas do bairro. A insuficiência de equipamentos de saúde e a limitada oferta de espaços de lazer também eram questões recorrentes, comprometendo a qualidade de vida de seus moradores.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, instituído em 2004, com objetivo de solucionar parte das problemáticas urbanas do bairro, enquadrou a área do Jesus de Nazaré como Subzona de Ocupação Prioritária (SOP), visando o adensamento para

implementação de equipamentos urbanos e execução de projetos de habitação popular. Devido à inclusão do Aeroporto de Macapá no perímetro do bairro, o Jesus Nazaré também era classificado como Subzona Institucional (SI). Em relação ao uso e ocupação do solo, o bairro Jesus de Nazaré está inserido no Setor Misto 3, uma área caracterizada por diretrizes que preveem média densidade, limitam a verticalização a 25 metros e incentivam atividades comerciais e de serviços que sejam compatíveis com o uso residencial.

Embora a Lei de Uso e Ocupação do Solo tenha sido atualizada em 2017, Silva (2022) destaca que a área da Bacia da Avenida José Tupinambá não foi classificada como setor de proteção ambiental. Isso se deve ao fato de que a bacia resulta de um desvio do Canal do Jandiá, causado pela ocupação da área de ressaca em bairros adjacentes. Com uma extensão aproximada de 76,50 metros, a Bacia do José Tupinambá está localizada no limite noroeste do bairro, ao longo da Rua Professor Tostes (Silva, 2022).

A partir da ocorrência frequente de inundações devido ao assoreamento do Canal do Jandiá, o governo estadual iniciou, entre 2017 e 2018, um processo de remoção das famílias que ocupavam áreas próximas ao canal. Essas famílias foram realocadas para o Conjunto Habitacional Macapaba, situado na Zona Norte de Macapá (Silva, 2018). Com a conclusão das obras do Conjunto Residencial Miracema, também na Zona Norte, entre 2021 e 2022, as famílias remanescentes foram transferidas para a nova habitação, permitindo que o processo de desobstrução do Canal do Jandiá e do trecho da Avenida José Tupinambá fosse finalmente retomado e finalizado (Costa, 2021; Jornal Diário, 2023).

Recentemente, as fronteiras do bairro foram oficialmente ajustadas pela Lei n. 2.427, de 31 de dezembro de 2020, que desmembrou parte da área do Aeroporto para a criação do bairro Parque Aeroportuário. Essa reconfiguração territorial reduziu a área do bairro Jesus de Nazaré de 645,24 hectares para 60,30 hectares. Como consequência, entre 2010 e 2022, o bairro experimentou queda expressiva na população e no número de domicílios, com reduções de 113,31% e 47,85%, respectivamente, segundo os dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente, o bairro abriga 2.773 moradores, o que

resulta em uma densidade populacional de 45,98 habitantes por hectare (IBGE, 2022).

CARACTERÍSTICAS DA PAISAGEM URBANA E PERFIL DO BAIRRO

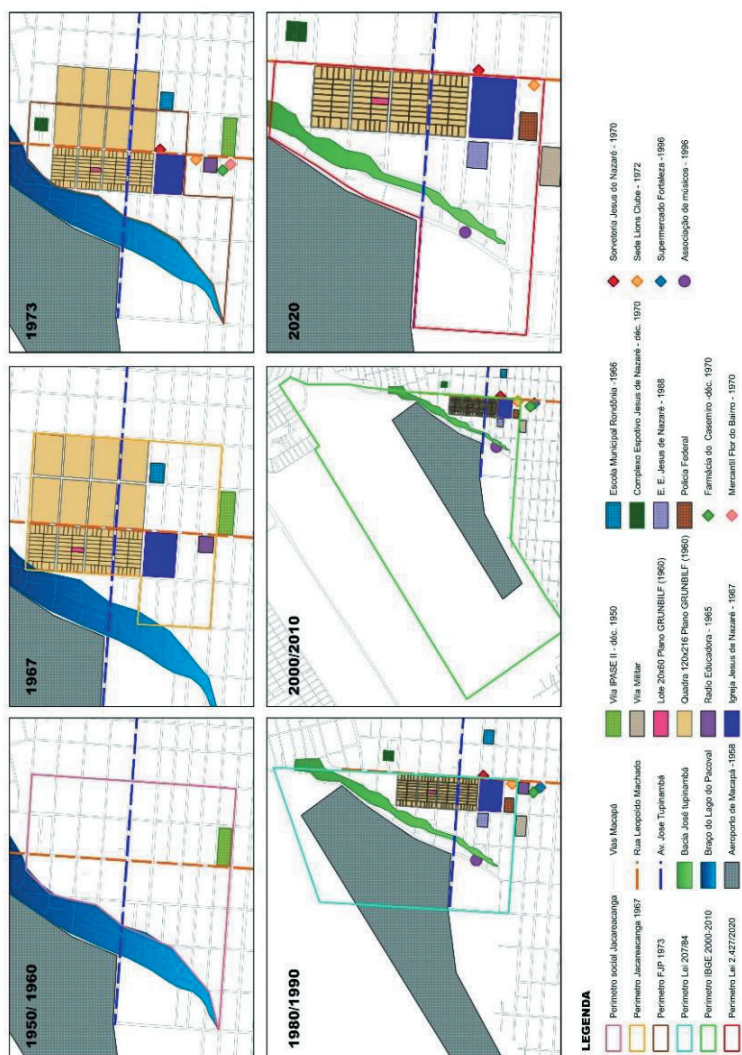
Os resultados da pesquisa revelam que as delimitações do bairro Jesus de Nazaré passaram por diversas transformações ao longo de sua história, influenciadas tanto pela percepção dos moradores quanto por decisões administrativas. Apesar dessas mudanças, a Igreja de Jesus de Nazaré manteve-se como o principal marco referencial da área, consolidando-se como o principal símbolo do bairro desde sua inauguração em 1967 até os dias atuais.

A Rua Leopoldo Machado firmou-se como um importante eixo de sociabilidade do bairro Jesus de Nazaré, concentrando grande parte de seus marcos de referência históricos e culturais. Além da simbólica Igreja de Jesus de Nazaré, destacam-se ao longo dessa via locais como a sede do Lions Clube, a Rádio Educadora, a tradicional Sorveteria Jesus de Nazaré e o Mercantil Flor do Bairro, que posteriormente deu lugar ao Supermercado Fortaleza, reforçando seu papel central na vida cotidiana dos moradores. A Rua Leopoldo Machado também se configura como uma importante conexão viária, ligando o bairro Jesus de Nazaré aos bairros Central e Pacoval.

Complementarmente, a Avenida José Tupinambá (antiga Avenida Nações Unidas) assumiu uma função estratégica no desenvolvimento do bairro. Além de ser uma das poucas vias que conectam o centro da cidade ao Aeroporto Internacional de Macapá, ela também atua como um corredor urbano crucial, unindo o bairro aos vizinhos Laginho e Perpétuo Socorro.

As contínuas alterações no perímetro e as mudanças inerentes à dinâmica urbana resultaram na gradual perda de espaços e referências que outrora marcavam a identidade do bairro Jesus de Nazaré (Mapa 3). Exemplos significativos dessa transformação incluem o desaparecimento da Rádio Educadora e da Vila IPASE, ambos fundamentais no início

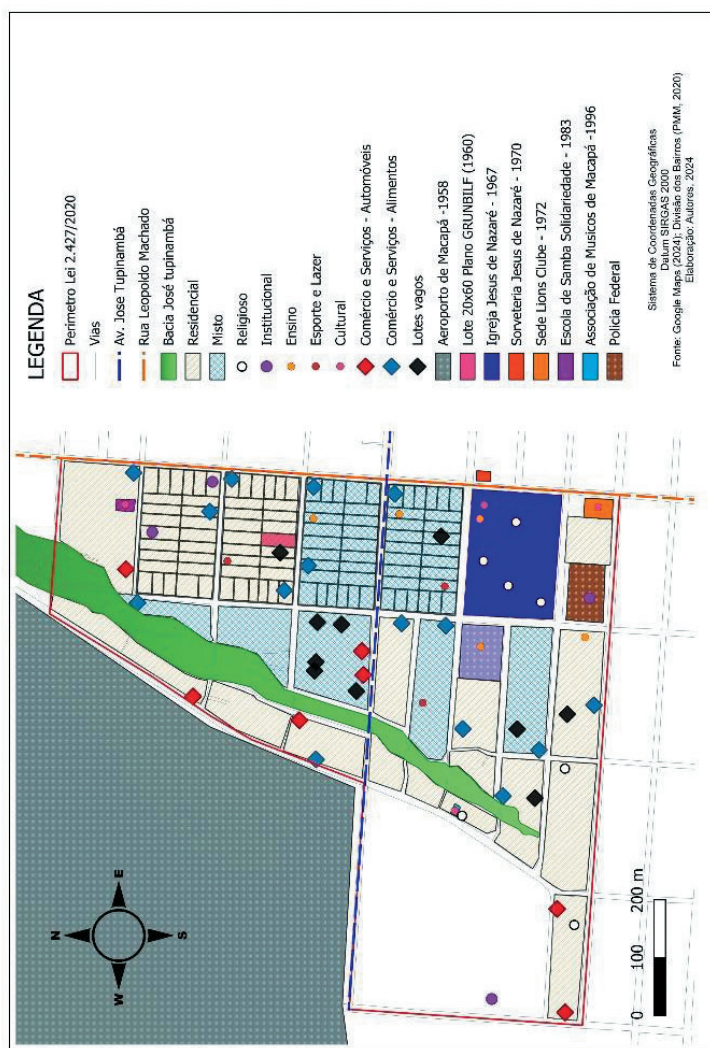
do processo de ocupação da área. Ademais, as delimitações mais recentes excluíram do perímetro do bairro importantes marcos, como a Sorveteria e o Complexo Esportivo, que, embora ainda carreguem o nome Jesus de Nazaré, já não integram oficialmente o território do bairro.



Mapa 3 – Evolução do perímetro urbano do Jesus de Nazaré.

Fonte: Jornal *A Voz Católica*, 1967; Fundação João Pinheiro, 1973; PMM, 1990; 2020; IBGE, 2010. Elaboração: Bastos, A., 2024.

Desde os primórdios de sua ocupação até os dias atuais, o bairro Jesus de Nazaré preserva sua essência predominantemente residencial, complementada por atividades pontuais de comércio e serviços. Com a implementação das diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor de 2004, houve o estímulo significativo ao uso misto do solo, promovendo atividades compatíveis com o caráter residencial da área. Como resultado,



Mapa 4 - Uso e ocupação do Jesus de Nazaré.

Organização e Elaboração: Bastos, A., 2024.

Fonte: IBGE 1991; 2000; 2010. Elaboração: Bastos, A., 2024.

observa-se atualmente uma expansão considerável de empreendimentos voltados, sobretudo, para o setor de alimentação e serviços automotivos, o que reforça a diversidade funcional do bairro e sua capacidade de atender às demandas cotidianas (Mapa 4).

O crescimento do uso misto do solo no bairro Jesus de Nazaré tem impactado significativamente a configuração dos lotes, especialmente aqueles com dimensões de 20 x 60 metros. Muitos desses terrenos têm sido subdivididos para acomodar edificações que combinam usos residenciais e comerciais, refletindo as mudanças nas demandas urbanas. Observações realizadas em visitas de campo sugerem a predominância de construções térreas, com limitada verticalização, condicionada pelas restrições impostas pela proximidade do aeroporto. Apesar de contar com boa infraestrutura urbana, como ruas asfaltadas e calçadas, há uma evidente desigualdade no acesso a esses serviços nas áreas mais próximas à Bacia José Tupinambá. Além disso, conforme apontado por Sarquis (2015), o bairro apresenta a menor cobertura arbórea entre os bairros centrais de Macapá, o que ressalta as problemáticas dos aspectos ambientais do Jesus de Nazaré.

O remanejamento das famílias que ocupavam áreas irregulares na Bacia do José Tupinambá (Figura 4) representou uma medida significativa para a recuperação ambiental e a melhoria da qualidade de vida urbana no bairro Jesus de Nazaré. Com a desocupação e os esforços para a desobstrução da bacia, foi possível implementar intervenções voltadas à redução das enchentes, problema recorrente que afetava diretamente os moradores das áreas próximas. A restauração do fluxo hídrico natural contribuiu para a melhoria do microclima local, amenizando as temperaturas e promovendo maior equilíbrio ambiental. Essas ações também abrem caminho para a criação de novos espaços de lazer e áreas verdes, reforçando o potencial da bacia como um elemento funcional e estético na paisagem urbana.

A análise do perfil da população do bairro Jesus de Nazaré, fundamentada nos dados de setores censitários fornecidos pelos Censos do IBGE de 1991, 2000 e 2010, bem como nos dados preliminares do Censo de 2022, permite a compreensão aprofundada das transformações ocorridas nas características populacionais ao longo do tempo. Essa abordagem evidencia não apenas as mudanças quantitativas, como o



Figura 4 – Recuperação da Bacia do José Tupinambá.

Fonte: Google Earth, 2021; 2024. Elaboração: Bastos, A., 2024.

crescimento ou redução populacional, mas também as alterações qualitativas relacionadas à composição etária, educacional e ocupacional dos moradores.

No início da década de 1990, o bairro Jesus de Nazaré era caracterizado por uma população predominantemente jovem, com expressiva faixa etária entre 0 e 19 anos, que representava 53,38% do total de habitantes. A taxa de alfabetização era consideravelmente elevada, com 77,38% da população maior de 5 anos já alfabetizada. A composição demográfica apresentava uma ligeira predominância de mulheres, que correspondiam

a 51,97% da população, enquanto a responsabilidade pelos domicílios era majoritariamente masculina, com 75,65% dos lares sendo chefiados por homens. Quanto à distribuição de renda, a maioria das famílias se encontrava na faixa de 1 a 3 salários-mínimos, representando 36,04% dos domicílios. (Gráfico 1)

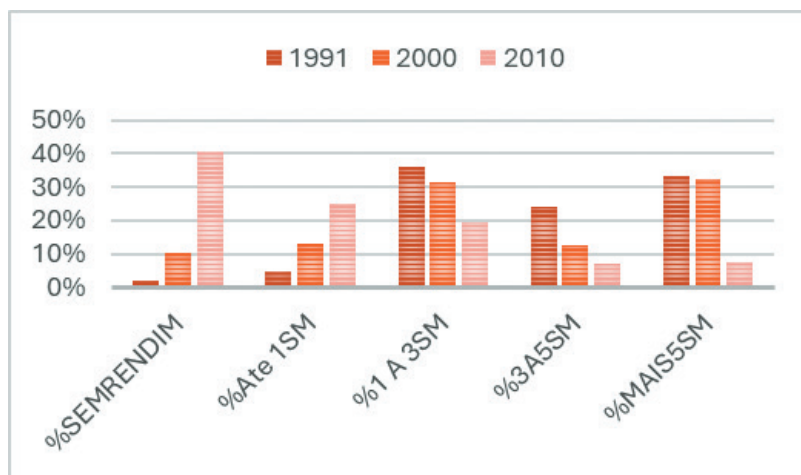


Gráfico 1 – Distribuição da população responsável por faixa de renda (1991/ 2000/ 2010).

Fonte: IBGE 1991; 2000; 2010. Elaboração: Bastos, A., 2024.

No entanto, os censos subsequentes apontaram mudanças significativas no perfil sociodemográfico do bairro. Entre 1991 e 2010, observou-se um processo de envelhecimento da população, evidenciado pelo aumento na proporção de adultos (52,54%) e idosos (5,61%) em 2010. Paralelamente, houve uma maior participação das mulheres como responsáveis pelos lares (52,34%), resultando em uma maior equidade entre os percentuais de homens e mulheres chefes de família até 2010. Um aspecto importante foi o aumento do percentual da população responsável sem renda formal (Figura 9), o que indicava desafios econômicos enfrentados pela comunidade. No entanto, a melhoria na taxa de alfabetização (92,70%) destacou-se como um indicador positivo de avanço no acesso à educação, refletindo uma evolução nas condições sociais e educacionais do bairro em 2010.

O aumento de famílias sem renda formal no bairro Jesus de Nazaré, registrado no censo de 2010, reflete desafios econômicos, como a prevalência de empregos informais e a escassez de oportunidades no mercado de trabalho. A maior participação feminina como chefe de família, frequentemente em empregos precários, também pode ter relação com esse cenário. No entanto, apesar desses desafios, o bairro continuava a se destacar em 2010 como um dos com melhores condições de inclusão social em Macapá (Bastos et al., 2024).

Uma das características mais emblemáticas da população do bairro Jesus de Nazaré, desde sua fundação, é a forte religiosidade, com destaque para a devoção católica. Essa identidade religiosa se reflete de maneira expressiva na quadra onde se localiza a Igreja Jesus de Nazaré, que abriga um vasto complexo religioso. Esse espaço inclui o Centro Diocesano de Macapá, o Seminário de São José, a sede da Pastoral do Menor, o edifício do Pequeno Carmelo e Santa Terezinha do Menino Jesus, a sede do Pontifício Instituto das Missões Norte II, além do Centro Cultural Jorge Basile, que homenageia um dos primeiros vigários da paróquia e figura histórica de grande importância para a comunidade local.

A própria denominação do bairro tem sua origem na Igreja de Jesus de Nazaré, que além de ser o centro espiritual da comunidade, também inspirou a nomenclatura de diversos estabelecimentos comerciais locais, como a sorveteria. Esse vínculo com o catolicismo é evidenciado ainda por uma significativa quantidade de empreendimentos que fazem referência a outras figuras religiosas da tradição católica (Figura 5), demonstrando a forte influência dessa crença na vida cotidiana e nas dinâmicas comerciais da região.

Por outro lado, a memória do antigo nome do bairro, Jacareacanga, ainda resiste simbolicamente entre os moradores. Um exemplo notável é a Associação Recreativa Império de Solidariedade, criada em 1983, que escolheu o jacaré como um de seus emblemas, junto à Coroa Imperial. O uso desses símbolos pela Escola de Samba pode ser interpretado como uma referência ao nome original do bairro, resgatando sua história, enquanto a coroa remete à imagem de “nobreza” que marcava a identidade da população local em seus primórdios (Marinho, 1997).



Figura 5 – Igreja Jesus de Nazaré e estabelecimentos que aludem à religiosidade do bairro.

Fonte: GoogleMaps, 2022; Bastos, A., nov. 2024.

O perfil sociodemográfico e a configuração urbana do bairro Jesus de Nazaré revelam a complexidade e a diversidade de seu processo de desenvolvimento ao longo dos anos. As várias delimitações do bairro, embora distintas, têm em comum a presença central da Igreja de Jesus de Nazaré, que, além de ser um símbolo religioso, exerce uma forte influência sobre a cultura e as práticas comerciais locais, com muitos estabelecimentos comerciais fazendo referência à fé católica. Embora o bairro ainda seja considerado uma área privilegiada, observa-se a notável entre os moradores de lotes de dimensões maiores e aqueles que residem nas margens da Bacia José Tupinambá. Essa divisão reflete não apenas as características socioeconômicas locais, bem como os desafios e as oportunidades que surgem à medida que o bairro cresce e se transforma.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As análises realizadas mostram que tanto a identidade quanto a espacialidade do bairro Jesus de Nazaré foram profundamente moldadas pela construção da Paróquia Jesus de Nazaré, em 1967. Esse marco inicial, aliado às características urbanísticas das décadas de 1960 e 1970,

consolidou a percepção local de um “bairro nobre”. Essa imagem foi reforçada pela implantação de quadras com dimensões significativamente maiores em comparação a outros bairros de Macapá e pela ocupação por famílias de maior poder aquisitivo, características que influenciaram na configuração socioespacial do bairro.

A Igreja de Jesus de Nazaré, além de dar nome ao bairro, um ponto central, sendo símbolo religioso e, também, referência territorial. Sua influência vai além da esfera espiritual, refletindo-se na identificação comercial e cultural local, como demonstrado por empreendimentos que utilizam o nome da igreja em seus estabelecimentos. Essa relação simbiótica entre fé e identidade territorial evidencia a centralidade da igreja na construção da vida comunitária e na manutenção das tradições locais.

Entretanto, observa-se que as sucessivas redefinições dos limites territoriais, combinadas com as transformações inerentes à dinâmica de urbanização, têm levado à perda progressiva de espaços e símbolos que foram fundamentais para a construção da identidade do bairro Jesus de Nazaré. Entre os exemplos mais marcantes estão a extinção da Rádio Educadora e da Vila IPASE, elementos centrais no início do processo de ocupação da área. A ausência desses marcos na paisagem atual do bairro ilustra como a memória coletiva e as referências históricas podem ser fragilizadas frente às mudanças impostas pela evolução urbana.

Além disso, as revisões mais recentes das delimitações geográficas resultaram na exclusão de locais significativos, como a tradicional Soreteria e o Complexo Esportivo, do perímetro oficial do bairro. Embora esses espaços continuem carregando o nome Jesus de Nazaré, a desvinculação territorial pode sinalizar uma desconexão simbólica com a identidade da comunidade. Esse processo revela como a expansão urbana, ao mesmo tempo que amplia as fronteiras físicas, pode comprometer os laços históricos e culturais de um lugar, enfatizando a necessidade de conciliar desenvolvimento urbano com a preservação das memórias locais.

Transformações significativas também ocorreram na ocupação do solo, particularmente após a adoção das diretrizes do Plano Diretor de 2004. A promoção do uso misto incentivou a subdivisão de lotes originalmente grandes para a construção de edifícios de uso residencial e

comercial, além da expansão de atividades voltadas para alimentação e serviços automotivos. Apesar desse dinamismo, a proximidade do aeroporto impõe restrições à verticalização, limitando o potencial de crescimento urbano e alterando a densidade do bairro.

No entanto os desafios persistem, principalmente nas áreas próximas à Bacia José Tupinambá, onde a infraestrutura urbana apresenta desigualdades. Embora o bairro conte com pavimentação e saneamento em grande parte de sua extensão, as áreas mais periféricas ainda sofrem com acessos limitados e precariedade estrutural, o que evidencia disparidades internas na distribuição de serviços públicos e na qualidade de vida.

O perfil sociodemográfico também revela mudanças importantes. Entre 1991 e 2010, o envelhecimento populacional tornou-se notório, com um aumento na proporção de adultos e idosos. Simultaneamente, os padrões familiares tradicionais foram transformados, marcados pela crescente participação feminina como chefes de família. Essas mudanças refletem, por um lado, avanços no reconhecimento da autonomia feminina, mas, por outro, destacam a vulnerabilidade econômica, dado que muitas mulheres chefes de família estão inseridas em trabalhos precários ou informais.

O censo de 2010 ainda expôs o aumento de responsáveis por domicílio sem renda formal, um indicador das dificuldades econômicas que impactam o bairro. A alta taxa de informalidade e a escassez de empregos formais apontam para desafios estruturais que limitam o potencial de desenvolvimento socioeconômico. Apesar disso, o Jesus de Nazaré ainda é um dos bairros de Macapá com melhor infraestrutura e serviços, reforçando o contraste entre o centro consolidado e as áreas periféricas vulneráveis.

O futuro do bairro dependerá da capacidade de superar esses desafios, equilibrando crescimento urbano com inclusão social. Projetos como a recuperação e a desobstrução da Bacia José Tupinambá são promissores, pois podem reduzir inundações e melhorar o microclima local, trazendo benefícios diretos à qualidade de vida dos moradores. Contudo, um planejamento urbano mais eficiente e políticas públicas voltadas à equidade econômica e ambiental serão essenciais para ga-

rantir que o bairro continue a prosperar sem deixar suas populações mais vulneráveis à margem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua trajetória, o bairro Jesus de Nazaré passou por inúmeras transformações, destacando-se pelo fortalecimento de sua identidade religiosa vinculada à presença da Igreja de Jesus de Nazaré. Essa religiosidade, além de constituir um eixo central na vida da comunidade, reflete-se em diversas esferas, como o comércio e os vínculos culturais do bairro, demonstrando sua influência abrangente no cotidiano e na dinâmica social local.

A análise do perfil sociodemográfico, com base nos censos do IBGE, evidencia o envelhecimento populacional, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho e o aumento do número de famílias sem renda formal, o que reflete os desafios econômicos enfrentados pela comunidade. Esses dados indicam a necessidade de intervenções que promovam maior inclusão e qualidade de vida para os moradores, especialmente os mais vulneráveis.

No âmbito urbano, o processo de diversificação do uso do solo no bairro Jesus de Nazaré tem impulsionado a expansão de atividades comerciais e de serviços, ainda que o uso residencial permaneça predominante. No entanto, a infraestrutura básica, considerada satisfatória em algumas áreas, contrasta com as condições mais precárias observadas em áreas como as margens da Bacia José Tupinambá. Essas disparidades apontam para desigualdades socioeconômicas dentro do bairro e ressaltam a necessidade de políticas públicas que promovam transformações urbanas que beneficiem de maneira justa todos os moradores.

Esta pesquisa inaugura uma análise mais aprofundada da complexidade do bairro Jesus de Nazaré, configurando-se como ponto de partida para futuros estudos tanto sobre esse bairro quanto sobre outras áreas de Macapá. Compreender as interações entre as dinâmicas sociais, econômicas e espaciais é essencial para embasar estratégias de planejamento

urbano que respeitem as particularidades locais e promovam o crescimento sustentável e integrado para a cidade como um todo.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, A. B.; FERREIRA, J. F. C.; FREITAS, J. S. Mosaico da desigualdade social intraurbana de Macapá, Amapá (2000-2010). **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.16. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.016.e20230168>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BRASIL. **Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943**. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. 1943.
- BUENO, S. **Vocabulário Tupi-Guarani-Português**. 5 ed. São Paulo: Brasiliavros Ed. 1983.
- COSTA, W. Habitacional Miracema: entrega documental retorna no dia 11 de maio. **Governo do Estado do Amapá, Macapá**, 7 maio 2021. Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/noticia/0705/habitacional-miracema-entrega-documental-retorna-no-dia-11-de-maio>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- COSTA, W. Habitacional Miracema: entrega documental retorna no dia 11 de maio. **Governo do Estado do Amapá, Macapá**, 7 maio 2
- FERREIRA, I. M. **Do altar à escola: a atuação da Igreja Católica no campo educacional amapaense (1903-1956)**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. 139 f. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Amapá. Macapá, AP: 2022.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Plano de Desenvolvimento Urbano de Macapá: vol. 1 – Análises**, 1973.
- GÓES, P. B. S. **Revitalização paisagística da bacia de acumulação do Canal do Beírol: um fator condicionante no uso de seus espaços públicos da cidade de Macapá**. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Amapá. Macapá, AP, 2017.
- GRUMBILF DO BRASIL. **Plano Urbanístico da Cidade de Macapá – Relatório**. **Governo do Território Federal do Amapá**. Macapá, 1960.

- JORNAL A VOZ CATÓLICA. **A inauguração foi assim**. Macapá, 14 ago. 1966, p. 1.
- JORNAL A VOZ CATÓLICA. **“Bairro Jesus de Nazaré melhor que Jacaré-Acanga”**. Macapá, 22 jun.1967.
- JORNAL A VOZ CATÓLICA. **Um ano de vida da Educadora**. Macapá, 02 ago.1969, p. 8.
- JORNAL DIÁRIO DO AMAPÁ. **Canais e bacias recebem serviços de desobstrução em Macapá**. Macapá, 01 mar. 2023. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/canais-e-bacias-recebem-servicos-de-desobstrucao-em-macapá/>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao1950aeb_09_a_19.pdf. Acesso em 22 nov. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados do Censo Demográfico 1991: Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. **Dados do Censo Demográfico 2000: Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- _____. **Dados do Censo Demográfico 2010: Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- _____. **Dados Preliminares do Censo Demográfico 2020: Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.
- NASCIMENTO, K. J. N.; SANTOS, E. R. C. Estruturação do espaço urbano de Macapá enquanto capital do Território Federal do Amapá (1944-1988). **Terra Brasilis [Online]**, v. 20, dez. 2023, Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/14102>. Acesso em: 20 out. 2024.
- MARINHO, I. Bairro não perde jeito aristocrático. **O Liberal**. Macapá, 04 maio 1997.
- NUNES, J. **Relatório das atividades do governo do Território Federal do Amapá em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ – PMM. **Plano Diretor de Macapá: Volume 1 – Diagnose**. 1990.

- _____. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá: P.M.M. – SEMPLA, IBAM. 2004.
- _____. **Lei n. 2.427, de 31 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a alteração, delimitação, nomeação, delimitação e criação de bairros do município de Macapá, no Estado do Amapá.
- PRELAZIA DE MACAPÁ. **Livro do Tombo, n. 4**, Ano 1974. Macapá, 1974.
- SARQUIS, I. R. **Cobertura arbórea dos bairros centrais de Macapá/AP**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. 46 f. Mestrado em Ciências Ambientais, Universidade Camilo Castelo Branco. Fernandópolis, SP: 2015.
- SILVA, D. C. S. **Proposta de casa flutuante para a área de ressaca do bairro Jesus de Nazaré – Macapá/AP**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Faculdade Anhanguera de Macapá, Macapá, AP, 2022.
- SILVA, P. Aeroporto Internacional de Macapá completa 38 anos. **Jornal Diário do Amapá**, Macapá, 15 mar. 2017. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/aeroporto-internacional-de-macapa-completa-38-anos/>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- SILVA, P. Famílias do Canal do Jandiá serão transferidas para o Macapaba II. **Jornal Diário do Amapá**, Macapá, 25 ago. 2018. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/aeroporto-internacional-de-macapa-completa-38-anos/>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- SOCIAM. **Norte da Amazônia Airports assume a operação dos aeroportos internacionais de Belém e de Macapá**. 8 dez. 2023. Disponível em: <https://www.socicam.com.br/2023/12/08/norte-da-amazonia-airports-assume-a-operacao-dos-aeroportos-internacionais-de-belem-e-de-macapa/>. Acesso em: 25 nov. 2024.
- TOSTES, J. A. Origem e formação do bairro Jesus de Nazaré. **A Gazeta**. Macapá, 5 dez. 2022.

Nos últimos anos, esta expansão tem ganhado grandes dimensões, visto que a zona norte possui uma população de aproximadamente 150 mil habitantes, ou seja, superior à segunda maior cidade do Amapá, Santana, que tem pouco mais de 100 mil habitantes. Logo, a Zona Norte representa, aproximadamente, 22% da população do Amapá e 37% da população de Macapá.

Nesse contexto, o bairro do Pacoval se transformou em ponto estratégico, pois é o principal corredor de passagem para a zona norte. Além disso detém as principais vias de acesso que a integram ao restante da cidade (Figura 2): a via Guanabara, via de mão única que vai do centro da cidade para a zona Norte; a Rua Mato Grosso, via de mão única que vai da zona norte para o centro da cidade; e a Avenida Maximiano dos Santos, via de mão dupla que vai do centro para a zona norte através do bairro Pantanal.



Figura 2 – Pacoval como corredor comercial entre a zona sul e a zona norte.

Fonte: Autor, 2024.

Justificam-se as mudanças da paisagem do bairro Pacoval, por se tratar de um local que passou por alterações diversas estruturais e paisagísticas no decorrer dos anos. Tornou-se um local de transição entre a zona norte com o restante da cidade, e abriu espaço para várias construções comerciais principalmente. Como decorrência disso, o local tornou-se progressivamente valorizado, recebendo várias intervenções públicas e privadas, sem, no entanto, beneficiar totalmente o perímetro do lugar.

Nesse cenário, as ruas foram pavimentadas, outras vias abertas; porém, ao mesmo tempo, árvores foram derrubadas e plantadas; casas

e prédios foram construídos; empreendimentos comerciais diversos foram implementados, complementando, assim, a infraestrutura e a organização socioespacial do bairro e seus adjacentes.

A característica dos lotes do bairro Pacoval vem sendo transformada. Trata-se de um bairro localizado próximo à zona central de Macapá. A infraestrutura urbana (água, esgoto, energia), os serviços urbanos (creches, escolas, grandes equipamentos urbanos) e as melhorias realizadas nas condições de acessibilidade (abertura de vias, pavimentação, sistema de transporte, etc.) levaram à valorização dos terrenos. A especulação imobiliária aumentou devido à junção desses fatores, em grande parte, à apropriação privada dos lucros provenientes dessas melhorias.

As transformações socioespaciais advindas do processo de urbanização da cidade de Macapá proporcionaram o crescimento do espaço urbano, o que levou à criação de vários bairros que se diferem quanto às suas características e levou a inúmeras consequências como: a segregação espacial, aumento das edificações, diminuição das áreas verdes e a diminuição da qualidade ambiental da cidade. Apesar de inúmeros avanços, o bairro do Pacoval ainda tem na sua paisagem urbana diversos trechos com um cenário bem característico de pequenas cidades amazônicas, conforme a figura 3.



Figura 3 – Paisagem urbana do bairro do Pacoval nas transversais mais periféricas.

Fonte: Autor, 2024.

Macapá vem sendo submetida a um intenso processo de crescimento e padece com a falta de efetividade de planejamento. Tal fato permitiu, por exemplo, que, em muitos bairros, as áreas de ressaca fossem ocupadas. Nesse âmbito, o artigo contribui para a análise da discussão da paisagem urbana e os processos de transformação do bairro do Pacoval. Utilizou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental e as percepções do trabalho de campo. A relevância do estudo é justificada frente à carência de trabalhos relacionados sobre o bairro do Pacoval.

O artigo está constituído nas seguintes seções: a discussão da paisagem urbana, a origem e a formação do bairro, os aspectos discutidos sobre a legislação vigente e a análise sobre aspectos da paisagem urbana do bairro.

PAISAGEM URBANA: ASPECTOS VISUAIS E PERCEPÇÃO

De acordo com Hardt (2000), paisagem é uma combinação de elementos naturais e antrópicos (inter-relacionados e interdependentes) que produzem um conjunto de sensações no espaço urbanizado, o que se conhece por paisagem urbana, composta pela sobreposição de acontecimentos históricos e socioeconômicos presenciados ao longo do tempo, sendo concebida a partir de composição espacial peculiar à sociedade à qual pertence.

A paisagem urbana é, portanto, o produto da percepção visual sobre algo que constitui o ambiente urbano, formado por ruas, edifícios, praças e calçadas, entre outros componentes. Assim, entende-se que a paisagem urbana é uma marca, carregada de subjetividade, e é uma interpretação a partir da descrição do espaço geográfico analisado visualmente.

Portanto, exprime a evolução histórica do ambiente, formada pela ação do seu próprio desenvolvimento na sociedade, refletindo a cultura e a identidade do homem, bem como o relacionamento das funções sociais com os recursos naturais. Com a evolução e acúmulo dos tempos, a paisagem apresenta condições diferenciadas no espaço urbano, de maneira que, a cada mudança no ambiente, os cenários se configuram de forma diversa.

A forma urbana é o meio de descrever a estrutura espacial da cidade. Tal descrição tem como ponto de partida o estudo morfológico dos elementos que, articulados entre si e com o todo, compõem a paisagem urbana, e cada cidade adquire sua forma. Nessa concepção, o espaço urbano adquire sua forma e, sem dúvida, como um processo que vai formando o seu desenho a partir da configuração de sua morfologia, que surge como produto das dinâmicas sociais na produção do espaço urbano.

O processo de transformação da forma do espaço urbano, segundo Lynch (2006, p. 101), diz que “temos a oportunidade de transformar o nosso novo mundo urbano numa paisagem passível de imaginabilidade: visível, coerente e clara”. E assim, estas novas formas urbanas deverão ser agradáveis ao olhar do observador e tornar-se um símbolo da vida urbana (Lynch, 2006).

Cullen (2005) define que a relação entre as árvores e as cidades tem uma longa e respeitável tradição. Como os edifícios, as árvores eram verdadeiras estruturas, que levavam a sua disposição segundo os padrões arquitetônicos e a sua interpretação com os elementos construídos. Sendo que hoje a árvore é aceita por si mesma, considerada como uma presença viva que habita entre nós e, assim, possibilitando novas relações entre a arquitetura orgânica e as estruturas naturais (Cullen, 2008).

Lynch (2006) tenta esboçar a imagem que os cidadãos faziam das suas cidades e o que fazem do lugar onde vivem. E percebeu, através da expressão verbal e de circuitos pela cidade, quais os elementos que marcam a memória das pessoas. Porque através dessa memória as pessoas organizam mentalmente o espaço e, assim, aprendem a deslocar-se. E que os elementos da cidade, como os espaços urbanos, os edifícios, os monumentos, as vias, os obstáculos e os cruzamentos, fazem parte do espaço em que vivemos. Sendo que estão em questão a identidade do espaço e o sentido de lugar, no qual criamos laços afetivos e emotivos, define Lynch (2006).

Outro fator a ser explorado está na afirmação de que uma cidade é uma organização mutável e polivalente, e que o espaço apresenta muitas funções quando erguido por muitas mãos num período relativamente curto. Assim, “a forma deve ser de algum modo descompromissada e adaptável aos objetivos e às percepções de seus cidadãos” (Lynch, 2006, p. 101).

As características físicas do espaço urbano se tornam a materialização da forma da cidade, pois, para Rossi (1995), é como uma coisa humana que é constituída por sua arquitetura e o seu modo real de transformação da natureza e cresce no tempo. Porém, o espaço urbano também representa a organização social, política e econômica de uma sociedade no processo histórico.

Para a compreensão da inter-relação entre forma e conteúdo, a partir das contradições implícitas, Lefebvre (2002) utiliza-se desta relação e das múltiplas situações possíveis que reproduzem o espaço urbano. E a interdependência entre formas e conteúdos impede uma definição do urbano por um sistema ou como um sistema, ou até mesmo como um objeto ou sujeito; trata o urbano de uma forma, com suas tendências à centralidade e à policentralidade. Partindo do pressuposto de que as relações entre a forma urbana e o conteúdo ocorrem em uma racionalidade dialética.

Zevi (1996) considera que o espaço não é apenas um fato visual, e, sim, está em todos os sentidos, principalmente, no sentido humano e integrado, numa realidade vivida, podendo assim, ser um espaço percebido e compreendido. De acordo com Rossi (1995), sob a ótica da arquitetura o espaço não seria o lugar da condição humana, e sim, uma parte dessa condição, que muitas vezes se expressa na cidade através de seus monumentos, bairros, residências e dos fatos urbanos que emergem, sobretudo, do espaço habitado.

Afirma Rossi (1995) que a própria arquitetura da cidade passa a caracterizar a cidade, ou seja, a sua morfologia urbana e os fatos urbanos passam a ser produtos também dos fatos arquitetônicos, que demonstram o tempo e o espaço de uma sociedade, como os seus hábitos e costumes, seus modos de habitação, locomoção, trabalho e lazer.

Portanto, é de suma importância ao se analisar a estrutura da cidade, que, primeiramente, deva-se observar a cidade como a arquitetura requer, numa visão de espaço transformado por ações humanas, tanto nas suas características físicas, como no seu contexto histórico e traços analíticos (Kohlsdorf, 1996).

A paisagem urbana se formaliza e se organiza através da leitura de suas configurações urbanas e, com o passar do tempo, o espaço vai tomando diversos significados por quem o utiliza e determinando a composição de outra memória e de outra identidade urbana (Kohlsdorf, 1996).

Lembra Rossi (2005), que a forma da cidade apresenta muitos tempos, e assim, determinam a forma urbana. Para Tuan (1983), o espaço, enquanto elemento construído, é também perceptível, consciente e inconsciente, mas também é considerado por Ferrara (1993) como uma totalidade global e homogênea, onde a manifestação mais concreta do lugar urbano é constituída por usos e hábitos. Pois, desta forma se tem a manifestação concreta do espaço, em que hábitos e costumes dão origem à imagem característica do lugar.

Diante dessas abordagens o lugar urbano pode chegar a caracterizar uma identidade, a partir do conhecimento de suas partes até o entendimento de sua estrutura como um todo integrado e, assim, delinear sua fisionomia e sua personalidade. Portanto, o espaço e a sociedade, para Kohlsdorf (1996), apresentam-se como duas faces de uma moeda em que o espaço é um aspecto estrutural da cidade, do ponto de vista social. E ainda define a necessidade da inserção histórica, do conhecimento do físico-territorial analítico e as características da sociedade para se ter a compreensão real de uma cidade.

Para uma melhor compreensão, Lynch (2006) considera qualquer lugar como um todo social, biológico e físico. E, assim, compreendendo o lugar em sua totalidade e para ver em conjunto procura através do todo compreender as suas partes. Pois, a configuração do espaço urbano, para Lynch (2006), está nas atividades, nas formas, nos significados e práticas sociais, que dão certa singularidade e o tornam perceptíveis.

Fundamenta a sua análise a partir da imagem da cidade, identificando três componentes: a identidade, a estrutura e o seu significado. “A forma deve ser de algum modo descompromissada e adaptável aos objetivos e às percepções de seus cidadãos”, Lynch (2006, p. 101). Pois, a partir dessas percepções, algumas funções fundamentais podem determinar as formas de uma cidade e podem expressar a circulação, uso adequado do espaço urbano e pontos focais chaves.

Considerando, se “o ambiente for visivelmente organizado e identificado, o cidadão poderá impregná-lo de seus próprios significados e relações. Então se tornará um verdadeiro *lugar*, notável e inconfundível” (Lynch, 2006, p. 102, grifo do autor). E para identificar este verdadeiro lugar, Lynch (2006) parte do exemplo de uma cidade que na sua visão é dotada de uma poderosa personalidade e bastante apreciável, como a

cidade de Florença. E a define de forma clara com a sua inserção neste contexto, em que está situada no bojo de colinas ao longo do Rio Arno, tornando-se extremamente visível,

Na concepção de Cullen (2008, p. 10), “a visão tem o poder de invocar as nossas reminiscências e experiências, com todo o seu corolário de emoções, fato do qual se pode tirar proveito para criar situações de fruição extremamente intensas”. Desta forma, a paisagem urbana pode suscitar reações emocionais que, a partir da percepção visual, podem ou não depender da nossa vontade.

E partindo desta percepção, Cullen (2008) acredita que a paisagem urbana pode suscitar reações emocionais, que se processam por meio de três importantes aspectos: o óptico, o local e o conteúdo. Sob o aspecto óptico, o autor utiliza-se de um exemplo, quando descreve um transeunte ao atravessar uma cidade e este apreende a paisagem urbana. E ressalta que, “a paisagem urbana surge na maioria das vezes como uma sucessão de surpresas e revelações súbitas” (Cullen, 2008, p. 11).

Este fenômeno ele chama de visão serial, por ser uma técnica de leitura do espaço urbano que visa identificar os campos visuais que ocorrem ao longo de um percurso. E os efeitos visuais mais expressivos são portadores de informação sobre a sua configuração física. Pois estes efeitos ou impactos podem exercer sobre as pessoas um estado emocional que é despertado pelo sentido da visão (Cullen, 2008).

Quanto ao aspecto local, considera as reações do homem diante da sua posição no espaço sentido de localização. Esta percepção está ligada às experiências relativas, às sensações que são provocadas tanto pelos espaços abertos como pelos espaços fechados, possibilitando uma sensação de identificação com o meio ambiente, em que a localização pode ser considerada como uma apropriação do lugar com identidade e valores adotados pelas pessoas. Quanto ao conteúdo, o terceiro aspecto, está relacionado com a própria constituição da cidade, em termos de textura, cor, escala, estilo, a sua natureza, a sua personalidade e a individualização (Cullen, 2008).

Lembrando que um ponto importante na concepção dos três aspectos está, principalmente, na conjugação desses aspectos, para que o meio ambiente não se torne apenas um produto do conformismo e, sim, de uma

interação, quando se levam em consideração as leituras dos espaços urbanos e a compreensão da paisagem que se delineou sob diversas óticas.

Segundo Lamas (1992), a apreensão do espaço urbano está na forma, como o objeto final de toda a concepção com o desenho, quer dizer: com as linhas, os espaços, os volumes, as geometrias, os planos e cores que formam a arquitetura da cidade. Ele define quatro aspectos para analisar a forma da cidade: quanto ao aspecto quantitativo, a organização funcional, o qualitativo e o figurativo.

Os aspectos quantitativos como: densidades, superfícies, fluxos, coeficientes volumétricos, dimensões e perfis, são utilizados para regular a forma física da cidade com a realidade urbana. A organização funcional como: habitação, educação, saúde, comércio e trabalho, quando relacionadas com as atividades humanas, com o uso do solo: residencial, institucional, comercial, industrial etc. Quanto ao aspecto quantitativo, conforto e comodidade no meio urbano, esse aspecto pode verificar o estado das pavimentações, o clima e a acessibilidade. Já o aspecto figurativo está relacionado essencialmente com a comunicação estética, que define os aspectos da forma comunicáveis através dos sentidos (Lamas, 1992).

Cullen (2008) afirma ainda que a cidade se torna visível e quando esta passa despercebida se torna uma cidade incaracterística e amorfa. Ao longo de um percurso, a imagem existente é como o nosso ponto de vista e a revelação progressiva da imagem emergente cria uma sensação de descoberta em função da malha de relações entre os diversos elementos e as suas características e qualidades. Para tanto, quanto ao aspecto do local, este diz respeito às nossas reações perante o nosso posicionamento em relação ao espaço. E o nosso corpo tem o hábito, segundo Cullen (2008, p. 11), “de se relacionar instintiva e continuamente com o meio ambiente”.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BAIRRO DO PACOVAL

O Pacoval é um bairro da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, localizado na área central de Macapá (Mapa 1). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população

no ano de 2010 era de 12.216 habitantes, sendo 5.860 homens e 6.356 mulheres. Possuía 2.860 domicílios particulares permanentes, que estavam distribuídos em uma área total de 1,4 km².

O nome do lugar é derivado de “pacobal”, que significa bananal, e se deve ao fato de ser uma vegetação predominante deste local, pois é característica de áreas alagadas, como era o Pacoval anterior à sua urbanização. Ainda no século XVIII, Mendonça Furtado mandou abrir um canal no Lago do Pacoval, para o escoamento de suas águas, pois o canal era foco de mosquitos transmissores da malária, que atingia os moradores da então vila de São José de Macapá.

Depoimentos absorvidos por moradores antigos do bairro, como Dona Maria Santos, moradora há mais de 40 anos do bairro do pacoval, dizem que antes de tornar-se um bairro, Pacoval era uma fazenda de cunho particular, mas que não se sabe informar como que foi realizada a transição para bairro. Dona Maria diz que sua configuração era totalmente diferente, áreas totalmente alagadas, cheias de vegetação (Figura 4) e que, ao chegar naquele local, tiveram que aterrar e realizar uma grande limpeza, pois se tratava de uma área alagada.

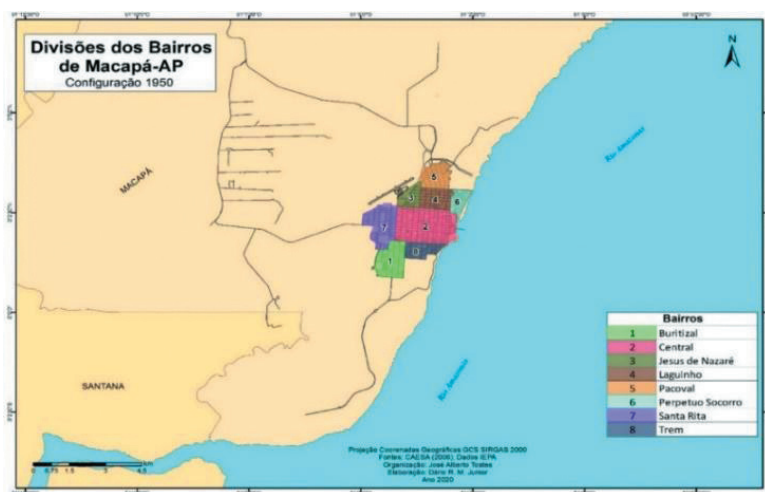


Figura 4 – Lago do Pacoval em 1960.
Fonte: Acervo Jorge Pedro Pereira Carauta.

O Mapa 1 mostra que, ao final da década de 1950, a cidade de Macapá tinha um plano de expansão bem definido. Nessa época, o bairro do Pacoval ainda nem estava povoado, era praticamente uma reserva de terras com as expectativas de atender aos novos moradores que chegavam a Macapá de diferentes localidades, mas principalmente do Nordeste e das ilhas do Pará.

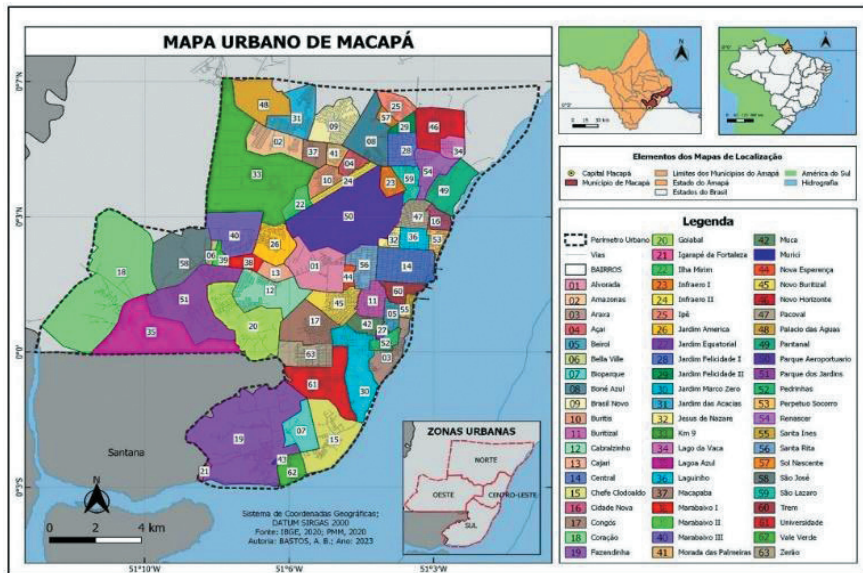
Pode-se dizer que o bairro do Pacoval de fato é o primeiro bairro de expansão no setor norte da cidade de Macapá (Tostes, 2022; 2024). Hoje os primeiros bairros destacados no (Mapa 1) formam a composição dos chamados bairros do subcentro da cidade.

O Mapa 2 evidencia a expansão alcançada em 2024, 63 bairros de acordo com os registros da Prefeitura Municipal de Macapá. A maior parte desses bairros foi criada e implantada de 1990 a 2020. As novas dinâmicas, os ciclos eleitorais, novos projetos econômicos e a intensa migração contribuíram para o crescimento da população.



Mapa 1: Evolução dos bairros na década de 1950.

Fonte: Base Sirgas. Organização: Tostes, 2020. Elaboração: Dário Júnior.



Mapa 2: Localização dos bairros da cidade de Macapá.
Fonte: Bastos, A. B., Ferreira, J. F. C., & Freitas, J. S. (2024). Mosaico da desigualdade social intraurbana de Macapá – Amapá (2000-2010). urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.16, e20230168.

ANÁLISE ESPACIAL E URBANA DO BAIRRO PACOVAL

É importante para o conhecimento sobre a realidade do lugar conhecer mais amplamente a trajetória que criou e implantou o bairro do Pacoval.

De acordo com os documentos oficiais analisados, entre eles os planos diretores urbanos produzidos entre os anos de 1959 a 1973, há um conteúdo bem vasto sobre a evolução e expansão da cidade de Macapá desde a criação do Território Federal do Amapá e efetivação de Macapá como capital do Amapá no ano de 1944. No ano de 1959, o Plano Grumbilf do Brasil define bem as características que permearam a expansão local.

Grumbilf (1959) destaca que, na década de 1960, o crescimento urbano da cidade dirige-se para o sul, completando os bairros de Santa Rita e Beiril. Junto a esse crescimento ao sul da cidade, houve o aparecimento

do aglomerado da Vacaria, a sudoeste do bairro do Buritizal, os bairros de Jesus de Nazaré e o bairro do Pacoval.

Na década de 1980 o bairro do Pacoval foi eleito como um ponto interessante na área turística com a extensão da avenida Amazonas e do bairro do Lagunho e foi contemplado com novas diretrizes. A morfologia urbana do bairro do Pacoval é delimitada pelo polígono que compreende a Av. Pedro Américo, Rua Santa Fé, Av. José Juca Mont'alverne, Rua Maximino dos Santos, Travessa do Pacoval, Av. Acre e Rua Leopoldo Machado (Figura 5).

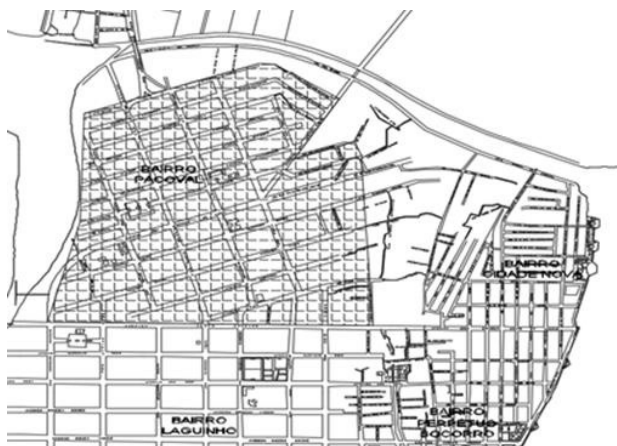


Figura 5 – Limites do bairro do Pacoval.

Fonte: Google Earth. Adaptado por Moraes.

Está localizado em três setores urbanos de acordo com a Lei do Uso e Ocupação do Solo do Município de Macapá – 2004 (Figura 6). São eles: Setor Residencial 5, Setor Especial 2 e Setor Misto 4. Cada setor apresenta diretrizes que se diferenciam.

O Setor Residencial 5 está inserido na Subzona de Fragilidade Ambiental prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, com as seguintes diretrizes específicas de incentivo à média densidade, ocupação horizontal, ao uso predominantemente residencial e o incentivo à implantação de atividades comerciais e de serviços de apoio à moradia com restrição às atividades que causem impactos ambientais ou incômodo à vizinhança. É nessa área que se



Figura 6 – Setorização urbana do bairro do Pacoval.

Fonte: Lei de uso e ocupação do solo da cidade de Macapá.

Adaptado por Moraes.

localizam as áreas de ressaca que ficam no limite do bairro do Pacoval com o bairro Cidade Nova.

O Setor Especial 2 está inserido na Subzona de Restrição à Ocupação, com as seguintes diretrizes específicas: uso e ocupação restritos àqueles admitidos pelo Plano Específico de Zoneamento de Ruído do Aeroporto Internacional de Macapá, incentivo à baixa densidade e à ocupação horizontal. Nesse setor está a área residencial e o comércio.

O Setor Misto 4 está inserido na Subzona de Ocupação Prioritária prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, com as seguintes diretrizes específicas: incentivo à alta densidade, estímulo à verticalização baixa, incentivo à implantação de atividades comerciais e de serviços compatibilizadas com o uso residencial e de atividades de comércio e de serviços especializados. Esse setor localiza-se no início do bairro do Pacoval, sendo uma extensão do bairro do Lagunho.

De acordo com o atual Plano Diretor de Macapá (2004), os parâmetros para ocupação do solo em relação a esses setores são de que os edifícios do Pacoval não podem exceder altura máxima de 14 metros, o que propõe que este bairro, diferente de alguns outros da área central de Macapá, tende a se manter horizontal ou em condições de verticalização baixa.

O bairro do Pacoval é citado no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá na Área de Interesse Comercial e na Área de Interesse Social, além de ser citado em Patrimônio Cultural e Paisagístico da cidade.

Em novembro de 1985, foi descoberto um sítio arqueológico no bairro do Pacoval no final da Rua Piauí, enquanto eram realizadas escavações para construção de uma residência do então prefeito de Macapá, Jonas Pinheiro Borges (1985). Foram encontradas urnas funerárias indígenas.

O Governo do Amapá interditou a área e comunicou o acontecimento à administração do Museu Paraense Emílio Goeldi, que providenciou a vinda de duas arqueólogas, que atuaram junto aos técnicos da Secretaria de Educação do Amapá. De acordo com o Plano Diretor de Macapá, o sítio arqueológico do Pacoval é Patrimônio Cultural e Paisagístico da cidade, porém pouco se discute sobre esse aspecto.

Também se encontra na Área de Interesse Social por apresentar a área de ressaca (Figuras 7 e 8). De acordo com Tostes (2022), na década de 1990 as áreas de ressaca Chico Dias, Sá Comprido e parte do Lago do Pacoval passam a ser intensamente ocupadas, principalmente pela população de baixa renda recém-chegada ao estado do Amapá, atraídas pelos investimentos do governo federal no setor da construção civil e

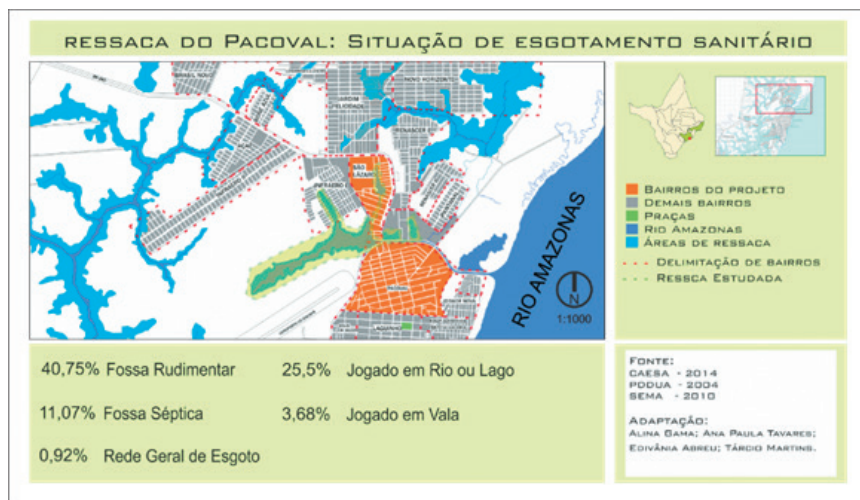


Figura 7 – Situação do esgotamento sanitário no bairro do Pacoval.

Fonte: Base Caesa; Elaboração: Abreu, Gama, Tavares, Martins.



Figura 8 – Lago do Pacoval. Alteração no ecossistema e invasão de moradias sem infraestrutura.

Fonte: <http://andreablogando.blogspot.com.br/>

pela atividade de garimpagem. Muitos não tinham perspectivas de trabalho e passavam a habitar as áreas periféricas de Macapá, tais como essas áreas de ressaca, pois se tratava de áreas com infraestrutura básica (Tostes, 2024).

A Rua Mato Grosso e a Rua Guanabara aparecem como Áreas de Interesse Comercial, que são as destinadas prioritariamente para o estímulo às atividades de comércio e serviço atendendo as diretrizes e normas da lei de uso do solo. As atividades econômicas desenvolvidas no bairro do Pacoval são compostas pela atividade comercial, varejista, educacional e de prestação de serviços; é quase imperceptível a presença de comércio informal na localidade.

O bairro caracteriza-se por concentrar, nas Ruas Guanabara e Mato Grosso, o setor comercial, onde estão localizadas várias lojas de materiais de construção, farmácias, posto de gasolina, escolas, faculdades, supermercados, distribuidoras de alimentos, entre outros. E nas ruas de menor movimento e nas avenidas concentram-se residências (Quadro 1).

A ORIGEM E FORMAÇÃO DOS BAIRROS DA CIDADE DE MACAPÁ

Quadro 1 – Níveis de atividades no bairro do Pacoval.

Tipo de atividade	Especificação	Tipo de atividade	Especificação
Farmácia	Pague menos	Panificadora	Carol
	Extra Farma		Caiçara
	Big Bem		Nossa Senhora de Nazaré
	Drogaria Vitória	Autopeças	Ribeiro autopeças
Material de construção	Chama Casa e Construção	Loja de Pneus	S.A.M Pneus
	Rivelino		S.A Pneus
	Construção e reforma	Correios	Depósito dos Correios
	Lobato	Igreja	Catedral da Fé
Clínica médica	Fraterna		Igreja Presbiteriana do Brasil Ebenezer
Consultório médico	Dr. Barbalho		Igreja Batista
Peixaria	Dom João		Universal
Loja de segurança	Help servisse	Loja rural	Purina
Supermercado	Maracá	Loja de motos	Braga Motos
Distribuidora	Nutriama		Sérgio Motos
	São Jorge	Bancos	Caixa Econômica
Posto de gasolina	2 postos da Petrobrás		Banco do Brasil
	Colonial	Casa de eventos	Titicos Parque
	Dallas		Eventus
	2 postos Ypiranga	Credora	Crefisa
Escola inclusiva	APAE	Comunicação Visual	Soma Comunicação Visual
Escola municipal	EMEI José Duarte de Azevedo	Faculdades	UNOPAR
Escola particular	UCRI		FAEL
	Escola Líder		

Elaboração: Autor, 2024.

No Pacoval, o fator principal que mudou a paisagem do lugar foram os investimentos nas duas vias principais do bairro, que foram transformadas em corredores comerciais, foram o crescimento da cidade para a zona norte e a implantação de dois grandes empreendimentos, a Nutriama e o Maracá. A partir desses empreendimentos instalaram-se diversos outros pontos comerciais.

O geógrafo Milton Santos analisa as transformações da paisagem urbana numa dinâmica funcional:

as mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Ao passarmos numa grande avenida, de dia ou à noite, contemplamos paisagens diferentes, graças ao seu movimento funcional. A rua, a praça, os logradouros funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano. Dentro da cidade e em razão da divisão territorial do trabalho, também há paisagens funcionalmente distintas. A sociedade urbana é uma, mas se dá segundo formas-lugares diferentes (Santos, 1994, p. 69).

No bairro do Pacoval a paisagem se modifica nos finais de semana e feriados, quando é possível perceber o maior movimento de pessoas que estão de passagem para ir para terrenos, municípios, balneários localizados para a zona norte. A Rua Guanabara tem um fluxo intenso por causa dessa dinâmica, apesar de ter uma grande variedade na área comercial e de serviços. É possível identificar que nos finais de semana o comércio que abre são os mercantis, distribuidoras de bebidas, panificadoras, açougues e ponto de venda de refeições.

De acordo com a percepção dos comerciantes, é unânime a visão de que eles atendem, na grande maioria, clientes que estão de passagem pelo Pacoval, por ser a principal via de acesso à Zona Norte, poucos são os clientes do bairro. Isso é uma das características do Pacoval, pois se configurou como ponto comercial que atende o fluxo de comércio nos fins de semana.

O bairro em várias partes do perímetro urbano tem pouca movimentação, não há grande circulação nas vias, com exceção da Rua Guanabara, onde o tráfego é intenso e por isso muitos pontos comerciais estavam funcionando. Nos fins de semana é grande o movimento nas distribuidoras de bebidas, restaurantes e mercantis. O motivo é o grande

número de famílias das áreas centrais e sul que se deslocam para outros municípios, terrenos particulares e balneários durante o final de semana e acabam fazendo as compras nesse perímetro, pois as pessoas já veem o Pacoval como local de parada para compras.

Com relação ao sistema educacional, o bairro dispõe de escolas de nível fundamental e médio. Duas são particulares, são elas: Escola Líder e UCRI; e duas são públicas, a EMEI José Duarte de Azevedo e a Escola Castro Alves. Também dispõe de duas instituições de ensino superior, a UNOPAR e a FAEL.

O bairro dispõe de estabelecimentos voltados para a assistência médica, como consultórios médicos e clínicas de exames e uma UBS – Unidade Básica de Saúde, que fica localizada na fronteira entre o bairro do Laginho e Pacoval.

No que se refere a equipamentos voltados para a segurança da população, o Pacoval dispõe do CIOPS. O bairro do Pacoval atualmente é considerado um bairro tranquilo, de acordo com os moradores, porém essa realidade é atual. Já foi considerado um dos bairros mais violentos e perigosos de Macapá, o que lhe rendeu o nome de “Pacobala”, alusão feita pela população em relação à periculosidade do local.

Não há dentro do bairro equipamentos públicos de lazer como praças, mas há a Quadra do Currú, localizada no final da Av. Paraíba. É um campo de areia que os moradores utilizam para jogar futebol nos fins de semana, porém o espaço está muito degradado (Figura 9), com muita vegetação e lixo no entorno, mostrando uma situação de abandono.



Figura 9 – Campo do Currú.
Fonte: Moraes.

O fato de não haver espaços públicos no bairro mostra a tendência atual das cidades, onde pouco são previstos esses espaços. É indiscutível a importância dos espaços públicos: estes desempenham diversas funções para a cidade como a recreação, “respiro” para o ambiente urbano densificado, identidade para o bairro, embelezamento do espaço urbano, possibilidade de interação e convívio social, eficiente sistema de infraestrutura de drenagem. Espaços públicos de sucesso valorizam o entorno e tornam o mercado imobiliário mais atrativo (Tostes, 2024).

O bairro do Pacoval faz parte da Zona Central de Macapá. Está na Unidade de Gestão Urbana II – Macapá Centro (Figura 10), que compreende os bairros Santa Inês, Beírol, Buritizal, do Trem, Nova Esperança, Santa Rita, Central, Laguinho, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Cidade Nova, Pacoval, Jesus de Nazaré e área do Aeroporto Internacional de Macapá.

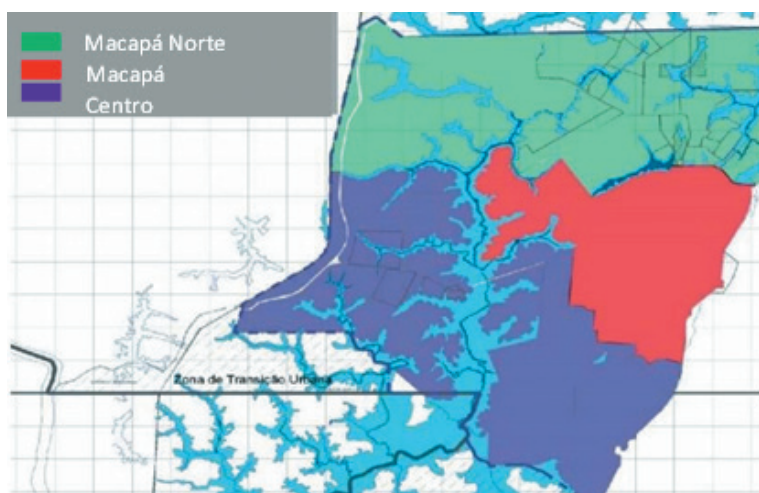


Figura 10 – Unidades de gestão urbana.

Fonte: Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá.

A VALORIZAÇÃO DO USO DO SOLO NO BAIRRO PACOVAL

Os agentes sociais que são os proprietários dos meios de produção (industriais, comerciantes etc.), promotores imobiliários, proprietários fundiários, o Estado e os diferentes grupos sociais exercem importante papel na produção do espaço urbano. Suas ações têm origem com a acumulação do capital, com as necessidades de reprodução das relações de produção e com os conflitos de classe, obtendo como produto a incorporação de novas áreas no espaço urbano, a densificação do uso do solo, a deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Esses propósitos se concretizam através da posse e do controle de uso da terra urbana. Os proprietários dos meios de produção modelam a cidade produzindo seu próprio espaço e interferindo na localização de outros usos da terra. Os proprietários fundiários são os donos da terra que agora tem valor de troca e não de uso. Exercem pressão junto ao Estado interferindo nas leis de uso e zoneamento do solo (Figura 11).



Figura 11 – Empreendimentos comerciais nas principais vias do bairro Pacoval.

Fonte: Autor, 2024.

De acordo com Santos (1994), em um sistema capitalista como o brasileiro, as lógicas econômicas são baseadas na acumulação de capital e na obtenção do lucro. Há uma tendência para transformar valores em mercadoria, cuja circulação garanta a reprodução do capital. Nesse sentido, é através do mercado de espaços urbanos que se evidenciam as relações de produção, venda e ocupação do solo, podendo, através de sua análise, entender-se sua lógica de produção. (apud Tardin, 2008, p. 13).

De acordo com Santos (1994), em um sistema capitalista como o brasileiro, as lógicas econômicas são baseadas na acumulação de capital e na obtenção do lucro. Há uma tendência para transformar valores em mercadoria, cuja circulação garanta a reprodução do capital. Nesse sentido, é através do mercado de espaços urbanos que se evidenciam as relações de produção, venda e ocupação do solo, podendo, através de sua análise, entender-se sua lógica de produção. (apud Tardin, 2008, p. 13).

A periferia urbana é submetida ao processo de transformação do espaço urbano. O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) esclarece sobre o quadro encontrado com frequência em nossas cidades, o comportamento, histórico e habitual, dos proprietários de imóveis urbanos ou de empresários imobiliários causa nocivos rebatimentos no tecido urbano e onera a administração pública. Estes proprietários retêm áreas, como reserva especulativa, aguardando a crescente valorização da propriedade e se beneficiam diretamente com a implantação de infraestrutura básica e instalação de equipamentos urbanos em seu entorno imediato.

O Estado também tem um importante papel na produção do espaço urbano. O Estado tem como sua responsabilidade a implantação de serviços públicos, elaboração de leis do uso do solo, zoneamento, código de obras. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade, visando condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações.

Os diferentes grupos sociais também exercem papel importante na produção do espaço urbano. Numa sociedade de diferentes classes, a habitação é um problema, já que somente pequena parcela da população tem acesso. Os grupos sociais excluídos passam então a morar em habitações degradadas, autoconstrução (loteamentos periféricos), con-

juntos habitacionais (Estado), áreas de ressaca, tudo isso sem nenhum planejamento.

A observação e a análise das transformações recentes no bairro do Pacoval permitem constatar que a infraestrutura (água, pavimentação, energia), serviços urbanos (creches, escolas, grandes equipamentos urbanos), as melhorias realizadas nas condições de acessibilidade (abertura de vias, pavimentação, sistema de transporte) e a localização do bairro levaram ao encarecimento dos lotes e isso teve como consequência a baixa legalização de lotes.

De acordo com dados da empresa Foto Terra, empresa contratada pela Prefeitura de Macapá para a legalização dos lotes da cidade, o bairro do Pacoval é um dos bairros com menor índice de lotes legalizados. Apresenta cerca de 1.400 lotes, dos quais somente 219 são lotes legalizados (Figura 12). Desses, 170 foram legalizados pela Foto Terra, 26 pela prefeitura e 23 estavam em processo de legalização até o ano de 2017.



Figura 12 – Legalização dos lotes de terra no bairro do Pacoval.

Fonte: PMM. Adaptação Autor, 2024.

Isso é decorrente das características que o Pacoval apresenta. O bairro possui lotes com grandes dimensões, pois inicialmente foi pensado como um espaço que seria uma espécie de respiro verde de ar para a cidade, porém com o crescimento acelerado da cidade perderam-se essas características. Porém os lotes ainda permanecem com grandes dimensões e isso encarece o valor do título, além de ser um bairro localizado na Zona Central de Macapá, ser um corredor de tráfego intenso, ter sido munido de infraestrutura aguardando a crescente valorização da propriedade e se beneficiar diretamente com a implantação de infraestrutura básica e instalação de equipamentos urbanos em seu entorno imediato.

O Estado também tem um importante papel na produção do espaço urbano, tem como responsabilidade a implantação de serviços públicos, elaboração de leis do uso de solo, zoneamento, código de obras. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade, visando condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais e suas frações.

Os diferentes grupos sociais também exercem papel importante na produção do espaço urbano. Numa sociedade de diferentes classes, a habitação é um problema, já que somente pequena parcela da população tem acesso. Os grupos sociais excluídos passam então a morar em habitações degradadas, a autoconstrução (loteamentos periféricos), conjuntos habitacionais (Estado), áreas de ressaca, tudo isso sem nenhum planejamento.

A observação e a análise das transformações recentes no bairro do Pacoval permitem constatar que a infraestrutura (água, pavimentação, energia), serviços urbanos (creches, escolas, grandes equipamentos urbanos) e às melhorias realizadas nas condições de acessibilidade (abertura de vias, pavimentação, sistema de transporte) e a localização do bairro levaram ao encarecimento dos terrenos e isso tem como consequência, uma delas, a baixa legalização de lotes.

O bairro do Pacoval é também um bairro estratégico em relação à mobilidade urbana, pois três de suas vias, Rua Guanabara, Rua Mato Grosso e Avenida Maximiano Santos, são vias que ligam a zona norte à zona sul e central. Isso explica o fato de o setor comercial se concentrar

nessas duas vias. Portanto, é evidente que o bairro do Pacoval exerce importante função no contexto da cidade.

Analisando-se o bairro do Pacoval identificaram-se diferentes problemas. Embora ele não apresente condições degradantes de vida, pelo contrário, existe infraestrutura bem definida e é regulamentado e legitimado pelo município, o aquecimento do setor imobiliário nos últimos anos tem imposto transformações no bairro, alterando sua paisagem e sua dinâmica e colocando em movimento um processo de deterioração desse espaço.

A partir dessa análise é possível tecer ao menos duas considerações. A primeira volta-se para a rápida valorização do espaço no bairro e, conseqüentemente, de seus imóveis.

A segunda consideração vincula a estruturação do espaço aos interesses econômicos em sua reprodução. As estratégias adotadas desenvolvem um espaço onde os problemas se acumulam e criam condições pouco favoráveis ao convívio social e à qualidade de vida, pois não dispõem de espaços públicos de vivência, o que influenciará diretamente na reprodução social.

A terceira consideração é em relação aos lotes dos bairros. Por serem de grandes dimensões estão passando pelo processo de desmembramento de terreno em lotes reduzidos e pequenas construções, auto-construções, terrenos baldios, construções inacabadas e os terrenos nas vias de maior tráfego. Por causa da especulação imobiliária estão sendo utilizados para a área comercial em detrimento da residencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro do Pacoval ao longo de 60 anos teve profundas transformações na paisagem urbana do lugar. Cumpriu no passado a formação da rede de expansão prevista pelo Governo do Território Federal do Amapá, na época em pleno processo de desenvolvimento da capital por conta dos investimentos públicos que estavam sendo realizados nos mais diversos setores. O mercado da construção civil esteve bem dinâmico de meados da década de 1940 até 1970, quando se consolidaram uma

série de investimentos em edificações públicas, conjuntos habitacionais pequenos e a abertura de novos loteamentos promovidos para atender a demanda social naquele momento.

O bairro do Pacoval é o primeiro bairro na direção do setor norte que foi implantado, criou um elo com os bairros implantados posteriormente, pois a partir da década de 1990 muitos foram criados, hoje alcançam mais de 30. Com a abertura recente da rodovia norte sul ocorreu a distribuição maior do tráfego de veículos vindos da zona norte e dos pontos mais equidistantes, pois toda circulação intensa de veículos ocorria diariamente pelos corredores do bairro do Pacoval. Esse fato gerou uma nova dinâmica, a implantação de um novo corredor comercial nas vias Mato Grosso e Guanabara. Isso faz com que quando se percebe a paisagem do bairro, seja dividido em duas partes: a primeira dos corredores comerciais e a segunda do ambiente mais intraurbano com uma paisagem que lembra o caráter interiorano de cidades menores na Amazônia.

O Pacoval teve o privilégio de ter no seu perímetro a implantação de lotes com dimensões acima da média do padrão normal 20 x 50 , todavia, lamentavelmente, mais de 90% desses lotes não existem mais, a grande maioria foi subdividida, foram construídos edifícios com verticalização baixa, construção de vilas de casas ou foi aproveitada para a formação de áreas de depósitos por empresas que se instalaram no bairro.

A paisagem urbana do bairro ainda apresenta fragilidades de infraestrutura, reduzida densidade de arborização, calçadas, níveis de acessibilidade zero e pouca mobilidade urbana. Também não há espaços públicos como praças e locais de encontros civis. Esse fato chama atenção, pois esse bairro, mesmo 60 anos depois, apresenta configuração morfológica semelhante aos bairros implantados nos últimos 20 anos na cidade de Macapá.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, A. B., FERREIRA, J. F. C., & FREITAS, J. S. (2024). **Mosaico da desigualdade social intraurbana de Macapá – Amapá (2000-2010)**. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.16, e20230168.
- BRASIL, **Estatuto da Cidade** – guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília, 2002.
- CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CASTELLS, M. **A questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COLLOT, M. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v.20, n. 39. 1990.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004.
- CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2018. 197 p.
- FERRARA, L. D. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 1993.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano diretor de desenvolvimento urbano**. GRUMBILF DO BRASIL. **Plano diretor de desenvolvimento urbano**. PDDU. Governo do Território Federal do Amapá/CEA. Macapá, 1959.
- HARDT, L. P. A. 2000. **Subsídios à gestão da qualidade da paisagem urbana: aplicação a Curitiba, Paraná**. 323f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.
- H.J. COLE & ASSOCIADOS. **Plano diretor de desenvolvimento urbano**. PDDU. Prefeitura Municipal de Macapá, Macapá, 1977.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 145 p.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 2006. 215 p.
- MACAPÁ, Prefeitura Municipal de. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**, 2004.
- PDDU. **Governo do Território Federal do Amapá**. Macapá, 1973.

- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fonte, 1995.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1994.
- TARDIM, Raquel. **Espaços livres: sistema e projeto territorial**. – Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.
- TOSTES, J. A. **Planos diretores no estado do Amapá**: Uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá: Tostes, 2006.
- _____. **Macapá nem antes ou depois**. Editora Uniedusul. Maringá, 2022.
- TUAN. Y. F. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.
- ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BAIRRO BEIROL EM PERSPECTIVA: HISTÓRIA, PLANEJAMENTO URBANO E DESAFIOS PARA O FUTURO

Tiago Idelfonso e Silva Pedrada¹

José Alberto Tostes²

INTRODUÇÃO

Este artigo busca explorar a história e o desenvolvimento do bairro Beiril, localizado em Macapá, com foco em suas origens, características culturais e infraestrutura. Fundado em 1950, o Beiril é um dos bairros mais antigos da capital amapaense e carrega uma trajetória marcada por intervenções históricas e transformações urbanas. Para compreender sua evolução, foram utilizados dados provenientes de fontes históricas, como relatórios municipais e estudos acadêmicos, além de levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e observações realizadas no local no período de outubro e novembro de 2024 para buscar entender as perspectivas sociais de construção do espaço.

1 Mestre em Desenvolvimento Regional. Docente do Instituto Federal do Amapá. E-mail: tiago.pedrada@ifap.edu.br

2 Doutor em História e Teoria da Arquitetura ISA/Cuba. Professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e do mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. E-mail: tostes.j@unifap.br

Os elementos analisados – Canal do Beírol, CESEIN e torres da Embratel – foram selecionados por sua relevância histórica e funcional, representando marcos estruturais que moldaram o bairro. A análise qualitativa baseou-se em várias teorias, mas para conectar aspectos históricos e urbanos às dinâmicas de planejamento e inclusão social usaram-se as teorias de Lewis Mumford (1998) e Milton Santos (2008), que oferecem um embasamento teórico robusto sobre os temas. Assim, este trabalho visa não apenas descrever o Beírol, mas também articular sua trajetória às discussões teóricas sobre planejamento urbano e sustentabilidade, destacando seu papel no desenvolvimento de Macapá.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BAIRRO BEIROL: CRIAÇÃO E PRIMEIROS INVESTIMENTOS

A história aponta que a expansão populacional de Macapá e o surgimento de novos bairros ocorreram gradativamente ao longo dos 258 anos de sua história, intensificando-se após dois cenários importantes para a região: a criação do Território Federal do Amapá (TFA) e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Dois marcos importantes e até hoje lembrados pelas comunidades que cresceram no Amapá (Tostes, 2013).

Com relação a origem e formação do bairro Beírol, localizado em Macapá e, outrora, também denominado “bairro das comunicações”, por ter as primeiras antenas parabólicas da Empresa Brasileira de Telecomunicação (Embratel) instaladas na sua região (Figura 1), a história amapaense o reconhece como um dos núcleos urbanos mais antigos da capital, integrando diversas infraestruturas fundamentais em seus primeiros anos de formação, demonstrando, desse modo, sua relevância no contexto do desenvolvimento de Macapá. Atualmente, no terreno da Embratel (Figura 2), encontra-se o prédio da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) (Tostes, 2013; Rodrigues, 2016).

Segundo Figueira et al. (2024), além da importância do bairro para Macapá, citada por Tostes (2013) e Rodrigues (2016), no final da década de 50 o bairro passou a contribuir para o crescimento da região quando

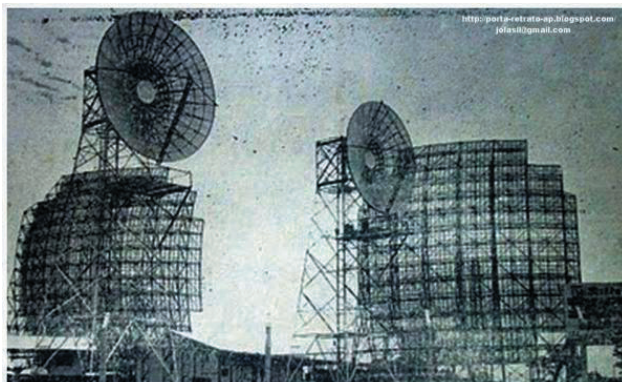


Figura 1 – Antenas da Embratel, bairro Beirilândia, 1970.

Fonte: Rocha, 2016.



Figura 2 – Prédio da ANATEL, bairro Beirilândia, 2024.

Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.



Figura 3 – Prédio do CESEIN.

Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.

algumas infraestruturas, essenciais para a manutenção da ordem do Território, começaram a se instalar no bairro, influenciando também o crescimento populacional. Sobre isso, tem-se a construção do primeiro Núcleo Penal (1959), onde, atualmente, funciona o Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Masculina (CESEIN) (Figura 3).

Outro significativo marco de infraestrutura inaugurado no bairro foi a construção da primeira Estação de Tratamento de Água (ETA), abastecida pela estação de captação localizada às margens do Rio Amazonas, no bairro Santa Inês (Nascimento; Santos, 2023). Até hoje a estação continua em operação (Figura 4), abastecendo todo o entorno do bairro. As obras de construção da ETA fizeram com que suas intermediações tivessem um investimento especial para valorizar aquele espaço (Figura 5).

Sobre a origem do nome do bairro, Rodrigues (2016) relata que a denominação de 'Beirol' está relacionado ao antigo paredão que ali existia, remetendo à artilharia da Fortaleza de São José de Macapá, que usava do paredão para fazer prática de tiro ao alvo. Sobre seus habitantes, a maioria que se distribuiu no bairro na década de 1950 era oriunda das ilhas do Pará.

Atraídas pelas oportunidades de emprego na Indústria de Comércio e Minério S.A (ICOMI) e pelo comércio impulsionado pelo TFA e AL-CMS, muitas famílias migraram para Macapá e formaram aglomerados urbanos no bairro Beirol (Figueira *et al.*, 2024). Hoje, seus descendentes ainda ocupam alguns desses espaços, incluindo o Conjunto Habitacional Mucajá, construído pelo Governo Federal para melhorar as condições de moradia. As Figuras 6 e 7 mostram o conjunto habitacional atual (IBGE, 2010).

Então, analisando as características histórias e a relevância das obras essenciais para a manutenção do desenvolvimento e controle do crescimento da cidade de Macapá, descritas e analisadas por Tostes (2013), Rodrigues (2016) e Nascimento e Santos (2023) é possível mensurar, já de forma qualitativa, a origem e evolução do bairro ao longo das últimas décadas. Esses eventos contribuíram para a expansão e consolidação do Beirol como uma área importante de Macapá.

A linha do tempo (Quadro 1), destaca os eventos mais relevantes na formação e evolução do bairro Beirol, evidenciando momentos que



Figura 4 – Atual Estação de Tratamento de Água (ETA).

Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.



Figura 5 – Paisagem e escola ao redor da ETA.

Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.

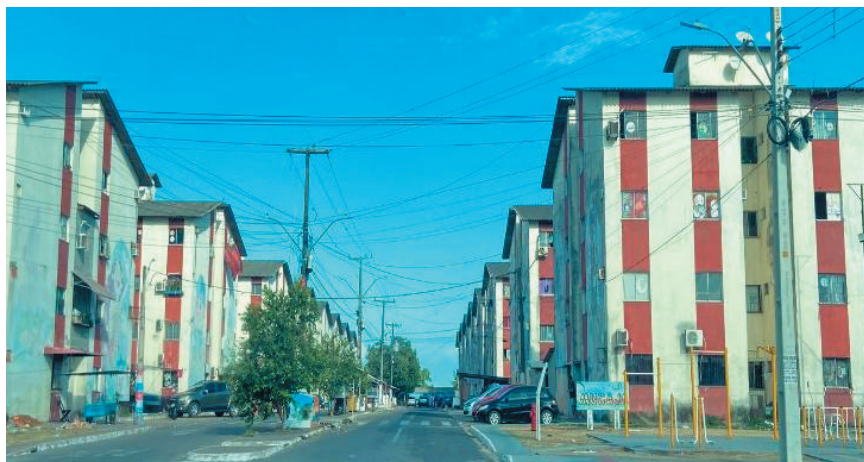


Figura 6 – Conjunto Habitacional Mucajá.
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.



Figura 7 – Conjunto Habitacional Mucajá
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.

marcaram sua história. Desde a construção do primeiro presídio, em 1949, até intervenções mais recentes, como a revitalização do Canal do Beírol, a cronologia permite compreender como o bairro se transformou ao longo das décadas. Esses eventos demonstram a importância do Beírol como parte integrante do desenvolvimento urbano de Macapá, conectando elementos históricos e sociais que moldaram sua identidade.

Quadro 1: Linha do Tempo de eventos marcantes na formação do bairro Beírol

Ano	Evento
1949	Construção do primeiro presídio (CESEIN)
1950	Oficialização do bairro Beírol
1970	Instalação das torres da Embratel
1980	Construção do Canal do Beírol
2020	Revitalizações das passarelas e intervenções no canal

Fonte: MOREIRA et al. (2013), NASCIMENTO; SANTOS (2023) e informações extraídas do portal da Prefeitura de Macapá (MACAPÁ, 2018; MACAPÁ, 2022). Elaboração: Tiago Pedrada, 2024.

Dessa maneira, enxerga-se que o crescimento do Beírol reflete as dinâmicas de expansão urbana descritas por Santos (2008). Esse processo é semelhante ao observado em outros bairros históricos da Amazônia, como o Laguinho, também em Macapá, onde a ocupação espontânea e as intervenções públicas contribuíram para a formação de espaços urbanos resilientes. No Beírol, a presença de elementos culturais e históricos reforça essa integração entre espaço e identidade local.

RELAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E O BAIRRO BEÍROL

O planejamento urbano desempenha um papel crucial na configuração de espaços urbanos. Santos (2008) descreve o espaço como um sistema de objetos e ações, no qual infraestrutura e práticas sociais se

inter-relacionam. Como se observa, no bairro Beírol, elementos como o Canal do Beírol, o CESEIN e as torres da Embratel refletem a evolução desse espaço. Essas intervenções marcaram períodos importantes de transformação urbana, promovendo funcionalidade, mas evidenciando desafios relacionados à segregação e inclusão.

Por outro lado, Mumford (1998) enfatiza a cidade como um organismo vivo, adaptando-se às necessidades de seus habitantes. O Beírol exemplifica essa dinâmica ao se transformar de uma área habitacional para um ponto estratégico, com infraestrutura relevante e funções simbólicas. Apesar disso, a falta de planejamento de longo prazo contribuiu para as desigualdades no acesso a serviços, reforçando a necessidade de políticas urbanas inclusivas, como se observa em dias atuais.

Dentro dessas circunstâncias, o planejamento urbano no Beírol também deve ser analisado sob a perspectiva das transformações espaciais decorrentes das ações comunitárias. Conforme Santos (2008), o espaço urbano não é apenas produzido pelo poder público, mas também transformado pela interação cotidiana de seus habitantes. No caso do Beírol, a arborização promovida pelos moradores ao longo do canal e em outros pontos do bairro demonstra a capacidade de adaptação e resiliência da comunidade frente à ausência de políticas urbanas abrangentes. Essa interação entre a população e o espaço reforça a identidade cultural do bairro e sua função como área de convivência.

Além disso, Mumford (1998) destaca que o planejamento urbano deve promover equilíbrio entre funções econômicas, sociais e culturais das cidades. No Beírol, a presença de elementos históricos, como o CESEIN e as torres da Embratel, combinados à infraestrutura atual, revela uma coexistência simbólica entre o passado e o presente. Essa perspectiva permite compreender como bairros históricos podem integrar suas características ao planejamento urbano contemporâneo, servindo tanto como espaços funcionais quanto como patrimônios vivos que refletem a trajetória da cidade de Macapá.

Dessa maneira, percebe-se então que a aplicação prática das teorias de Milton Santos (2008) e Lewis Mumford (1998) no contexto do bairro Beírol revela o impacto direto das transformações urbanas sobre a comunidade local. As revitalizações recentes no Canal do Beírol exemplificam

a interação entre infraestrutura funcional e demandas sociais. A inclusão de passarelas e contenções ao longo do canal reflete um esforço de planejamento para atender tanto às necessidades práticas de mobilidade quanto à valorização do espaço urbano, alinhando-se aos princípios de equilíbrio funcional e estético defendidos por Mumford. No entanto, a continuidade dessas intervenções é essencial para evitar que o bairro volte a enfrentar problemas históricos, como alagamentos e isolamento social.

IDENTIDADE CULTURAL E HISTÓRICA DO BAIRRO

O bairro Beírol apresenta características culturais que refletem sua relevância histórica, especialmente enquanto “bairro das comunicações”. Além disso, verifica-se a influência da Fortaleza de São José de Macapá, cujos elementos militares contribuíram para a própria denominação do bairro (Sousa, 2017). Ademais, a Paróquia São Pedro Apóstolo (Figura 8), localizada em uma de suas principais vias, destaca-se como um ponto de convergência religiosa atraindo fiéis locais e de outros bairros.



Figura 8 – Paróquia São Pedro Apóstolo.
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.

A interação entre cultura e espaço urbano no Beiril é evidente nos marcos históricos, como a Paróquia São Pedro e as torres da Embratel. Segundo Mumford (1998), a coexistência de funções sociais e simbólicas é essencial para fortalecer a coesão comunitária. Esses elementos não apenas servem como referências geográficas, mas também como catalisadores da memória coletiva do bairro.

ELEMENTOS NATURAIS E URBANOS

Os elementos naturais encontrados no bairro ajudam a cidade a manter sua estrutura organizada. A exemplo, tem-se o “Canal do Beiril”, responsável por fazer a drenagem e controle das águas pluviais que caem sob a capital. O canal não apenas enfrenta problemas de assoreamento, mas também é ponto de acúmulo de resíduos que acabam obstruindo as galerias onde as águas deveriam passar (Moreira *et al.*, 2013). As Figuras 9 e 10 ilustram a estrutura atual (2024) do canal.

Em virtude de suas características, o canal representa uma zona de interação entre o ambiente urbano e os recursos naturais, evidenciando uma convivência da população com a infraestrutura local e os elementos naturais (Moreira *et al.*, 2013). Nas regiões mais extremas do canal, esse cenário é mais evidente, pois, ainda há pontes e passarelas destinadas à mobilidade dos moradores que ali residem, embora algumas estruturas estejam deterioradas e precisem de manutenção, o que corrobora, até hoje com Sousa (2017).

A IMPORTÂNCIA DO CANAL DO BEIRIL NO PLANEJAMENTO URBANO E NA QUALIDADE DE VIDA

O Canal do Beiril, construído na década de 1980, foi idealizado como uma solução para os problemas de drenagem urbana que afetavam o bairro, especialmente durante o período chuvoso. Sua principal função era garantir o escoamento das águas pluviais, prevenindo alagamentos



Figura 9 – Trecho do Canal do Beiol.
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.

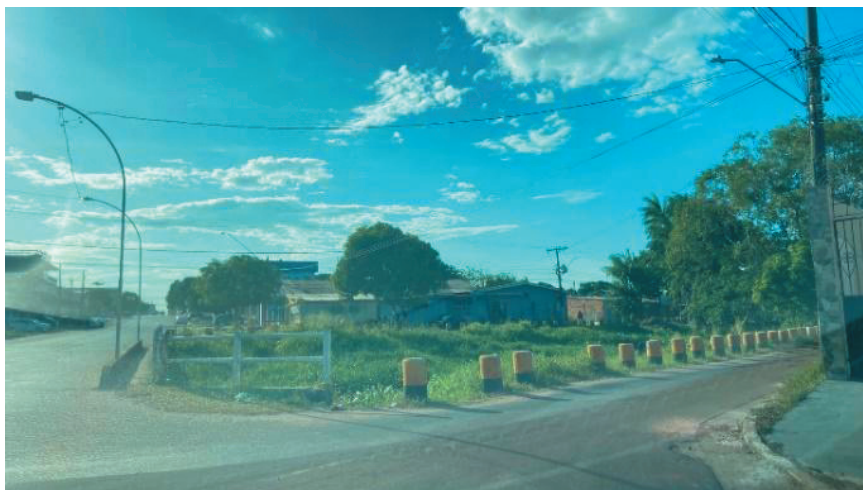


Figura 10 – Canal do Beiol com Av. 13 de Setembro.
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.

que impactavam diretamente a infraestrutura e a qualidade de vida dos moradores.

Conforme Mumford (1998), a funcionalidade das cidades depende de sistemas que conectem as necessidades humanas às soluções tecnológicas e ambientais. O canal, com seus atuais 5 km (aproximados), assumiu um papel estratégico ao integrar o planejamento hidrológico ao contexto urbano do Beirol, mas sua relevância vai além de sua função prática (Figura 11).

Nesse sentido, Santos (2008) argumenta que a infraestrutura urbana reflete as dinâmicas sociais e econômicas de um espaço, atuando como um elemento que conecta os habitantes ao meio urbano. No caso do Beirol, o canal tornou-se um marco visual e funcional, moldando não apenas a paisagem física, mas também a organização social do bairro.

Apesar disso, o que se nota hoje é que a ausência de políticas públicas consistentes para sua manutenção resultou em desafios como o assoreamento e o descarte irregular de resíduos (Figura 12). Essas condições não apenas comprometem a funcionalidade do canal, mas também afetam diretamente os moradores, especialmente aqueles que vivem próximos às áreas mais degradadas, aumentando a vulnerabilidade social e ambiental.

Além de sua função de drenagem, o canal também contribui para a mobilidade urbana no bairro. As passarelas e pontes que atravessam o canal conectam diferentes áreas do Beirol, facilitando o deslocamento de pedestres e veículos. No entanto, a deterioração de algumas dessas estruturas representa um risco à segurança dos moradores, demonstrando a urgência de intervenções voltadas à revitalização.

Conforme discutido por Moreira *et al.* (2013), a infraestrutura de bairros periféricos como o Beirol precisa de atenção constante para evitar que esses espaços se tornem cada vez mais marginalizados no contexto urbano. Sendo assim, a revitalização das passarelas (Figura 13), por exemplo, pode não apenas melhorar a mobilidade, mas também valorizar o entorno e promover o senso de pertencimento.

A arborização ao longo do canal é outro elemento relevante que reforça a conexão entre planejamento urbano e qualidade de vida. As árvores, plantadas em grande parte pelos próprios moradores, criam



Figura 11 – Serviços de limpeza ao redor do Canal.
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.



Figura 12 – Drenagem do Canal do Beírol.
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.



Figura 13 – Revitalização de passarelas no Canal do Beírol.
Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá, 2018.

microclimas mais agradáveis, contribuem para a mitigação do impacto das enchentes e tornam o espaço visualmente mais acolhedor. Esse tipo de intervenção espontânea reforça o papel da comunidade na transformação do espaço urbano, alinhando-se à visão de Santos (2008) sobre a interação entre população e território. Além disso, a presença de áreas arborizadas ao longo do canal pode ser explorada para fins de lazer e convivência, transformando uma infraestrutura funcional em um ponto de encontro comunitário.

Por fim, analisando as colocações teóricas, entende-se que o Canal do Beírol ilustra a importância de integrar planejamento e sustentabilidade no desenvolvimento urbano de bairros históricos. Sua revitalização, incluindo ações voltadas para a manutenção e a criação de áreas verdes, pode transformar essa infraestrutura em um ativo estratégico para o bairro, pois o planejamento urbano eficiente deve equilibrar funcionalidade, estética e convivência, e o canal apresenta o potencial para atender a essas dimensões (Mumford, 1998). O investimento em sua recuperação pode não apenas resolver problemas estruturais, mas também contribuir para fortalecer a identidade do bairro, promovendo inclusão social e valorização do espaço urbano.

ARBORIZAÇÃO E PAISAGISMO

A arborização e o paisagismo pensados para o bairro, são ricos em árvores frutíferas e ajudam a amenizar as elevadas temperaturas da capital (Figuras 14 e 15). Sobre isso, além das árvores frutíferas plantadas por moradores, há uma proposta de paisagismo que sugere a criação de microclimas com árvores típicas da região, enriquecendo o ambiente com florações variadas ao longo do ano. Esse plano visa uma arborização funcional, que contribua para o bem-estar urbano, especialmente para a criação de áreas sombreadas e a recuperação da flora local (Tostes, 2013).

De acordo com os argumentos levantados por Tostes (2013), Moreira et al (2013) e Sousa (2017), as características culturais da paisagem urbana do bairro Beírol até hoje refletem a interação entre o crescimento da infraestrutura e a manutenção de sua paisagem, marcados pela adaptação



Figura 14 – Arborização Rua Jovino Dinoá (1).
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.



Figura 15 – Arborização Rua Jovino Dinoá (2).
Fonte: Acervo Tiago Pedrada, 2024.

funcional e pelo simbolismo cultural da região. Logo, o Canal do Beírol, enquanto canal de drenagem urbana, além de auxiliar na mitigação de enchentes, ilustra também os desafios de preservação que impactam o bem-estar da população que reside no bairro.

De outra forma, no campo da identidade cultural e histórica, o bairro também tem se destacado historicamente por ter tido as primeiras antenas parabólicas do antigo território. Além disso, a presença do prédio da paróquia São Pedro Apóstolo representa um fator religioso importante para a região, por fomentar a convivência comunitária. E, somando esses cenários ao cultivo de árvores frutíferas, esses elementos configuram o bairro como um espaço dinâmico e coeso, onde a infraestrutura e a cultura local coexistem em prol da identidade e desenvolvimento urbano.

ANÁLISE DE INFRAESTRUTURA E OCUPAÇÃO DO SOLO

A infraestrutura e a ocupação do solo são aspectos essenciais para avaliar o desenvolvimento do bairro Beírol ao longo das décadas (Figueira *et al.*, 2024). Predominantemente residencial, o bairro possui alguns elementos públicos e privados, mas enfrenta limitações. Não há hospitais de alta complexidade; os serviços de saúde são oferecidos por uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada na principal via, que atende o bairro e regiões vizinhas, embora com capacidade limitada (Figura 16).

Na educação, o bairro conta com algumas escolas de ensino fundamental (Figura 17) e médio (Figura 18), mas os estudantes, em muitos casos, precisam se deslocar para outras partes da cidade para acessar instituições de ensino técnico e superior, demonstrando uma carência na oferta educacional local. Mas essa situação também é vivida por outros bairros antigos da capital.

Para dar apoio a essas redes de manutenção do bairro, entende-se que as vias de transporte são outro aspecto essencial, como as Avenidas 13 de Setembro, Pedro Lazarino e a Rua Leopoldo Machado, conectando o Beírol a outros bairros de Macapá. Entretanto, algumas avenidas mais internas continuam com pavimentação ruim, especialmente nas proximidades do Canal do Beírol, o que pode agravar as condições de



Figura 16 – Unidade Básica de Saúde.
Fonte: Amapá Digital, 2023.



Figura 17 – Escola Municipal Tia Madalena.
Fonte: Rocha, 2023.



Figura 18 – Escola Estadual Zolito Nunes.
Fonte: Governo do Estado do Amapá, 2023.

tráfego, principalmente durante o período de chuvas, e facilita o asso-
reamento do canal. A insuficiência de calçadas, também nas avenidas
internas, somada a algumas vias sem iluminação e sinalização, pode
comprometer a mobilidade e a segurança dos pedestres.

O Quadro 2 reúne as principais obras de infraestrutura realizadas no
bairro Beírol, organizadas por ano. Ele apresenta intervenções significa-
tivas, como a recuperação das passarelas do Canal do Beírol em 2018 e
a instalação de tubos de concreto para contenção em 2022. Essas obras
refletem os esforços de melhoria no bairro, tanto em termos de mobili-
dade quanto de segurança hídrica. No entanto, também evidenciam os
desafios enfrentados, como a necessidade de manutenção contínua e de
intervenções mais abrangentes. O quadro fornece uma visão clara sobre
o impacto dessas obras no cotidiano dos moradores e no planejamento
urbano do bairro.

Quadro 2 – Principais Intervenções de Infraestrutura

Ano	Obra
2018	Recuperação das passarelas do Canal do Beírol
2020	Estudos para melhorias no Canal do Beírol
2022	Instalação de tubos de concreto no Canal do Beírol
2022	Construção de ponte sobre o Canal do Beírol

Fonte: Relatórios da Prefeitura de Macapá (2018; 2022) e estudos de
Moreira et al. (2013). Elaboração: Tiago Pedrada, 2024.

As obras listadas refletem os avanços na infraestrutura local, incluín-
do melhorias na drenagem urbana e na mobilidade. Intervenções como
a instalação de tubos de concreto no Canal do Beírol mostram esforços
para mitigar alagamentos, enquanto a recuperação de passarelas busca
garantir maior segurança e acessibilidade aos moradores.

Além disso, nota-se também que a segregação socioespacial é uma
questão recorrente em bairros periféricos, e no Beírol isso se manifesta
na desigualdade de acesso a serviços. Como argumenta Santos (2008),
a integração espacial deve ser um objetivo central do planejamento

urbano. A revitalização das vias e a melhoria do Canal do Beírol são exemplos de como intervenções pontuais podem reduzir disparidades e promover maior inclusão social.

PADRÕES DE OCUPAÇÃO DO SOLO E EXPANSÃO URBANA

A ocupação do solo no bairro Beírol reflete o crescimento urbano de Macapá e a adaptação às suas condições naturais. Como visto anteriormente, o bairro foi oficializado em 1950, integrando-se ao processo de expansão da cidade, especialmente durante as décadas de 1980 e 1990. Nesse período, o Beírol consolidou-se como um bairro predominantemente residencial, com poucas áreas destinadas a atividades comerciais e escassez de áreas de lazer e espaços públicos (Tostes, 2014).

Além disso, a ausência de um planejamento adequado para o uso do solo contribuiu para uma ocupação desordenada e irregular, especialmente nas áreas próximas ao canal, que, em alguns trechos, sofreram aterramento, impactando negativamente o fluxo natural de águas pluviais e aumentando o risco de enchentes (Tostes, 2006).

A expansão urbana na região sul de Macapá, onde o bairro está localizado, foi intensificada pela criação de novos núcleos habitacionais e conjuntos habitacionais próximos, como o Conjunto Mucajá. Esse processo resultou em uma sobrecarga nos serviços básicos do bairro e na valorização de vias de acesso, como a rua Leopoldo Machado, que conecta o Beírol a outras partes da cidade (Rodrigues, 2016).

Sendo assim, analisando as assertivas propostas por Tostes (2006), Tostes (2014) e Rodrigues (2016), acredita-se que o padrão de ocupação residencial e a falta de infraestrutura adequada para atividades comerciais fazem com que o bairro seja muitas vezes considerado um local de passagem, em vez de um centro ativo de comércio ou lazer, limitando as oportunidades de desenvolvimento urbano integrado. Esse argumento corrobora com as assertivas propostas por Sousa (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da história e do desenvolvimento do bairro Beiril em Macapá revela um espaço que, ao longo das décadas, se consolidou como uma importante área residencial e cultural da cidade. Desde suas origens como “bairro das comunicações” até sua função atual, o Beiril testemunhou uma série de transformações que refletem o próprio crescimento de Macapá. Os investimentos em infraestrutura, como o Canal do Beiril e a primeira Estação de Tratamento de Água, marcaram momentos cruciais na estruturação do bairro, ao passo que a formação de um núcleo habitacional e o estabelecimento de espaços de convivência, como a Paróquia São Pedro Apóstolo, reforçam seu papel como ponto de convergência comunitária.

A ocupação do solo no Beiril, majoritariamente residencial, convive com desafios significativos de infraestrutura e manutenção. A falta de áreas públicas de lazer, o esgotamento de espaços naturais e a necessidade de melhorias nas vias e serviços básicos revelam questões urgentes para o planejamento urbano. Portanto, é essencial que a gestão pública atente para um plano de revitalização que considere tanto a preservação dos aspectos culturais quanto a inclusão de serviços adequados para a população (Observatório da Região Amazônia, 2024).

A trajetória do bairro Beiril demonstra como intervenções planejadas e espontâneas moldam o espaço urbano ao longo do tempo. No entanto, é imprescindível que o planejamento urbano futuro priorize a sustentabilidade e a inclusão social, promovendo políticas públicas que atendam às demandas da população. Projetos de revitalização do Canal do Beiril, criação de áreas de lazer e expansão da infraestrutura básica podem consolidar o bairro como modelo de integração entre funcionalidade, cultura e história. Assim, o Beiril poderá continuar desempenhando um papel central no desenvolvimento de Macapá.

Em síntese, o bairro Beiril se apresenta não apenas como um espaço urbano em expansão, mas como um patrimônio cultural de Macapá. A compreensão de sua trajetória histórica e das suas demandas atuais oferece subsídios para futuras intervenções que promovam o desenvolvimento sustentável e a valorização de seu papel social e cultural dentro da cidade.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ DIGITAL. **Imagem da Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro Beiol**. Amapá Digital, 12 out. 2023. Disponível em: https://amapa-digital.net/novo/noticia_view.php?id_noticia=135658. Acesso em: 10 nov. 2024.
- FIGUEIRA, A.; COLLARES, E.; SANTOS, O.; PAULO, C.; MERCÊS, V. **Estudos sobre o desenvolvimento dos bairros em Macapá**. Universidade Federal do Amapá, 2024.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Governo do Estado investe R\$ 2,2 milhões em revitalização da escola Zolito Nunes, em Macapá**. Portal Amapá, 9 out. 2023. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0910/governo-do-estado-investe-r-2-2-milhoes-em-revitalizacao-da-escola-zolito-nunes-em-macapa>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 nov. 2024.
- MACAPÁ. Município recupera passarelas do Canal do Beiol. *Portal da Prefeitura de Macapá*, 6 fev. 2018. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/municipio-recupera-passeiras-do-canal-do-beiol/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MACAPÁ. Prefeitura de Macapá executa segunda etapa de limpeza do Canal do Beiol. *Portal da Prefeitura de Macapá*, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/prefeitura-de-macapa-executa-segunda-etapa-de-limpeza-do-canal-do-beiol-2/>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MOREIRA, P. H. O.; HAGE, M. A. S.; IAPARRA, D. S.; RANGEL, K. S. **Aspectos migratórios e socioeconômicos no Canal do Beiol (Macapá/AP)**. Universidade Federal do Amapá, 2013.
- NASCIMENTO, K. J. S.; SANTOS, E. R. C. **Estruturação do espaço urbano de Macapá enquanto capital do Território Federal do Amapá (1944-1988)**. *Terra Brasilis*, n. 20, 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/14102>. Acesso em: 08 nov. 2024.

- OBSERVATÓRIO DA REGIÃO AMAZÔNICA. **O estudo e análise dos bairros na cidade de Macapá.** Disponível em: <https://xn--observatrio-xeb.org/o-estudo-e-analise-dos-bairros-na-cidade-de-macapa/>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- ROCHA, E. T. **Antigas antenas da Embratel no Beírol [foto].** *Blog De Rocha*, 21 set. 2016. Disponível em: <https://www.blogderocha.com.br/antigas-antenas-da-embratel-no-beirol-foto/>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- _____. **PMM entrega escola Tia Madalena revitalizada para comunidade do bairro Beírol.** *Blog De Rocha*, 9 out. 2023. Disponível em: <https://www.blogderocha.com.br/pmm-entrega-escola-tia-madalena-revitalizada-para-comunidade-do-bairro-beirol/>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- RODRIGUES, E. **Macapá: memória e desenvolvimento urbano.** Disponível em: https://edgarrodrigues.blogspot.com.br/2016_03_01_archive.html. Acesso em: 9 nov. 2024.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SOUSA, H. C. A. **Proposta de parque linear urbano para o entorno do Canal do Beírol.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/1303/1/TCC_PropostaParqueLinear.pdf. Acesso em 08 nov. 2024.
- TOSTES, J. A. **Estudos do bairro do Beírol.** Disciplina de Fundamentos Sociais da Arquitetura e Urbanismo, UNIFAP, 2013. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com.br/search?q=beirol>. Acesso em: 7 nov. 2024.
- _____. **Evolução urbana de Macapá,** Macapá, 02 fev. 2013a. Disponível em: <http://josealbertostes.blogspot.com.br/2013/02/evolucao-urbana-de-macapa.html>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- _____. **Planos diretores no estado do Amapá – uma contribuição para o desenvolvimento regional.** Macapá: J. A. Tostes, 2006. ISBN: 85-906179-1-2.

BAIRRO SANTA INÊS, MACAPÁ – AP: UM BAIRRO DE CONTRASTES E FRONTEIRAS INVISÍVEIS

*Ana Karolina Lima Pedrada*¹

*José Alberto Tostes*²

*Daianna Batista Barbosa*³

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o processo de urbanização na Amazônia passou por ações modernizadoras desenvolvidas principalmente por projetos do Estado. Estas ações, ligadas à área de infraestruturas nas áreas de transportes, energia, comunicação e urbanização, foram fundamentais para os processos de ocupação e configuração do território (Tostes, 2019).

1 Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Docente do IFAP. E-mail: ana.lima@ifap.edu.br

2 Doutor em História e Teoria da Arquitetura ISA/Cuba. Professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e do mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. E-mail: tostes.j@unifap.br

3 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. (PPGDAS/ UNIFAP). E-mail: daianabatista161@gmail.com

No Amapá, do estado do Amapá, este desenvolvimento teve como consequência sérios problemas urbanos, principalmente com relação à moradia, já que não havia políticas habitacionais suficientes para atender a população local (Souza e Guimarães, 2015; Tostes e Ferreira Dias, 2016).

Como resultado deste (in)desenvolvimento, a urbanização do estado do Amapá denota sobre a origem dos bairros de Macapá, com ênfase na gênese dos objetos responsáveis por sua estruturação espacial, desde o perímetro que delimita o centro histórico colonial até o início de sua expansão urbana orientada por eixos rodoviários e dinâmica urbana (Souza e Guimarães, 2015).

Novos bairros vão se constituindo frente a esta urbanização, entre eles, o bairro Santa Inês, que se localiza às margens do Rio Amazonas. Consolidado como um expoente turístico da cidade, o bairro Santa Inês concentra atividades comerciais na orla de Macapá, onde se encontram restaurantes, bares e hotéis, além de se apresentar com características residenciais, com um forte contraste socioeconômico no local (Nascimento e Santos, 2023; Souza e Guimarães, 2015; Tostes, 2013).

Esta pesquisa tem a pretensão de analisar a origem e formação do bairro Santa Inês, localizado no município de Macapá, estado do Amapá, na perspectiva histórico-estrutural, infundindo elementos sociais que auxiliaram na construção deste território, a fim de entender os contrastes sociais e econômicos existentes no bairro estudado.

Convém lembrar que, para entender o homem e suas perspectivas, é necessário enxergá-lo a partir de um prisma histórico-estrutural, dialético e de maneira dinâmica, não podendo ser estudado somente em um espaço de tempo; ele é legitimado a partir do contexto no qual está inserido, pois nenhuma identidade ou sociedade pode ser descrita a partir de uma perspectiva singular e universal (Costa, 2000; Escobar, 2005).

O método histórico, então, consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje. E o método estruturalista, desenvolvido por Levis-Strauss, parte de uma investigação de um fenômeno concreto, eleva-se, a seguir, ao nível abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo, retornando, por fim, ao concreto, dessa vez como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social (Marconi e Lakatos, 2011).

A metodologia utilizada para a construção desta pesquisa também é de natureza social, com objetivos exploratórios e explicativos, utilizando, como técnicas de investigação, análises bibliográficas e documentais a partir dos acervos do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, decretos, leis municipais e estaduais, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e análises de periódicos já publicados, além de visitas *in loco* com observação sistemática, ocorridas nos meses de outubro e novembro de 2024.

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BAIRRO

O bairro Santa Inês está localizado na zona central do município de Macapá, estado do Amapá. Seu processo de origem iniciou por volta de 1960, onde o espaço, conhecido como Elesbão, era ocupado por manguezais e pastos de uma fazenda pecuarista, conhecida por Vacaria, de propriedade do coronel Antônio Barbosa.

A família Barbosa tinha origem na Bahia e chegou a Macapá por volta de 1950 em busca de trabalho e melhores condições de vida. Encontrou na orla da cidade de Macapá, até então pouco habitada, um lugar promissor para desenvolver suas atividades de sustento familiar (Figura 1).



Figura 1 – Família Barbosa.

Fonte: Acervo pessoal da família, Porta Retrato, (2014)

Com o processo de urbanização da cidade, famílias, oriundas das ilhas do Pará ou de outras regiões do Amapá começaram a ocupar espaços na área (Rodrigues, Costa e Hita, 2022). Neste período, o padre Dante Bertolazi, pároco da Igreja Nossa Senhora da Conceição, paróquia responsável pela região, solicitou ao coronel Barbosa (também conhecido como Muca), um pedaço do terreno para a construção de uma capela para que os fiéis que por ali habitavam pudessem exercer sua fé.

Este pedido foi imediatamente recusado, mas, vendo que seria impossível conter a ocupação urbana do território, o coronel Barbosa acabou cedendo um terreno à Igreja Católica para a construção da capela pouco tempo depois.

O padre Dante Bertolazi detinha, em sua sacristia da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, duas imagens: uma de São Tarciso e outra da Santa Inês. Esta última foi cedida para a nova capela, o que acabou popularizando o nome Santa Inês à região (Figura 2).



Figura 2 – Igreja de Santa Inês, bairro Santa Inês, Macapá – AP.

Fonte: Autores, 2024.

Aos poucos, as pessoas começaram a construir casas de madeira às margens do Rio Amazonas, próximo à capela e próximo (e até dentro) à Vacaria. Neste período, o bairro Santa Inês era uma referência no comércio de peixe, carne de caça, frutas e açaí, vendidos pelos ribeirinhos

vindos das ilhas do Pará que atracavam às margens do Rio Amazonas para comercializar sua produção.

Santa Inês possuía uma reserva de mata ciliar que foi ocupada, dando origem ao Mucajá, cujo nome faz referência ao tipo de palmeira que abundava no local. Sua topografia acidentada favorecia deslizamentos e inundações, considerados um risco à integridade física dos ocupantes da baixada (Rodrigues, Costa e Hita, 2022).

Hoje são poucos os resquícios da biodiversidade que existia na região (Figura 3).



Figura 3 – Resquícios de vegetação nativa presente no bairro Santa Inês.

Fonte: Autores, 2024.

Em 1978, governador Arthur Azevedo Henning iniciou o processo de aterramento da área e em 1980, o então governador Annibal Barcellos expulsou os então moradores, remanejando-os para uma área a leste do Quartel do 3º BIS, surgindo assim, o bairro Nova Esperança (Rodrigues, Costa e Hita, 2022; Tostes, 2013).

A prática de aterrar áreas alagadas e superar as barreiras naturais foi empreendida para prover a continuidade e articulação da cidade, visando sua expansão urbana. Para tanto, a maneira mais fácil passa pela supressão das áreas de ressacas, removendo os moradores de então

para áreas mais afastadas da porção central da cidade, com argumento de critérios estéticos e funcionais (Nascimento; Santos, 2023).

Estas áreas que passaram por aterramento implementados pelo Estado tinham como objetivo “desenvolver” a cidade, tornando o bairro atrativo para a elite da região. E as pessoas, oriundas das regiões das ilhas situadas entre os estados do Amapá e Pará, que viviam ali até então, passaram a habitar em áreas úmidas baixas da cidade, chamadas localmente de ressacas, que são áreas desvalorizadas do ponto de vista imobiliário e institucional da cidade e protegidas por lei, dessa maneira originando as primeiras formas de desigualdades socioespaciais nesse espaço urbano (Souza; Guimarães, 2015).

Finalmente, a criação oficial do bairro Santa Inês se deu em março de 1985, com a Lei n. 231 de 1985 da Prefeitura Municipal de Macapá (Penafort, 2015; Souza; Guimarães, 2015). Atualmente, o bairro fica localizado na orla de Macapá, possui aproximadamente 0,7 km² e faz fronteira com os bairros Araxá, Beírol e Trem. Possui uma população de 5.847 habitantes, sendo 48,2% homens e 51,8% mulheres (IBGE, 2021).

O mesmo se delimita de forma assimétrica e se mostra através de um plano majoritariamente ortogonal, seguindo a orla, com trechos irregulares na região posterior do bairro, que faz ligação com o Beírol (Souza; Guimarães, 2015; Tostes, 2013).

Pode-se dizer que a formação do bairro Santa Inês foi impositiva diante da construção de grandes empreendimentos urbanos, sob a narrativa de desenvolver a cidade, o que acabou impulsionando desigualdades urbanas socioespaciais decorrentes do processo de estruturação da cidade, marginalizando pessoas de baixa renda, o que tornou o bairro Santa Inês uma área elitizada, voltada para um turismo que boa parte da população amapaense não tem acesso.

CARACTERÍSTICAS CULTURAIS DA PAISAGEM URBANA

O bairro Santa Inês sempre teve uma forte ligação com a economia e cultura do estado. Esta ligação se dá pelo fato de que o bairro foi primeiramente ocupado por comunidades ribeirinhas, oriundas do fluxo de imigran-

tes que vinham das ilhas do Pará comercializar produtos como açaí, peixes e camarão, e com seu modo de vida único construíram uma paisagem local formada de palafitas, que dialogava com a paisagem natural já existente.

No entanto, esse cenário muda com a eleição do primeiro governador eleito do estado do Amapá, Aníbal Barcelos, em 1979, que urbanizou o espaço, derrubando as palafitas e expulsando as famílias de seu território, assentando-as onde é hoje o bairro Nova Esperança. O então governador da época aterrou o lugar e constrói casas em madeira padronizada para abrigar famílias e disponibiliza espaços para dar lugar a equipamentos públicos da capital do território federal, como, por exemplo, escolas, praças e hospitais, para atender aos servidores federais e demais imigrantes, tornando-se assim uma área nobre da cidade.

Os integrantes dessa nova classe social, em sua maioria alheios ao modo de vida local e vinculados ao poder político, foram os responsáveis pelo direcionamento da estruturação urbana de Macapá e passaram a reorientar e favorecer, por meio de uma transformação de forma e conteúdo, as áreas habitadas pelos moradores locais que estavam acostumados a uma dinâmica de vida ribeirinha, a qual vai se modificando rapidamente (Nascimento; Santos, 2023; Souza; Guimarães, 2015).

O fato é que os objetos implementados são o resultado das ações sociais de sua espacialidade, cuja singularidade é registrada no tempo-espaço, mas essa construção implementa-se por meio das relações sociais que metamorfoseiam a paisagem em espaço (Souza; Guimarães, 2015).

Atualmente, o bairro Santa Inês tornou-se atrativo para os mais diversos públicos, com uma vasta área de orla para passeios ao ar livre, presença de áreas de recreação, quadra poliesportiva, igrejas, bares e espaços gastronômicos, estes dois últimos sempre direcionados para pessoas de alta renda. Além disso, há a presença de atletas de kitesurf, praticado por um público social de alto poder aquisitivo, e atletas do futlame (futebol na lama que se forma no rio vazante) no Rio Amazonas, predominantemente praticado por pessoas de baixa renda e/ou ribeirinhos remanescentes da região.

Esta separação social, seguida de uma desigualdade, persiste até os dias atuais, e é fortalecida na realidade espacial do bairro, onde a rua Beira Rio, que é banhada pelo Rio Amazonas, é composta por residências

de alto padrão, seguidos de sofisticados espaços gastronômicos (Figura 4), enquanto que a rua Iraci Nunes Nador, subsequente e paralela à rua Beira Rio, segue um padrão de pobreza social vinculada à falta de acesso a serviços básicos urbanos (Figura 5).



Figura 4 – Orla do Rio Amazonas, Bairro Santa Inês.
Fonte: Autores, 2024.



Figura 5 – Rua Iraci Nunes Nador, bairro Santa Inês.
Fonte: Autores, 2024.

A rampa do açaí (Figura 6), outro ponto turístico e comercial do bairro Santa Inês, é tradicionalmente um ponto de geração de emprego e renda em Macapá, além de ser considerado um espaço histórico e cultural e fazer parte do bairro.



Figura 6 – Rampa do Açaí, bairro Santa Inês, Macapá – AP
Fonte: Autores, 2024.

A rampa começou a ser construída na época da Vacaria, e tinha como objetivo funcionar como uma central de abastecimento de leite. Hoje é o ponto de encontro de embarcações de ribeirinhos e batedores de açaí que trabalham no comércio do fruto, funcionando também como ponto de comercialização do camarão, mostrando uma diversidade social fortemente presente no local.

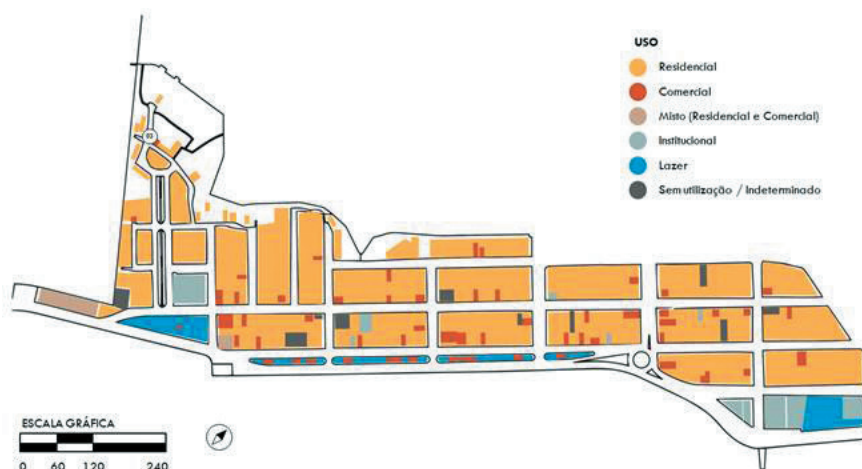
Também, há a presença do porto, reformado em 2023, no qual atracam embarcações para transporte de passageiros para as ilhas do Pará, próximas da cidade, como Afuá e Bailique.

Atualmente, a beleza do bairro é notória, uma vez que o local se tornou uma área nobre da cidade de Macapá. Porém, a desigualdade se faz presente através da ausência do poder público, que subdividiu o bairro em dois distintos espaços, onde é possível enxergar o trabalho governamental somente na orla.

ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA E OCUPAÇÃO DO SOLO

O plano diretor do município de Macapá caracteriza o bairro Santa Inês como uma área turística e regional, com potencial para ligação com as ilhas do Rio Amazonas, com as localidades de Maruanum, Coração e Fazendinha, com o Porto de Macapá e com o Porto de Santana, assim como área de implantação de projetos habitacionais e equipamentos urbanos e comunitários associados à regularização urbanística e fundiária das áreas de interesse social do município de Macapá (PMM, 2004a).

Segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade de Macapá do ano de 2015, o bairro do Santa Inês dispõe-se no Setor de Lazer 2 (SL2), com atividades comerciais e de serviços de apoio ao lazer e ao turismo, com áreas residenciais uni e multifamiliar, comercial e industrial nível 01, 02 e 03. Ademais, de acordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, de 2004, o Santa Inês está inserido na Subzona de Fragilidade Ambiental e na área de interesse turístico do município (Mapa 1).



Mapa 1 – Uso do solo de Macapá – AP.
Fonte: Tostes, 2018.

A respeito da intensidade de ocupação do SL2, é permitida a baixa densidade de verticalização baixa, tendo a altura máxima de 23 metros, com número máximo de cinco pavimentos, com taxa máxima de ocupação de 60% e taxa de permeabilidade mínima de 25%, com afastamento mínimo de 3 metros na parte frontal e 1,5 metros nas laterais e fundo (PMM, 2004a; b).

O lugar apresenta uma composição variada de edificações quanto ao estilo arquitetônico, usos e pavimentos; concentra os edifícios comerciais, mas se percebe a centralização de áreas públicas de lazer na sua parte frontal (Tostes, 2014).

As edificações verticais existentes no bairro respeitam a altura máxima de 23 metros e cinco pavimentos, além dos usos permitidos nos setores em que Santa Inês se encontra, como restaurantes, bares, posto médico, escola, panificadoras, academia, farmácias e quitandas; entre outros. Portanto, percebe-se que este bairro possui equipamentos comunitários necessários que suprem as necessidades da população, além de ser um bairro privilegiado por estar às margens do Rio Amazonas.

Nos lotes mais próximos ao Rio Amazonas, localizados na Rua Beira Rio (Figura 7), encontram-se as residências familiares com maior concentração de renda. Já nos lotes localizados na seção periférica do bairro estão os que possuem renda mais baixas. São encontradas poucas áreas com vegetação concentrada, sendo as existentes de baixa envergadura (Tostes, 2019).



Figura 7 – Presença de prédios na Avenida Beira Rio, bairro Santa Inês.

Fonte: Autores, 2024.

O acesso ao bairro pode ser feito por via marítima, realizada predominantemente por ribeirinhos vindos das ilhas do Pará, que atracam a orla do bairro Santa Inês para acesso à cidade de Macapá. Também, há a predominância do acesso via rodoviário, que é feito principalmente pela Rua Beira-Rio, localizada na orla e que, ao longo do Santa Inês, se une a outras vias, como a Rua do Araxá e a Rua Cândido Mendes.

O bairro Santa Inês contém um total de 1.227 domicílios, e, destes, 1.226 são abastecidos de energia pela CEA Equatorial (Companhia de Eletricidade do Amapá), concessionária que fornece energia elétrica para a cidade de Macapá. Também, o bairro possui iluminação noturna na parte comercial e turística, o que atrai usuários para os bares e restaurantes presentes, mas apresenta áreas ainda com precariedade, onde a iluminação é pouca e ocorre a facilitação de roubos e assaltos.

O acesso à água potável e encanada também não é uma realidade para todos os domicílios do bairro, apesar de existir uma estação de captação nas proximidades da orla, pois 78,5% dos domicílios do bairro têm acesso ao recurso.

Quanto ao esgotamento sanitário, apenas 34,4% dos domicílios do bairro Santa Inês têm acesso à rede geral de esgotamento fornecida pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA). O restante dos domicílios conta com fossas sépticas ou rudimentares, valas ou até mesmo o rio para realizarem seu esgotamento.

O sistema de esgotamento sanitário presente no bairro prioriza a parte elitizada do bairro, na Rua Beira Rio. Não obstante, existe de um grande canal localizado na Rua Araxá que serve também de escoamento do esgoto para as classes menos favorecidas residentes no bairro.

A coleta de lixo é realizada em 78,5% dos domicílios do bairro semanalmente. O restante da população conta com lixeiras viciadas com resíduos urbanos, somadas pelo acúmulo de caroços de açaí despejados por bateadeiras (Tabela 1 – Índice de acesso a serviços básicos do bairro Santa Inês, Macapá – AP).

A ORIGEM E FORMAÇÃO DOS BAIRROS DA CIDADE DE MACAPÁ

Tabela 1 – Índice de acesso a serviços básicos do bairro
Santa Inês, Macapá – AP

	Lugar	Brasil		Santa Inês	
	Total domicílios	57.324.167	% Var	1.227	% Var
Energia elétrica	Tem acesso à energia	56.595.495	98,7%	1.227	100%
	Tem acesso da companhia, com medidor de uso exclusivo	49.612.276	86,5%	882	71,9%
	Tem acesso da companhia, com medidor comum a mais de um domicílio	4.379.316	7,6%	93	7,6%
	Tem acesso da companhia, sem medidor	2.052.979	3,6%	251	20,5%
	Acesso de outra fonte	550.924	1,0%	1	0,1%
	Não tem acesso	728.672	1,3%	-	0,0%
Esgoto sanitário	Rede geral de esgoto ou pluvial	31.786.866	55,5%	422	34,4%
	Fossa séptica	6.653.417	11,6%	147	12,0%
	Fossa rudimentar	14.020.630	24,5%	596	48,6%
	Vala	1.397.566	2,4%	6	0,5%
	Rio, lago ou mar	1.192.841	2,1%	-	0,0%
	Outro tipo	757.855	1,3%	33	2,7%
	Não tem acesso	1.514.992	2,6%	23	1,9%
Acesso à água	Tem acesso	44.795.101	78,1%	963	78,5%
	Rede geral	34.859.393	60,8%	842	68,6%
	Poço ou nascente (na propriedade)	6.976.877	12,2%	41	3,3%
	Outra forma	2.958.831	5,2%	80	6,5%
	Não tem acesso	12.529.066	21,9%	264	21,5%

Lugar		Brasil		Santa Inês	
Coleta de lixo	Tem acesso	44.795.101	78,1%	963	78,5%
	Coletado	35.393.331	61,7%	893	72,8%
	Queimado (na propriedade)	5.029.000	8,8%	9	0,7%
	Enterrado (na propriedade)	521.785	0,9%	-	0,0%
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	3.102.584	5,4%	50	4,1%
	Jogado em rio, lago ou mar	193.505	0,3%	-	0,0%
	Outro destino	554.896	1,0%	11	0,9%
	Não tem acesso	12.529.066	21,9%	264	21,5%

Fonte: IBGE, SIDRA, 2024. Adaptação: Autores: 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Santa Inês ao longo de mais de três décadas consolidou-se na zona central da capital amapaense, tendo como principal característica a influência do Rio Amazonas e a orla da cidade de Macapá, sendo o ponto mais atrativo do bairro e um dos principais da cidade.

Apesar da importância, é notório que a pobreza social, impulsionada pela falta de acesso à infraestrutura básica (rede de esgoto, água encanada, energia elétrica e serviço de coleta de lixo), ainda existe e persiste no bairro, gerando um grave problema de saúde pública. E apesar da ótima localização, o bairro carece de maiores investimentos, ressaltando o papel estratégico das administrações municipais no planejamento.

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, à Universidade Federal do Amapá e ao Instituto Federal do Amapá.

REFERÊNCIAS

- COSTA, F. D. A. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, um capítulo de história econômico-social contemporânea. **Papers do NAEA**, v. 145, p. 1-30, maio 2000.
- ESCOBAR, A. Depois da natureza: passos para uma ecologia política antiessencialista. Em: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Eds.). **Políticas Públicas Ambientais Latino-Americanas**. Brasília: Fracso-Brasil, Editorial Abaré, 2005. p. 17-55.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- NASCIMENTO, K. J. S.; SANTOS, E. R. C. Estruturação do espaço urbano de Macapá enquanto capital do Território Federal do Amapá (1944-1988). **Terra Brasilis**, v. 20, 2023.
- PENAFORT, L. A. **O modo de viver ribeirinho na espacialidade do bairro das Pedrinhas: uma proposta de revitalização para o Canal das Pedrinhas**. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2015.
- PMM, P. M. de M. **Lei Complementar n. 26/2004-PMM, de 20 de janeiro de 2004**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento urbano e Ambiental do município de Macapá e dá outras providências. Brasil, 20 jan. 2004a.
- _____. **Lei Complementar n. 2004-PMM**. Institui as normas de uso e ocupação do solo do Município de Macapá. Prefeitura Municipal de Macapá. Brasil, 24 jun. 2004b.
- RODRIGUES, L. G.; COSTA, E. M.; HITA, M. G. Direito à moradia em tempos pandêmicos: estudos de caso em Macapá e Salvador. **Bitacora Urbano Territorial**, v. 32, n. 2, p. 213-226, 2022.
- SOUZA, L. R.; GUIMARÃES, D. C. Ocupação informal em áreas úmidas em Macapá-AP: modo de vida na ressaca das Pedrinhas. XVI ENANPUR. **Anais...** Belo Horizonte: Dinâmica imobiliária, habitação e regulação urbana, 2015
- TOSTES, J. A. **Evolução urbana de Macapá**. Blog do José Alberto Tostes, 2013.

_____. O projeto da Zona Franca Verde e suas repercussões espaciais sobre os municípios amapaenses de Macapá e Santana. **BLUMENAU**, v. 7, n. 2, p. 23, 2019.

TOSTES, J. A.; FERREIRA DIAS, S. Ressaca na Amazônia Sessão Temática: (In) Compatibilidade entre áreas de proteção ambiental e assentamentos Precários: como andam as intervenções nas cidades brasileiras? Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Anais...** 2016.

PLANEJAMENTO URBANO (DES)ORDENADO NO MEIO DO MUNDO: O CASO DO BAIRRO DO ARAXÁ EM MACAPÁ, AMAPÁ

*Vanessa Michele do N. A. de Souza*¹

INTRODUÇÃO

O século XX é referência no crescimento populacional das cidades brasileiras, pois este período representa o aumento do número de imigrantes que buscavam no país melhores condições de vida e trabalho (Costa; Sacramento, 2016). No entanto, o aumento populacional não foi acompanhado de políticas públicas que atendessem as expectativas dos novos ocupantes (Costa; Sacramento, 2016). Esse processo tem agravado a desigualdade social e a pobreza urbana em algumas cidades brasileiras, restando à população de baixa renda moradias insalubres e , que não oferecem os mínimos sociais como saneamento básico, água tratada etc.; (Costa; Sacramento, 2016).

Entre as capitais que apresentam esses problemas encontra-se a cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, localizada no extremo

1 Mestra em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá. E-mail: vanessaufpa@gmail.com

norte brasileiro (Costa; Sacramento, 2016; Serrão; Lima, 2013). Macapá é a única capital do país a ser banhada pelo maior rio do mundo, o Rio Amazonas, e cortada pela linha do equador que “divide o mundo ao meio” (Carvalho, 2014). A ocupação urbana de Macapá ocorreu da margem em direção ao interior, evidenciando a importante relação de seus habitantes com o Rio Amazonas, onde por muitos anos foi a única via de acesso da cidade.

A capital Macapá é o maior município do estado do Amapá em extensão territorial, sendo que a sua urbanização aconteceu principalmente em decorrência dos grandes projetos econômicos – extrativismo e exploração mineral – até meados dos anos de 1990 (Serrão; Lima, 2013; Carvalho, 2024). A urbanização acelerada da cidade de Macapá tem origem histórica dividida em três marcos principais: o primeiro compreende a formação da Vila de Macapá, que descreve o perímetro entre a Fortaleza de São José até a Praça Veiga Cabral. O segundo, corresponde à criação do Território Federal do Amapá (TFA) em 1943 quando foram construídos os primeiros prédios públicos e privados, vias, ruas e avenidas.

O interesse na criação do TFA estava ligado à exploração dos recursos minerais, em especial na extração do manganês encontrado no município de Serra do Navio (Carvalho, 2024). Foi neste período que grandes extensões de terras foram loteadas sem que houvesse planejamento prévio que pudesse garantir os mínimos sociais para os novos ocupantes, que na maioria eram imigrantes dos estados do Pará e Maranhão (Serrão; Lima, 2013). A terceira e última fase corresponde à criação do estado do Amapá em 1988, momento em que a cidade de Macapá recebe um fluxo intenso de imigrantes, especialmente nos anos de 1990 com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). A criação do estado exigiu a ampliação de serviços básicos para a população através da articulação entre União, estado e município. Esses marcos foram determinantes para alavancar o aumento populacional e a extensão urbana (Serrão; Lima, 2013; Lobato, 2013; Carvalho, 2024).

Sem alternativas para moradia, os novos habitantes começaram a ocupar as áreas alagadas conhecidas popularmente como áreas de resaca (Serrão; Lima, 2013; Carvalho, 2020). Para Serrão e Lima (2013), a

ocupação desordenada dessas áreas foi uma das causas que contribuíram para o caos habitacional em que se encontra a cidade de Macapá atualmente. A falta de proatividade por parte do poder público em controlar a ocupação das áreas alagadas através da implementação de políticas públicas só fez agravar o problema habitacional e ambiental (Serrão; Lima, 2013; Costa; Sacramento, 2016; Tostes, 2022; Sousa; Tostes, 2024).

A população que ocupa as áreas de ressaca na cidade de Macapá é de baixa renda e não encontra outra opção de moradia por não dispor de renda suficiente para ingressar no mercado imobiliário. São na maioria trabalhadores informais e migrantes que encontram na ocupação das áreas impróprias a alternativa de moradia que atenda a sua faixa de renda. Com isso, esses espaços acabam evidenciando a desigualdade social, a pobreza urbana e os problemas ambientais (Serrão; Lima, 2013; Costa; Sacramento, 2016; Carvalho, 2020).

Essa realidade é encontrada na maioria dos bairros de Macapá, podendo tomar como exemplo o bairro do Araxá, que fica localizado na zona sudeste da capital e que foi ocupado nos anos de 1989 (Costa; Sarmiento, 2015; Serrão; Lima, 2013; Tostes, 2022; Carvalho, 2024; Sousa; Tostes, 2024). Nesta década, na cidade macapaense estavam sendo implementados projetos urbanísticos e de saneamento que obrigaram os moradores que ocupavam a orla da cidade a serem remanejados para áreas mais longínquas. No que corresponde ao planejamento urbano, foram criadas algumas iniciativas de Planos Diretores. O primeiro Plano Diretor foi o Grumbilf, criado em 1960; o segundo foi o Plano de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro em 1973; o terceiro, o Plano HJ Cole em 1977; o quarto, Plano Diretor de 1990 e quinto, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município de Macapá de 2004. O principal objetivo dos planos diretores seria estimular o desenvolvimento urbano em Macapá e a participação popular, no entanto, não foram tomados como prioridade pelos diferentes gestores no decorrer dos anos (Botelho, 2011; Carvalho, 2024).

É sabido que a ocupação das áreas alagadas no bairro do Araxá se deve à falta de planejamento urbano e ao mercado imobiliário, que tem sido crescente na cidade de Macapá, agravando o problema habitacional, social e ambiental (Costa; Sacramento, 2016; Serrão; Lima, 2013). A ocu-

pação irregular do solo urbano tem contribuído para a exclusão social, o aumento da violência e da pobreza. Fora isso, é primordial também pensar na regularização fundiária urbana, na aplicação do Estatuto da Cidade e na execução de planos diretores que sejam de fato participativos. O que não se sabe é como esses instrumentos participativos poderiam atender de forma satisfatória aos interesses da população do bairro do Araxá e não do mercado e político.

Nesse sentido, é importante saber sobre isso para que a desigualdade urbana, agravada pelos problemas habitacional, econômico, social e ambiental, presente no bairro do Araxá não continue persistindo. A partir deste estudo busca-se analisar como ocorreu a origem e formação do bairro do Araxá e a contribuição dos planos de desenvolvimento urbano na mudança da realidade local. Neste artigo buscou-se como metodologia a análise nos acervos do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, em visitas técnicas no bairro do Araxá, em artigos publicados, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações, teses e jornais locais.

O presente artigo está dividido em quatro partes: a primeira é a introdução, que apresenta os aspectos introdutórios do artigo; a segunda aborda a origem, formação e evolução urbana do bairro; a terceira, a discussão sobre o planejamento urbano concebido para capital com a expansão dos bairros através dos planos diretores; a quarta seção analisa a ordenação do uso do solo urbano no Araxá com a implementação do Projeto Orla; a quinta parte apresenta a discussão dos resultados obtidos sobre o bairro; a sexta e última seção apresenta as considerações finais.

A relevância deste estudo está na contribuição para a população local ao conhecer sobre o contexto histórico em que o bairro foi ocupado, como aconteceu a expansão urbana da cidade de Macapá até a formação dos bairros e a importância dos instrumentos participativos como aliados na mudança da realidade local.

ORIGEM, FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO URBANA: BAIRRO DO ARAXÁ

O bairro do Araxá fica localizado na zona sudeste da cidade de Macapá, mais especificamente às margens do Rio Amazonas na orla da capital. Apresenta extensão territorial aproximadamente de 1,7 km², sendo ocupado principalmente de moradias precárias localizadas nas áreas alagadas (Tostes, 2022). O início da ocupação do bairro ocorreu por volta do final dos anos de 1989, sendo os primeiros moradores imigrantes das ilhas do Pará devido à familiaridade com o lugar (Costa; Sacramento, 2016; Tostes, 2022; Sousa; Tostes, 2024), como demonstra a Figura 1.

Com a localização privilegiada na orla da cidade, o bairro foi utilizado inicialmente como um espaço de lazer, concentrando bares e ambientes de entretenimento e chamado pela população, na época, de “Praia do Aturiá” (Figura 2) (Costa; Sacramento, 2016; Tostes, 2022; Sousa; Tostes, 2024).

Com o passar dos anos, o bairro do Araxá foi perdendo sua funcionalidade inicial e aos poucos foi sendo ocupado para fins de moradia sem que houvesse um planejamento (Costa; Sacramento, 2016). Mesmo as iniciativas por parte da prefeitura de impedir a ocupação da área não foram suficientes para conter a população que construiu as habitações (Tostes, 2022). Entre os anos de 1989 e 1992, a ocupação do bairro tornou-se ainda mais intensa, o que contribuiu para o aparecimento dos problemas infraestruturais.

Por esse motivo, os problemas advindos da ocupação logo apareceram, entre eles a invasão da água do Rio Amazonas, que acabou danificando as habitações em madeira de tipo palafita, obrigando os moradores a saírem do local devido aos riscos de desabamento. As chuvas intensas e a invasão da maré alagaram as casas fazendo com que os moradores buscassem dos órgãos públicos solução para o problema (Figura 3):

Esses graves problemas ocorrem devido à falta de políticas públicas, pois o Estado, que deveria oferecer condições de urbanidade que possibilitasse aos moradores o usufruto da cidade, não o faz (Costa; Sacramento, 2016). Por esses e outros motivos, na área em que está situada o bairro do Araxá os moradores estão desprovidos de moradias adequadas, desprotegidos e excluídos (Costa; Sacramento, 2016).



Figura 1 – Ocupação do bairro do Araxá na década de 1989. Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá. Acervo: José Alberto Tostes, 2024.



Figura 2 – Praia do Aturiá em 1980. Fonte: Tavares, 2020.



Figura 3 – Agentes da prefeitura são chamados para remover casa no bairro do Araxá. Fonte: Malcher, 2023.

O gestor municipal autorizou no ano de 1995 que 70% do bairro fosse aterrado. No entanto, de acordo com laudo técnico, o ideal seria que as famílias fossem remanejadas da área, mas o laudo não foi levado em consideração pela prefeitura (Tostes, 2022). Inicialmente as famílias foram cadastradas e realizado o ordenamento do espaço onde posteriormente a via principal foi asfaltada, porém, o bairro do Araxá não deixou de se tornar uma área de risco, pois, a ameaça de desabamento das habitações e o alto índice de violência persistem (Tostes, 2022).

Para mudar a estética da cidade, a Prefeitura de Macapá remanejou entre 400 e 600 famílias para outras áreas do próprio bairro, o que não impediu que outras áreas do Araxá fossem ocupadas. Com o passar dos anos, o bairro foi consolidado e outros problemas estruturais foram surgindo sem solução, como a ausência de saneamento básico, falta de água tratada, entre outros, que prejudicam a saúde dos moradores (Tostes, 2022).

A pressão popular por melhorias no bairro continuou através da Associação de Moradores, que conseguiu escolas e outros equipamentos sociais para o Araxá, todavia, não atenderam todas as demandas, resultado da inexistência de um planejamento adequado. Para a população que tem como única alternativa continuar ocupando esse espaço, resta buscar o acesso aos serviços básicos e com os seus próprios recursos tentar melhorar as condições do lugar, sem terem o conhecimento de que suas ações estão agredindo o meio ambiente (Costa; Sacramento, 2016). Para os autores,

Tal conjuntura, reflexo da produção do espaço capitalista das cidades, que exclui uma grande parcela da sociedade, que é obrigada a viver em comunidades sem serviços básicos e assistência por parte do poder público, onde a própria população, muitas vezes taxada como agressora do meio ambiente, torna-se vítima de uma sociedade desigual que não oferece a todos igual oportunidade de morar bem e acessar aos serviços básicos para uma sobrevivência digna (Costa; Sacramento, 2016, p. 302).

A origem e ocupação do bairro do Araxá é mais um exemplo de ocupação induzida em que o poder público aterrou a área para que a

população continuasse ocupando, mesmo apresentando um ambiente úmido impróprio para moradia. Neste sentido, um planejamento induzido e a pavimentação do bairro do Araxá contribuíram para que a ocupação fosse legitimada, provocando problemas gravíssimos para a população e o meio ambiente (Tostes, 2022).

PLANEJAMENTO URBANO CONCEBIDO PARA CAPITAL COM
A EXPANSÃO DOS BAIRROS

Os planos diretores elaborados para a cidade de Macapá surgiram da necessidade de ordenar o espaço e o crescimento urbano, buscando melhorar a qualidade de vida da população através do investimento em infraestruturas urbanas, como habitação, educação, saúde, ambiental e lazer. O quadro 1 abaixo apresenta a cartografia de cada plano que foi elaborado para Macapá:

Quadro 1 – Planos Urbanísticos de Macapá e suas cartografias.

Plano urbanístico	Cartografia existente do plano
Grumbilf Brasil	-
Fundação João Pinheiro	Mapeamento da Vegetação; da Hidrografia; do uso do solo; capacidade de uso do solo; evolução da ocupação urbana; áreas homogêneas de análise; distribuição da população; padrão das edificações; comércio e indústria; usos institucionais; áreas disponíveis para uso do solo; infraestrutura; sistema viário.
H. J. Cole & Associados	Mapeamento da estrutura urbana; áreas urbanas; zoneamento; hierarquização do sistema viário de Macapá; mapa base de infraestrutura; estudo urbanístico do Marco Zero à Fortaleza; seleção de áreas habitacionais; projeto parque Beira Rio.
Plano Diretor de Macapá de 1990	Mapeamento de evolução urbana; mapa de hidrografia; mapa de densidade populacional, diagnose; mapa das edificações; mapa de uso do solo urbano; mapa da rede de abastecimento de água; mapa da rede de esgoto; mapa da rede elétrica; mapa da rede de iluminação pública; rede telefônica; mapa de

Plano urbanístico	Cartografia existente do plano
Plano Diretor de Macapá de 1990 (cont.)	drenagem de águas pluviais; rede de coleta de lixo; mapa de vias; mapa da rede de transporte coletivo; mapa de áreas degradadas e áreas de preservação ambiental; mapas de vetores de expansão e tendência de crescimento.
Plano Diretor de Macapá de 2004	Mapeamento da setorização urbana de Macapá; sistema ambiental municipal; sistema ambiental urbano; sistema urbano de Macapá; sistema de mobilidade municipal; sistema de mobilidade urbana; macrozoneamento municipal; macrozoneamento urbano; áreas para aplicação dos instrumentos; áreas de interesse social; demais áreas de especial interesse; perímetro urbano de Macapá.

Fonte: Botelho (2011).

Como descrito no quadro, cinco foram os Planos Diretores de Macapá, sendo que o Plano Grumbilf não apresenta a cartografia da cidade, no entanto, os outros quatro planos urbanísticos trazem aspectos cartográficos iguais e complementares. A seguir será descrita a característica dos cinco Planos Diretores de Macapá, como ano de criação, os elaboradores e financiadores, entre outras.

A) PLANO GRUMBILF

Foi o primeiro Plano Diretor desenvolvido. Criado em 1959, esse plano foi financiado pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), que ao contratar a empresa Grumbilf do Brasil objetivava organizar o espaço urbano da cidade, controlar o crescimento desordenado e potencializar os pontos turísticos na capital. Com esse plano a empresa Grumbilf almejava solucionar os problemas emergenciais, como a falta de saneamento básico, a irregularidade do fornecimento de energia elétrica e de água tratada, e melhorar as condições habitacionais (Botelho, 2011).

Outro fator que influenciou para a elaboração do plano Grumbilf foi a instalação da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, que impulsionou

nou o crescimento urbano na capital com a chegada de trabalhadores que serviriam de mão de obra na construção da usina. O Plano Diretor em questão trazia projeções para a década de 60 pensando em outros fatores que poderiam influenciar no crescimento populacional como a instalação da Empresa e Comércio de Minérios (ICOMI), o Porto de Santana e a expansão da rede elétrica. Entretanto, essas projeções não foram alcançadas, pois, o aumento da população foi maior que o estimado pelo plano, ocorrido de forma desordenada e rápida (Botelho, 2011).

A maior preocupação do plano Grumbilf estava concentrada nas áreas de lazer como a do Araxá, que possui importantes atrativos naturais e potencialidade para o turismo e que ao mesmo tempo convive com a ocupação clandestina e desordenada. Outro fator a se considerar sobre as diretrizes do plano era a valorização da via aérea em detrimento do meio de transporte marítimo, sendo que este, desde o início da fundação da capital, foi e continua sendo muito utilizado para transporte de pessoas e mercadorias (Botelho, 2011).

Nesse sentido, a finalidade do plano Grumbilf seria a de acompanhar a evolução do crescimento ocupacional da cidade de Macapá. No entanto, a administração pública não idealizou as projeções propostas pelo plano.

B) PLANO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Em 1973, o Governo Federal Territorial do Amapá, em parceria com a Secretaria Adjunta do Interior, contrataram o Centro de Desenvolvimento Urbano da Fundação João Pinheiro para elaborarem um “novo” plano diretor que nada mais foi que a continuação do plano Grumbilf (Botelho, 2011). O objetivo da elaboração deste plano foi estimular o desenvolvimento urbano da cidade de Macapá, em especial no aspecto estrutural através da intervenção municipal, após levantamento em estudos anteriores que tratavam da dinâmica e evolução urbana da capital.

Além disso, o plano da Fundação João Pinheiro buscava a implantação de infraestruturas, a construção de equipamentos urbanos, diretrizes técnicas para intervenções da administração pública e seleção das áreas

para expansão urbana. Então, novos bairros foram formados, todavia a expansão urbana da cidade de Macapá enfrentou alguns obstáculos devido aos limites da orla do Rio Amazonas, as áreas de ressaca e igarapés que fazem da cidade de Macapá a característica de ilha (Tostes, 2006; Botelho, 2011). Nesse sentido, destaca Botelho (2011, p. 65) que “Assim, para o plano da Fundação João Pinheiro a expansão ou crescimento urbano de Macapá somente seria possível através da criação de vias indutoras de ocupação de novas áreas institucionais”.

Esse segundo Plano Diretor entendia a urbanização da cidade de Macapá como uma extensão da ocupação da Amazônia, que priorizava a proteção transfronteiriça através da construção de fortificações e estimulava o povoamento (Botelho, 2011). A ocupação da cidade de Macapá, enquanto capital do Território Federal, iniciou-se no entorno da Fortaleza de São José de Macapá e da igreja de São José, formando uma vila. A partir dos investimentos na construção de rodovias e da implantação das empresas mineradoras, a vila inicial de ocupação da cidade foi expandindo para os eixos norte e sul da cidade (Botelho, 2011).

Como Macapá apresentava melhores condições estruturais e a presença do Governo Federal, logo a concentração populacional foi aumentando, atraídos pela possibilidade de melhores condições de vida. Após a criação do estado do Amapá, a urbanização ficou ainda mais evidente com o aumento no número de casas sem qualquer ordenamento e planejamento imobiliário por parte dos gestores municipais.

Para Botelho (2011, p. 56), o Plano da Fundação João Pinheiro “foi criado para ordenar a cidade através de medidas nos setores de zoneamento urbano, sistema viário, seleção de áreas para expansão urbana e recreação e lazer”, sendo, assim, “considerado uma importante peça técnica para época”. No entanto, o plano em questão deixou de considerar o possível crescimento migratório com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, criada em 1990.

c) *PLANO H.J. COLE & ASSOCIADOS*

Formulado em 1976, a principal função desse Plano Diretor seria realizar um prognóstico sobre quais eram as potencialidades do Território Federal do Amapá, principalmente no que se refere ao aspecto econômico, em especial à extração mineral, muito embora as empresas mineradoras priorizassem o mercado internacional (Botelho, 2011). Essa opção tornava o mercado interno menos promissor, o que fez com que o plano diretor H.J. Cole apostasse mais no turismo para movimentar o comércio.

Devido ao baixo número de restaurantes, de áreas de lazer e de transporte para atender a demanda da época, o plano almejava incentivar esses setores, pois entendia que a vida comunitária dos amapaenses era pobre e de pouca socialização (Botelho, 2011). Poucos eram os espaços de lazer como balneários e clubes, então o plano propôs projetos que trouxessem melhorias para a vida em comunidade. Entre os projetos estava a restauração e recuperação da Praia do Araxá. Assim famílias foram remanejadas das áreas alagadiças para valorizar a área e potencializar o turismo, recebendo cuidados urbanísticos especiais (Botelho, 2011).

d) *PLANO DIRETOR DE 1990*

Criado na década de 1990, foi requisitado devido ao aumento na taxa populacional de Macapá de 8% no início da década de 1980 e que não foi acompanhado por infraestrutura. O Plano Diretor de Macapá de 1990 foi realizado pela Empresa Municipal de Desenvolvimento e Urbanização de Macapá (EMDESUR). O plano foi composto por equipe multidisciplinar local que conhecia a cidade, os problemas e o anseio da população.

Sendo assim, o Plano Diretor de Macapá de 1990 representou mais que uma ficha técnica, mas buscou a participação democrática da população e demonstrar a cultura, modo de vida e os costumes da região. A relação do homem com o meio urbano deveria ser um fator preponderante na formulação do plano, buscando equilibrar os aspectos físico e

social dentro da cidade. Assim como os planos anteriores, as motivações para a criação do Plano Diretor de Macapá de 1990 foram o crescimento demográfico, a expansão da cidade, investimento em infraestrutura, a melhoria da qualidade de vida da população etc.

Apesar de o plano de 1990 conter a primazia da participação popular, na prática não aconteceu e isso contribuiu para que o referido plano não alcançasse os resultados esperados (Botelho, 2011). Isso evidencia a importância da participação para o bom andamento de qualquer política pública, através da divulgação para conhecimento da população das ações municipais.

E) *PLANO DIRETOR DE MACAPÁ DE 2004*

Após aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, reforçou-se a necessidade da elaboração de planos diretores que, além das características técnicas, enfatizassem a participação de todos os setores da sociedade. Então, em 2004 foi apresentado à população o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município de Macapá pela Lei Complementar n. 026/2004 (Botelho, 2011). Diferente dos planos anteriores, o Plano Diretor de 2004 abrangeu todos os bairros da capital, mobilizando a população para participar na discussão sobre a realidade do município.

Buscando não cometer os mesmos erros dos planos anteriores, em que a concretização da participação da população não foi efetivada, o plano de 2004 defendia o planejamento permanente da gestão urbana e ambiental tendo a participação democrática como principal objetivo. Para o alcance desse objetivo, foram realizados debates, audiências e consultas públicas buscando implementar um sistema de informações para compor uma base permanente de dados sobre o município de Macapá (Botelho, 2011).

Finalmente, as recorrentes ocupações em diferentes áreas da cidade de Macapá dificultaram a implantação de ruas e avenidas propostas pelos diferentes planos diretores. Foi o que ocorreu no bairro do Araxá,

em que a ocupação desordenada da orla, ocasionada pela falta de planejamento e infraestrutura, abrigou residências impróprias para moradia.

Devido à forma irregular da ocupação do bairro do Araxá, ainda hoje podemos perceber que o bairro carece de melhores condições de urbanidade, mesmo sendo uma área de grande potencialidade turística, econômica, de lazer e cultural, fatores que deveriam receber maior atenção por parte do poder público.

No decorrer da elaboração os planos diretores foram estendendo as suas áreas da abrangência e a área do Araxá esteve contida em todos os planos, o que demonstra a preocupação com o ordenamento urbano do bairro. Apesar dos esforços na elaboração dos diferentes planos diretores, todos apresentaram dificuldades na execução por parte dos gestores públicos, o que evidencia que o problema urbano em Macapá não está relacionado com a falta de instrumentos de planejamento, mas na efetivação prática destes.

ANÁLISE SOBRE A ORDENAÇÃO DO USO DO SOLO NO BAIRRO DO ARAXÁ: PROJETO ORLA

A ausência de planejamento urbano tende a gerar ocupações desordenadas, problemas estruturais, sociais e econômicos nas cidades. Buscando alternativas de reestruturação das áreas de marinha, o governo federal criou em 2004 o Projeto de Gestão Integrada da Orla da Marinha (Projeto Orla). Esse projeto visa “subsidiar projetos que agreguem questões que harmonizem e articulem as práticas patrimoniais, socio-culturais, sustentáveis e de reordenamento da orla costeira” (Carvalho, 2024, p. 12). O Projeto Orla é responsabilidade do Ministério do Planejamento e Gestão e tem como objetivo ordenar de forma sustentável as áreas costeiras das cidades.

A função do Projeto Orla é ordenar os espaços litorâneos que fazem parte da União como forma de promover a descentralização da gestão da orla marítima através de políticas públicas locais e nacionais. A inserção no Projeto Orla não é obrigatória, isto é, a adesão ao projeto ocorre a partir de uma seleção onde serão escolhidas as áreas de implementa-

ção. Segundo Carvalho (2024, p. 22), as fases do projeto são: oficinas, reuniões, disponibilização de dados e informações e “ao término é feita uma análise final do plano de gestão integrada, emitindo um parecer técnico em conjunto com a coordenação estadual e só então é possível a implantação dos planos de gestão”.

A cidade de Macapá elaborou em 2004 o Projeto Orla Fluvial, que busca ordenar o uso e ocupação da orla da cidade visando minimizar os impactos ambientais pós ocupação. A cidade de Macapá aprovou nesse período o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá, a Lei sobre Licenciamento, Autorização e Fiscalização de Atividade Socioeconômicas, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano e a Lei do Perímetro Urbano e do Código de Obras e Instalações (Carvalho, 2024).

Para o Projeto Orla, o aspecto ambiental é de suma importância. Nesse sentido, a preservação e controle das áreas costeiras devem ser prioridade, pois a ocupação irregular pode ocasionar a degradação do meio ambiente. O projeto aborda também que as construções irregulares na orla propiciam que dejetos e lixos sejam despejados no rio, não obedecendo às leis ambientais, pois as moradias são desprovidas de sistema de saneamento e esgoto. Para Botelho (2011, p. 56), essa situação se agravou quando o crescimento urbano “atingiu os braços de lagos e ressacas, que foram sendo ocupados desordenadamente, aterrados indevidamente, aumentando cada vez mais o problema de saneamento da cidade”.

Outro aspecto de destaque do projeto é o incentivo ao turismo como uma atividade econômica, podendo promover espaços propícios para a prática de atividades de lazer e recreação. Para essa finalidade foram criados pelo Projeto Orla três níveis de gestão territorial dando ênfase aos atrativos da orla de Macapá (Botelho, 2011, p. apud projeto orla, 2004, p. 7).

- atendendo aos propósitos de uma ação convergente do poder público, no sentido de valorizar o conceito do patrimônio coletivo da orla, revertendo a lógica da “privatização dos benefícios e socialização dos prejuízos”, dando um significado estratégico à formação da cidadania, pois

envolve, entre outros, um dos espaços de maior significado simbólico para os brasileiros, as praias. A garantia de acesso às praias, como bem público, e, consequentemente, a manutenção da função social dessa faixa altamente valorizada do território nacional, necessitam ser enriquecidas pela responsabilidade municipal na gestão, ampliando as possibilidades de solução de conflitos de uso e a reversão dos processos de degradação;

- permitindo que o uso adequado da orla potencialize esse ativo natural, como elemento para o desenvolvimento do turismo, para a manutenção de recursos estratégicos e para a implantação de infraestrutura de interesse para o crescimento econômico regional;
- valorizando a paisagem, os atrativos turísticos e a proteção física, como elementos fundamentais para o convívio social da orla, propiciando a geração de pequenos negócios compatíveis com a conservação e utilização sustentável da biodiversidade local.

Na capital, as intervenções do Projeto Orla contemplarão a extensão do Canal do Jandiá, passando pelo bairro do Araxá até a Orla do Perpétuo Socorro (Carvalho, 2024). São espaços que ficam localizados às margens da orla de Macapá e que no início da urbanização acelerada da capital passaram por profundas modificações sociais, econômicas e ambientais à medida que recebiam migrantes das ilhas próximas (Figura 4).

Faz parte do Projeto Orla a continuação do muro de concreto que foi construído ao redor da orla da capital para evitar a invasão da água do Rio Amazonas. As famílias que ocupavam a área de intervenção do Projeto Orla foram remanejadas para um conjunto habitacional entregue no ano de 2024. Como percebido nas imagens, o Projeto Orla tem modificado as características morfológicas do lugar, descumprindo as leis ambientais, expulsando as famílias para locais mais distantes, entre outras. São fatores a serem considerados, uma vez que as consequências do ponto de vista dos aspectos naturais e sociais são irreversíveis.



Figura 4 – Mosaico de fotos da construção do Projeto Orla no bairro de Araxá.

Fonte: Acervo José Alberto Tostes, 2024.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos revelaram que o bairro do Araxá passou por um processo recorrente de ocupação iniciado no ano de 1989, período em que o estado do Amapá foi criado, o que favoreceu a ocupação desordenada do espaço. No entanto, a área que compõe o bairro recebeu, e ainda recebe, projetos de desenvolvimento urbano que tentam sem sucesso até o momento ordenar o espaço. Essa contradição urbana tem influenciado negativamente no modo de vida da população local e no meio ambiente.

As principais vias de acesso ao bairro são a Rua do Araxá e a Avenida Equatorial, sendo que as principais ruas do bairro são a Setentrional e a André Lima, sendo estas as únicas vias asfaltadas (Figura 5).



Figura 5 – Mosaico de fotos da construção do Projeto Orla no bairro do Araxá.

Fonte: Acervo José Alberto Tostes, 2024.

As imagens apresentam algumas das vias públicas do bairro e o que podemos perceber é que o bairro não possui drenagem, o que dificulta a locomoção dos moradores em dias chuvosos. No que diz respeito ao meio ambiente, é recorrente em vários pontos a falta de arborização em virtude da ocupação desordenada o que provoca maior incidência da radiação solar e reflete no não embelezamento das áreas comuns.

Em relação à densidade demográfica, o bairro do Araxá apresenta uma população estimada de 8.846,214 habitantes em 1.794 residências, o que representa uma taxa considerada de crescimento de 429,66% (Gráfico 1).

No entanto, existem no bairro apenas duas escolas, uma municipal e outra estadual. Ambas oferecem ensino fundamental. Quando os alunos

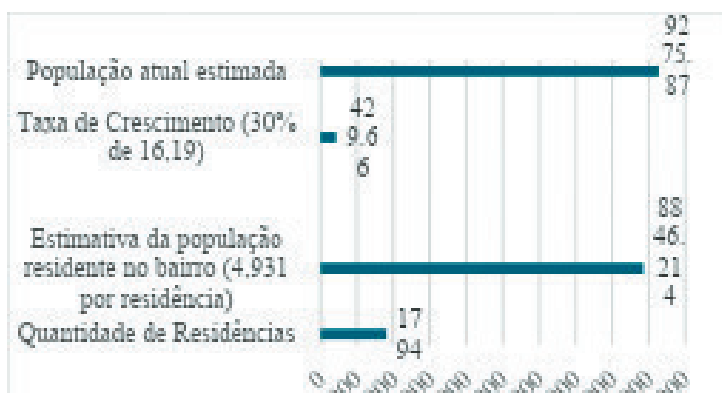


Gráfico 1 : Densidade demográfica estimada do bairro do Araxá (2010-2024).

Fonte: Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá.

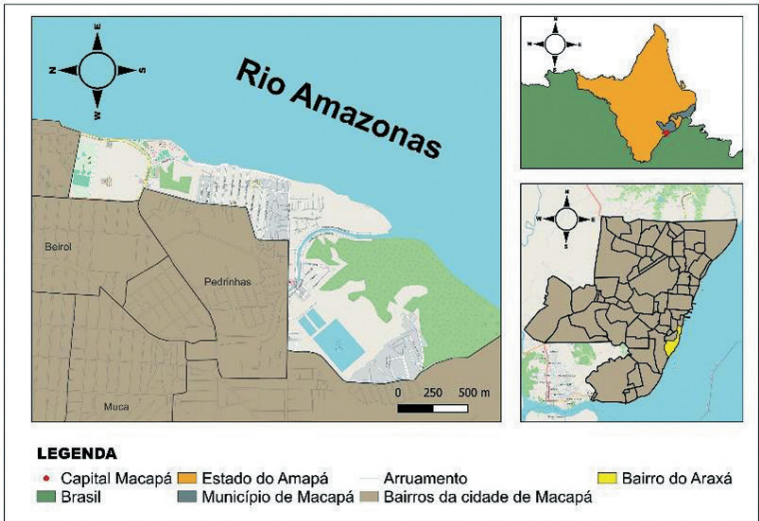
Adaptação: Autora, 2024.

ingressam no ensino médio, precisam procurar escolas em outros bairros (Junior et al, 2018). A ausência de unidade básica de saúde também obriga os moradores do bairro a buscarem atendimento no bairro das Pedrinhas ou adjacentes. Outro agravante em relação à ausência de equipamentos sociais é a falta de posto policial, o que tem repercutido negativamente devido ao aumento da criminalidade, de furtos e da sensação de insegurança. Outro problema que o bairro apresenta é o transporte público, que passa apenas nas vias principais, tendo os moradores que caminhar longos perímetros até os pontos de ônibus.

No entanto, a maioria dos moradores gosta de morar no bairro do Araxá devido à proximidade com o centro da cidade, ao ambiente interiorano e a estarem habituados com a proximidade com o rio, o que proporciona mais ventilação (Mapa 1). O que contribui também para a permanência dos moradores no bairro é a utilização do rio para banho e para atividade econômica, como a pesca. Outro fator para a permanência dos moradores no bairro do Araxá é o abastecimento de água, que, segundo os moradores, é eficiente e não falta. Como também a regularidade da coleta de resíduos sólidos, que é frequente e em dias determinados.

Ao fazermos uma comparação da densidade demográfica do bairro do Araxá com os bairros adjacentes, ele é o terceiro em concentração populacional, população estimada e taxa de crescimento (Gráfico 2).

A ORIGEM E FORMAÇÃO DOS BAIRROS DA CIDADE DE MACAPÁ



Mapa 1: Localização do bairro do Araxá.
Fonte: Open Street Map, PMM, 2020; IBGE, 2022.
Organização e Elaboração: Ananda Bastos, 2024.

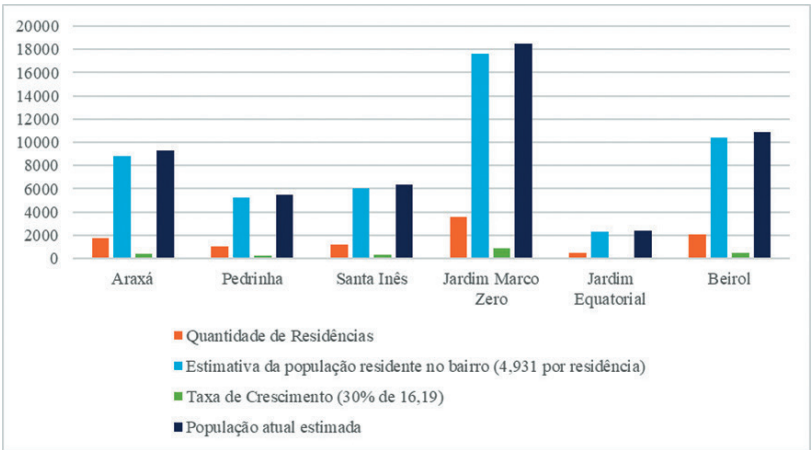


Gráfico 2: Densidade demográfica estimada do bairro do Araxá em comparação com os bairros entorno (2010-2024).
Fonte: Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá.
Adaptação: Autora, 2024.

Segundo os autores (Serrão; Lima, 2013; Costa; Sacramento, 2016), o crescimento populacional das áreas alagadas no bairro do Araxá se deve à falta de planejamento urbano e dos projetos urbanísticos de desenvolvimento, que tem sido crescente na cidade de Macapá, agravando o problema habitacional, social e ambiental. A ocupação irregular do solo urbano tem contribuído para a exclusão social, o aumento da violência e da pobreza.

A ocupação inicial e o estágio atual do bairro do Araxá a partir das imagens e dos dados apresentados demonstraram que o bairro passou por diferentes planos induzidos e não participativos de fato. Por ser uma área úmida, não poderia ter sido aterrada, o que significou uma grave agressão ao meio ambiente. Com o Projeto Orla em andamento, é perceptível no bairro uma mudança no padrão residencial, com construções mais elaboradas, demonstrando uma mudança no perfil socioeconômico da população como também a expulsão da população de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Macapá tem como característica ser uma cidade que passou por acelerado crescimento urbano, que não foi acompanhado por planejamento adequado, o que resultou em problemas estruturais, urbanos, sociais e ambientais. O bairro do Araxá, localizado no subcentro da capital, é marcado pela precariedade urbana e espaços desiguais. No entanto, os problemas apresentados no bairro do Araxá não devem ser encarados como algo natural, mas como resultados da ausência de políticas públicas, de planejamento urbano e do Estado.

Os planos diretores elaborados para Macapá tinham definido bem os pontos estratégicos que deveriam ser priorizados para o melhor desenvolvimento urbano da cidade. No entanto, essa visão do lugar não foi levada em consideração pelos gestores, que acabaram nos últimos anos optando em realizar “uma espécie de arranjo urbano” no lugar dos planos diretores. Os planos diretores foram bem elaborados e surgiram da necessidade de ordenar no espaço o crescimento urbano, buscando melhorar a qualidade de vida da população através do inves-

timento em infraestruturas urbanas, como habitação, educação, saúde, ambientais e de lazer.

No entanto, a falta de articulação entre os planos diretores e a política pública não foi bem estabelecida, o que dificultou a colocação em prática dos planos diretores. O desinteresse dos governos no decorrer dos anos e a ausência da participação da população na elaboração dos planos diretores influenciaram para que estes não fossem encarados como instrumentos importantes para o melhor ordenamento da cidade.

As recorrentes ocupações em diferentes áreas da cidade de Macapá dificultaram a implantação de ruas e avenidas propostas pelos diferentes planos diretores, o que ocorreu no bairro do Araxá. Devido à forma irregular da ocupação do bairro do Araxá, ainda hoje podemos perceber que o bairro carece de melhores condições de urbanidade, mesmo sendo uma área de grande potencialidade turística, econômica, de lazer e cultural, fatores que deveriam receber maior atenção por parte do poder público.

No decorrer de sua elaboração, os planos diretores foram estendendo as áreas de abrangência, o que demonstra a preocupação em alcançar a maior extensão urbana da cidade. Apesar dos esforços na elaboração dos diferentes planos diretores, todos apresentaram dificuldade na execução por parte dos gestores públicos, o que evidencia que o problema urbano em Macapá não está relacionado à falta de instrumentos de planejamento, mas a pô-los em prática.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, L. P. **Evolução urbana da cidade de Macapá: análise do perímetro da Fortaleza de São José de Macapá ao Araxá no período de 1950-2010.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, 2011.
- CARVALHO, B. M. **Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas na cidade de Macapá.** 1. Ed. Curitiba: Appris, 2020.
- CARVALHO, R. P. R. **A caminhabilidade entre o Parque do Forte ao Araxá: um estudo sobre a orla de Macapá-AP.** Trabalho de conclusão de curso (especialização) – especialização em Arquitetura da Paisagem,

- Campus Universitário de Capanema, Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2024.
- COSTA, J. M.; SACRAMENTO, K. A. Evolução urbana e questões socioambientais: um estudo de caso da ocupação das margens do rio Amazonas no bairro de Araxá, Macapá, Amapá, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. N°56, p. 289-305, 2015.
- JUNIOR, A. S. A.; PICANÇO, A. S.; PINTO, A. T. S.; PONTES, F. V. M.; JÚNIOR, J. R. S. M.; TOSTES, J. A. **Estudo de caso no bairro do Araxá**. Trabalho apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, como requisito avaliativo para a disciplina de fundamentos sociológicos da arquitetura e urbanismo; Macapá, 2018.
- MALCHER, R. Prefeitura de Macapá ajuda família que teve casa destruída em área de ressaca no bairro Araxá. **Jornal dos Municípios**, Macapá, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldosmunicipiosap.com.br/noticia/prefeitura-de-macapa-ajuda-familia-que-teve-casa-destruida-em-area-de-ressaca-no-bairro-araxa>. Acesso em: 24 out 2024.
- SERRÃO, S. L.; LIMA, R. A. P. Áreas alagadas em Macapá: estudo de caso bairro do Araxá. **Periódicos Unifap**, Macapá, v. 3, n. 3, p. 146-156, 2013.
- SOUSA, K. B.; TOSTES, J. A. **Planejamento urbano na cidade de Macapá**: análise dos impactos dos bairros Santa Inês e Araxá na orla do Rio Amazonas. Artigo Apresentado No Sin Fronteiras, Macapá, 2024.
- TAVARES, E. A força das águas e os bares do Araxá – crônica porreta de Fernando Canto. **Blog de rocha**, Macapá, 04 jan. 2020. Disponível em: <https://www.blogderocha.com.br/a-forca-das-aguas-e-os-bares-do-araxa-cronica-porreta-de-fernando-canto/>. Acesso em: 24 out 2024.
- TOSTES, J. A. **A origem e formação do bairro do Araxá**. Blog, 2022.

ORIGEM E FORMAÇÃO DO BAIRRO DAS PEDRINHAS: A HISTÓRIA QUE NÃO CONTARAM

Ana Karolina Lima Pedrada¹

José Alberto Tostes²

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, as ocupações na Amazônia, às margens dos rios e cursos d'água, foram preferidas no momento da construção de moradias, por motivos estratégicos, como o de facilidade de deslocamento e sobrevivência (Penafort, 2015), onde as águas assumiram o papel não só de avenidas, mas também de caminhos para uma quimera de desenvolvimento para os povos que ali habitavam.

No Delta do Amazonas, as pequenas cidades ocupam, historicamente, terras vulneráveis ao aumento nível do mar e estão expostas a alto risco de inundações, deslizamentos de terra, aumentos violentos e repentinos de eventos hidroclimáticos e socioeconômicos, fazendo com que

1 Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Docente do IFAP. E-mail: ana.lima@ifap.edu.br

2 Doutor em História e Teoria da Arquitetura ISA/Cuba. Professor titular do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP e do mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável. E-mail: tostes.j@unifap.br

os residentes acumulem sistemas de conhecimento e estratégias de subsistência para gerir o risco e a vulnerabilidade (Almeida et al., 2018).

Em virtude disso, o rio adquiriu uma função social bastante expressiva. Parte dos mitos, crenças amazônicas, o modo de vida de comunidades indígenas e ribeirinhas está vinculada ao rio, fazendo-o assumir o caráter da paisagem das cidades amazônicas (Penafort, 2015).

O estado do Amapá, banhado pela Bacia Amazônica, agrupa muitas ilhas de origem fluvial, formando um arquipélago que ocupa quase todo o Estuário do Amazonas, constituindo uma rede de canais e de igarapés, provendo um mosaico na biodiversidade singular para a região (Filocreão, 2015; Marin, 2005).

A diversidade de ecossistemas sempre foi um dos fatores determinantes para a ocupação humana do território do Amapá, comprovada pela existência de vestígios arqueológicos que remontam a períodos históricos anteriores à chegada dos colonizadores europeus (Filocreão, 2015). Essa diversidade é formada por Floresta Amazônica densa de terra firme, detendo 71,86% do território; campos de Várzea (campos de inundações periódicas), com 11,2% do território; formações do Cerrado, com atividade econômica predominante no cultivo de grãos, ocupando 6,88% do território amapaense; florestas aluviais de várzeas (matas temporariamente inundáveis por rios de água barrenta, cuja formação é tipicamente ribeirinha e a atividade principal é o extrativismo do açaí), detendo 4,85% do território; florestas de transição (áreas úmidas, de transição entre terras firmes e terras alagadas), ocupando 2,72% da área do estado; florestas de manguezais, ocupando 1,94% do território amapaense; e ainda 0,55% do território ocupado por águas superficiais (Chagas et al., 2017; Pinto et al., 2008).

Este cenário biodiverso pode ser visto como sinônimo de uma economia de subsistência, de pouca relevância econômica, social e política, implicada num ordenamento territorial ecológico impositivo e cujos benefícios se limitam apenas aos valores de existência ou de não uso dos ecossistemas (Chagas et al., 2017; Mattos et al., 2010). Porém, o modo de vida das populações do Delta do Amazonas é baseado na participação em atividades relacionadas ao uso de terras e recursos, como o manejo da madeira, do açaí e da pesca, mantendo uma identidade singular com

o ambiente tropical, a qual tornou possível justamente a existência de sociedades amplas e complexas, com base em formas originais de vida econômica e uso de recursos (Almeida et al., 2018; Costa, 2014; Silva, 2017), deixando latente que o ordenamento territorial não é capaz de justificar um desenvolvimento baseado nas economias de subsistência na região, mas sim a forma de desenvolvimento colonizadora impositiva e estrutural.

Por isso, estudar os espaços urbanos na Região Amazônica é um desafio, pois eles são entendidos como uma dimensão espacial das particularidades sociais em uma totalidade espaço-social da Amazônia, que tem a capacidade de resistir à homogeneização da sociedade e do espaço imposta pelo capital hegemônico (Santos, 2012).

Esta pesquisa tem a pretensão de analisar a origem e formação do bairro Igarapé das Pedrinhas, localizado no município de Macapá, estado do Amapá, na perspectiva social, expondo os principais obstáculos enfrentados pelos moradores locais e as principais simplicidades territoriais.

A metodologia utilizada para a construção desta pesquisa é de natureza social, com objetivos exploratórios e explicativos, utilizando, como técnicas de investigação, análises bibliográficas e documentais a partir dos acervos do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, decretos, leis municipais e estaduais, e análises de periódicos já publicados, além de visitas *in loco* com observação sistemática, ocorridas nos meses de outubro e novembro de 2024.

Sobre as visitas, foi trabalhado a observação da pesquisadora no ambiente estudado. O olhar é o método de pesquisa mais utilizado, porém o que varia é a leitura que o observador faz da realidade, pois cada pesquisador analisa uma determinada realidade com base em seus próprios conceitos e verdades (Cabral, 2002).

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO BAIRRO

O processo de ocupação urbana da cidade de Macapá ocorreu em virtude de fluxos migratórios ocorridos na década de 1940, com a criação

do Território Federal do Amapá; de 1950 a 1960 com a Política Desenvolvimentista do governo federal, que propiciou a implantação de grandes projetos econômicos e mobilizou a população de outras regiões para ocupar os chamados vazios demográficos amazônicos; em 1988 com a transformação do ex-território em estado da Federação e na década de 1990 com a regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) (Medeiros; Tostes; Santos, 2014; Penafort, 2015).

Às populações coube a astúcia de se adaptar à maneira de lidar com o espaço, trazendo consigo a relação com o rio e o universo amazônico. Os povos e comunidades tradicionais (caboclos, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, entre outros), atraídos para a cidade de Macapá por volta da década de 1950, passaram a habitar as margens dos rios, igarapés e áreas alagáveis, conhecidas também como ressacas, construindo suas casas em madeira e sobre palafitas, formando uma malha de vilas (Caporino, 2013; Penafort, 2015).

A cidade de Macapá, por sua vez, absorveu todos os impactos sociais e ambientais da região nas últimas décadas, impulsionada pela migração de populações das áreas rurais e/ou de outros estados para a área urbana, com intensa ocupação nas áreas alagadas, como canais, igarapés, várzeas, área de ressaca, e também em áreas de preservação ambiental, nas quais desempenham um papel importante no controle do microclima e das bacias de acumulação de águas naturais (Penafort, 2015; Weiser; Tostes, 2017).

Com a escassez de políticas públicas urbanas, alta especulação imobiliária no município de Macapá e demanda por moradia, estas áreas foram alvo de invasões e ocupações antrópicas desordenadas de forma ilegal, com ausência de uma organização coletiva e estruturada (Souza; Guimarães, 2015).

Sua ocupação foi induzida por questões peculiares e sazonais, como períodos de ciclos políticos, especulação fundiária, ou até mesmo ocupação parental, em que os parentes vêm das áreas rurais e/ou outros estados, além das associações de moradores que são cooptados pelos partidos políticos, descaracterizando uma reivindicação do território úmido de revitalização.

Cria-se, assim, um padrão de organização espacial, em que as pessoas de renda alta residem no centro urbano da cidade de Macapá, onde o acesso a serviços essenciais são mais facilitados, e a classe mais baixa segue se apropriando de áreas ambientalmente frágeis e periféricas (Souza; Guimarães, 2015; Tostes, 2024; Weiser; Tostes, 2017).

O bairro das Pedrinhas, localizado na zona sudoeste da cidade de Macapá, iniciou seu processo de ocupação na década de 1960, pela Vila dos Oliveira, constituída por moradores vindos do Maranhão (Penafort, 2015). Possui uma área de 0,8 km², 1.059 domicílios e uma população de 4.928 habitantes, sendo 49,5% homens e 50,5% mulheres (IBGE, 2010). Porém, a criação oficial se deu somente em março de 1985, com a Lei n. 231 de 1985 da Prefeitura Municipal de Macapá (Penafort, 2015; Souza; Guimarães, 2015).

O bairro tem a linha do Equador (meio do mundo) como limite de seu perímetro urbano, tendo proximidade com o centro da cidade de Macapá, da orla da cidade, próximo ao monumento do Marco Zero, mostrando uma localização urbana privilegiada (Mapa 1).



Mapa 1 – Bairro das Pedrinhas, Macapá-AP.

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2004.

Entre as principais avenidas do bairro, é possível ver o monumento Marco Zero do Equador, no meio do mundo, e o Rio Amazonas (Figuras 1 e 2).



Figura 1 – Monumento Marco Zero, Pedrinhas.
Fonte: Autora, 2004.



Figura 2 – Rio Amazonas, Pedrinhas.
Fonte: Acervo Ana Karolina Lima Pedrada, 2024.

O bairro foi resultado de ocupações irregulares durante a expansão urbana de Macapá, caracterizado por habitações em palafitas (moradias típicas amazônicas construídas predominantemente com madeira) e composto por atividades desenvolvidas vinculadas ao uso de embarcações e ao rio e compra e venda de produtos extraídos da floresta, como açaí e peixe (Figura 3) (Guedes; Valverde, 2023; Penafort, 2015).

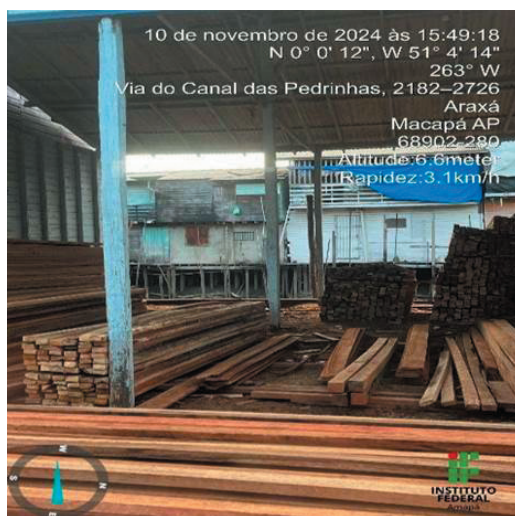


Figura 3 – Comércio de madeira, Pedrinhas.
Fonte: Acervo Ana Karolina Lima Pedrada, 2024.

Pode-se dizer que o bairro das Pedrinhas possui um peculiar modo de viver ribeirinho³ na espacialidade da cidade, constituindo um verdadeiro vínculo com o rio.

O Canal do Igarapé das Pedrinhas torna-se pressuposto de existência do bairro, uma vez que toda uma dinâmica social e de comercialização se dá a partir deste afluente. A madeira toma seu lugar de ocupação no

3 Entendem-se por populações ribeirinhas indivíduos remanescentes dos ciclos econômicos que fracassaram e que, mesmo com as intempéries naturais, continuaram resistindo, obtiveram conhecimento sobre o meio ambiente através de suas experiências ou por meio de contato com grupos indígenas, o que lhes proporcionou relações numa lógica cultural, temporal e econômica no meio em que vivem (Cabral, 2002).

bairro a partir de sua vinda de outras regiões por meio de embarcações, assim como a vinda do peixe, do açaí e de pessoas.

No Igarapé das Pedrinhas, as populações ribeirinhas interagem, de forma dialógica, com o rio, sob forma de pontes (Figura 4), casas ribeirinhas sobre jiraus, ligadas por um igarapé, canal ou baixio alagável (a ressaca) que permite a substituição dos carros e motos pelos barcos e canoas, readequando-se e se readaptando ao meio urbano, conseguindo estabelecer uma relação (Figura 5) (Caporrino, 2013).

Repleta de pontes e ruas de madeira, o bairro é ocupado por casas ligadas por um igarapé, canal ou baixo alagável (a ressaca), o que permite a substituição dos carros e motos pelos barcos e canoas.

No aspecto econômico, a atividade que se destaca na área é a venda de madeiras e artigos de atividade naval de pequena escala, além dos pontos de venda de açaí, que são considerados produtos de apropriação da floresta e fruto do extrativismo frutífero: atividades predominantemente desenvolvidas por comunidades ribeirinhas tradicionais (Penafort, 2015).



Figura 4 – Pontes que ligam as casas, Pedrinhas.
Fonte: Acervo Ana Karolina Lima Pedrada, 2024.



Figura 5 – População vinculada ao rio, Pedrinhas.

Fonte: Acervo Ana Karolina Lima Pedrada, 2024.

O bairro também conta com um forte comércio ligado à atividade naval, com pontos de estaleiros de construção de barcos. A relação do bairro com a atividade naval se iniciou quando os moradores do Maranhão, enquanto Vila das Oliveiras, procuraram o Sindicato dos Estivadores em busca de trabalho, e logo foram admitidos para trabalharem como estivadores no Porto de Santana (Penafort, 2015).

CARACTERÍSTICAS CULTURAIS DA PAISAGEM URBANA

População tradicional é um termo usado na região Norte e se refere aos quilombolas, ribeirinhos, indígenas e agricultores familiares, que se encontram como peças principais da conservação da biodiversidade amazônica. Refere-se aos povos dotados de algum conhecimento na

exploração e manejo de recursos naturais, conhecimentos estes que, dotados de valores culturais, são passados de geração em geração.

Deste modo, o conceito de população tradicional teria, no sentido preservacionista do termo, um valor muito mais político e ideológico do que propriamente acadêmico-científico, em que o modo de vida da população baseia-se no uso dos recursos naturais, cuja antropização do meio promove baixos impactos ambientais (Silva e Simonian, 2015).

Esta sociodiversidade, presente nas identidades amazônidas, vai além da biodiversidade na região, é composta por caboclos, camponeses, agricultores(as) familiares, ribeirinhos, indígenas e quilombolas, fruto de uma herança cultural indígena, europeia, nordestina e até mesmo africana, e é um dos principais responsáveis pela pulverização das experiências locais no contexto do processo produtivo, modelando o ecossistema de acordo com suas necessidades (Nahum e Ferreira, 2019; Pedrada, 2022; Simonian, 2007). Seus territórios são sua principal condição para reprodução social, ambiental e econômica.

O ribeirinho integra o grupo das populações tradicionais que se percebe pertencente à natureza, em seu tempo e espaço próprios, fluindo com ela e não a dominando (Cabral, 2002).

Quando se fala dos ribeirinhos as leituras são variadas; ora são tratados como vítimas de uma sociedade excludente, ora como índios, preguiçosos, como heróis das selvas que conseguiram adaptar-se a uma floresta, mas raras vezes como pessoas que definiram uma filosofia de vida. O fato é que, em geral, o ribeirinho é marginalizado (Cabral, 2002).

Ribeirinhos possuem um modo de vida ligado à natureza e uma relação especial com os rios, gerando uma perspectiva de vida sustentável, com uma organização social distinta do modo de vida urbano (Oliveira, 2023; Penafort, 2015).

Porém, a urbanidade amazônica é constantemente enxergada sob um olhar místico e folclorizado, uma vez que, sob olhares desenvolvimentistas, a região foi estigmatizada enquanto periférica, primitiva e atrasada. O ambiente ribeirinho, para não dizer urbanidade amazônica, demonstra, então, uma forma não hegemônica de construir o espaço de habitar, o que o acomoda no imaginário ocidentalizado como um local

incapaz de adentrar as noções de “desenvolvimento” impetradas nos modelos “modernos” de cidades (Oliveira, 2023).

Porém, o que se vê é uma vida ribeirinha demonstrando sua própria capacidade de desenvolvimento. Essa capacidade se revela de forma concreta no modo como as pessoas constroem suas casas, produzem sua comida, plantam suas roças, extraem seu açaí, cobrem suas casas com palha. Assim, a vida ribeirinha não é uma vida à margem, isto é, ela não está à margem do progresso e da civilização. Essa vida não é nem uma luta árdua contra a natureza, nem uma ode bucólica a ela, uma vez que tudo é cultura na vida ameríndia, cabocla e amazônida (Caporrino, 2013).

Entendemos que este modo de vida peculiar se liga diretamente à natureza; é sua maneira de viver que permite uma relação harmônica com o seu espaço numa perspectiva sustentável, uma organização social diferenciada da urbana e uma relação econômica não ligada à produção do excedente como exige o capitalismo. É necessário compreender o ribeirinho não só como aquele que vive à margem do rio, mas aquele que respeita o rio, tendo a natureza como subsidiadora de toda sua riqueza material e cultural, riqueza não na acepção capitalista, mas no sentido de valor atribuído individual e coletivamente, de uso material e imaterial (Cabral, 2002).

No bairro Igarapé das Pedrinhas, a população é formada, predominantemente, por ribeirinhos e ribeirinhas, caracterizando um modo de vida ímpar no bairro, em que as pessoas, vindas sobretudo de ilhas do Pará e do Maranhão, trouxeram consigo histórias, costumes e seu estilo de vida e aqui estabeleceram um vínculo com o Rio Amazonas (Penafort, 2015).

A identidade e o modo de viver ribeirinho na área das Pedrinhas vêm sofrendo modificações devido à proximidade com o centro urbano e ao modelo capitalista adotado pela cidade de Macapá. Os moradores da ressaca das Pedrinhas vieram para a cidade buscando, principalmente, melhorias de vida, mas, por falta de oportunidades, marginalizaram-se socialmente e economicamente, precisando se acostumar a um cotidiano difícil com a falta de infraestrutura, de saneamento e de segurança e

mesmo com dificuldades, elas continuam a possuir identidade com o lugar.

Neste sentido, pode-se dizer que a pobreza é o resultado de um desenvolvimento insustentável, em vez de uma condição original (Costa, 2014; Costa; Fernandes, 2016; Godelier, 1981; Woodgate, 2015). Deste modo, a pobreza social não pode justificar o desmatamento na região, e sim a forma de desenvolvimento colonizadora impositiva e estrutural dos territórios da Amazônia (Costa, 2012).

Este cenário é vivido no bairro Pedrinhas, onde, quanto mais próximo das águas, mais precária é a vida social de quem ali vive. Esta dicotomia é justificada, pela população, pela falta de políticas públicas habitacionais para o território, o que, consequentemente, dificulta o acesso da população a serviços básicos, como acesso à água, esgoto, coleta de lixo e energia, entre outros, desamparando cada vez mais os empobrecidos que vivem às margens do Igarapé das Pedrinhas.

E esta introdução impositiva de desenvolvimento colonizador no território, ligada à falta de políticas públicas em favor da sociedade, vem gerando, a cada ano, a modificação da paisagem urbana no Canal das Pedrinhas (Figura 6).

Quando questionados sobre suas vidas, eles falam “a gente aqui (ribeirinhos que vivem da venda de madeira) num passa fome não, a gente vive bem, come bem, o problema é o governo que esquece de nós, mas a gente faz o que dá” (Entrevistado 01, 2024).



Figura 6 – (A) Canal das Pedrinhas, 2015. (B) Canal das Pedrinhas, 2024.

Fonte: Penafort, 2015; Autores, 2024.

ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA E OCUPAÇÃO DO SOLO

O plano diretor do município de Macapá caracteriza o bairro Igarapé das Pedrinhas como uma área com potencial para ligação com as ilhas do Rio Amazonas, com as localidades de Maruanum, Coração e Fazendinha, com Áreas de Interesse para Reestruturação Urbana (PMM, 2004a).

O bairro das Pedrinhas está situado nas áreas de abrangência do Setor Residencial 2 (SR2), cujas diretrizes de ocupação estão voltadas para o uso residencial e atividades comerciais e de serviços de apoio à moradia, com restrição às atividades que causem impactos ambientais (PMM, 2004b; c).

A ocupação e uso do solo permitido deve ter caráter residencial uni e multifamiliar, comercial, de serviços e industrial de pequeno porte e baixíssimo impacto; agrícola nível 3 (desenvolvidos em unidades de pequeno, médio e grande porte; convivência com o uso residencial e meio ambiente urbano com restrições; e funcionamento submetido ao licenciamento com consulta prévia aos órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela circulação viária), exceto criação de aves e ovinos. A ocupação deve ser de baixa intensidade e horizontal, não ultrapassando a taxa máxima de 60% (PMM, 2004b; c).

Em relação à infraestrutura e ocupação do solo, o bairro das Pedrinhas é predominantemente residencial, porém, predispõe de maior diversidade de uso com comércio, serviços e usos mistos, como o mercado de madeira e a comercialização de peixe e açaí, funcionando como apoio local às moradias, com uma frequência de uso diária, que acaba influenciando no movimento de pedestres nas calçadas (Souza; Guimarães, 2015).

Apesar de os canais exercerem a função de conduzir as águas pluviais até o curso dos rios, os sistemas de drenagens de Macapá sofrem com as ações antrópicas e ocupações urbanas desordenadas (Figura 7) (Guedes; Valverde, 2023).

No interior da ressaca não há espaços livres de lazer. Com isso as crianças brincam e jogam futebol na ponte. As pessoas têm o costume de sentar na varanda ou na própria ponte e interagir com os vizinhos, já que os mobiliários públicos são inexistentes (Souza; Guimarães, 2015).

Quanto ao acesso ao saneamento básico presente no bairro das Pedrinhas, segundo dados do IBGE, 52,3% dos domicílios têm acesso à

água potável, um índice menor que a média do Brasil, onde 78% dos domicílios brasileiros têm acesso à água tratada.



Figura 7 – Via do canal das pedrinhas, Macapá – AP.

Fonte: Autores (2024).

Também um estudo realizado por Guedes e Valverde (2023) mostrou que a água presente no canal localizado no bairro das Pedrinhas sofre com a influência de esgoto doméstico, além de despejos de resíduos sólidos, pois o índice de cor (indicador associado com a presença de sólidos dissolvidos e ação antrópica) encontrado foi de 1.074 mg Pt/L e o valor permitido segundo a Resolução CONAMA n. 357 de 2005 é de 75 mg Pt/L.

A presença de coliformes totais e *Escherichia coli* (*E. coli*) na água, que são importantes indicadores de poluição, se deu bastante elevada no estudo, em que foi encontrado um índice de 2.419,6 NMP/100mL, enquanto o limite máximo permitido é de 1.000 NMP/100mL (Guedes; Valverde, 2023).

Quanto à energia elétrica, 11.058 domicílios do bairro das Pedrinhas têm acesso à energia, porém, quase 50% destes domicílios têm acesso de maneira irregular (Tabela 1). A média de acesso à energia de maneira irregular no Brasil é de 3,6%.

Tabela 1 – Índice de acesso a serviços básicos do Bairro Pedrinhas, Macapá

Serviço	Situação dos domicílios	Brasil		Bairro Pedrinhas	
		57.324.167	% Var	1.059	% Var
Energia elétrica	Têm acesso à energia	56.595.495	98,7%	1.058	99,9%
	Têm acesso (CE), com medidor de uso exclusivo	49.612.276	86,5%	490	46,3%
	Têm acesso (CE) com medidor comum a mais de um domicílio	4.379.316	7,6%	77	7,3%
	Têm acesso (CE) sem medidor	2.052.979	3,6%	475	44,9%
	Acesso de outra fonte	550.924	1,0%	16	1,5%
	Não têm acesso	728.672	1,3%	1	0,1%
Esgoto sanitário	Rede geral de esgoto ou pluvial	31.786.866	55,5%	16	1,5%
	Fossa séptica	6.653.417	11,6%	177	16,7%
	Fossa rudimentar	14.020.630	24,5%	607	57,3%
	Vala	1.397.566	2,4%	14	1,3%
	Rio, lago ou mar	1.192.841	2,1%	224	21,2%
	Outro tipo	757.855	1,3%	9	0,8%
	Não têm acesso	1.514.992	2,6%	12	1,1%
Acesso à água	Têm acesso	44.795.101	78,1%	554	52,3%
	Rede geral	34.859.393	60,8%	322	30,4%
	Poço ou nascente (na propriedade)	6.976.877	12,2%	176	16,6%
	Outra forma	2.958.831	5,2%	56	5,3%
	Não têm acesso	12.529.066	21,9%	505	47,7%

Serviço	Situação dos domicílios	Brasil		Bairro Pedrinhas	
Coleta de lixo	Têm acesso	44.795.101	78,1%	554	52,3%
	Coletado	35.393.331	61,7%	443	41,8%
	Queimado (na propriedade)	5.029.000	8,8%	43	4,1%
	Enterrado (na propriedade)	521.785	0,9%		0,0%
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	3.102.584	5,4%	25	2,4%
	Jogado em rio, lago ou mar	193.505	0,3%		0,0%
	Outro destino	554.896	1,0%	43	4,1%
	Não têm acesso	12.529.066	21,9%	505	47,7%

Fonte: SIDRA, IBGE, (2010)

O acesso ao esgotamento sanitário também é um problema para o território, uma vez que apenas 1,5% dos domicílios contam com a rede geral de esgotos. O restante da população conta com fossa séptica (16,7%), fossas rudimentares (57,3%), ou lança os resíduos no canal por falta de opção (21,2%).

Por fim, quanto à coleta de lixo, 41,8% dos domicílios contam com a coleta realizada pela prefeitura, mostrando um indicador baixo se comparado à média do Brasil, que é de 61,7%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro das Pedrinhas, localizado no município de Macapá, estado do Amapá, constitui um espaço de formação social única, que vem formando sua própria identidade através de seu modo de se expressar a partir da relação dos moradores com as águas.

O conhecimento e a forma de viver, que são únicas do ribeirão, dão formas ao ambiente que uma lógica de desenvolvimento capitalista é incapaz de explicar. Porém, são pessoas que vivem à mercê da socie-

dade e à beira da miséria, quando seus direitos básicos de moradia são cerceados pelo fato de serem marginalizados pela sociedade.

Por isso é necessário um forte apelo às políticas habitacionais no território, que levem em consideração o modo de viver da sociedade singular ribeirinha e que sejam capazes de contemplar o desenvolvimento social dos povos tradicionais que ali vivem, sem negá-los o direito de sua identidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, à Universidade Federal do Amapá e ao Instituto Federal do Amapá.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, O. et al. Resiliência urbana e ameaças climáticas: vulnerabilidade e planejamento de adaptação para cidades pequenas no delta e estuário do Rio Amazonas. **Meio Ambiente e Urbanização**, v. 88, n. 1, 2018.
- CABRAL, J. F. B. Olhares sobre a realidade do ribeirinho: uma contribuição ao tema. **Presença – Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v. VI, n. 24, p. 1-6, maio 2002.
- CAPORRINO, B. W. Resíduos e resquícios, Rio Amazonas. **PISEAGRAMA**, v. 1, n. 5, p. 30-33, 2013.
- CHAGAS, M. A. A. et al. A articulação entre o complexo verde de Ab'Saber e o complexo urbano de Becker como desafio do desenvolvimento regional: Amapá como um caso amazônico. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 13, n. 32, p. 829-860, 2017.
- COSTA, F. D. A. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)**. Belém: NAEA, 2012.
- _____. Dinâmicas produtivas e inovativas: perspectivas para o desenvolvimento sustentável da Região Norte. Em: SIFFERT-FILHO, N. F.

- et al. (Eds.). . **Um olhar para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 282-321.
- FILOCREÃO, A. S. M. Formação socioeconômica do Amapá. Em: CASTRO, E. R. DE; CAMPOS, Í. (Eds.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Biblioteca ed. Belém: [s.n.]. v. 2p. 97-172.
- GUEDES, K. C. P.; VALVERDE, K. C. Caracterização da água no Canal do Jandiá e Canal das Pedrinhas na cidade de Macapá, Amapá, Brasil. **UNIFUNEC CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR**, v. 12, n. 14, p. 1-13, 14 jun. 2023.
- MARIN, R. E. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 73-114, 2005.
- MATTOS, L. et al. Agricultura de pequena escala e suas implicações na transição agroecológica da Amazônia brasileira. **Amazônica** 2, v. 2, p. 264-292, dez. 2010.
- MEDEIROS, J. M. M.; TOSTES, J. A.; SANTOS, G. N. Requalificação ambiental urbana para o Igarapé da Fortaleza: O Parque do Igarapé. Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. **Anais...2014**.
- NAHUM, J. S.; FERREIRA, D. da S. Entre as margens dos rios e as marchas da história: espaço e sociedade ribeirinha na Amazônia. **PerCursos**, v. 20, n. 43, p. 39-65, 2019.
- OLIVEIRA, C. de A. O conceito lefebvriano de forma no espaço ribeirinho: um estudo sobre o bairro do Elesbão, em Santana (AP)XIV SIIU – Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. **Anais... Universitat Politècnica de Catalunya**, 3 nov. 2023.
- PEDRADA, A. K. L. **O agricultor familiar horticultor no Amapá e sua força impulsionadora no desenvolvimento agroecológico**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2022.
- PENAFORT, L. A. **O modo de viver ribeirinho na espacialidade do bairro das Pedrinhas: uma proposta de revitalização para o Canal das Pedrinhas**. Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2015.
- PINTO, A. do C. et al. **Macrodiagnóstico do estado do Amapá: primeira aproximação do ZEE**. Macapá: IEPA, 2008. v. 1

- PMM, P. M. de M. **Lei Complementar n. 026**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento urbano e Ambiental do município de Macapá e dá outras providências. Brasil, 20 jan. 2004a.
- _____. **Lei complementar n. 030**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Macapá e dá outras providências Macapá, Brasil, 24 jun. 2004b.
- _____. **Lei Complementar n. 029/2004** – Institui as normas de uso e ocupação do solo do Município de Macapá. Prefeitura Municipal de Macapá, Brasil, 24 jun. 2004c.
- SILVA, H. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia brasileira**. [s.l.] Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L. População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 33, p. 163-175, 2015.
- SIMONIAN, L. T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. Em: **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Luiz Eduardo Aragón Vaca. Ed. NAEA. Belém: NAEA/UNESCO, 2007.
- SOUZA, L. R.; GUIMARÃES, D. C. Ocupação informal em áreas úmidas em Macapá-AP: modo de vida na ressaca das Pedrinhas Anais do XVI ENANPUR. **Anais...** Belo Horizonte: Dinâmica imobiliária, habitação e regulação urbana, 2015.
- TOSTES, J. A. Origem e formação do Igarapé da Fortaleza. **Gazeta do Amapá**, p. 37-37, jan. 2024.
- WEISER, A. A.; TOSTES, J. A. O uso legal ou ilegal de áreas úmidas na Amazônia: análise de áreas de ressacas na cidade de Macapá (AP)40 CIHEL – Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono | A Cidade Habitada. **Anais...** 2017.

SOBRE OS AUTORES

ANA KAROLINA LIMA PEDRADA

Graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (PPGMDR/ UNIFAP) e doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (NAEA/ UFPA). Professora do Instituto Federal do Amapá (IFAP). Experiência na área de Engenharia de Produção. Linhas de pesquisa: agroecologia, produção sustentável, produção orgânica, identidades rurais na Amazônia Oriental brasileira, campesinato e sistemas alimentares.

ANANDA BRITO BASTOS

Graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestra em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia pela Universidade Federal do Amapá (PPGDAS/UNIFAP), especialista em Auditoria, Avaliações e Perícias da Engenharia pela Escola Brasileira de Pós-Graduação.

CECÍLIA MARIA CHAVES BRITO BASTOS

Licenciada em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestra em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora titular dos Cursos de História Licenciatura (CHL/ UNIFAP), do Mestrado e Doutorado em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UNIFAP) e do Mestrado em História (PPGH/UNIFAP). Membro do Comitê de Ética em Pesquisa. Coordenadora de Área do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/UNIFAP).

DAIANNA BATISTA BARBOSA

Engenheira ambiental pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP), mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. (PPGDAS/ UNIFAP).

ELOANE RAMOS CANTUÁRIA

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Pará (UFPA), engenheira civil pela Universidade da Amazônia (UNAMA), mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGAU/ UFBA) e doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/UFRJ). Professora titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá (CAU/UNIFAP). Líder do Grupo de Pesquisa Memórias Urbanas/UNIFAP.

JOSÉ ALBERTO TOSTES

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em padrões e técnicas de conforto ambiental pela Universidade Federal de São Carlos (UFSC) e planejamento e desenho urbano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre e doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior em Arte de Cuba (ISA-Cuba). Professor titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU/ UNIFAP) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá (PPGDAS/ UNIFAP). Coordenador do Grupo de Pesquisa Arquitetura e Urbanismo na Amazônia e da Rede de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo da Amazônia.

JOSÉ DE VASCONCELOS SILVA

Licenciado em Educação Artística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal da Paraíba e pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGAU/UFPB/ UFPE), especialista em Fundamentos Metodológicos da Apreciação do Ensino de Arte pela Universidade Federal de Paraíba (UFPB). Professor titular do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Fede-

ral do Amapá (CLAV/ UNIFAP). Líder do Grupo de Pesquisa Memórias Urbanas/UNIFAP.

KELIANE BASTOS DE SOUSA

Tecnóloga em Secretariado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá (PPGDAS/ UNIFAP).

TIAGO IDELFONSO E SILVA PEDRADA

Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP), mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (PPGMDR/ UNIFAP). Exerceu a função de gerente de projetos na Secretaria de Governo do Amapá e a Gerência de Operações de Créditos voltados para o desenvolvimento do estado do Amapá, na Secretaria de Planejamento (SEPLAN). Professor do Instituto Federal do Amapá (IFAP) nos cursos de Técnico em Logística (Subsequente e Integrado), Técnico em Comércio Exterior, Tecnólogo em Recursos Humanos e Tecnólogo em Comércio Exterior. Tem experiência na área de Engenharia de Produção, com ênfase em Logística, Planejamento Urbano e captação de recursos federais.

VANESSA MICHELE DO NASCIMENTO ARAÚJO DE SOUZA

Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPGMDR/ UNIFAP). Membro do Grupo de Pesquisa Origem e Formação dos bairros de Macapá. Seus estudos concentram-se na área Urbanização Capitalista, Planejamento Urbano, Projeto Habitacional de Interesse Social, Moradia digna, Movimentos Sociais, Participação popular, Macapá, Amapá.

SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Rafael André Vaz Chervenski
DIRETOR

Luiz Carlos da Costa
COORDENADOR-GERAL

Ricardo Abril Marinho
ASSESSOR TÉCNICO

Rodrigo César de Melo Barbosa
GESTOR DE ATENDIMENTO

Tatiana Nassif Derze
COORDENADORA DE PRÉ-IMPRESSÃO

André Said de Lavor
COORDENADOR DE IMPRESSÃO

André Luiz Rodrigues Santana
COORDENADOR DE ACABAMENTO E EXPEDIÇÃO

Aloysio de Britto Vieira
COORDENADOR DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Márcio de Holanda Meireles Viana
GESTOR DE PRODUÇÃO



Este livro foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

A obra foi impressa nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

O livro sobre a origem e a formação dos bairros na cidade de Macapá aborda a paisagem urbana do município e os primeiros bairros que foram constituídos, principalmente a partir da criação do Território Federal do Amapá, entre as décadas de 1950 e 1980. A cidade foi marcada nesse período pela singularidade amazônica, e a história contada por ciclos econômicos e decisões geopolíticas revela-se na formação gradual e multifacetada de seus bairros. Desde o traçado inicial da vila colonial até a complexa malha urbana contemporânea, cada bairro conta uma parte da história da cidade, refletindo os processos de ocupação, as dinâmicas sociais e as transformações territoriais ocorridas principalmente nas últimas décadas.

Os estudos realizados sobre os primeiros bairros evidenciam expressivas mudanças na paisagem urbana da cidade de Macapá após a criação do Estado do Amapá. Nas três últimas décadas, a cidade passou por novos processos de dinamização; tais efeitos são demonstrados na análise crítica deste primeiro volume sobre a origem e a formação dos bairros.



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

